ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO



VOLUME XIV

AVEIRO

1948

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO
JOSÉ PEREIRA TAVARES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR
FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

ERRATA

Vol. XIV, pág. 45, linha 42, onde se lê:

Foelicem licet fuerit nimium florentibus annis.

deve ler-se:

Foelicem ante obitum dicere uox solita est.
Rapta licet fuerit nimium florentibus annis:

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

ESTRADAS ROMANAS NO CONCELHO DE ÁGUEDA

É ABUNDANTE a literatura sobre as estradas romanas no distrito de Aveiro. Infelizmente, a maior parte das conclusões a que se chegou tem o seu apoio em simples conjecturas, faltando-lhes, por consequência, a força convincente da verdade. A falta de testemunhos arqueológicos ou documentais, a tradição deturpada e desviada do seu curso natural pela sobreposição de camadas sociais de culturas inferiores e diversas da romana, a toponímia em obscuro amálgama, como reflexo da multiplicidade de línguas, crenças, costumes e actividades dos povos que habitaram o solo pátrio, criaram, naturalmente, ao estudioso dificuldades insuperáveis que o forçam a buscar na imaginação os elementos necessários aos seus raciocínios. Daí resultou muita literatura e pouca história.

Poderão dizer que o retorno ao assunto, se prevalecem as causas da dificuldade, nada mais é do que a continuação do mesmo sistema conjectural, sem nenhum proveito para a verdade ou interesse para os leitores já cansados de divagações e fantasias. Não deixam estes críticos de ter razão, se bem que a não têm toda; cada um que vem a público com suas descrições, traz sempre alguns elementos novos, algum documento, monumento, topónimo, acidente geográfico ou tradição que interessam à verdade histórica, e é com estas migalhas, juntas, ordenadas e interpretadas por *oficial de ofício* que a mesma verdade terá que ser reconstituída.

O que vou dizer sobre as estradas romanas entre Coimbra e Porto, e especialmente no concelho de Águeda, tem o significado de pequena contribuição ou interpretação nova de material velho com apoio num ou noutro elemento ainda não conhecido, ou, ao menos, não estudado. Ao abordar as opiniões alheias não tenho a pretensão de as combater ou de as subestimar, senão a de fazer luz à volta delas, para que se possa ir fixando a distância a que todos estamos da verdade.

Também não é novo o método. AMORIM GIRÃO parte da toponímia à contraprova pelo exame directo e pelos documentos medievais publicados *(Geografia de Portugal*, pág. 365). O Sr. P.e MIGUEL DE OLIVEIRA *(Arq. do Dist. de Aveiro*, n.º 33) e ARLINDO DE SOUSA *(Arq. do Dist. de Aveiro*, n.º 31) seguem a mesma orientação. Também trilho o mesmo caminho, mudando apenas o sentido: da toponímia documental à toponímia actual e exame local.

Entre os romanos, as vias de comunicação tinham os seguintes nomes:

VIA — Termo que, de uma maneira geral, abrangia todos os meios de comunicação terrestre, mas especialmente só os caminhos largos não empedrados, que estabeleciam as comunicações entre as cidades e províncias, e bem assim as ruas das cidades — *Itaque ante diem tertium Idus Novembr. — cum Sacra Via descenderem* (Rua de Roma pelo lado sul) (CÍCERO, *Choix de Lettres*, pág. 65).

ITER — que também se usava genèricamente, tinha mais o significado especial de rumo, orientação, caminho. CÍCERO, a caminho da sua província, escreve ao irmão, de Tralles: *«Nunc iter conficiebamus aestuosa et pulverulenta via».*

ACTUS — carral — caminho de carro.

SEMITA — caminbo de pé.

TRAMES — atalho.

STRATA — era a via empedrada — via pública — *lapidibus seu silice munita* (DUCANGE); mas nos séculos posteriores o termo *strata* adquiriu independência para traduzir por si só as vias construídas de pedra segundo a arte que os romanos aprenderam dos cartagineses *(...id est lapidibus strata quam prius Poeni post romani per omnem pene orbem disposuerunt propter rectitudinem itinerum, et ne plebs otiosa esset)* (Vocabulário de PAPIAS citado por DUCANGE).

Algumas vezes a estrada era qualificada de régia, certamente para lhe marcar a excelência sobre todas as outras vias — *«Strata publica quae apellatur via regia».*

CÉSAR CANTU descreve assim as estradas romanas — «As maiores tinham cinco metros de largura; começava-se por traçar dois regos que indicavam a largura da estrada; depois cavavam o intervalo e feita a escavação, enchiam-na com materiais apropriados, até à altura conveniente; conforme a estrada atravessava planícies, montanhas, ou terrenos de aluvião. BESQUER cita estradas romanas em França elevadas do solo 6,50. A camada inferior *(statumen)* era formada por pedaços de pedra ligados com cal e areia; a segunda camada *(rudus)* era de cascalho misturado com cal; a terceira *(mulens)* compunha-se de uma mistura de cal, argila e terra,

e algumas vezes de seixos de cimento; sobre a terceira camada era disposta a quarta *(sumum dorsum—summa crusta)* formada de calhaus de pedras chatas cortadas em polígonos irregulares ou em esquadria. Às vezes, em lugar da quarta camada, havia uma mistura de seixos miudos e cal. Também substituíam este cimento por argila; empregavam, porém, sempre o mesmo número de camadas que batiam com massos ferrados, tornando-as por este modo mais sólidas e compactas. *(Hist. Universal,* vol. IV, pág. 397, liv. 50),

Ora convém aqui definir, com rigor, o campo do nosso trabalho. É destas estradas, isto é, das vias empedradas, e só destas, que nos ocupamos; estas, sabemos nós que são romanas ou posteriores ao seu domínio. Quanto às outras vias nada podemos afirmar, porquanto a maior parte delas vem do fundo dos tempos, de muitos séculos antes que os romanos chegassem à Península. Muitos escritores têm feito grande confusão destas vias, atribuindo aos romanos todas as que, pelos sinais ainda patentes, lhes parecem vir de tempos antigos. E desta forma cada um vai apontando à sua paróquia ou concelho caminhos velhos pelos quais procura ligá-los às gloriosas tradições da cultura romana. E procuram firmar-se ainda em dados históricos, pela suposição de que as numerosas nações que habitavam a Península, vivendo vida separada ou com poucas relações, não tinham necessidade de vias de comunicação. Penso que a verdade não está com estes. Embora os povos mantivessem entre si poucas relações e até se fizessem guerras frequentes, a condição errante destes povos durante muito tempo, as necessidades impostas pelas mesmas guerras, rasgaram na Península grandes vias de comunicação que permitiam a deslocação das tropas de um a outro extremo dela, como se viu com Viriato e Sertório. Acontecia até o mesmo que sucedia na Gália, onde Júlio César encontrou caminhos que lhe permitiram transportar as suas tropas e bagagens até à Bélgica, fazendo por vezes percursos diários de algumas dezenas de quilómetros em regiões onde os romanos não haviam antes chegado. Isto só lhe foi possível, sobretudo nas plagas alpinas, por ter encontrado vias de comunicação já relativamente fáceis. É, portanto, temerário atribuir aos romanos todas as vias só porque têm indicações de antiguidade; elas podem vir de muitos séculos antes deles.

Parece assente que antes de César não havia estradas na Lusitânia, e que foi este que começou a sua construção nos meados do último século antes de Cristo. A construção tomou largo incremento com Augusto quando da sua estada na Península, em 26.

Outros imperadores, no decorrer do primeiro e segundo séculos, conservaram e melhoraram as estradas feitas e cons-

truíram muitas novas, mas foi sobretudo com Trajano, natural de Córdova, e seu filho Adriano, que a Espanha alcançou o seu apogeu. A partir do século II a Espanha entrou em decadência. É natural, porém, que no correr dos dois séculos seguintes até à invasão bárbara, outras estradas se construíssem, não reclamadas já pelas necessidades da defesa militar, mas pelas do tráfego crescente pelo desenvolvimento demográfico.

Costumavam os romanos colocar à beira das estradas, de milha a milha, marcos mostrando o número delas de estação a estação, tal como hoje se faz, mudada apenas a unidade para quilómetro. E chamaram estes marcos *miliários*. Muitos chegaram até nós e são inegàvelmente elementos valiosos, ainda que não absolutamente seguros, na determinação do rumo das estradas.

O Itinerário de Antonino é considerado a obra geográfica mais valiosa que a antiguidade nos legou. Ainda que simples indicação de lugares e distâncias, dá-nos, contudo, o fácies do Império romano e deixa-nos compreender a grandeza do esforço necessário para o manter. Nele estão indicadas as estradas que sulcavam o solo do nosso Portugal. Estarão, porém, ali mencionadas todas as estradas existentes ao tempo da invasão bárbara no território peninsular? Penso que não. O Itinerário, ou fosse publicado por Antonino ou por Marco Aurélio, é obra da segunda metade do século II e apoiou-se nos comentários de Agripa que, por sua vez, compilava os resultados dos trabalhos geodésicos ordenados em 44 a. C. e concluídos na segunda década do século I.

O Itinerário não podia, portanto, inicialmente, referir-se senão às estradas abertas à data da sua publicação. Fizeram-se reformas neste Itinerário, sendo a última ordenada por Teodósio, o grande, em 435 — isto é, quando a Espanha estava já, na maior parte, sob a denominação bárbara. Qual foi a extensão e natureza destas reformas? Incluíram todas as estradas abertas depois da sua publicação? Se atentarmos bem nas que o Itinerário refere e nas mais que os documentos e vestígios de significado incontroverso nos revelam, temos de concluir que o Itinerário só mencionou as que estavam prontas à data da sua publicação, ou só aquelas cujos estudos estavam feitos ao tempo em que foi elaborado. Para a reconstituição actual do *trajecto* das que refere, o Itinerário é inquestionàvelmente um documento valiosíssimo, não só pelo que directamente dele se infere, mas ainda pela força que empresta ao argumento deduzido da documentação medieval, como veremos.

Nenhuma prova se nos apresentou, até hoje, de que os godos se tenham preocupado muito com as vias de comunicação ou de que tenham feito alguma construção nova.

No *Código Visigótico* apenas descobrimos duas leis de defesa das vias públicas. — Forum Judicum — Lib. VIII — Tit. IV — Lib. XXIV — «*De damnis iter publicum concludentium*» — Lib. XXV — «*De servando spatio justa vias publicas*».

Os árabes habitaram o solo português durante séculos. Duvida-se hoje de que eles tenham construído novas estradas. Para o nosso estudo esta questão é da máxima importância, pois se nenhumas fizeram, todas as que nos revelam os documentos são de origem romana; se construiram, temos necessidade de saber quais, para atribuir aos romanos as restantes. Inclino-me para a afirmação que dá aos árabes a autoria de algumas das estradas antigas e adiante direi porquê.

Na documentação medieval dos séculos IX ao XIII a terminologia das vias de comunicação terrestre enriqueceu-se de termos novos — além de *via* — *strata* — *iter* — aparecem-nos, com frequência, entidades novas: *carraria* — *carral* — *carril* — *vereda*. Correspondem estes termos, de facto, a entidades novas, ou são apenas novas designações dos caminhos antigos? Penso que se trata apenas de mudança de nomes.

Carraria — karraria — kararia — carreira — é o caminho que dá passagem aos carros e serve também ao trânsito de peões e cavalgaduras entre povoados ou mesmo entre cidades.

O que distingue a *via* da *carraria* é a largura e a extensão, porque a *via* é em geral mais larga e de mais longo percurso, fazendo a comunicação entre cidades e províncias. Aí vão alguns exemplos:

933 — «...per carraria maiore que discurrit ad ciuitate conimbrie...» (*P. M. H.*, Doc. XXXIX).

973 — «...et trauce illa karraria que vadit ad illa marmeleira usque fer in illa karraria de illa uimeneira ...» (*P. M. H.*, Doc. CVI).

1034 — «...quomodo discurre per illam carrariam antiquam que uadit pro ad illum pontem petrinum...» (*P. M. H.*, Doc. CCLXXXVII).

1036 — Braga — «...in directo et fere in illa carraria de agro de petro...» (*P. M. H.*, Doc. CCLXXXXI).

1043 — Cerzedo — «...et in illa kararia que discurre de illo canbpo... (*P. M. H.*, Doc. CCCXXVIII).

1083 — Cinfães — «...ad illa portella iusta kararea que uadi pro ad riu...» (*P. M. H.*, Doc. DCXV).

1127 — Viana do Castelo — «...per terminum antiquum, quem vocitant carraria et venit ad Cardos...» (*Chanc. de Af. Hen.*, Doc. n.° 1).

1161 — Gaia — «...fert in carreriam quae venit de Gaya...» (*Chanc. Af. Hen.*, Doc. 192).

«Estabelecendo que se alguma carreyra publica é destruida na testeyra de alguma herdade e o senhor da herdade a nom quer mandar tapar vaan pela herdade sem coomha nenhuma. (L. Af. III *P. M. H.).*

Por estes exemplos se verifica que *carraria* tanto conduzia à cidade, ao povoado, como ía à ponte, ao rio, ao campo. Nos documentos do século IX, X e XI, carraria é frequente. *Carrale* parece ter a mesma significação de carraria, porque, como esta, conduz à cidade, ao povoado, ao campo, à ponte, etc. Comparando o primeiro exemplo que dou a seguir com o primeiro antes dado para *carraria,* verifica-se que a carraria que conduz a Coimbra, é a mesma *carrale* que conduz à mesma cidade.

968—Vilela—«...et de alia parte carrale que discurrit ad ciuitas conimbrie... *(P. M. H.,* doc. XCV).

998—«...in ripa de mondego de azenia usque in carrale que uadit ad illo barco...» *(P. M. H.,* doc. CLXXIX).

1047—Gemunde—«...et lebe se de caral que uai at ille porto...» *(P. M. H.,* doc. CCCLIX).

1085—Arouca—«...subtus illa carral que ducit de uilla sancti petri de arauca in directo ad uilla que dicent uillare...» *(P. M. H.,* doc. DCXLVI).

1087—Arouca—«...in derecto per illa carrale et per illo uallado...» *(P. M. H.,* doc DCLXXXIV).

1101—«...inde per carrale antiqua...» *(Doc. Med.,* doc. n.º 14).

1137—Tondela—«...et intrat per illud carral que uenit de tondela...» *(Chanc. Af. Hen.,* doc. 76).

De *carraria* veio *carreira* que nos séculos XII e XIII quase desaparece com a significação própria, sendo entretanto frequente com a de peregrinação, viagem, serviço de transporte que os enfiteutas ou vassalos eram obrigados a fazer para o seu senhor.

Nos forais de Tomar e Ozezar—1174—Pombal, 1176—Torres Novas, 1190—Figueiró—1204, há uma disposição protectora das vias de comunicação pela qual se proíbe «taliar cum vallo carreiras vel stratas».

De *carral* veio o nosso carral de uso ainda frequente para significar o caminho de carro. Em todos os exemplos dados, *carral* é feminino certamente por influência de carraria. Todavia no documento 1137 «...et intrat per *illud carral* que uenit de tondela...» parece haver já uma forma masculina, pois de outro modo o notário teria escrito *illa carral.*

Carril é raro, e, embora tivesse primitivamente designado também o caminho de carro, só se usou, mais tarde, para os caminhos de pé.

1140—Santa Marinha de Panoias—«...per illo caril de terra freita...» *(Chanc. Af. Hen.,* doc. 95).

1175 — Leiria — «...deinde per uetus carril de cima de barra... deinde per uiam, que uenit de leirena... deinde per illud carril uetus...» (*Chanc. Af. Hen.* doc 234).

Via conserva nos séculos da reconquista a mesma significação que tinha entre os romanos e os godos: caminhos longos não empedrados, que punham em comunicação as cidades e as províncias e também os que nós hoje chamamos ruas.

972 — «... et pergit per montes inter illa uia antiqua et illo uallo...» (*P. M. H.*, doc. CIV).

974 — Santa Comba — «... per lomba que diuidet cum termino de trexete ubi est uia antiqua...» (*P. M. H.*, doc. CXIV).

1034 — Entre Ave e Cávado — «... et de illa incruziliada comodo avit illa via ante illa porta de illo kasal de Danila...» (*P. M. H.*, doc. CCLXXXVI).

1083 — Porto-Coimbra — «...in septemtrione *uia puplica*...» (*P. M. H.*, doc. DCXXIV).

Carreira e via não se confundem nos documentos.

1083 — Arouca — «... in uilla minianos et inde diuidet... per carraria antiqua inter iugarios et nouales... et inde per uia antiqua... (*P. M. H.*, doc. DCXXXIX).

1086 — Rua do centro de Coimbra — «... emit unam cortem... Ad orientem atrium australem de sancte marie. Ad occidentem habitationem domini cipriani Ad meridiem uiam publicam... (*P. M. H.*, doc. DCXXX).

Nos séculos XI e XII, à medida que se refazem as populações ao norte do Mondego, definitivamente livres das guerras da reconquista, novos povoados nascem, restauram-se as cidades e entre uns e outros se desenvolvem as comunicações, aproveitando-se as antigas e fazendo-se novas. É por isso que nos documentos destes séculos nos aparecem com larga frequência — via, via pública, via antiqua, via mourisca, indicando os caminhos de largo percurso.

1088 — Coimbra — «... terra ex his ultra mondecum flumen que prius tempore maurorum ortus de iben aropollo uocabatur... Est ei in oriente publica uia que ducit ad sanctaren...» (*P. M. H.*, doc. DCC).

1088 — Douro — «...per illa uia usque a sancto ioanne...» (*P. M. H.*, doc. DCCVII).

1089 — Beira — «...et mons usque ad uiam... In meridie uia puplica» (*P. M. H.*, doc. DCCXXV).

1090 — Coimbra — «...in oriente uia puplica que uacarizam... In occidente uia de uimearie... Ad septemtrionem... per illa uia coua...» (*P. M. H.*, doc. DCCXLI).

1091 — Monte-Mor o Velho — «...iuxta uiam que ducit ad ciuitatem...» (*P. M. H.*, doc. DCCLXIII).

1103 — Águeda — «...de uno talio de uinea que iacet in villa Recardanes et iacet in loco predicto inter illam uiam que

uadit ad illam uillam Sautum et alia uia que uadit pro ad ille rio de Uauga et concludit inter ambas uias...» (*Doc. Med.* doc. 102).

1139 — Coimbra — Limitação da Paróquia de Santa Cruz — «...Ab aquilone uero uersus orientem terminus descendit per uiam antiquam...» (*Chanc. Af. Hen.*, doc. 90).

1163 — Montemor — «...et uia publica que uadit ad portum de laurizal...» *Chanc. Af. Hen.*, doc. 195).

O exame dos documentos medievais mostra que *strata*, ao contrário de via, carreira, só aparece relativamente em poucos deles e estes, confrontados, revelam ainda que nas regiões atravessadas pelas estradas mencionadas no Itinerário de Antonino, a palavra *strata* só é usada para significar estas vias e, de tal modo, que esta entidade nos aparece perfeitamente caracterizada por si só, sem necessidade de qualquer outra indicação.

Em nenhum documento a *entidade strata* se confunde com qualquer das outras, havendo alguns em que concorrem as três — strata — carraria — via.

Estas circunstâncias levam-me à convicção de que o termo *strata* dos documentos compreende apenas as vias calçadas. E se estas só foram feitas pelos romanos, onde os documentos mencionarem strata, aí temos um sinal seguro para determinar o seu rumo.

As vilas, casais, leiras, campos, que figuram nos referidos documentos podem, ainda hoje, num grande número de casos, ser rigorosamente identificados e localizados em face das confrontações que ali lhes são atribuídas. Feito este trabalho, se é realmente certo que a palavra strata só designa as vias empedradas, o que creio, está lògicamente descoberto o processo para traçar sobre o mapa actual todo o sistema das estradas romanas ou árabes.

Amorim Girão publica na sua *Geografia de Portugal*, em desenho sobreposto ao mapa colorido das modernas vias de comunicação, o sistema de estradas romanas que ele organizou e assim justifica: «Sem nos preocuparmos muito com os esquemas já conhecidos e visìvelmente incompletos, baseamos esse traçado da topomínia local coligindo todos os nomes de lugar como *calçada, estrada velha, estrada mourisca, estrada, via, corredoura, carreira, carral, carril*, e respectivos compostos e derivados. Procuramos contraprová-lo em numerosos casos com o que da *velha* rede de estradas ficou no terreno ou nos documentos antigos até agora publicados; e num pequeno esboço ao lado mostramos ainda a maneira como se fazia o entroncamento das suas linhas maiores com as que cruzavam o solo Ibérico». (Pág. 365).

Com o devido respeito pelo sábio professor, parece-me que os topónimos *via — corredoura — carreira — carral —*

são indicações pouco seguras que podem levar a conclusões menos verdadeiras. Via, abrange caminhos que vem de tempos anteriores aos romanos, alguns feitos por estes, e ainda outros feitos posteriormente. Não pode, portanto, servir para identificar uma espécie.

Calçada, corredoura, são palavras relativamente novas, que tanto podem ter sido aplicadas a factos anteriores como a posteriores ao seu aparecimento. Por toda a parte se encontram estes topónimos. Se eles realmente tivessem relação com as velhas estradas romanas, teriamos, sobretudo a região entre Douro e Mondego, juncada delas.

«Carraria, — ensina SERAFIM NETO, — com todos os seus derivados vem sem dúvida de carrus-i ou carrum-i, palavra gaulesa encorporada ao latim e cedo difundida por todo o Império. Significava o carro de duas ou quatro rodas, que servia para transporte de mercadorias e, na guerra, para transporte de bagagens e máquinas. Os escritores militares usam-na com frequência». Esta palavra teve larga família de derivados:

I — *Carruca* — veículo de luxo com ornamentos de bronze, marfim, prata ou ouro, onde se podia até dormir. Todavia na lei sálica designa uma espécie de arado. Não há certeza se se trata duma evolução do sentido, ou de uma palavra diferente. Deste significado resultou o francês charrue, donde o português charrua».

«II — *Carrago-inis* — entrincheiramento feito com carros de bagagens.

III — *Carracutium-ii* — carro de duas rodas muito altas.

IV — *Carrucarius-ii* — cocheiro da carruca».

Entretanto os vocabulários latinos não documentam carrária, nem a palavra se encontra nos escritores até ao século v. Esta circunstância parece-me prova evidente de que a sua formação só se fez depois daquela data, isto é, depois que os godos, e sobretudo os suevos, generalizaram na Península, na linguagem popular, o uso da palavra carrus. É, portanto, uma palavra, posterior à dominação romana e, por isso, de pouco valor na identificação das estradas romanas.

Já dissemos do valor de carraria — carral — carril, a este respeito. Passo agora a transcrever as passagens dos documentos relativos à região de entre Douro e Mondego, ou entre Porto e Coimbra, para em seguida determinar com mais precisão o rumo da estrada romana no concelho de Águeda. O exame geral destes cocumentos dá-nos o sistema de estradas de toda a região. Para maior clareza ponho de lado a ordem cronológica, começando pela estrada Conimbrice — Cale — (Condeixa-Porto).

1079 — Antanhol — «...et cum suo monte per illa strada...» (*P. M. H.*, doc. DLXVIII).

1080 — Antanhol — «...et cum suo monte per illa strada...» *(P. M. H.*, doc. DLXXXVI).

1080 — Antanhol — «...in loco predicto in antoniol in illa strata qui discurre de sancti iusti pro ad colimbria...» *(P. M. H.*, doc. DCXXXXI).

Por estas indicações se vê que a estrada romana, partindo de Coimbra (Condeixa-a-Velha) não seguia o actual curso da estrada n.° 10, mas vinha pela vertente oposta, de poente, para atravessar o Mondego abaixo da actual ponte de Santa Clara.

1101 — Coimbra — Vilela — «...ereditate inter Gueifar et Casal de Patre et de alia parte inter Lauandeira et illa strata maurisca sub illas mamolas de Uillela...» *(Doc. Med.* doc. 29).

1018 — Botão — «...et diuidet cum marmeleira per illo kasal de olpinos et perge ad illa strata que discurre iuxta oleaster et perge per illa strada usque in illo ribulo...» *(P. M. H.*, doc. CCXL).

1101 — Mealhada — «...de uilla Moroganus qui est inter Almahala de Rei et Certoma et strema illa uilla per illo porto de Ventosa et ueni usque ad illa strada maurisca... ad oriente uilla Aquilin... ad aquilone uilla Stamengus ad Affrica uilla Canizales *(Doc. Med.* doc. 17).

1143 — Mogofores — «...et inde per illam stratam mauriscam et inde per illam lacunam... et inde per illam stratam paruam que uadit ad paredes...» *(Chanc. Af. Hen.*, doc. 125).

957 — Aguada de Baixo — «...et diuidit ipsa uilla cum uilla barriolo per illa lomba inter ambas illas stratas...» *(P. M. H.*, doc. LXXIII).

1050 — Lamas — Pedaçães — «...Padazanes ad integro per suos terminos quomodo diuide cum christouannes et cum couellas per illo fontano cum suo molino et illo fontano discurre pro ad uauga per ut illo diuidiui cum maiorinos de rex domno fredenando, et de alia parte per estrada maiore. et de alia parte quomodo diuide cum lamas per illa coua de illo sauuqueiro de ripa de uauga...» *(P. M. H.*, doc. CCCLXXVIII).

1077 — Pedaçães — Lamas — «...padazanes quomodo fui illa de ille comes domno didago et diuide per illa strata maiore et de alia parte diuide per illo termino de sancta maria de lamas...» *(P. M. H.*, doc. DXLIX).

1118 — Albergaria a Velha — «...deuide sicut currit — strata usque... et inde de ipsa prima fonte de sub strata... in loco isto de super strata... fonte prima de sub-strata (Doc. pub. por JOÃO PEDRO RIBEIRO nas *Dissertações Cronológicas).*

1088 — S. João da Madeira — «...quomodo conclude per illa strata de iusta illa ecclesia de sancti ioanni...» *(P. M. H.*, doc. DCCIV).

1122 — S. João da Madeira — «...desde illa strada mourisca ata illa ueneiro...» *(Arq. de Aveiro*, vol. 2, pág. 67).

1145 — Azevedo — «...in villa dicta *azevedo* subtus illam stratam mauriscam... *(Arq. de Aveiro*, vol. 4, pág. 26, cit. por João Domingues Arede).

1148 — Sermonde — Brantães — «...subter illam Stratam Mouriscam...» *(Anais do Município de Oliveira de Azeméis*, págs. 13 e 14, cit. por João Domingues Arede no *Arq. de Aveiro*, vol. 4, pág. 25).

1078 — Paradela — R. Feveros — «...et deuidit ipsa uilla qum sexo aluuo a parte mare per strata maiore et alia parte inter acisterio petroso...» *(P. M. H.*, doc. DLXIII).

1087 — Pedroso — «... in uilla billanes subtus castro petroso discurrente riuulo cerzedo territorio portugalensi sub illa strata propre littus maris *(P. M. H.*, doc. DCLXXV).

1096 — «...in uilla dicta eldiriz subtus monturelo discurrente riuulo feuerus... super strata» *(P. M. H.*, doc. DCCCXLII).

1098 — Pedroso — «...dou atque concedo ad loci illius sancti petri illas hereditates quantas ganaui cum uiro meo des durio in uauga siue super strada comodo subtus illa strada... et habent iacentia in territorio castro portela et ciuitas sancta maria...» *(P. M. H.*, doc. DCCCLXX).

1101 — «...ipsa hereditas in Resmaa subtus monte Ordoni discurrente riuulo Feueros territorio Portugal et est super illam stratam...» *(Doc. Med.* doc. 48).

1102 — «...in uilla Dragoncelli subtus monte Saxo Albo discurrente riuulo Feueros... super illam stratam...» *(Doc. Med.* doc. 76).

1109 — «... in uilla Ramiri et Ordoni ... discurrente Feueros... super illa strada...» *(Doc. Med.* doc. 344).

1112 — Pedroso — «...discurrente riuulo Cerzedo ... sub illa strata in uilla Brito... exparte cum Villa Plana et cum Spino et de alia parte cum Sancto Felice...» *(Doc. Med.* doc. 403).

1128 — Carta do Couto de Pedroso — «...dahi a Porto Carreiro e vai ter a estrada...» *(Chanc. Af. Hen.* doc. 10).

1147 — Gaia — «...desde o Porto Caneyro e dahy pela Pena de Corvo e desde ahi pela estrada velha que vae a João Gignes... até o Porto da Ponte de Valgias e dahy pela mesma estrada...» *(Chanc. Af. Hen.* doc. 144).

Esta série de indicações dá o traçado da estrada entre Condeixa-a-Velha e o Porto. — O estudioso que queira dar-se ao trabalho de identificar todos os lugares mencionados nos documentos referidos, poderá traçar sobre o mapa o rumo rigoroso da velha estrada romana, e então verá quanta razão há naquelas palavras atrás referidas em que Papias dá as razões das construções das estradas: «...propter rectitudinem itinerum...». De facto, colocando a régua sobre Condeixa-a-Velha — Antanhol (encosta a nascente) — Coimbra —

Vilela — Mealhada, Mogofores — Avelãs — Aguada de Baixo —Recardães—Lamas—Albergaria-a-Velha—Oliveira de Azeméis—S. João da Madeira—Sermonde—Gaia—não podemos deixar de admirar a grande aproximação da linha recta. Esta economia de distância só pôde ser alcançada com o sacrifício da comodidade, com subidas e descidas que os nossos actuais meios de transporte não suportariam. As pequenas curvas são determinadas apenas pela necessidade de passagens mais fáceis nos rios ou para evitar vales profundos e encostas abruptas onde a construção seria impossível ou ao menos excessivamente dispendiosa.

A construção das estradas modernas obedece a princípios muito diferentes, sacrificando a economia das distâncias à economia dos gastos e sobretudo às necessidades dos actuais meios de transporte. Não alcançam as alturas galgando as encostas em linha recta, mas serpeam-nas alongando-se em curvas de inclinação suave. E é por esta razão que será sempre trabalho baldado procurar os leitos das velhas estradas romanas sob as actuais ou a correr-lhes sempre paralelas. Podem seguir a mesma zona, mas aqui se combinam, lá divergem, convergem ou se cruzam. Entre S. João da Madeira e Porto é grande o número de documentos em que nos aparece a referência *estrada*. Deles resulta alguma confusão, porque uns só falam em estrada, enquanto outros dizem *estrada mourisca;* e um *estrada maior* e outro ainda *estrada velha*. Quererá esta divergência significar que os árabes tenham construído alguma estrada nesta região?

O Sr. P.e Miguel de Oliveira publica no vol. IX, fasc. 33 do *Arquivo de Aveiro*, um estudo interessante — *De Talábrica a Lancóbriga pela via Militar Romana* — onde diz: «— a propósito do lugar de Azevedo (S. Vicente de Pereira) deparou-se-nos a primeira menção de estrada mourisca, em documento de Grijó».

«Como iremos agora encontrar frequentes alusões a essa estrada, convém precisar o sentido de tal designação».

«É bem conhecida a designação dada por Viterbo: — chamou-se Estrada Mourisca, porque os Mouros a romperam, deixando, talvez já por invadiável naquele tempo, a Estrada Romana, ou Via Militar... Com o rodar dos anos a costa se entupiu, e alteou por causa das areias, e os rios estagnados não só esterilizaram os campos, mas também fecharam a passagem dos caminhos. Daqui se fez indispensável a presente Estrada Mourisca...»

«Ninguém sabe onde o autor do *Elucidário* colheu notícias de semelhante catástrofe, mas é fora de dúvida que ele se equivocou distinguindo o traçado da via romana do da estrada mourisca. Por um lado, não consta que os Mouros se ocupassem em trabalhos deste género e, por outro, não

se compreende que se abalançassem a obra tão arrojada sem terem ao norte o domínio de um núcleo importante de população sua, com o qual fosse indispensável manter ligações.»

«Ainda que pudesse relacionar-se com eles uma *porta mourisca* em Coimbra (RUI DE AZEVEDO, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra*, pág. 78) dificilmente se lhes poderia atribuir uma «carraria maurisca» que um documento de 953 nos dá para os lados de Vila do Conde, em território onde se não exerceu por muito tempo a ocupação muçulmana *(Dipl.*, n.º 67).»

«Qualquer que seja a explicação do nome, a estrada que nesta região se chamava mourisca, era a própria via romana.»

Não posso concordar com o Sr. P.e MIGUEL DE OLIVEIRA.

Na verdade, não se sabe onde VITERBO foi colher que os árabes construíram nova estrada por estar arruinada a romana e alagados os terrenos por onde esta passava. O desconhecimento da fonte autoriza a pôr reservas à afirmação de VITERBO, mas não autoriza a declará-la falsa, negando assim probidade ao seu autor.

Eu acredito que VITERBO tivesse lido algures aquela notícia, mas porque não revelou a fonte, fica-nos apenas o argumento de autoridade, que é realmente fraco, sem deixar de ser um argumento. Este, com outros argumentos que fàcilmente se colhem, se nos não mostram rigorosamente a verdade, dão-nos, entretanto, uma forte presunção dela.

Não foi tão curto o período da dominação pacífica dos árabes na região entre Douro e Mondego. Sabemos que em 718, quando se travou a batalha de Covadonga, os árabes eram senhores de toda a Península, com excepção das Montanhas Asturianas. E esta situação prolongou-se durante os reinados de Pelágio e seu filho Fafila. Afonso I fez incursões na Galiza até ao Douro, mas estas não lhe deram nenhuma posse sobre as regiões invadidas. Em tempo de Ordonho I, morto em 866, o poder dos cristãos ainda se não estendia além do Minho. Só com Afonso III é que o reino cristão se dilatou para além do Douro, atingindo Coimbra.

Estava-se no fim do século IX. Tinham corrido perto de dois séculos depois da invasão, e tão longo espaço de tempo foi bastante para que os árabes nos pudessem deixar traços evidentes não só da sua passagem como da sua forte ligação à terra. Provam-no as inúmeras povoações que conservaram nomes seus. Não há, pois, razão para que o culto sacerdote estranhe o aparecimento da *carraria maurisca* num documento de 953 de Vila do Conde. Testemunha nesse documento Jaffar Sarraciniz, que certamente não era godo.

Também não me parece muito acertado dizer-se que os árabes não teriam grande interesse em conservar, melhorar, ou substituir, o velho leito romano, por não terem, ao norte,

povoações importantes a servir. A invasão árabe pouco teve de semelhante com a invasão bárbara. Esta foi a ocupação efectiva da terra por uma nova nação, a partilha violenta dela, foi a tomada pela força, foi a destruição e a morte; aquela, nas terras que pacìficamente se entregaram, foi a simples ocupação militar; o povo que tinha a posse da terra, nela se manteve em geral. Só mudaram os governantes. As gentes ismaelitas, que depois vieram, entraram pacìficamente e pacìficamente se estabeleceram na terra habitada. Centros de população, havia-os ao norte do Douro e por toda a Galiza e as suas comunicações com o Sul faziam-se essencialmente pela velha estrada romana que vinha de Braga ao Porto e daqui por Coimbra a Lisboa. Foi natural, portanto, que esta lhe merecesse alguns cuidados.

O qualificativo *mourisca* atribuído à estrada nalguns documentos medievais, não pode ter a origem que algumas vezes se lhe dá: tendência geral do povo para atribuir aos mouros os monumentos que vêm de tempos imemoriais.

Em 953 os mouros, se já não dominavam na região de Vila do Conde, poucos anos havia que ali tinham perdido a sua soberania. A «Carraria Maurisca» não podia assim ser-lhes atribuída só porque era tão antiga que se lhe não conhecia o autor. Se a razão de *mourisca* fosse essa natural tendência do povo para assim chamar a todas as obras que ultrapassam a sua memória, porque não abrange essa designação todos os documentos de Pedroso, mas só uma parte deles?

Além dos documentos relativos à região entre S. João da Madeira e Porto, conheço ainda mais dois, já atrás referidos, em que a estrada é qualificada de *mourisca:* 1 — de Vilela—Coimbra «...ereditate inter Gueifar et Casal de Patre e de alia parte inter Lauandeira et illa strata maurisca sub illas mamolas de Uilella...» — 2 — Mogofores «...et inde per illam stratam mauriscam et inde per illam lacunam et inde ad illos pozos et inde ad aliam lacunam et inde per illam stratam paruam que uadit ad paredes...»

Ora deste último documento infere-se que perto de Mogofores havia duas estradas, uma maior e outra menor, (paruam) sendo a maior a *mourisca.* E isto está de acordo com os documentos de Pedazanes (Pedações — junto do Vouga) — *P. M. H.* — em que se fala em *estrada maior* «...et de alia parte per estrata maiore — Doc. CCCLXXVIII — «...et diuide per illa strata maiore...»: Doc. DXLIX.

Também precisamente na região de Pedroso, em que os documentos falam em *estrada mourisca,* diz-se «...et deuidit ipsa uilla qum sexo aluuo a parte mare per strata maiore et alia parte inter acisterio petroso...» *(P. M. H.,* doc. DLXIII). A qualificação de maior seria incompreensível se não houvesse no lugar outra menor. Qualquer dúvida, entretanto,

desaparece em face do documento de Aguada de Baixo: «...et diuidit ipsa uilla cum uilla barriolo per illa lomba inter ambas illas stratas...» (*P. M. H.*, doc. LXXIII). Neste documento estão marcadas todas as confrontações de Aguada de Baixo, que são ainda as que esta freguesia tem hoje. Pelo Nascente, a linha divisória segue pela encosta de Barrô, até perto desta aldeia, cortando depois em linha recta através do campo até ao Cértima. Era pois nesta pequena encosta de Barrô que passavam duas estradas, seguindo quase no mesmo sentido com pequena divergência entre si. Os romanos não iriam construir duas estradas no mesmo lugar e com o mesmo fim. Uma, certamente, fora feita pelos árabes. Adiante veremos porquê.

Estou convencido de que VITERBO está com a verdade: os árabes em vários lugares modificaram os rumos da estrada construindo partes novas e foram estas que se chamaram *mouriscas*. Bem sei que logo me surge este embaraço: se assim é, se neste ou naquele ponto existiram duas estradas, como em Aguada e Lamas se encontram vestígios das duas, assim se devem encontrar nessa região entre S. João da Madeira e Gaia. E assim é. Creio que não será difícil ao estudioso encontrar nos documentos e no exame local dados seguros sobre as duas estradas. Já ARMANDO DE MATOS na monografia «As Estradas Romanas no concelho de Gaia» diz o seguinte:

«Têm partido sempre os nossos arqueólogos, que ao Concelho de Gaia dedicam a sua atenção e com este assunto se ocuparam, do princípio da existência de uma só via romana. Devo dizer que, já há muito, desde que, um dia, marquei numa carta do concelho todos os pontos de interesse arqueológico, de que tinha conhecimento, relativos ou relacionados com a época em estudo e que atentei na distribuição da população nestas paragens, me convenci, julgando-a quase indispensável, da existência de diversas vias de comunicação.

Para a política de atracção, desenvolvida pelos romanos, a fim de provocar a vinda dos habitantes dos pontos elevados para a planície, esta só por meio de uma boa e orientada rede de caminhos era possível, enquanto, inicialmente, a sua finalidade imediata fosse de ordem estratégica.

«De resto, tendo presente que os romanos tinham vários tipos de caminhos, distintos pela sua largura e acabamento, como *actus, iter, semita, callis*, destinados respectivamente à passagem de *carros, de cavalos, de peões e de rebanhos*, além de *tramas e de ambitus*, não é descabida esta minha observação.»

«Embora difícil de encontrar, tive a sorte de me vir às mãos uma valiosa planta de todo o concelho, levantada em 1848 por Manuel José do Couto Guimarães...»

«Começando a examinar então atentamente tão interessante documento... decidi-me abertamente por uma outra solução, que fortemente se arreigou no meu espírito: não estávamos em frente só de uma estrada importante, mas pelo resultado a que cheguei, tínhamos para já, não uma, senão pelo menos três estradas». E enumera-as:

1.ª — Vinda de Riba Ul por Arrifana.

2.ª — Vinda de Brito por Golpelhares, Valadares, Monte, Lameiro.

3.ª — Partia de Pedroso, atravessava a Farrapa, Freitas e Gralheira, e seguia por Santa Cruz da Trapa, S. Pedro do Sul, para Viseu.

Ainda que o rumo dado à segunda estrada não me pareça ajustado à verdade, nalguma coisa o Dr. ARMANDO DE MATOS parece estar certo: a presença, num ou noutro ponto do concelho de Gaia, de duas estradas conduzindo do Sul para o Porto.

O Dr. ARMANDO DE MATOS entende que o grande critério que presidiu à construção das estradas romanas foi o de atender às necessidades dos castros ou centros populacionais e que por virtude dele as estradas, então como hoje, contornavam as montanhas e serpeavam a planície, de modo a servir o maior número. Já disse anteriormente que os romanos procuravam sempre a economia da distância; e o supremo interesse que se propunham servir era o de Roma. Quando as estradas romanas começaram a ser construídas, em tempo de César, a República, agonizante, precisava de todos os recursos do Império para alimentar a corrupção de Roma, a maior que a Humanidade jamais conheceu. As estradas cómodas e rápidas tornaram-se necessárias para conduzir a força que impunha e mantinha a autoridade «central» e levar à grande cidade contribuições e produtos que alimentavam a sua voracidade. A esse tempo já os castros, batidos e humilhados, espreitavam por entre as ruínas das suas muralhas os aldeamentos que os seus antigos habitantes iam semeando pela planície e onde durante quatro séculos vieram a receber todos os influxos da civilização romana.

Quanto à terceira estrada, a que de Pedroso ia a Viseu, através da Gralheira, referir-me-ei mais tarde, quando tratar doutras dentre Douro e Mondego.

O Sr. Dr. AMORIM GIRÃO, no mapa de viação antiga que traz sobreposto ao mapa das *Vias de Comunicação e Postos Marítimos (Geografia de Portugal*, págs. 366-367) afasta o rumo da estrada antiga, a partir de Coimbra, para ocidente, fazendo-a passar ao poente de Albergaria, em curva leve até Espinho e daí quase pela costa até ao Porto. Não sei em que elementos se estribou. Aqueles que deixo aqui indicados dão-lhe orientação diferente, afastando-a da costa e aproxi-

mando-a do rio Feveros que vai confluir no Douro quase em frente a Valbom.

Vamos agora ver com mais precisão qual o rumo que tinha a estrada romana no concelho de Águeda, ou melhor, entre Mogofores e Albergaria. Vemos pelo documento de 1143 que em Mogofores havia duas estradas, a *Mourisca* e a estrada *pequena* que ia a Paredes. Estas estradas ficavam entre as actuais povoações de Ancas, Mogofores e Avelãs de Baixo «...In oriente quomodo... uertit aquam per illud suber forcatum et inde per illam stratam mauriscam et inde per illam lacunam et inde ad illos pozos et inde ad aliam lacunam et inde per illam stratam *paruam* que uadit ad paredes...». Este mesmo documento dá a razão das duas estradas: zona de lagoas e poços.

A partir de Aguada de Baixo encontramos ainda as duas estradas «...et diuidit ipsa uilla cum uilla barriolo per illa lomba inter ambas illas stratas»... Já disse que a confrontação das duas freguesias, Aguada de Baixo e Barrô é ainda hoje a mesma, do alto da encosta que sobe do campo para esta última. As duas estradas passavam, por consequência, uma a norte e outra a sul deste ponto. Quer dizer, duas estradas: a romana e a mourisca.

Entre Avelãs de Caminho e Aguada, a estrada mourisca ou voltava a seguir o leito romano, ou dele se afastava pouco. Em Aguada de Baixo começava nova divergência: as duas estradas, atravessando o rio Águeda aproximadamente no local em que hoje está a ponte de Ladiosa, seguiam pela encosta de Barrô: a árabe para Randam, Sardão, Águeda e Mourisca, a velha romana pelo norte de Barrô e Recardães, atravessando o Águeda na direcção de Paredes e daí a Crastovães, Covelas, Lamas, a nascente da ponte velha do Marnel, no local onde foi a velha igreja. Daí ao Vouga, a mais ou menos cem metros a jusante da ponte actual, onde atravessava o rio em direcção à Gândara de Serem. As duas estradas juntavam-se ao meio da lavoura entre Pedaçães e Mourisca. Se os árabes, nos séculos VIII e IX, tiveram de abrir novos leitos em zonas em que a velha estrada estava em más condições, imagine-se como não estaria no século XII. É possível que a calçada, em muitas das partes em que era ainda aproveitada para o trânsito, já tivesse desaparecido, falando os documentos em *vias*, pela confusão com estas. E só assim se explica o documento de Recardães de 1103 — «...de uno talio de uinea que iacet in uilla Recardanes et iacet in loco predicto inter illam uiam Sautum et alia uia que uadit pro ad ille rio de Uauga et concludit inter ambas uias (*Doc. Med.*, doc. 102). Esta via que ia ao rio Vonga era certamente a velha estrada romana que de Recardães atravessava o rio para Paredes e daí, galgando a encosta, ia a

Crastovães — Vouga. A outra via, que se dirigia ao Souto, no Caramulo, era a que, seguindo a margem esquerda do Águeda, ia a Viseu.

O falecido Conde da Borralha publicou no *Arquivo de Aveiro*, vol. 5.º, pág. 121, uma lenda sobre a passagem da Rainha Santa Isabel por Águeda no regresso da sua peregrinação a S. Tiago de Compostela, que encontrou no velho Tombo do Hospital. Diz a lenda: «Esta terra (uma propriedade do Hospital) está na várzea de Recardães pegada ao cômoro de João Tavares, digo, ao cômoro do capitão João Tavares da ponte; arrenda-a o Hospital pelo preço que lhe parece (?). Parte do norte com o rio e do sul com a estrada que vem do Sardão para Recardães e tem dízima a Deus e foi dada pela Raínha Santa ao Hospital da largura do coche em que vinha de S. Tiago pela estrada do cruzeiro de Paredes por ser naquele tempo a melhor, e passando pela estrada das Laranjeiras defronte do dito Hospital, no tempo do estio em direitura ao Campo limpo já dos frutos até à estrada da Corga, tempo em que não havia quintal de Miguel Henriques da Ponte».

Pondo de parte as inexactidões e ingenuidade da lenda, uma verdade, entretanto, ela contém: Havia uma estrada que do Norte vinha ao Cruzeiro de Paredes, e, se a Rainha Santa Isabel preferiu esta por ser então a melhor é porque havia outra em piores condições. Eram as duas estradas, a velha romana e a árabe, de construção muito posterior. E também na lenda há a referência à estrada que de Recardães ía ao Sardão e de lá ao Souto, como antes disse.

Não tive ainda oportunidade de examinar bem a zona entre Paredes e Crastovães, parecendo-me, entretanto, que, o revolvimento das terras pela cultura e a mão do tempo, apagaram nela todos os vestígios da estrada romana. De Crastovães a Santa Maria de Lamas, na encosta que da estrada de Pedaçães, antes do Mato Crespo, vai à Volta Grande e daí ao velho passal, há ainda vestígios seguros da sua passagem. Era mesmo junto da casa que serviu de residência paroquial, que a estrada atravessava o rio Buoca e o que vinha do Beco, agora reunidos na vala central. Na margem direita a estrada dobrava a poente em direcção à Ponte Velha. Neste espaço, o ponto em que a estrada alcançava a margem direita e a ponte, quem se der ao trabalho de sondar a chamada *Vala Velha* nela encontrará a calçada antiga. Esta vala, na parte próxima à ponte, já desapareceu sob a compressão das terras de arroz marginais, mas a calçada lá está debaixo delas. Ainda nos princípios do século XVI esta calçada estava livre das águas e servia de trânsito aos que desciam de Carvalhal. Diz um documento de 1751 *(Tombo do Duque de Lafões)* referido a outro documento de 1530, que o reguengo confrontava com a vala velha que corria pela estrada antiga e do

Aguião com as paredes velhas. Esta calçada tem sobre si uma pequena camada de terra que vai de 0,30 a 1,50 aproximadamente, e no Verão as águas não têm mais que um metro de profundidade, sendo assim relativamente fácil a sondagem. Precisamente nesta zona, do lado direito, ergue-se o Cabeço do Vouga, terminado por dois cones truncados, o Cabeço Redondo e o Cabeço da Mina, sobre os quais outrora se levantaram as muralhas da Alcáçova Maior e da Alcáçova Menor, como ainda lhe chamavam no século XVI. E o povoado luso-romano estendia-se pela encosta, até mesmo junto da estrada onde tinha o seu porto. Muitos alicerces, mós e outros utensílios foram já arrancados, mas lá estão ainda algumas paredes a desafiar a curiosidade dos arqueólogos.

Da ponte, a estrada ía ao Vouga, passando o seu leito por sob as casas dalém da Ponte Velha, seguindo a alguns metros a nascente da estrada n.º 10. A travessia do rio, fazia-se, como já disse, abaixo da actual ponte e na margem direita a estrada subia a encosta em recta até à Mala Posta. Nessa zona os vestígios da estrada são evidentes. Na encosta há cortes profundos na pedra. As valetas ainda perfeitas dão-nos a estrada ainda em toda a sua largura. Perto do rio, a ponte, construída no século XIII a nascente, fez desviar um pouco a estrada neste sentido, ficando abandonada pequena faixa a alguns metros da velha estrada até à beira do rio, hoje já tomada pelas terras adjacentes.

De igual modo, na margem esquerda, a estrada vinha, no lugar de Vouga, até à velha casa dos Melos e daí ao rio. Da Mala Posta a Albergaria o leito da estrada seguia paralelo ao actual leito da estrada n.º 10, um pouco a norte. Aquém e além, na depressão do terreno, parece ainda descobrir-se o rumo dela.

Voltemos a Barrô a procurar a estrada árabe, a *mourisca maior*, como lhe chamam os documentos. Ela vinha pelo alto da encosta ao Randam e daí ao Sardão atravessando o rio no lugar onde foi a ponte velha, para seguir pela Venda Nova à Mourisca. Era em Águeda à estrada das Laranjeiras, como lhe chama o anónimo da lenda de Santa Isabel, atrás referida. A Rainha desceu pela estrada que vinha ao Cruzeiro de Paredes, passou em frente ao Hospital, junto da praça no lugar hoje ocupado pela estrada n.º 10, e daí à estrada das Laranjeiras para atravessar o rio em direcção à estrada dos Corgos, que era a que vinha de Randam.

Aceito a hipótese de Mourisca ser o nome da estrada feita pelos árabes, em oposição à romana que lhe passava perto, pelo noroeste. Mais tarde, quando se formou o povoado, o nome passou a este, desligando-se da estrada, que passou a chamar-se Coimbrã. Era este o seu nome, ao menos no princípio do século XVI. (*Tombo dos Lemos da Trofa*—inédito).

Da Mourisca, a estrada, a norte da actual rua, ia encontrar a romana, antes de Pedaçães, por alturas do Serrado da Gata, onde acabava. A estrada velha, que neste lugar ia pelas Covas à Ponte Velha, deve ser de construção posterior, talvez coeva da construção da ponte.

Nos documentos, já referidos, de 1050 e 1077, são dadas a Pedaçães as seguintes confrontações: «Padazanes ad integro per suos terminos quomodo diuide cum christouannes et cum couellas per illo fontano cum suo molino et illo fontano discurre pro ad uauga per ut illo diuidiui cum maiorinos de rex domno fredenando et de alia parte per estrata maiore. et de alia parte quomodo diuide cum lamas per illa coua de illo sauuqueiro de ripa de uauga» (Doc. de 1050) — «...padazanes quomodo fui illa de ille comes domno didago et diuide per illa strata maiore et de alia parte diuide per illo termino de sancta maria de lamas e de alia parte cum crestoualanes et cum couelas per illo fontano que discurri pro ad uauga cum suo molino sic ganaui eam ad integro. et de auolengo medietate de sancta maria de lamas quomodo diuide cum padazanes...». (Doc. de 1077).

Quer dizer: Pedaçães confrontava com Crastovães, Covelas e o Ribeiro que corre para o Vouga. Estes lugares ficam pelo sul e poente. Doutra parte confrontava com Lamas ou com o termo de Santa Maria de Lamas. Esta povoação fica ao norte. Por outro lado confrontava com a estrada maior. Esta só podia passar pelo nascente. E assim era. Correndo a sul da actual rua da Mourisca, além do largo da capela, ia encontrar o velho leito romano, no meio da actual lavoura, que naquele tempo era floresta e mato, onde viviam tranquilos os lobos e os ursos.

A vila de Pedaçães antiga teve o seu assento a norte das actuais terras do *Agro*, constituindo este campo a sua principal zona de cultura. Neste mesmo lugar ainda hoje se encontra a principal parte do povoado. A estrada velha que ia a Vouga não pode ser a estrada maior, pois servindo esta de limite à vila não pode atravessá-la.

O Sr. JOAQUIM DE SOUSA BAPTISTA, da Arrancada, fez um estudo sobre as estradas romanas no concelho de Águeda. As estradas que refere serão, umas, as antigas vias pre-romanas, e outras, mais recentes, virão da dominação árabe ou já dos primeiros tempos da monarquia. Havemos de abordar este assunto, depois de tratarmos das outras estradas romanas que vinham entroncar com a de Coimbra ao Porto.

Rio de Janeiro.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

A DIOCESE DE AVEIRO

LEGISLAÇÃO DIOCESANA

DURANTE os 107 anos que contou a diocese de Aveiro na sua primitiva fase de existência, até à sua extinção, ocorrida em 30 de Setembro de 1881, foi ela governada por sábios e santos Bispos, e por Vigários Gerais ilustrados que, provisória e criteriosamente, iam aplicando no governo da sua diocese o regime duma legislação, que por eles era recolhida de várias dioceses estranhas.

Nunca aos seus três Bispos foi possível celebrar quaisquer sínodos, sendo, como eles reconheciam, premente a necessidade de codificar nessas assembléias as leis que regessem com mais coesão e uniformidade a actuação legislativa ou preceptiva da diocese.

Dada a criação da nova Igreja, jamais os seus Prelados deixaram de conjecturar e acarinhar a melhor oportunidade e a melhor maneira de reunir aquela assembléia sinodal, com o objectivo de dar à diocese Constituições próprias.

Dos documentos episcopais, claramente transparece esse seu desiderato que não chegou a ter efectivação. Em matéria de importância tão transcendente, cumpria não obrar de ânimo leve, ou com ignorância dos caminhos a trilhar.

Desta disposição, pode dar testemunho a primeira Pastoral que o circunspecto D. Manuel Pacheco de Resende dirigiu aos seus subditos em 15 de Maio de 1816.

A estabilidade duma legislação própria e actualizada na diocese, justificava a acuidade prelatícia, no desejo manifesto de uma preparação cuidadosa para essas reuniões presididas pelo Bispo, e nas quais se havia de dar corpo e forma às leis ali debatidas, harmonizando-as com as necessidades e utilidade do clero e dos fiéis.

Por estas, ou por outras razões certamente ponderosas, que deconhecemos, ou que de algum modo ficaram documentadas em actos de natureza pastoral, manifestavam os pre-

claros Bispos que ainda não tinha chegado a hora oportuna dos sínodos, nem das Constituições do Bispado de Aveiro.

Os Bispos, *«soliciti servare unitatem Spiritus in vinculo pacis»* (Eféseos, IV, 3), tinham em mente elaborar uma Obra que se adaptasse às necessidades dos seus súbditos: — *«non quae sua sunt, singuli considerantes, sed ea quae aliorum»*. (Filipenses, II, 4). Nesta intenção inicial, enquanto se estacionava, houve que recorrer-se a outras dioceses, sobretudo às de origem — Coimbra e Porto.

As dioceses de Braga, Viseu, Portalegre, não ficaram alheias ao regime legislativo que os Prelados aveirenses perfilharam, adoptando-o na sua Igreja.

Como já tivemos ocasião de dizer (*Arquivo*, vol. XIV, pág. 236) logo de entrada na diocese, o primeiro Bispo, D. António Freire Gameiro de Sousa, adoptou as Constituições de Coimbra que foram, como se verá, readoptadas pelos seus dois venerandos sucessores.

No tempo do segundo Bispo, vieram a ser novamente trave mestra desse regime provisório, as Constituições de Coimbra, da autoria do grande Bispo Conde, D. Miguel da Anunciação, e bem assim as do Bispado do Porto. À volta delas gravitavam as Pastorais, Circulares, Editais, etc.... das das referidas dioceses.

Bem cedo, logo no princípio do seu pontificado, D. António José Cordeiro, no seu zelo de Prelado operoso, que foi, veio a ter conhecimento de que muitos clérigos e fiéis eram descuidosos, aliás desleixados, no cumprimento da legislação do seu Antecessor. Sabe que eles pretendem cohonestar as suas transgressões, culpas e esquecimentos, reais ou imaginados, com a sombra de uma lei que não passava de uma opinião controversa de certos teólogos, que sustentavam que, dada a morte de um Prelado, automàticamente cessava toda a legislação por ele decretada.

No intuito de debelar o mal, o Bispo acode e denuncia serenamente a indisciplina, determinando em Pastoral de 8 de Maio de 1802 que sejam readoptadas as Contribuições do Bispado de Coimbra, as Pastorais, Ordens Circulares, etc... do mesmo Bispado, as quais já haviam sido aprovadas pelo seu Antecessor. Não lhe foi possível promulgar Constituições próprias.

Nesta mesma Pastoral que vimos comentando, é também suavisada a legislação diocesana sobre certas excomunhões, quando se declara que as de *Latae Sententiae* passem a ser *Ferendae Sententiae*, com excepção da dos casos reservados pela Pastoral do Bispo Conde, D. Miguel da Anunciação, datada de 3 de Janeiro de 1763, e da dos casos reservados à Sé Apostólica, que continuariam a ser *Latae Sententiae*,

como se diz na Pastoral que passamos a transcrever do *«Livro das Pastorais»* da diocesse de Aveiro.

D. Antonio Joze Cordeiro, por Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Aveiro, do Conselho de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor, etc...

Aos Reverendos Parochos, clero e povo da nossa Diocese, saude, paz em o Senhor.

Fazemos saber q̃ alguns dos Nossos Diocezanos se tem servido da opinião daquelles Autores q̃ seguem cessar da Obrigação dos Estatutos ou Pastorais do Prelado, pela sua morte, para livremente porem em total esquecimento as justas e saudaveis detriminaçoins q̃ o N. Ex.mo Antecessor havia feito para promover a observancia dos Preceitos de Deos e da Igreja e o comprimento e satisfaçoins das Obrigaçoins, ou dos Eclesiasticos ou de todos os fieis emcombidos a nosso Cuidado Pastoral, espondo-se ao ividente perigo de serem culpaveis transgressores das leis e detriminaçoens do mesmo Ex.mo Prelado, por não ter fundamento solido a sobredita opinião. E querendo Nos remover todo e qualquer pretesto com q̃ possão desculpar-se da falta de observancia dellas.

Havemos por bem mandar q̃ todas as Pastorais e Ordens sirculares que o Nosso Ex.mo Antesessor fez promulgar, ou em seu nome, ou do seu P.e Dr. Provizor, bem como as Constituiçoins do Bispado de Coimbra e Pastoraes do Ex.mo Sr. D. Miguel d'Anunciação, Bispo Conde, da maneira q̃ pello mesmo N. Ex.mo Antessessor forão adoptadas e mandadas observar, se observem e cumpra exactamente, com declaração, porem, q̃ as Excomunhoins **Latae Sententiae** *impostas nas Pastoraes e Ordens Circulares do nosso Ex.mo Antesseçor, ou nas do sobredito Ex.mo Bispo Conde, q̃ elle adoptou, ficarão sendo* **Ferendae Sententiae,** *à exceção da Excomunhão imposta aos conffessores q̃ absolverem de nove Casos reservados pela Pastoral do sob dito Ex.mo Bispo Conde, de 3 de Janeiro de 1763, ou dos Casos reservados á Sé Apostolica sem terem para isso previlegio, cuja Excomunhão ficará sendo, como era,* **Latae Sententiae** *e reservada a Nós ou nossos Sucessores, e contra os transgressores dellas Nós procederemos com as mais penas que nos parecerem justas ..*

(O resto do documento encontra-se já destruido).

P.e JOÃO VIEIRA RESENDE

LOQUELA DOS POVOS DA BEIRA-RIA

(Continuado do vol. XIII, pág. 316)

N

Na ponta da unha — Bom, bem feito. «São caros, mas são uns sapatos *na ponta da unha*».

Não dar conta — Não convir. «Não! Não quero. Isso assim *não me dá conta*».

Narja — Pato preto da ria com o bico amarelo.

Navalhinha — Laracha um pouco maior. Espécie de sardinha pequena de cor branca.

Nebresia — Grande quantidade. «Anda uma *nebresia* de pardais na Ínsua que derrete os pães machos todos».

Nebroso — Nervoso. «Oh! Senhor Doutor! Faça com jeitinho que eu sou muito achacado do *nebroso*».

Neca — Jogo do pião. «Vamos jogar à *neca* para ver se a minha piorra é ou não melhor que a tua mona».

Negarça — Chamariz para atrair aves; geralmente, outra ave com os olhos vendados.

Nem se lamber — Com o juízo ou tino perdido. «O Nicolau apareceu aqui bêbado que *nem se lambia*».

Negra — Pato bravo preto que mergulha e vai sair à superfície em ponto distante daquele onde mergulhou.

Néscio — Inocente, ignorar os factos. «Saiba vossa senhoria que não fui eu que roubei as laranjas. Eu estou *néscio* como o padre Santo António».

Nico — Pequena coisa, quase nada. «Tinha lá tanto açúcar e nem sequer me deu um *nico* para adoçar o café».

Nisco — Um pequena porção, um quase nada. «Dá um *nisco* de pão ao pequeno, ao menos para o desaugar».

Nojeira — Coisa repugnante, que causa nojo. «O carapau que apareceu hoje na praça era mesmo uma *nojeira*».

Norte-Sul — A crisálida da borboleta. Tocando-lhe, move-se transversalmente, sendo, talvez, por isso que assim a baptizaram.

Noseira — Nogueira. «A minha *noseira* deu este ano muitas noses».

O

Oh! Larila — Expressão de contentamento. — «Então amanhã vais ao S. Paio?» — *Oh! Larila;* Já se vê que vou».

Olhar o gado — Levar o gado a pastar. «Avia-te, Olinda! Que tens d'ir *olhar as ovelhas*».

Opor-se — Empregar esforços, dedicar-se para conseguir obter qualquer pretensão ou favor. «Olha! Vai ter com o Reitor e pede-lhe, que se ele *se oposer* a isso tu consegues o que desejas».

Oração — Novena ou reza na igreja. «Maneia-te! Que já tocou o sino para a *oração* e eu não quero ir tarde».

Orçar — Puxar a corda do leme do lado donde sopra o vento. «*Orça* já que vem aí uma rajada que pode virar o barco».

Osso d'assuã — Osso da espinha do porco. «Eu muito gosto da carne dos *ossos de assuã*».

Ovado — Com ovas. «Estas solhas são *ovadas*».

P

Pães-machos — Cevada, centeio e aveia. «Este ano as sementeiras de *pães-machos* estão muito bonitas e boas, por isso deve haver muito centeio, cevada e aveia».

Palheiro — Casa da praia. «Este ano tenho de fazer obras no meu *palheiro* da Torreira».

Palma — Rede cujas extremidades estão atadas a dois paus, um dos quais se fixa no chão e ao meio do outro se liga um fio comprido pelo qual se puxa, quando estendida no solo, tendo próximo a chama ou negarça e que se emprega para apanhar pássaros.

Panascada — Bordoada, pancada. — «Ele fez o mal e ainda se está a rir?!... — Chega-lhe já uma *panascada*».

Pandulhos — Pequenas rodelas de barro cosido com dois orifícios ao lado um do outro por onde passam os fios que os fixam à rede. Dizem os pescadores que há certas redes, como a chincha, que só pescam bem com os *pandulhos* e não com chumbo que faz enterrar a rede muito no lodo.

Paneiro — Soalho volante dos barcos mercantéis.

Panhonha — Palerma, incompetente. «Isso é uma *panhonha* que não sabe fazer nada».
Pão d'unto — Banha do porco. «Os *pães d'unto* do meu porco pesaram uma arroba».
Parceiro e *parceira* — Pai ou mãe do genro ou da nora em relação aos pais da nora ou do genro.
Parda — Mau, intrincado, difícil. «Oh! Co'a breca! Se é o que tu dizes, ela está *parda!*»
Pardal — Patife. «Oh! Que *pardal!*»
Parduja — Pato pequeno da ria.
Parola — Intrujice, embuste. «Ainda te fias nessa?!... Isso é *parola*».
Parrano — Com pronúncia defeituosa. «O Paulino é muito *parrano* da fala».
As partes — Os órgãos sexuais externos. «Caíu, escarranchado, sobre o muro e feriu-se muito *nas partes*».
Pascóbio — Palerma, imbecil. «O Pedro não percebeu porque é um grande *pascóbio*».
Passar — Aplicar, castigar. «*Passei-lhe* um carão que ele ficou envergonhado».
Passar uma escala — Descompor, injuriar. «*Passei-lhe uma escala* que ele ficou de cara à banda».
Pata da perna — O pé. «Fui descalço à Torreira e piquei-me na *pata da perna* direita e agora não posso caminhar».
Patiadela — A festa ou desporto de patiar.
Patiador — O que praticava o desporto de patiar.
Patiar — Cortar o pescoço dum carneiro que era suspenso ou pendurado, pelas pernas trazeiras, a uma corda ou vara resistente. Os patiadores, montados em cavalos e munidos duma espada, vinham em corrida e, com a espada, procuravam decepar a cabeça do carneiro. O que o conseguisse ganhava o prémio que, geralmente, era o próprio animal sacrificado. Este desporto realizava-se nos arraiais da tarde, das festas locais.
Patinha — Pequenas folhas de planta aquática que sobrenadam nas águas estagnadas e que se aproveitam para a alimentação dos patos pequenos.
Patriotismo — Glândulas mamárias bem desenvolvidas. «A Palmira, dantes, era lisa do peito, mas há um tempo para cá, apresenta um *patriotismo* respeitável».
Pegar — Implicar, resolver. «O Paulo está sempre a *pegar* comigo». «Mandei-a olhar a cabra e ela *pegou* e foi mas é para a festa».
Pego — A grande distância da costa. «Como no primeiro lanço as companhas não tomaram nada, agora meteram mais corda e foram a *pego*».
Peita — Presente, dádiva.

Peitar — Presentear. «Tenho de *peitar* o médico que andou um ror de tempo a tratar o meu Pedro e não me levou nada».

Peituga — A carne do peito dos porcos. «A carne de porco de que eu gosto mais é a da *peituga*».

De perna traçada — Em descanso. «O Polébio não faz nada. Está sempre *de perna traçada*».

Persiano — Sobretudo. «Oh! Paulo! Vai vestir o *persiano* que está muito frio e podes constipar-te».

Pescar da poda — Saber, ser competente. «Convida o Pires para fazer esse serviço que ele *pesca da poda*».

Peseta — Pessoa que merece pouca confiança. «Tu encarregaste o Pancrácio de te vender a terra?!... Olha a que *peseta* tu foste entregar esse negócio!»

Picar — Vir o peixe ao anzol ou ao minhoqueiro. «Estou aqui há um ror de tempo a seitelar e não *pica* nada».

Pico lançado — É o salta carneirinho, em que o que salta se coloca, logo adiante, em posição para os outros saltarem e assim sucessivamente.

Pichorro — Nevoeiro denso originando pequeno orvalho.

Picuínha — Coisa sem valor, ninharia, minuciosidade. «Estás a preocupar-te com umas *picuínhas* sem importância nenhuma».

Pila ou *pilinha* — O pénis das criancinhas.

Pinar — Acertar, atingir o alvo. «Arremessei-lhe uma pedra que lhe *pinou* mesmo na ponta do nariz».

Pingente — Pessoa desprezível, sem importância. «O Patarata queria casar com a minha Maria. Se ela casasse com semelhante *pingente*, eu estava livre duma pinhora».

Pinta — Vaca leiteira. «A minha *pinta* dá 20 litros de leite por dia».

Pinta cardeira — Pássaro cinzento a que, em outras regiões, chamam mejengra.

Pinta cardinha — Pinta cardeira.

Pintalha — Sinal para que se veja que tem dono ou que está interdito ou indica a situação de rede (estaca cuja extremidade à superfície da água tem um fragmento de rede).

Pintar a bexiga — Divertir-se, esturdiar. «Fomos à festa do S. Paio e *pintámos lá a bexiga*».

Piolho — Criança. «O filho do João Rico é um *piolho* pequeno, mas é o mais esperto que anda na lição».

Poita — Pousa, não pegues, não mexas. «Para onde levas a faca?!... *Poita* já».

Por dia, diàriamente — Quer dizer, incluindo Domingos e dias santos. «Eu ganho 10$00 *por dia, diàriamente*, porque o meu ordenado é de 300$00 por mês».

Da ponta da unha ou *na ponta da unha* — Bom, esplêndido. «Que boas laranjas!. São *da ponta da unha*». — «Então os sapatos estão-te bem? — «Oh! Estão *na ponta da unha*».

Porreta — Expressão de desagrado ou de contrariedade. «Ora *porreta!* Não era isso que eu queria».

Porros — Esterco, sujidade (no corpo). «O Pedro, com certeza, já não toma banho há mais dum ano, porque traz o corpo cheio de *porros*».

Poucachinho — Débil mental. «Não faças caso do que ele diz, coitado... É *poucachinho*. Há um tempo para cá perdeu o juízo».

Praia — Terrenos alagados da ria, junto das ilhas ou das margens, geralmente vedados ou marcados com valados ou estacas.

Preciso (fazer...) — Ser preciso. «Não *faz preciso* trazer o podão porque eu levo a foice».

Preparo — Atitude, apresentação, conduta. «Então não tens vergonha de te apresentares aqui nesse *preparo?* «Estou admirado como ele fez uma coisa dessas, sem tino! Olha! Que *preparo?!...*»

Presa — Blocos de terra dura, cortados nos juncais e que se empregam nas bermas das estradas a construir e nos valados das praias.

Prespegar — Aplicar (castigo), atirar, apresentar. *Prespegou-lhe* uma latada que ele ficou com a cara a arder». «Foi preciso *prespegar-lhe* com a escritura diante dos olhos para ele se certificar da verdade».

Procurar — Incitar para procurar ou consultar mulheres ou homens de virtude. — «O meu Pedro tem-se farto de gastar dinheiro com médicos e remédios e está cada vez pior». — «Deixa-te de médicos e de remédios, mulher! *Procura... procura,* que foi mal que lhe fizeram».

Pronóstico — Presunçoso, enfatuado. «O Paulino, depois que se amparou, tem-se feito um *pronóstico* que não fala a ninguém».

Um propor de falar — Uma maneira de dizer. «Isto que eu disse, é *um propor de falar*».

Pundas — Nuvens escuras que fazem prever chuva. «Aquelas *pundas* que vêm do lado da barra anunciam chuva pela certa».



Quartilhar — Beber, beberricar. «O Quirino tem andado todo o dia a *quartilhar;* por isso não admira que esteja chiqueirado».

Que nem se fala — Que é uma admiração. «Estes melões são bons *que nem se fala*».
Nos quintos — Muito longe. «É muito longe daqui. É lá *nos quintos*».
Quitado — Escusado. «É *quitado* procurar açúcar, que não encontras».

R

Rabêta — Corvina pequena. «De manhã as companhas pescaram algumas corvinas e de tarde as redes vinham com muitas *rabêtas* que eram, naturalmente, as filhas das pescadas de manhã».
Rachão — Acha maior (de conta). «A lenha sempre está muito cara! Cada *rachão* já custa 2$00.
Rangido — Amuado, de relações cortadas. — «Porque não pedes ao Raúl para te tratar desse negócio?» — «Ao Raúl não peço nada porque ando *rangido* com ele».
Ranhoso — Indivíduo indigno, reles. «O Rafael é rico, mas eu não quero que a minha filha case com ele porque é um *ranhoso* muito fraco».
Rapar — Censurar, dizer mal. «Eu sou uma pessoa muito séria. Aqui não há que *rapar*».
Rapaz macho — Menino. «A Rita teve hoje um *rapaz macho*».
Rapino — Milhafre pequeno.
Raios te sumam, te partam, te levem, etc. — Forte imprecação de desespero.
Raso... (vai tudo) — Vai tudo pelo ar. — «Não vás à praça que anda lá grande barulho e pancadaria». — «Isso é que eu vou e se alguém me tocar, *vai tudo raso*».
Raspante — Agulha (vinho). «O Ricardo tem lá um vinho com um *raspante* que consola».
Recachia — Corrida de barcos, carros, cavalos, bicicletas, pessoas, etc. à porfia ou ainda na execução de qualquer serviço ou trabalho. «Por causa dos automóveis andarem a correr à *recachia* é que há muitos desastres».
Reçoeiro — A corda que fica presa na praia ou ligada ao basculho, quando o barco ou a bateira vai lançar a rede ou fazer o lanço.
Recoleta — Pequeno palheiro da praia. «Eu não sei como podem acomodar-se tantas pessoas numa *recolêta* tão pequena».
Rede saveira — Pano fraco e transparente. «Esse pano não dura nada. Isso é uma *rede saveira*».
Rèdouro — Vara de arrair o forno. «Traz o *rèdouro* que é preciso arrair o forno».
Reinar — Brincar, chalacear. «Tenho lá em casa dois cabritos

que é um regalo vê-los *reinar* todo o dia». «O Raimundo nunca fala a sério. está sempre a *reinar*».

Relêgo — Cortesia, moderação. «Comia como um lobo, sem *relêgo* nenhum».

Reloucar — Dizer coisas disparatadas, sem fundamento ou atrevidas. «Não se pode acreditar no que tu dizes, porque estás sempre a *reloucar*».

Rematação — Indicação, indício. «Fui ontem à Torreira procurar a Raquel e ninguém me deu *rematação* dela».

Repostar — Objectar, responder, contrariar. «Quando se manda fazer alguma coisa à Rosa, ela tem sempre que *repostar*».

Requerer — A querer casar.—«Não vês a Rita como anda toda chibantona a fazer ver?! Bem se vê que anda a *requerer*».—«Então ela já está em idade de se casar?!»

Rer contas — Fazer, acertar contas. «Tu pagaste umas despesas e eu paguei outras. Agora é preciso *rer contas*».

Rinzar — Colher parcialmente a vela servindo-se para isso dos rinzes.

Rinzes — Pequenos fios presos à vela dum e doutro lado e em situação própria para rinzar.

Ripar — Tirar, roubar. «Foram esta noite ao meu quintal e *riparam-me* as laranjas todas».

Roboludo — Redondo, gordo. «Apanhou um calhau *roboludo* e pinou-lhe com ele nas costas». «Ai! Que gorda, que *roboluda* é a menina da Rosa?!»

Rodel — Círculo feito no chão e até onde é conduzido o pião que está no jogo.

Roque — A quantia com que contribui para a casa aquele que vai ganhando do jogo.

Roubaco — Peixe pequeno dos rios e regatos.

Rubiçaque — Golpe de vento súbito e redemoinhando. Fazer andar à volta, ao rodopio.

Rufinhar ou *roufinhar* — Falar com a voz de falsete, de modo a não ser reconhecido. É costume dos serandeiros.

S

Sabarrinha — Ervagens parecidas com o junco, que se empregam na alimentação de gados, sobretudo, de porcos e se criam na região da beira-ria.

Sacanhão — Puxão. «Deitei-lhe as mãos ao pau e com um *sacanhão*, tirei-lho e dei-lhe um arrochada».

Sacavém dos Alhos — Terras longínquas, desconhecidas. «Corri tudo, andei por *Sacavém dos Alhos* e não consegui encontrar uma boa vaca pinta».

Saia — Lábia, imposturice. «Oh! Que impostor é o Samuel?! Aquilo é que ele tem uma *saia!...*»

Safo — Fácil. «O teu problema é *safo*, mas o meu é inrudo».
Safalhoa ou *safalhoeira* — Atabalhoada, desajeitada. «A Sebastiana é uma *safalhoa* que não faz nenhum serviço bem feito».
Saínho — Salgado. As partículas ou pulverizações de água salgada que depois de secas deixam vestígios de sal sobre as ervas, o solo, etc.
Salear — Trabalhar, arranjar, preparar. «O Simão é muito trabalhador. Nunca está parado, anda todo o dia a *salear*».
Salta! — Safa! foge! «Cada pada custa um quartinho! *Salta!*»
Salta-carneirinho — Jogo de rapazes em que um se curva e abaixa um pouco, para os outros saltarem. O que deixar de cumprir certas regras, vai substituí-lo.
Sante-nome — Negativa, repulsa. — «Tu é que foste às peras do Rêtor? — «Credo! *Sante-nome!*» É também empregado como expressão admirativa. «O Saúl tem lá uns cravos lindos que *sante-nome*».
Sapo — Erupção da pele, zona (doença). — «Apareceu-me hoje de manhã este lado do peito todo cheio de borbulhas vermelhas». — «Trata-te, que isso é *sapo*».
Sarapol — Crostas de lixo sobre o corpo. «O Serafim nunca se lava. Traz o corpo sempre cheio de *sarapol*».
Sargaços — Certas ervagens que se criam nos campos e se apanham para alimentação de porcos e coelhos. «Não há verdura nenhuma para dar aos porcos, o que me tem valido, tem sido os *sargaços* que a cachopa vai todos os dias apanhar à Saldida (terrenos).
Sarnento — Impertinente, incomodativo. «O Sancho é um *sarnento* que custa a aturar».
Sarratar — Provocar, acicatar, ralhar. «Os cachopos da vizinha estão sempre a *sarratar* o cão».
Saude — Menstruação. «A minha *saude* vem todos os meses, mas sempre com muitas dores».
Saudades — Coroas ou ramos de flores oferecidas aos mortos. «O enterro do Santiago levava muitas *saudades*».
Sávara — Rede para a pesca do sável em que se empregam só dois homens.
Saveira — Rede para a pesca do sável.
Segurelha ou *sigurelha* — Irrequieto, mexido. «O meu filho nunca está quieto, é um *segurelha* que não me deixa fazer nada».
Seitela — Apanha de enguias com o minhoqueiro. «Já tenho o minhoqueiro pronto para ir à *seitela*».
Seminos — Nós feitos em fio preso às cordas que puxam a rede e pelos quais se reconhece a distância a que ela está e se vem mais atrasada ou adiantada de qualquer dos lados.

Ser como o sol que passa pela lua — Que passa ou desaparece ràpidamente. «Levantei-me com umas grandes dores de cabeça, mas tomei uma hóstia e passaram logo. *Foi como o sol que passa pela lua*».

Sem mais nem razão — Sem motivo. «Chegou ao pé dele e *sem mais nem razão* prespegou-lhe quatro arrochadas».

Ser uma moça ou um moço — Ser jóvem, perfeita, bonita. — «Todos gostam da Sara». — «Não que ela *é uma moça* que desbanca».

Serandeiros — Os que frequentam os serões ou que andam disfarçados, de noite. «Muitos *serandeiros* foram à cascadela do Serafim! E faziam uma arda a rufinhar que não pude dormir toda a noite».

Sesão — O momento propício. «Deita o petróleo no breu que está na *sesão*».

Sobrado — Casa com andar. «Nas casas baixas não se sente o temporal mas nos *sobrados* mete-medo».

Sobrazar — Sentir muito calor. «Estou tão *sobrazado* com calor que até tenho medo de me dar um ataque».

Sobre-cabeça — Encargo, preocupação. «Eu não quero ser regedor porque é uma *sobre-cabeça* muito grande».

Sodra — A coxa. «A zipla começou no joelho e tem corrido para cima e já tenho a *sodra* toda tomada».

Soelhas — Réstias de sol. «Embora ainda chova muito em Fevereiro, há sempre umas *soelhas*».

Ao sopé — Rápido, sem contar. «Apareceu-me *ao-sopé* que até fiquei estarrecido».

Sol — Papagaio de papel, arredondado.

Sutil — Com cuidado, sem fazer ruido. «Eu estava a ler com atenção e ele veio de *sutil*, pegou na mala e safou-se».

T

Talhada — Castigo, despesa. «O Tomé, na questão que teve com o sogro, apanhou uma *talhada* de alto lá com ela».

Tanho (como um...) — Muito gordo. «O Tobias está gordo como um *tanho*».

Tamanhudo ou *tão tamanhudo* — Muito grande. «Ó Tibério! Tu já viste o cão que o sr. Dr. Baptista lá tem?! Ai Jesus?! É tão *tamanhudo!!* Ainda é mais *tamanhudo* que a cria que a minha vaca pinta teve!»

Tapadoira — Arraia de tamanho médio.

Tarma — É o pedaço de madeira pregado ao remo para evitar que este se gaste com o atrito, ao remar.

Tarola — Sem tino, desorientado. «O Tibúrcio é um *tarola* que se não sabe governar».

Tarréo — Espécie de toutinegra.
Tasquinha — O osso da pá do porco.
Teca — O peixe que os arrais das artes de pesca distribuem aos camaradas da companha. «Hoje nem sequer pescámos peixe que chegasse para a *teca*».
Tem a quem atinar — Tem a quem sair. «O meu filho é muito nebroso, mas *tem a quem atinar*, quem atina aos seus não degenera».
Ter a física certeza — Ter absoluta certeza. «Tenho pena que não estivesses em casa, porque *tenho a física certeza* que ele vinha para te comprar as vacas».
Ter a escota na mão — Ter o governo ou o seguro na mão. «Enquanto eu for vivo eles não fazem o que querem, porque eu é que *tenho a escota na mão*».
Ter um dente a — Ser inimigo, ter raiva a. «*Tenho um dente* ao Tomé que se o apanho a jeito racho-o».
Ter-se nas tamancas — Caprichar, não ceder. «Não cedas. *Tem-te nas tamancas*, senão, olha que ficas mal».
Tê-las ou *tê-las cantadas* — Ter questão, ter pancada. «Se te demorares *temo-las cantadas*».
Terpinas ou *as terpinas d'Israel* — Toda a parte, longes terras, Seca e Meca. «Corri *as terpinas d'Israel* à procura de madeira de castanho e não houve maneira de a topar».
Tic-tic — Cochincha (pássaro).
Tinhol — Aftas. «Vou à botica comprar mel rosado para pôr na língua do meu menino que a tem cheia de *tinhol*».
Tirar a barba ou o cabelo — Fazer a barba ou cortar o cabelo. «Vou *tirar a barba* para ir acompanhar».
Toar — Constar. «É tudo *toado* que a Teresa se anda a casar com o Tomás».
Tôla — Com o cio.
Tocar viola — Não ter dinheiro. «O Tomé pediu-me agora 20 escudos. Aquele anda sempre a *tocar viola*».
Tó-rôla — Isso não. «Para comer, aposta, pai, que ganhas; mas para trabalhar, *tó-rôla*».
Toste — Tábua larga de metro e meio de comprimento, tendo numa das extremidades dois orifícios pelos quais passa uma corda que vai circundar o mastro e que serve para aguentar a toste quando é posta ao alto com o bordo externo do barco e do lado oposto ao vento. A toste mergulha, em parte, na água e impede que o barco descambe quando vai à vela.
Tótó — Como as crianças chamam ao porco. «A mia mãe foi buscar um *tótó* p'ra fazer rijões».
Trambicar — Ludibriar, atrapalhar. «Parti a minha gadanha e agora estou *trambicado* que não posso ir roçar o junco».

À trapel — Sempre, todos os dias, ao Deus dará. «O Tomás tem o fato bom todo estragado, porque o traz sempre *a trapel*». «Os filhos da Teresa andam sempre todos sujos, porque ela deixa-os andar sempre por aí *a trapel*».

Trasto — Travessa grossa de madeira ligando os dois bordos do barco e com um orifício ao meio onde se introduz o mastro.

De três assobios — Ótimo, extraordinário.

Travessia alta — Vento oeste-noroeste. «O vento da *travessia alta* traz quase sempre temporal».

Trespassar — Aturdir, sucumbir. «Quando ouvi gritar ao fogo fiquei *trespassado*».

Tresvaliar — Perder o juízo, delirar. «Passou toda a noite a *tresvaliar* com a febre».

Trichar — Brincar, aos saltos. «Tenho lá dois cabritinhos que é um regalo vê-los andar a *trichar*».

Trilhadura — Pisadura da planta do pé que por vezes forma pequeno abcesso. «Não posso pousar no chão a pata do pé direito, porque outro dia calquei um calhau que me fez uma *trilhadura*».

Tromba — Queixo. «Nasceu-me um fruncho na *tromba* que me fez inchar a cara toda».

Tropar — Bater, bater à porta, castigar. «Fartei-me de *tropar* ao pátio, truz, truz e ninguém me falou». «Não quis ir à lição, mas eu *tropei-o*, bem *tropado*».

Trozes — Ceroulas de pano de flanela e que às vezes servem de calças. «Não vás de *trozes* para a festa. É melhor ires vestir umas calças».

U

Uja — Arraia de cauda comprida tendo na parte superior e média um espinho duns três a quatro centímetros de comprimento e cuja picada é terrível e muito dolorosa.

Ula-ula, Zèzinho?! — Pensas que me enganas?! Isso é que não. — «Empresta-me a tua bicicleta para eu ir às cascadelas ao Bunheiro?» — «Isso! Para tu me dares conta dela! *Ula-ula, zèzinho*». — «Apanhei hoje uma enguia mais grossa que a minha perna!» — «*Ula-ula, zèzinho*».

V

Varar — Passar à frente, ultrapassar. «Os barcos das duas companhas foram à recachia para o mar, mas o do Porrão *varou* logo o da companha nova».

Varina — Rede de pesca do sável em que se empregam 20 a 30 homens.
Verdeal — Uma variedade de milho.
Vir ao engodo — Vir ao cheiro, vir ao vêso.
Vir ou *chegar na azinha* — Vir ou chegar na altura precisa. «*Vieste* mesmo *na azinha* para me ajudar a puxar a vela».
Vira de escota! — Retira-te, põe-te a andar. «*Vira de escota!* Senão, levas já com o bordão, que te escacho».
Virar ao norte ou *virar-se ao norte* — Desaparecer da vista, girar, por-se a andar. «Olha que não vens em boa maré?!... *Vira-me ao norte!*...
Vir de volta mais ou *com* — Vir na companhia de. «O Venâncio *vinha* agora de Estarreja *de volta* com o Vasco».
E volta?! — E agora?! Que hei-de fazer?! «Então não queres ver que se foi embora sem me pagar?! *E volta?!*»
Desde a volta ou *depois da volta* — Desde ou depois daquela ocasião. «*Depois da volta* das partilhas, eu e o meu cunhado não voltámos a falar».
Volta — Caso, questão. «É como da *volta* da venda da terra».
Vistas — Ofertas que as pessoas conhecidas e amigas iam levar a casa dos arrais das companhas quando casava uma filha, sendo oferecida comida e vinho aos portadores das ofertas.
Viúva — Espécie de papagaio, de linhas rectas, que os rapazes conservam no ar seguro por um fio.

X

À xuxia ou *à chuchia* — À sucapa, caladamente. «Se ele tivesse anunciado a venda da casa, dava-lhe mais, mas ele quis vendê-la *à xuxia*...».

Z

Zaborreiro — Grão de milho. «Este ano, pelo preço que está o milho, não se pode dar nem um *zaborreiro* à criação».
Zarola — Palrador sem nexo. «A gente não se pode fiar no que diz o Zeferino porque é um *zarola*».
Zarolho — Sem geito, nem arte. «Não se pode mandar fazer serviço nenhum ao Zargo porque não faz coisa que geito tenha. É um *zarolho*».
Zerípela ou *Zipla* — Erisipela. «A minha Zulmira é muito atreita à *Zipla*».
Zorra ou *azorra* — Areia ou terra concretada formando camada dura no subsolo dos terrenos arenosos.

Zueira — Excêntrico, incompreensível. «Ninguém compreende o Zeferino, nem lhe faz a vontade. «Aquilo é um *Zueira*».
Zupe-trupe — Pancadas rápidas e repetidas. «Chegou ao pé do Zeca e sem mais nem razão deu-lha umas fortes lambadas *zupe-trupe*».

APÊNDICE

Abilhar — Abonar, cotisar. «Cada um de nós *abilhou* dez escudos e comprámos meio bilhete da loteria».
Abarbatar — Apanhar, apropriar-se. «O Augusto *abarbatou* o milhor quinhão».
Açamas — As piaças da canga. «Tenho de comprar umas *açamas* para a canga, porque as que ela tem já estão gastas».
Acomodar-se — Estar quieto, socegado. «*Acomoda-te!* Não mexas nisso».
Aparelhar-se — Dispor-se, preparar-se para parir. «A minha vaca está a *aparelhar-se* para ter a cria».
Armar — Resolver. «Era para lavrar hoje a terra, mas *armei* a ir a Aveiro».
Breças — Fragmentos de caroços de milho que depois de moídos se deitam na lavagem dos porcos e outros animais.
Canulos — Cachuços ou caroços do milho.
Carrijão — Edredon. «Que lindo *carrijão* que a Carolina tinha sobre a cama!»
Costã — Lado, face. «Tenho de consertar a *costã* do meu palheiro, do lado do norte».
D'atripe — De trepar. «Vou semear hoje feijões *d'atripe*».
Desalibertar — Libertar, desembaraçar. «Não tenho socego enquanto não *desalibertar* essa dívida».
Estar ou *ficar no mato sem cachorro* — Estar ou ficar sem auxílio, sem remédio. «O criado adoeceu e agora *estou no mato sem cachorro*».
Faceleirão — Descuidado, imprevidente. «Não se pode encarregar o Fernando de coisa nenhuma porque é um *faceleirão*».
Frigideira — Frigorífico. «O Francisco trouxe uma linda *frigideira* da América, para guardar a comida, mas como gastava muita electricidade, vendeu-a».
Injoar — Cheirar mal. «Não comprei carapaus na praça, porque já *injoavam* e muito mal».

ERRATAS

No N.º 46 do *Arquivo*, a pág. 92:

Abedoria... «A obra foi toda feita cá, pela minha abedoria».
Acelerado.. «passou há pouco aqui, *acelerado*».
Acuar... «e passado algum tempo, *acuou*».
Não se acorda... «de vento e trovoada, *não se acorda*».

Pág. 96:

Arremedilho ou remedilho...=«Então estás a remendar *a* vela com panos velhos?»

Pág. 97:

Aturar...—«Eu queria-lhe falar»=Agora não estou disposto a *aturar-te*».
Avir ou Avir-se... «Vou *avir-me* com o Dr. Vaz».

N.º 47:

Basculho... «(geralmente loureiro) *os* pescadores»...
B*ô*ca do corpo.

Pág. 238:

Bich*á*tas... «só vejo bich*á*tas na praça».
B*ó*la... «para tirar a b*ó*la bem tirada».

Pág. 240:

C*a*lão.
Calar... «Aqui é fundo e a vara já não c*á*la».

Pág. 241:

À Can*ê*ta... «rema à can*ê*ta... remar à can*ê*ta».

Pág. 242:

Car*ó*ços.
Catrazana...=«Fizeram uma festa...

Pág. 243:

C*ê*pa... «porque é de boa c*ê*pa».

N.º 50, pág. 88:

Cose-te, coso-vos... expressões insultuosas e *obscenas*.
Crêna... «muda de crêna por dá cá *aquela* palha».

Pág. 92:

Desocerbado—Negligente, pouco *cuidadoso*...

N.º 51, pág. 194:

Eiva...=«Não me agrada...
=«Que queres?...
Ela vai direita?!...=«Tens que lhe pagar...
=«Ela vai (ou está) torta...
=«Tens que me pagar...
=«Essa agora?!
Empégar... «*O* Ernesto tem-se estado...

Pág. 195:

Encórar ou incórar... «A água já incóra».
Encruzar... cem Avé-Marias rezei (rezar uma Avé-Maria, levantar-se).
Enguias-machas... «e um tanto grossas».

Pág. 197:

Esperar bóga... «É melhor esperar bóga».

Pág. 198:

Estampar... «e estampou com ele d'encontro à costã...
Estar de volta com... =«Viste o Eugénio?»
Estivar... «uma grande dôr no peito»...

Pág. 199:

Estrampar... «d'encontro à costã do palheiro...
Essa é que é essa ..=Eu se fosse a ti...

N.º 52, pág. 312:

Lôda... «A áqua não sendo lôda...
Lóta (isto não é...) ...«Que isto não lóta...

Pág. 313:

Maçóla... «por a maçóla da criação».
Macóla... «a vendeder-se macólas de enguias...
Mamôa... «é uma mamôa...

Pág. 315:

Mijôna... «só tem dado mijônas».
Môna... «A minha môna...

* * *

Damos por terminado este simples e modesto trabalho e, se não mencionamos todo o glossário desta região da Beira-Ria, conseguimos, pelo menos, reunir a sua maior parte, certamente, aquela mais vulgar, mais característica e mais interessante.

Seria, sem dúvida, muito útil e instrutivo, se, ao mesmo tempo, tivéssemos conseguido explicar ou justificar a razão, a causa deste glossário tão peculiar.

Mas esse estudo compete aos filólogos estudiosos e competentes.

É realmente para estranhar que, sendo os povos desta região dotados de espírito aventureiro e emigrando para todas as regiões, não só do nosso país, mas também para quase todos os países estrangeiros e estando, por esse motivo, em contacto com todos os meios civilizados e instruídos, não aprendessem, ao menos pela convivência, melhor e mais perfeita expressão linguística.

Nas frases registadas esforçámo-nos por deixar bem nítida e clara a acepção em que os respectivos termos são empregados, o que eles querem significar, o sentido que pretendem exprimir.

Não sabemos se o conseguimos.

Nessas frases exemplificativas empregámos linguagem vulgar, nada clássica e muito menos erudita, de modo a deixar transparecer a sua significação.

Poderíamos ter elaborado essas frases na própria linguagem deturpada, com que os regionais, nomeadamente, se exprimem, mas convencemo-nos de que, se assim o tivéssemos feito, não se tornaria fàcilmente compreensível o seu significado.

Por exemplo: *«Bós num fazestes bem num ires a 'starreja de bólta cu Zé»*.

Este período, embora corresponda à maneira usual de dizer do povo local, não evidenciaria com clareza o significado da locução: «Ir de volta».

Preferimos, pois, a transcrição normal que apresentamos.

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

VIDA E TESTAMENTO DO HUMANISTA AIRES BARBOSA

SÃO actualmente pouco conhecidas a vida e obras do ilustre português AIRES BARBOSA ou *Arius Lusitanus* que se notabilizou no primeiro quartel do século XVI como professor de latim e de grego na Universidade de Salamanca. Tendo honrado muito o seu país em terra estrangeira, é justo e patriótico recordar o seu nome e merecimentos.

Vários autores têm publicado notícias biográficas acerca deste humanista, mas quem mais desenvolvidamente se ocupou dele foi o espanhol D. NICOLAO ANTONIO (1617-1684) na sua obra *Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum*, tomo primeiro, MDCCLXXXIII. Devem mencionar-se ainda outros que lhe fizeram referências de relevo tais como: FRANCISCO LEITÃO FERREIRA (1667-1735) na sua obra *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra;* DIOGO BARBOSA MACHADO (1682-1772), na sua *Bibliotheca Lusitana;* ALEXANDRE VIDAL Y DIAZ na sua *Memoria Historica de la Universidad de Salamanca;* 1869, Salamanca. ENRIQUE ESPERABÉ ARTEAGA, na sua *Historia de la Universidad de Salamanca*, tomo II, 1917, Salamanca; o Sr. Doutor MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, actual cardeal patriarca de Lisboa, na sua obra *O Renascimento em Portugal — Clenardo*. Coimbra, 1917; e MARCEL BATAILLON em *Érasme et l'Espagne*, Paris, 1937.

Aires Barbosa ou Aires de Figueiredo Barbosa nasceu em Aveiro cerca do ano de 1470, sendo seu pai Fernão Barbosa e sua mãe D. Catarina Eanes de Figueiredo. Ele mesmo nos diz a terra da sua naturalidade e os nomes dos seus progenitores num dos epigramas que publicou em 1516 em Salamanca e intitulou *De patria sua et parentibus*.

VIDA E TESTAMENTO DE AIRES BARBOSA

DIOGO BARBOSA MACHADO, abade de Sever, transcreve este epigrama, com excepção do último dístico, na sua *Bibliotheca Lusitana* como segue:

Scire volet patriamque meam, nomenque paternum
Has quisque nugas gaudet habere meas.
Nec dives multum, nec paupertate notandus
A nobis quondam, sed tamen ortus avis.
Fernandus Barbosa pater, Catharinaque mater
A notis etiam, quae Figueretta venit
Me genù-re, furit vastis qua fluctibus ingens
Ultimus occidui littoris Occeanus.
Quaque habet Aveiro portu praedives amaeno
Quidquid habet tellus, & mare quidquid habet.

AIRES BARBOSA informa, pois, os que quiserem saber qual é a sua pátria, o seu nome paterno e outras coisas a seu respeito, de que possui alguma fortuna, e é descendente de antepassados conhecidos. Seu pai é Fernão Barbosa e sua mãe é Catarina descendente dos Figueiredos. A sua terra natal é Aveiro, junto ao grande oceano do litoral ocidental, com um porto rico e ameno, e a terra e o mar têm alguma riqueza.

Não se sabe a naturalidade do pai de AIRES BARBOSA. Sua mãe era natural da vila de Esgueira, distante apenas meia légua da então vila de Aveiro.

No século XV já os Figueiredos estavam dispersos por várias terras, entre as quais Viseu, Aveiro e Esgueira, e ligados a várias famílias nobres.

CRISTÓVÃO ALÃO DE MORAIS, genealogista do século XVII, dá-nos, na sua obra *Pedatura Lusitana*, a ascendência de AIRES BARBOSA pelo lado materno. Assim diz (1):

«O G.co de Fig.do f.° 3.° de G.co de Fig.do n.° 5. e hirmão de Luis de Fig.do n.° 6. casou em Esgueira com ... ... f.a de ... ... e teve geração e foi seu f.° ou neto J.° de Fig.do de Sequeira Thezoureiro da casa da India q̃ está sepultado em S. Franc.co de Lisboa aonde estão as armas dos Figueiredos, e mais dous castelos q̃ lhe deu El Rei pello servir em Arzilla e sustentar-lhe hũ baluarte onde perdeu hũ olho: Este G.co de Figueiredo chamarão o Corredor dos Cavallos por elle o fazer bem: forão seus f.os e outros dizẽ q̃ hirmãos

7 Jorge de Figueiredo
7 o D.or Martim de Fig.do soltr.°
7 Cn.a Eanes de Figueiredo m.er de ... ... q̃ forão

(1) *Ped. Lusit.*, tomo I, vol. II, págs. 351 e 352. Porto, 1943.

paes de Ayres Barbosa M.ª dos Cardeaes D. A.º e D. Henriq̃. f.ºˢ del Rey D. Manoel.

Consta que este G.ᶜᵒ de Figueiredo foi casado cõ Cn.ª Sousa, pella carta de venda q̃ fizerão a Gil de Fig.ᵈᵒ de Vizeu da quinta de Nogueiredo, e outros casaes, e parece q̃ ella devia ser maẽ dos f.ºˢ q̃ aqui lhe damos, q̃ cõ mayor certeza o são deste G.ᶜᵒ de Fig.ᵈᵒ»

Vê-se que a mãe de Aires Barbosa era irmã do Dr. Martim de Figueiredo, do conselho do rei D. João III, doutor em direito civil e canónico, poeta e grande latinista.

Martim de Figueiredo, depois de se ter doutorado *in utroque jure,* foi para Florença profundar a sua cultura humanista, e aqui, discípulo do célebre professor Angelo Policiano, aumentou extraordinàriamente os seus conhecimentos da língua latina a ponto de publicar em Lisboa, no ano de 1529, uma obra em latim, dedicada a D. João III e intitulada:

Epistola Plinij secundũ veraꝫ lectionẽ ex exquisitissimis ꝛ antiquissimis exemplaribus. Ab Angelo Politiano magnis sumptibus; et summa diligentia vndiqꝫ perquesitis.

Esta obra é um comentário ao prefácio das *Histórias Naturais,* de Plínio, sendo este constituído por uma epístola de Plínio, o Moço, dirigida a Tito Vespasiano *(C. Plinius Secundus Vespasiano suo S.).* As matérias deste comentário são assim intituladas:

— Cõmentũ super prolugũ naturalis historie Plinii. Cõpositũ per Martinũ Figueretũ. I. U. Doctorem: et Serenissimi Regis Portugalie senatorem.

Expliciunt Commentaria Martini Figuereti Lusitani. I. U. Doctoris super epistolam naturalis historie Plinii.

Lugar e data da impressão:

Impressa Ulyxbone per Germanũ Galhard Anno dñi Millessimo quingẽtesimo vigessimo nono Idibus Junij.

Da referida obra apenas se conhecem dois exemplares; um, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra, ao qual falta já a primeira folha (Martinus Figueretus, R-28-20), e outro na colecção do rei D. Manuel II, hoje pertença do Museu Biblioteca de Vila Viçosa.

É a Martim de Figueiredo e ao referido comentário que se refere André de Resende (1495-1575) na sua obra *De Anti-*

quitatibus Lusitaniæ Libri Quattuor, dedicada ao cardeal infante D. Afonso, quando diz:

«Nobis adolescentibus Martinus Ficaretus iurisconsultus, & Latinarum litterarum non imperitus, quibus operam non ignauam sub Politiano Florenciae dederat,...» (Edição de Roma, MDXCVII, pág. 97).

* * *

Não se conhece a data certa do nascimento de AIRES BARBOSA. Pelo que diz respeito à da sua morte, todos os autores até H. ESPERABÉ ARTEAGA, disseram que ele faleceu por volta de 1530, já muito velho, baseando-se em LOUIS MORERI que assim o referiu no seu *Dicionário*, tomo II.

ARTEAGA diz-nos, porém, que AIRES BARBOSA faleceu em Portugal no dia vinte de Janeiro de 1540, como verificou no livro das contas da Universidade de Salamanca.

Procurei determinar a data exacta e local da morte de AIRES BARBOSA, através do seu testamento e termo de abertura que deviam estar transcritos num dos Tombos da Provedoria de Esgueira. Mas estes tombos desapareceram no incêndio do edifício do Governo Civil de Aveiro em 20 de Julho de 1864, onde estavam arquivados.

Por felicidade, encontraram-se traslados destes documentos na Biblioteca Pública de Évora (*Instituição da capella de Ayres Barbosa, mestre de Grego, na igreja de Esgueira e noticia da sua vida.* Cod. $\frac{\text{Cx}}{\text{1-6}}$) das quais em 1942 obtive cópias que adiante publicarei. Por estes documentos verifiquei que AIRES BARBOSA faleceu na vila de Esgueira, e nas suas pousadas, no dia 20 de Janeiro de 1540. É, pois, certa a data indicada por ARTEAGA.

AIRES BARBOSA casou com D. Isabel de Figueiredo e dela teve cinco filhos.

Esta faleceu ainda muito nova e provàvelmente em Salamanca.

Seu marido compôs-lhe então um epitáfio que publicou em 1536, juntamente com a sua obra *Antimoria*, o qual aqui transcrevo:

Epitaphium Uxoris

Hic iacet Elisabet generosae stirpis, & uxor
Baruosae, moriens morte beata fuit.
Nam bene quae uixit, fatali molliter hora
Castam animam coelo reddit; ossa solo.
Est igitur foelix, nullum facundo Solonis
Foelicem licet fuerit nimium florentibus annis.
Te patrem quino pignore fecit Ari.

* * *

É de crer que Aires Barbosa tenha feito em Portugal apenas os primeiros estudos. Certo é ter ido, ainda muito jóvem, para a Universidade de Salamanca estudar humanidades, que, durante a Idade Média e ainda algum tempo depois, eram constituídas pelas sete artes liberais: gramática, lógica, retórica, aritmética, geometria, astrologia e música.

Era a Universidade de Salamanca nos séculos XV e XVI das mais afamadas da Península Ibérica, sendo por isso frequentada por muitos estudantes portugueses. A instrução média e superior que a Universidade portuguesa (Estudos Gerais) então existente em Lisboa, ministrava, era insuficiente.

Aires Barbosa deve ter obtido em Salamanca os graus de bacharel e licenciado em Artes.

Tendo concluído aqui os seus estudos, foi para a Itália frequentar a célebre Universidade de Florença, a fim de aumentar os seus conhecimentos da língua latina e instruir-se profundamente na língua grega.

A língua latina já no século XV se tinha tornado imprescindível como elemento de cultura e de comunicação entre os sábios.

Em Florença foi Aires Barbosa discípulo em latim e grego do notável professor Angelo Policiano (1454-1494), e condiscípulo de João de Médicis (1477-1521), cardeal aos doze anos de idade, e depois papa aos trinta e sete anos, com o nome de Leão X, desvelado protector das letras e das artes.

Podemos determinar aproximadamente a época em que Aires Barbosa esteve em Florença pelo facto de ter sido condiscípulo de João de Médicis e pela data da morte de Policiano.

Com efeito, tendo João de Médicis nascido em 1477, e admitindo-se que tivesse começado os seus estudos na Universidade aos quatorze anos de idade, teria entrado para esta no ano de 1491. Como Policiano faleceu em 1494, conclui-se que Aires Barbosa teria estado em Florença, pelo menos desde 1491 até 1494 ou por volta destes anos.

É quase certo que ele tinha obtido aqui o grau de Mestre em Artes.

Leitão Ferreira diz que ele regressou a Portugal em 1494, e Barbosa Machado diz que daqui voltou para Salamanca no dia 4 de Julho de 1495.

Aires Barbosa queria sem dúvida ensinar humanidades na Universidade de Salamanca, especialmente gramática (língua latina) e o grego.

Esta Universidade havia criado a catedrilha de língua grega em data hoje desconhecida, posterior a 1480; mas à data do regresso de AIRES BARBOSA a Salamanca, ainda não estava provida. AIRES BARBOSA veio, porém, a ocupá-la em primeiro lugar.

O prestígio da Universidade de Salamanca deslumbrava e atraía AIRES BARBOSA para o magistério dentro dela. Em todas as suas faculdades tinham ensinado e ensinavam professores notáveis, quer espanhóis quer estrangeiros.

O siciliano Lúcio Marineo Sículo ocupava a cadeira de retórica desde 1484. O italiano PEDRO MÁRTIR (1459-1526) natural de Anguiera, no Milaneso, tinha ensinado a língua latina, comentando as sátiras de JUVENAL, a partir do ano de 1488. Foi depois cónego de Granada, abade de Jamaica, embaixador no Cairo, protonotário apostólico e membro do primeiro Conselho das Índias. Escreveu uma notável colecção de cartas dirigidas aos mais famosos literatos e políticos do seu tempo. Muitas destas cartas foram publicadas no ano de 1530, em Alcalá, sob o título *Opus Epistolarum*, entre as quais figura uma dirigida a AIRES BARBOSA, na qual apelida este de professor de língua grega.

A este respeito diz D. NICOLAO ANTÓNIO na obra já referida:

«Extat ad eum epistola Petri Martyris, *Ario* scilicet *Lusitano Græcas Literas Salmanticæ profitenti valetudinario* inscripta, quæ ultima est libri I.»

«Petrus Martyr Anglariensis lib. I. epist. ultima, ad eum data anno MCCCCLXXXIX, unde constat eum jam tunc Salmanticæ Græcarum literarum esse professorem.» [1]

Desde 1473 ensinava ainda a língua latina com fulgurante talento e profundo saber o célebre Élio António de Nebrija (1444-1522), o maior humanista espanhol.

AIRES BARBOSA deve ter começado a sua carreira docente na Universidade de Salamanca como professor contratado de língua grega, provàvelmente desde 1496. Segundo a data 1489 da carta que PEDRO MARTIR escreveu a AIRES BARBOSA, era este já professor de grego neste ano, mas isto não se coaduna com a data da volta de AIRES BARBOSA para Salamanca em 1495. De resto, PEDRO MARTIR ensinou pelo menos durante o ano lectivo de 1488-1489 em Salamanca; e quando escreveu a carta a AIRES BARBOSA já não era professor nem

---

(1) Esta carta foi reproduzida pelo Ex.mo Sr. Doutor ROCHA BRITO no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, pág. 281.

aqui residia. Parece, portanto, que a data 1489 da carta no *Opus Epistolarum* está errada, e deverá ser uma data posterior.

Esperabé Arteaga, na sua *História de la Universidad de Salamanca,* tomo II, diz-nos que nos livros de claustro e de contas da Universidade de Salamanca não há nenhuma referência a Aires Barbosa anterior ao ano de 1503; portanto, até 1502 nunca ele foi professor proprietário. Esperabé indica-nos as datas das nomeações de Aires Barbosa para as cadeiras de retórica e prima de gramática (língua latina).

Em 1503 foi nomeado professor proprietário da cadeira de retórica.

No dia primeiro de Maio deste ano fez o seu juramento *de bene legendo.* No dia 11 de Setembro do mesmo ano foi encorporado no Colégio de Doutores e Mestres Artistas. As aulas começavam no dia 18 de Outubro, dia de S. Lucas, e os trabalhos escolares terminavam no dia 8 de Setembro seguinte.

O primeiro ano de magistério de Aires Barbosa como professor proprietário foi, pois, o ano lectivo de 1503-1504.

Em 9 de Março de 1509, concorreu à cadeira de prima de gramática, que o mestre António de Nebrija havia deixado vaga pela sua transferência para a Universidade de Alcalá. Tendo sido aprovado, tomou posse dela e abandonou a de retórica.

Aires Barbosa, já mestre afamado da língua grega, viu agora satisfeita a sua velha aspiração de ser catedrático da língua latina. Depois, até ser jubilado, ensinou sempre com o maior brilho estas duas línguas, mas a grega com mais distinção e tanto que era conhecido pela honrosa designação de *Mestre grego.* Foi sem dúvida um helenista notável.

Do livro de contas da Universidade, relativo ao ano lectivo de 1523-1524, consta que Aires Barbosa se jubilou neste ano. As suas funções docentes na Universidade tinham terminado, no mês de Setembro de 1523. Como professor proprietário exerceu, portanto, o magistério na Universidade de Salamanca durante vinte anos, ou seja desde 1503 até 1523. Nos termos dos estatutos da Universidade, vinte anos de serviço nesta qualidade, deram-lhe direito a ser jubilado. Voltaria agora definitivamente para Portugal.

Aires Barbosa ensinou em Espanha o que então havia de melhor em Itália em matéria de cultura clássica. Foi um pedagogo e humanista notável. Preocupava-o a formação intelectual dos seus discípulos, no sentido de virem a ser socialmente eficientes. Ele definiu nos seguintes termos o objectivo do seu ensino, no princípio da sua obra em latim: *Arii Barbosae Lusitani in verba M. Fabii. Quid? quod*

& reliqua. Relectio de verbis obliquis, impressa em 1511, onde diz:

«Desde que fui incumbido do encargo literário de ensinar no Gimnásio Salmantino ambas as línguas aos jovens de Espanha, sempre tive no ânimo uma preocupação que ainda mantenho: procurar e investigar aquilo que julgo ser-vos útil no futuro.»

Teve inúmeros discípulos, muitos dos quais se tornaram notáveis, como, por exemplo, o português André de Resende, historiador e mestre no Colégio das Artes.

AIRES BARBOSA, durante os anos que viveu em Salamanca, não se dedicou apenas ao ensino. Cultivou também a poesia latina, correspondeu-se com humanistas ilustres e publicou em latim várias obras de carácter didático. Foi, finalmente, um dos precursores do renascimento literário em Espanha e Portugal no século XVI.

A ele pertence uma grande honra como português: foi o primeiro professor público de grego na Península Ibérica.

Diz o Sr. Doutor GONÇALVES CEREJEIRA: «Aires Barbosa pertence a toda a Península, e mais ainda à Espanha que a Portugal, como patriarca dos helenistas». *(O Renascimento em Portugal-Clenardo*, tomo II, pág. 135. Coimbra, 1918).

Ocupando um lugar de destaque na sociedade espanhola, AIRES BARBOSA devia ter invejosos e detractores. E teve-os de facto, como mostra o epigrama que ele escreveu em resposta a certo maldizente que o censurava por se dizer discípulo de Policiano e condiscípulo de Leão X.

Respondeu AIRES BARBOSA que não se elevava por isso, visto que a fama do Sumo Pontífice tocava o céu e a sua rastejava na terra; e que a sabedoria de Policiano era muito superior à sua.

O referido epigrama foi por ele publicado juntamente com a sua obra *Antimoria*, e é do seguinte teor:

In quendam malivolum

Me condiscipulum decimi cum dico Leonis;
Et cum discipulum Politiane tuum:
Me premo, non tollo, nam si contraria lucent,
(Vt perhibet) iunctis clarius oppositis:
Quid tam disiunctum? Tangit fortuna supremi
Pontificis coelum: sed mea tangit humum.
Quid tam diuersum: quantum sus nostra, Mineruae
Angele se opponens Politiane tuae?

*
* *

Preparava-se AIRES BARBOSA para abandonar Salamanca nos fins de 1523 e voltar à sua pátria, onde tencionava gozar o descanso que a Universidade lhe concedia ao fim de vinte anos de serviço, e lá escrever a sua última obra, a *Antimoria*, que há muitos anos projectava publicar.

Estava, porém, destinado que os seus trabalhos docentes não findassem ainda. Com, efeito, por esta ocasião, o rei de Portugal, D. João III, enviou um mensageiro a Salamanca para o convidar a ser professor de seu irmão, o cardeal infante D. Afonso, que então tinha quatorze anos de idade e já era cardeal desde os sete anos (1).

Acedeu AIRES BARBOSA com sacrifício a tão honroso convite, e veio por isso para a corte portuguesa então em Évora instruir o jovem cardeal nas humanidades, tencionando permanecer nela durante três anos, tempo que julgava suficiente para ensinar o seu novo discípulo (2).

As sucessivas mudanças da corte fizeram, porém, demorar a instrução do cardeal infante D. Afonso, e por isso teve AIRES BARBOSA de permanecer nela durante sete anos, isto é, desde 1523 até 1530. Neste ano é que os seus trabalhos docentes terminaram para sempre.

Foi então residir na vila de Esgueira, muito próxima de Aveiro, na companhia dos seus filhos Fernão Barbosa, e D. Margarida Barbosa, e ao pé de alguns sobrinhos seus. Aqui pôde AIRES BARBOSA escrever em latim a sua obra *Antimoria*, de carácter religioso, dedicada ao cardeal infante D. Afonso, seu ex-discípulo, e publicada em 1536.

A *Antimoria* opõe-se à obra *Encomium Moriae* (Elogio da Loucura) do célebre ERASMO de Roterdão (1467-1536), publicada em 1501.

Na *Antimoria* exalta AIRES BARBOSA a sabedoria cristã.

Da sua actividade docente e antiga intenção de escrever e publicar a sua *Antimoria* dá-nos AIRES BARBOSA notícia no prefácio desta obra.

Assim, em tradução, diz-nos:

«Estando há uns trinta anos a leccionar na Universidade de Salamanca, e sendo um dos professores de Letras, ensi-

---

(1) O cardeal infante D. Afonso nasceu em 23 de Abril de 1509 e faleceu em 7 de Janeiro de 1564. Foi nomeado cardeal pelo papa Leão X em 1516.

(2) Dizem os autores que AIRES BARBOSA foi também professor do infante D. Henrique, mais tarde cardeal e rei, nascido em 31 de Janeiro de 1512, e irmão do referido cardeal infante D. Afonso.

nava a língua latina e grega aos jovens hispanos. Já então desejava com grande empenho, sagrado Príncipe, dedicar ao erário do Senhor alguma coisa da minha pouca inteligência e imitar aquela piedosa viúva que se louva no Evangelho. Mas como, quer pelo dever público de ensinar, quer pelo particular de cuidar das coisas domésticas, não me fosse possível comentar qualquer coisa, a não ser o que interpretávamos, esperava eu aquele justo e apreciado ócio que a nobre Universidade da Hispânia costuma conceder, depois de vinte anos de serviço, aos seus doutores, já fatigados, e cansados pela idade.

Mas, quando isso aconteceu, logo se juntou e acrescentou ao trabalho que havia terminado, um novo, de não menor cuidado, devendo, porém, ser realizado por mim em menos tempo.

Na verdade, tendo teu irmão D. João III, ínclito rei de Portugal, enviado a Salamanca um mensageiro a chamar-me, exortou-me por carta a que te instruísse, sendo tu então uma criança, embora já admitido no colégio dos cardeais e do sumo senado.

Não pude recusar-me ao pai da minha pátria, julgando que, sem dúvida, nenhuma tarefa mais grata me poderia ser oferecida por Deus do que educar-te, a ti, um divino adolescente, dando a maior esperança.

Realizámos esta outra obrigação do nosso labor em sete anos, nos quais aprendeste a arte de falar, da oratória, da discussão, juntamente com outras elegâncias das humanidades. Na verdade, este trabalho, que é o vigor e a força da tua inteligência, — te-lo-ia realizado em três anos, se não fossem as mudanças da instável cúria.

Agora estou liberto duplamente; como as aulas e o Palácio me concedem um tranquilo repouso na minha pátria, recordo, já velho, aquilo que tinha em mente quando era novo.»

[Arii Baruosae Lusitani praefatio in Antimoriam. Ad Illustrissimum S. R. Ecclesiae Cardinalem & Portugaliae Infantem. D. Alfonsum.

«Cum in Salmãticensi academia ab hinc triginta ferè annos literariae militiae stipendia facerem: & inter professores bonarũ artium vnus vtranq; linguam hispanos iuuenes docerem: etc.»]

Aires Barbosa escreveu em verso latino todas as suas obras, com excepção de *In verba M. Fabii: Quid? quod & reliqua. Relectio de verbis obliquis;* e todas foram impressas em Salamanca, excepto a *Antimoria*, que foi impressa em Portugal, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

As obras são intituladas como segue:

Rhetorica.

Arii Barbosae Lusitani in verba M. Fabii: Quid? quod & reliqua. Relectio de verbis obliquis. 1511.

Esta obra revela o muito saber e merecimento do autor. Contém um prefácio de António Honcala, no qual este apresenta Aires Barbosa como pessoa de grande sabedoria em ambas as línguas, e se refere ao cognome de *grego* que este tinha em Salamanca.

Existe um exemplar desta obra na Biblioteca da Universidade de Coimbra (R.-10-13). Ocupa dezanove folhas; a primeira página contém apenas o prefácio de A. Honcala, e a última página está em branco. Encontra-se junta com outras obras na *Micelania Valasci* (R.-10-13).

A obra termina com o seguinte colofon:

Dixi to theo doxa amen. Impressum Salmanticae Idibus Iuniis anno a genesi liberatoris nostri & salutiferi Iesu. MDXI. Arius ipse negat alienam se prestare culpam.

Epometria, seu de metiendi carmina oratione. 1515.

Epigrammatum seu Operum ejus Poeticarum. 1516.

Aratoris Cardinalis Historia Apostolica cum Cõmentariis Arii Barbosæ Lusitani. 1516.

De prosodia, scilicet, Relectio, seu de re Poetica, ac recta scribendi ratione. 1517.

De Orthographia. 1517.

Epigramma in laudem Petri Margalli. 1520.

Epistola latina, Arius Barbosa Lusitanus, Margallo Theologo Doctori. 1520.

Ad juvenes studiosos bonarum artium Carmen. 1520.

Estes três últimos opúsculos foram publicados em Salamanca, em 1520, no Compêndio de Física *(Phisices Compendium)* do Doutor Pedro Margalho, notável professor português de Filosofia Moral na Universidade de Salamanca.

Eles foram transcritos por Francisco Leitão Ferreira na sua obra *Noticias Chronologicas da Universidade de*

Coimbra, por serem já então raríssimos estes *Compêndios de Física*.

Quodlibeticas quaestiones.

Arii Baruosae Lusitani Antimoria. Eiusdem nonnula Epigrammata. 1536.

O local e a data da impressão desta obra são nesta mencionados nos seguintes termos:
Conimbriae Apud Coenobium diuae Crucis. M.C.XXXVI.

Juntamente com ela publicou AIRES BARBOSA cerca de cincoenta epigramas seus.
Desta obra existem em Portugal três exemplares: um na Biblioteca da Universidade de Coimbra (R.-3-19), outro na Biblioteca Nacional de Lisboa, e outro na colecção que pertenceu ao rei D. Manuel II, encorporada actualmente no Museu Biblioteca de Vila Viçosa.

* * *

Muitos escritores e autores de renome exaltaram AIRES BARBOSA.
DIOGO BARBOSA MACHADO, abade de Sever, na sua obra *Bibliotheca Lusitana* dá-nos notícia das opiniões de muitos homens ilustres. Dela vamos transcrever algumas.
O grande humanista espanhol ANTÓNIO DE NEBRIJA, nos seus *Quinquanar. ad Franc. Ximenes*, diz:
«Graeca lingua excitata est, atque jam pridem per Hispaniam divulgata ab Ario Lusitano Viro Graece, et Latine perquam erudito.»

O Doutor MARTIM DE FIGUEIREDO, na dedicatória a D. João III do seu já citado Comentário ao prólogo das *Histórias Naturais* de PLÍNIO, diz:
«A Salmantica totius Hispaniae celeberrimo Gymnasio venire feciste doctissimum, ac praestantissimo Arium Barbosam magnis praemis, ac pollicitationibus post concessam studiis quietam.»

ANDRÉ DE RESENDE, na *Epistola ad Quevedo Toletano*, diz:
«Arius Lusitanus quadraginta, et eo plus annos Salmanticæ tum Latinas Litteras, Græcas magna cum laude professus est.»

E no seu *Encomium Erasmi:*

Hispanique sacer meritis honor orbis Arius,
Magnis cui debet quantum nunc Pallados illic
Cultior u-us habet, docuit nam primus Iberos
Hippocrenaeo Grajas componere voces
Ore; etenim quid quid frugis nunc Itala regna,
Graecia quondam habuit, quid quid patriae que; suis que
Importavit & a Galli stribligine tandem
Asseruit, fierique dedit sermone Quiritas.

(in *Bibliotheca Hisp. Nova.* tomo I, pág. 171).

Lourenço Crasso *(Hist. di Poet. Grec.)* diz:

«Homo di molta doctrina, e di molta lingue intendente, e poeta insigne. Costui fui il primo che porto de Lettre Greche in Spagna: visse en compagnia di Antonio Nebricense ma com maggior fama del ditto Nebricense della lengue Greca, e Poesia.»

Diogo Barbosa Machado faz-lhe o seguinte comentário, na *Bibliotheca Lusitana:*

«Jazia nestes tempos em Espanha muda a eloquencia; estavão separadas do comercio dos Sabios as Musas, e se tinha introduzido uma tal ignorancia das linguas, e letras humanas, que somente dominava a barbaridade, contra a qual se armou Ayres Barbosa como outro Hercules degollando a Hydra mais perniciosa, que a de Lerna, com as doutas instrucçoens do seu Magisterio exercitado pelo largo espaço de vinte anos com singular credito do seu talento e não pequena gloria, e fruto dos seus discipulos.»

Por interessar ao presente estudo, transcrevo aqui parte de um comentário anónimo dirigido a Barbosa Machado, intitulado *Reflexão relativa a Ayres Barbosa,* constante de um manuscrito existente na Biblioteca Pública de Évora (cód. referido $\frac{\text{Cx}}{1-6}$):

«Diz o Ab.[e] de Sever, q̄. o epigrama em q̄ se dá not.[a] dos Pais, e Ascd.[tes] de Ayres Barb.[a] está no fim da sua Prosodia; e depois não se lembra de por esta obra no Catálogo dos Escritos deste Sábio apontando só a obra = De Orthographia = q̄. foi posterior á Prosodia, ainda q̄. impressa no m.[o] ano, e na m.[a] Cid.[e]

Falta tambem á Bibl. Luz. — a obra = Relectio de verbis obliquis = q̄. anda junta com = De Prosodia = De Orthogr. = e Epometria.

Estes escriptos merecerão a Ayres B. os elogios e os dos sábios Estrangr.[os] e Nacionaes pela sua rarid.[e], e beleza: acha se nelles hũ belo latim com os preceitos mais seg.[os] da

gramatica lat.ª; estão semeados de varias autorid.es gregas, ainda q̃. em caract.es latinos, pelos não haver em Salamanca, como diz o m.º A.

Pode notar-se-lhe a languidez dos seus versos, e o uzo afectado talvez de palavras exoticas: são defeitos talvez leves, e desculpaveis em tp.os barbaros: teve a gloria porem de ser dos primr.os q̃. em Port.al, e talvez em Espanha começou a abrir os olhos, e a restabelecer as belas Letras.

Dos opusculos q̃. tenho visto (q̃. são poucos) só o de = Relectio de verbis obliquis = não he em verso: os outros dão os preceitos da Gramt. em verso, e explicão depois difuzam.te em prosa os m.os preceitos. Quem sabe se o P.e M.el Alv.z se serviria delle e delles?»

Vivia AIRES BARBOSA, o *mestre grego*, em Esgueira, na rua da Corredoura, com seus filhos Fernão Barbosa e D. Margarida Barbosa; sua filha D. Catarina estava freira no convento do Santo Espírito. Entretanto mandou construir nesta vila uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro, no adro da igreja de Santo André, contíguo ao passal, ambos sobranceiros ao ribeiro. Esta capela tinha por fim guardar os seus restos mortais e perpetuar o seu nome. Há já muitos anos que esta capela, o adro e o passal deixaram de existir, mas perduram estas duas últimas designações, e ainda existe a Viela do Adro.

A igreja paroquial de então devia ter estado neste velho adro, que servia de cemitério, pois que nele se encontram ainda hoje ossadas humanas e moedas antigas como eu próprio verifiquei.

No princípio do ano de 1540, AIRES BARBOSA, já velho, adoeceu gravemente, e previu que o fim da sua vida estava próximo. Chamou por isso o tabelião público judicial de Esgueira, João Cerveira, e ditou-lhe o seu último testamento no dia cinco de Janeiro daquele ano.

Dispôs dos seus bens, e vinculou a terça parte deles à sua capela de Nossa Senhora do Desterro; determinou que queria ser sepultado dentro dela e que sobre a sua sepultura fosse colocada uma lápide com a seguinte inscrição:

Aqui jaz o corpo do mestre Aires Barbosa

Determinou também que por sua morte seria administradora da capela sua filha D. Margarida e nunca seu filho Fernando Barbosa «por ser muito mancebo em seu viver». Impôs finalmente a condição de os futuros administradores da dita capela usarem o apelido Barbosa para memória do seu instituidor.

No dia seguinte, seis de Janeiro, pelo referido tabelião e na presença de testemunhas, foi aprovado o testamento. No dia 19 do mesmo mês e ano mandou AIRES BARBOSA fazer um «instrumento de declaração» ao seu testamento, no qual indicou os bens que vinculava à capela e regulou a sucessão na administração desta.

Estiveram presentes como testemunhas, Simão Tavares, fidalgo da casa del-Rei, e Tomás Ferreira, cavaleiro, ambos moradores na vila de Aveiro; além destes, Gonçalo Coelho, Tristão Pinto, Cristóvão Pacheco, Alfredo de Oliveira, Simão Varela e Fernão de Figueiredo, escudeiros fidalgos, moradores em Esgueira.

AIRES BARBOSA, mestre do senhor infante cardeal, como se intitulou no seu testamento, tinha os seus dias contados. Com efeito, no dia seguinte, 20 de Janeiro de 1540, dia de S. Sebastião, falecia nas suas pousadas de Esgueira, como expressamente o diz o termo de abertura do seu testamento, termo feito neste mesmo dia.

Conforme tinha determinado, o seu corpo foi sepultado na capela que instituíra, e na campa foi lavrada a seguinte inscrição:

Aquy ias o Corpo de Ayres Barbosa mestre Grego
Era de 1540

A capela de AIRES BARBOSA já não existe há muitos anos e nem dela resta já a menor tradição popular:

Na *Informação Paroquial* de Santo André de Esgueira, do ano 1721, lê-se a seguinte referência a ela:

«E fora da Igreja ha hũa Ermida do Diuino Spiritu S.to que he do pouo — Mais outra da Sñra do desterro Capella de que he Instetuidor Ayres Barboza mestre grego; e de prezente he administrador Manuel de Almeida Leitão, do Tojal».

E noutro passo da dita *Informação* lê-se:

«Mais na Capella de nossa Senhora do desterro fora da Igreja está huma Sepultura Cujo Letereiro diz — Aquy iás o Corpo de Ayres Barboza mestre Grego. Era de mil e quinhentos e quarenta — E outra que dis — Aqui iás Domna Margarida = E outra junto a mesma Capella que se não diuidem as Letras por serem iá gastas» (1).

A capela existia ainda no ano de 1749, pois neste ano tomou posse dela D. Josefa Caetana Barbosa de Melo e Figueiredo, da vila de Alverca.

---

(1) Veja-se *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. VIII, págs. 192 e 195.

É de crer que ainda existisse em 1821, pois que em 10 de Abril deste ano foi tirada uma pública forma, que possuo, de dois documentos referentes à capela, um do ano de 1697 e outro do ano de 1749, a qual deve ter servido para efeitos de venda ou herança da referida capela e seu vínculo.

O documento de 1697 contém uma petição de Gomes de Figueiredo Barbosa, morador na vila de Alverca, e administrador da capela de Aires Barbosa, para que lhe seja passada uma certidão das propriedades pertencentes à dita capela, situadas na vila de Esgueira e sua comarca, devendo a certidão ser tirada do próprio tombo da capela que para isso apresentava a António Queimado de Brito, escrivão público judicial e de notas da vila de Alverca. O documento contém ainda a certidão pedida.

O documento de 1749 é o instrumento de justificação de posse da referida capela e respectivos bens tomada nos dias 13 e 14 de Junho deste ano por D. Josefa Caetana Barbosa de Melo e Figueiredo, da vila de Alverca, como herdeira de sua tia D. Isabel Teresa Barbosa de Melo e Figueiredo, viúva de Manuel de Almeida Leitão Pereira, morgado do Tojal (comarca de Viseu).

DOCUMENTOS

I — [*Testamento*]

TRESLADO DA INST.AM DA CAP.A DE AYRES BARBOSA M.E DE GREGO SITUADA NA IGR.A DA V.A DE ESGUEIRA

(À margem: Esgr.a Cap.a do M.e do Grego. Tombo 1.o N.o 242).

Em Nome de Deus. Amen

Saibão q.tos este testam.to virem em como aos sinco dias do mez de Janr.o do ano de 1540 anos; em a V.a de Esgr.a e em as pousadas do M.e Ayres Barbosa M.e do Snr. Infante Cardial, estando hy presente elle d.o M.e Ayres Barb.a; e logo por elle foy dito, q̃. elle temendo a hora da morte, e o dia de Juizo elle ordenava, e fasia, como de feito logo ordenou e fez a sua *manda*, e testam.to, em a manr.a, e forma seg.te Primeiram.te disse, q̃. querendo o N. Snr. levar da vida pres.te deste mundo; seu corpo fosse enterrado em a sua Cap.a q̃. elle mandara fazer em a Igr.a de S.to Andre desta V.a de Esgr.a e q̃. em a sua cova sobre seu corpo lhe porão hũa campa q̃. está em a d.a Cap.a com hũas letras em ella q̃. digão Aqui jas o corpo do M.e Ayres Barbosa. Disse q̃. ao dia do seu enterram.to lhe levarão com o seu corpo 20 alq̃. de trigo, e des alm.es de v.o, e 200 r.s de pescado, e 4 tochas, e des velas acesas; e lhe dirão des missas, nove resadas, e hũa cantada com suas horas, e ladainhas, e ofícios costumados. Disse q̃. do mez a hum ano em cada hum dos d.os dias lhe levarão des alq.es de trigo, e sinco alm.es de v.o, e seis r.s de pescado, e lhe dirão

sinco missas em cada hum dos d.os dias, hũa cantada, e quatro resadas com suas horas, e ladainhas, e aos d.os oficios estarão quatro tochas, e des velas acesas. Disse q̃. em a d.a sua Cap.a lhe dirão em todos os an.s em todas as semanas de cada ano à sesta fr.a hũa missa resada, nom de requiem, com hũa oração q̃. elle testador fes, e compoz, a qual missa seja da dominica da sesta feira; e mais em cada hum ano duas missas cantadas; hũa por dia de S.ta Crus de Maio, e a outra por dia de S.ta Crus de Setembro com seus responsos sobre a sua cova, as quaes missas todas se pagarão m.to bem segd.o o costume da terra. Disse q̃. mandava q̃. a d.a Cap.a estivesse sempre bem *corrigida*, e *concertada*, e *ornamentada* de vestim.ta e calis, e frontal, e toalhas, e *Livro*, e galhetas, e casticaes, e velas p.a se poderem sempre dizer as d.as missas, e q̃. q.do o visitador vier em cada hum ano a visitar a d.a Igr.a de S.to Andre, q̃ visite tambem a d.a Capela, e veja se se cumpre o q̃. dito he; e achando q̃. se não cumpre o mandará cumprir; e de seu trabalho de visitar a d.a Cap.a lhe será dado em cada hum ano dois cambos de lingoados, ou duas galinhas. Dise elle testador, q̃. deixaua a d.a Cap.a, e administração della a sua filha D. Margarida Barbosa, e a todos seus filhos lidimos, e a seus sucessores, q̃. delles descenderem, e gerecerem por linha direita; e sendo cazo q̃. a d.a sua filha D. Margarida faleça: e nom tendo f.o nem f.a legitimo, q̃. então ficará a d.a Cap.a, e administração della a hum sobrinho, ou sobrinha mais velho, e mais conjunto delle testador q̃ viva em esta V.a de Esgueira, e a seus f.os e f.as e sucessores, à qual Capela, e administração della, elle deixaua toda a sua tersa de todos os seus bens móveis e de rais, da qual 3.a e fazenda, e rendim.to della se tirará, e fará tudo: o q̃. assim apto, e dito, e cumprido tudo como dito he, e o mais q̃. remanescer em cada hum ano da d.a 3.a, e fazenda, e rendim.to della seja p.a a d.a administradora; a qual 3.a e fazd.a della seja sempre obrigada a se fazer, e cumprir tudo o q̃. asim mando. Disse q̃. sendo cazo q̃. elle faleça primr.o q̃. a d.a sua filha D. Margarida Barboza caze, q̃. ella estará, até q̃. caze, em caza de Simão Varéla e de sua m.er, e nom a querendo ter em sua caza estará em caza de Fernão de Figd.o e de sua m.er, ou em caza de qualq.r outra sua sobrinha sendo prezentes na d.a villa: o qual Simão Varela, ou Fernão de Figd.o, ou qualq.r outro sobr.o, ou sobr.a onde asy estiver a d.a D. Margarida ate ser cazada terá cargo della asim de sua pessoa, como de sua fazd.a e legitima e asim da 3.a delle testador, e administraçâo da d.a Capela e cumprirá tudo o q̃. dito he; e este q̃. asim tiver em sua caza a d.a Marg.a emq.to nom for cazada, em cada hum ano haverá 3.000 de seu trabalho. Disse q̃. a d.a sua f.a D. Margarida será obediente à q̃. em cujo poder estiver, e nom saia de seu mandado, e fazendo o contrário, e nom fazendo aquillo, q̃. della se espera, e se desmandar, ou fizer alguma couza desonesta, o q̃. D.s nom queira, q̃. em tal cazo nom haverá a administração da d.a Cap.a; e haverá o sobr.o, ou sobr.a mais conjunto como dito he, o qual administrador q̃. assim for cumprirá tambem as couzas q̃. mando fazer por sua alma ao dia do seu enterramt.o, mez e ano. Disse q̃. qualq.r q̃. por os anos adiante for administrador da d.a Capela, q̃. tome o apelido de Barboza, e isto por memoria do d.o fundador da d.a Cap.a Disse q̃. cazo q̃. Fernão Barboza fosse seu h.o elle testador lhe nom queria leixar nenhum carrego das couzas sobred.as por lhe parecer q̃ as nom saberá bem fazer, por ser m.to mancebo em seu proceder (*) viver. Disse q̃. de toda a sua fazd.a q̃. se achar à hora da sua morte asim de rais em o reino de Portugal, como em Castela, partirão irmamente D. Margarida, e Fernão Barboza seus f.os, e isto tirando a sua 3.a q̃. leixa à d.a Cap.a, e administrador della, em a qual partilha nom entrará D. Cn.a de Figueiredo sua f.a freira em o Mostr.o do S.to Espirito, porq̃. o d.o mostr.o he pago, e satisfeito, do q̃. hy ha escripturas. Disse q̃. o d.o Fernão Barboza, e a d.a D. Margarida seus f.os nom

(*) No original encontra-se riscada esta palavra.

se devem de agravar delle testador vender algũa couza da eransa de sua mãy, porq.to de sinco legitimas elle erdou as tres, e mais o 3.º, e quinto da d.ª fazenda de sua mãy, e como se uza em Castella, de manr.ª q̃. nom ficava quasi nada ao d.º Fernão Barboza, e D. Margarida. Disse q̃. se por aventura algum criado seu, q̃. o servisse estiver por pagar do seu serv.º, q̃. lhe seja pago; e asim serão vestidos de dó de pano *dezocheno* asim os criados, como as criadas. Dise q̃. elle tinha certos penhores de q̃. dera dinr.º sobre elles de q̃. tem hum livrinho, em q̃. tem assentado q.to cada hum deve sobre seu penhor, e asim em certas taças de penhor q̃. tinha se achará em os *cus* das d.as taças acentado cujas são, e o q̃. devem. Disse elle d.º testador q̃. por aqui havia o d.º testamt.º por feito e acabado, e q̃. todo o q̃. se contem em elle há por firme, e valiozo p.ª sempre; e todos os outros testam.tos, e cedulas, e condecilos q̃. ate aqui tinha feitos, q̃. todos os há por *quebrados*, e *aniquilados*, q̃. nenhum nom valha, som.te este prezente, o qual rogou a mim João Cerveira t.am q̃. lho escrevese, o qual escrevi, e ele testador assinou de seu sinal: e nom faça duvida em a entre linha q̃. diz = a qual miça = por fazer verd.e q̃. se fes: o qual vai escrito nas folhas com esta em q̃. vai meu sinal. João Cervr.ª t.am o escrevi, e assinei tambem aqui de meu sinal razo

João Cervr.ª t.am

II

Instrumt.º de approvação

Saibão q.tos este Instrum.to de aprov.am virem q̃ no ano do Nascimt.º de N. S. J. C. de 1540 an.s aos seis dias do mez de Janr.º em a V.ª de Esg.ª cazas do M.e Ayres Barb.ª M.e do Snr. Cardeal estando elle d.º M.e prezt.e logo por elle foi dado a mim t.am este testam.to dizendo q̃. este era o seu testam.to, e o havia por firme, e valiozo, o qual era cerrado com hũa linha preta, e asselado com sete celos de cera; testem.as q̃ erão prez.tes Ant.º de Pinho, e Ant.º Rois ferrador, e João Anes alfaiate, e André Pires, e João Pires carpintr.º, e Bastião Pires, e P.º Anes Maia todos morad.es em a d.ª Villa. E eu João Cervr.ª, t.am público judicial em a d.ª vila por El rei N. S. q̃. o escrevi, e assinei de meu sinal &&.

III

Instrumt.º de declaração do d.º testam.to

Em nome de D.s Amen. Saibão q.tos este instrum.to de declaração de Cedula, e testam.to virem q̃. no ano do Nascim.to de N. S. J. C. de 1540 an.s aos 19 dias do mez de Janr.º do dº ano, em a v.ª de Esgr.ª em as pouzadas do M.e Ayres Barb.ª e logo hy por elle me foi dito q̃. elle tinha feito hum testam.to cerrado com seu instrum.to de aprov.am nas costas, q̃. eu t.am fis, o qual testam.to elle testador disse q̃. mandava q̃. se cumprisse em todo como em elle se contem, com esta declaração. V: q̃. a 3.ª sua q̃. elle tem leixado á Cap.ª q̃. fes na Igr.ª de S.to Andre desta v.ª q̃. toma, e aparta p.ª a d.ª 3.ª os bens seg.tes. V: a marinha q̃. se chama da *Riba da Veia*, a qual já está obrigada à d.ª Cap.ª; e mais outra marinha q̃. se chama da *Refugida* com todas suas pertensas como as elle test.or pusue, e tem por titulo de compra; e mais os seus *Cazaes do Carregal*, e os *moinhos do pano*, q̃. está junto do Carregal: e sendo cazo q̃. a d.ª sua 3.ª mais valha, q̃. todo o q̃. em ella montar se tome em bens de rais, e nom os havendo hy q̃. caibão a d.ª 3.ª então se comprará p. andarem sempre conjuntas à d.ª Cap.ª, a qual Cap.ª ficará a q.m elle testador tem declarado em seu testam.to; e por falecimt.º da pessoa a q̃. asim leixa a d.ª Cap.ª ficará ao

seu f.º da d.ª pesoa varão lidimo mais velho, e sendo falecido o tal f.º mais velho varão, e havendo f.º seu q̃. seja neto lidimo este erdará a d.ª Cap.ª, e nom havendo neto virá a d.ª Cap.ª ao f.º varão da d.ª pesoa; e qdº hy nom houver f.os varoens, ficará então à f.ª mais velha, e di em diante, com esta declar.am serão erdr.os as pesoas q̃. tem declarado em seu testam.to; e declarou mais q̃. ás pesoas q̃. assim deixa a d.ª Cap.ª, e asim aos outros q̃. adiante erdarem serão obrigados a deixarem suas 3.as em acrescentamt.º da d.ª Cap.ª; e somt.e poderão tomar a renda da d.ª Capela hum ano ate dois pagos os encargos p.ª poderem mandar despender por suas almas no q̃. lhe bem parecer; e tanto q̃. o erdr.º erdar a d.ª Cap.ª, e aceitar a eransa della, logo a d.ª sua 3.ª ficará obrigada à d.ª Capela como atras fica declarado sem poder dispor della em outro couza: e com estas declaraçoens manda q̃. o d.º testamt.º se cumpra em todo e por todo segd.º se em elle contem; e em test.º de verd.e mandou ser f.to este q̃. foi f.to em o d.º lugar e dia e mez e ano sobred.º: test.as q̃. prez.tes estavão o Sñr. Simão Tavares Fidalgo da C. de El Rei N. S.r, e Thomas Fer.ª Cavalr.º m.es na V.ª de Avr.º, e G.ço Coelho, e Tristão Pinto, e Christovão Pacheco, e Af.º de Olivr.ª, e Simão Varela, e Fernão de Figd.º Escudr.os Fidalgos todos m.res em Esgr.ª e dise o d.º testador q̃. o d.º testam.to q̃. tinha feito de q̃. eu tab.am lhe tinha feito nas costas o instrumt.º de aprov.am q̃. manda q̃. se cumpra segd.º se em elle contem com estas declaraçoens aqui feitas em este instrum.to, e manda q̃. nenhum outro testam.to, e manda q̃. tenha feito, q̃. nom valha, nem tenha efeito nem vigor; somt.e o q̃. dito he porq̃. esta he a sua ultima, e derradr.ª vontade. : test.as as sobred.as

E eu sobred.º João Cerv.ª t.am p.co, e jud.al por El rei N. S.r em a d.ª v.ª de Esgr.ª e seu tr.º q̃. o escrevi, e tirei do meu L.º das notas, e aqui meu p.co sinal fis q̃. tal he, e o concertei. O q.l testamt.º, e instrum.to de aprov.am, e instrum.to de declaração eu esc.am tresladei dos proprios bem, e fielm.te &&.

IV

Termo de abertura do testamento]

Ano do Nascim.to de N. S J. C. de 1540 aos 20 dias do mez de Janr.º do d.º ano em a v.ª de Esgr.ª em as pouzadas do M.e Ayres Barb.ª dia em q̃. elle faleceu da vida prez.te deste mundo, e sendo asim falecido logo hy perante Gons.º Coelho Juiz do Crime em a d.ª v.ª foi entregue este testam.to a mim t.am cerrado e asselado com sete celos, o qual logo hy perante elle d.º Juiz foi aberto, e lido perante elle Juiz, e test.as ao diante nomiadas. V: perante Simão Varela, e Fernão de Figd.º, e Cristovão Pacheco, e Vic.te Anes Alcaide todos m.res em a d.ª v.ª de Esgr.ª E eu João Cervr.ª t.am q̃. o escrevi.

Nota — O original dos documentos que atrás reproduzo, existe na Biblioteca Pública de Évora, e tem a seguinte observação:

«Isto he tirado do V.º tombo da Proved.ª q̃ está em letra &&.»

V

Publica Forma

DOCUMENTO 1.º

Alverca = Instrumento de Justificação de Posse dada da Capella de Nossa Senhora do Desterro ou do Adro citta nesta Villa, e Freguezia de Esgueira; e mais fazendas anexas a ella na forma da Pettição a Dona Josefa Caetana Barboza de Mello da Villa de Alverca = Saibão quantos este Instrumento de Justificação de Posse reduzida a Publica forma e Dittos de

Testemunhas Judicialmente proguntadas virem que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil sette centos quarenta e nove annos; aos quatorze dias do mes de Junho do dito anno nesta muito nobre, e antiga villa de Esgueira Cabeça de Comarca em as casas de moradas de mim Escrivão ahi apareceo prezente Carlos da Rosa da Villa de Aveiro Procurador que mostrou ser de Dona Josefa Caetana Barboza da Villa de Alverca pela Procuração ao diante junta por elle me foi apprezentada a Pettição ao diante despachada pelo Juiz ordinario do Civel que este prezente anno serve Sebastião da Silva de Goes requerendo-me lhe desse a ella seu inteiro cumprimento de Justissa como nella se contem ao que eu dice saptisfaria; ellogo vendo eu que me fora Destribuida a Authoei na forma assima dito e declarado de que fiz este termo de Assentada. Francisco Migueis Currallis Escrivão que o escrivi, e assinei Francisco Migueis Corrallis =

Pettição

Diz Dona Josefa Caetana Barboza de Mello por seu Procurador Carlos da Rosa de Lemos morador na Villa de Aveiro que por fallecimento de Dona Josefa Thereza digo de Dona Izabel Thereza Barbosa de Mello mulher que foi do Morgado do Tojal Manoel d'Almeida Leitão Pereira, sucedeo na Capella que Instituhio o Mestre Ayres Barboza citta na Igreja de Santo Andre da Villa de Esgueira, e em todos os bens de que se compoe o vincullo e porque thomou posse da dita Capella e de seus bens a saber = De duas Marinhas chamadas huma a Oliveirinha, outra o Ilhote da Capella; e no Carregal Termo de Eixo a thomou de hum Casal por Testemunhas, e a quer reduzir a autos publicos para a todo constar da mesma = Pede a Vossa Merce lhe faça merce mandar se preguntem as Testemunhas que assistirao a referida posse, e Jurando se lhe passe seu instrumento na forma do Estillo e Recebera Mercê =

Despacho = Destribuida Justifique como requer, e satisfeito se lhe passe seu Instrumento. Esgueira de Julho quatorze de mil sette centos e quarenta e nove annos, e depois ut assessor Eu Gois Rosa =

Procuraçam = Pella presente por mim feita e assignada digo Eu Dona Josefa Caetana Barboza de Mello e Figueiredo Barbosa digo Figueiredo moradora na villa de Alverca que Eu faço meu bastante Procurador a meu sobrinho o Senhor Joaquim Monteiro Rosado assistente em os Estudos da Cidade de Coimbra para que por mim e em meu nome como se Eu presente fora posse thomar posse da Capella que Instituhio o Mestre Ayres Barbosa citta na Igreja de Santo Andre da villa de Esgueira cuja Capella he da saudação de Nossa Senhora do Desterro assim mesmo de todos os mais bens e propriedades pertencentes a dita Capella da qual Capella hera Administradora minha Thia a Senhora Dona Izabel Thereza Barboza de Mello que Deos haja mulher que foi do Senbor Manoel de Almeida Leitão Pereira Morgado do Tojal Comarca de Vizeu que pella dita minha Thia ser fallescida da vida prezente e lhe nao ficar sucessão me pertence a Administração da ditta Capella para o que lhe concedo todos os poderes em Direito necessarios e esta pudera substablecer em quem lhe parecer. Alverca seis de Abril de mil e sete centos e quarenta e nove annos Josefa Caetana Barbosa de Melo e Figueiredo = Marçal Reconhecimento = Marçal de Gouveia Furtado Tabaliao Publico Judicial e Nottas nesta Villa de Alverca, e seu Termo por Sua Magestade que Deos Guarde Reconheço a Letra da Procuração attraz Escripta e Signal ao pe d'ella ser tudo de Dona Josefa Caetana Barbosa de Mello e Figueiredo e por tal tudo reconheço. Alverca vinte e tres de Abril de mil e sette centos e quarenta e tres digo quarenta e nove annos em Testemunho de verdade Marçal de Gouveia Furtado = Lugar do Signal Publico = Reconhecimento Segundo = Reconheço a Letra, e Signal assima ser de Marçal de Gouveia Furtado por semelhantes que hei visto. Lisboa vinte e quatro de Abril de mil sette centos e quarenta e nove annos Manoel

digo annos Em Testemunho de verdade Manoel Antonio d'Oliveira Britto = Substablicimento = Substabliço todos os puderes que nesta Procuraçam me sao concedidos e da mesma sorte que o sao ao Senhor Doutor Manoel de Freitas Rodrigues e ao Senhor Carlos da Rosa Lemos ambos moradores nesta Villa de Aveiro vinte e outto de Maio de mil e sete centos e quarenta e nove = Joaquim Monteiro Rosado = Reconhecimento treceiro = Reconheço a Letra e Signal do substabelicimento retro ser de Joaquim Monteiro Rosado o qual fez na minha prezença; e por assim o reconheço em fe do que me assigno. Aveiro vinte e outo de Maio de mil sette centos, e quarenta e nove Agostinho Leonardo Severo Coelho de Bastos Taballião que o Escrivi e assignei em fe de verdade. Lugar de Signal Publico Agostinho Leonardo Severo Coelho e Bastos =

Depuimento das Testemunhas e Assentada. Aos quatorze dias do mes de Junho de mil e sette centos e quarenta e nove annos nesta muito nobre, e Antiga Villa de Esgueira Cabeça de Comarca, e nas moradas do Juiz ordinario do Civel Sebastião da Silva de Gois que este prezente ano serve nesta dita villa por confirmação do Real Convento de Santa Maria de Lorvão Senhor Donatario desta ditta villa e de outras onde Eu Escrivão vim para effeito de com elle proguntarmos testemunhas á pet çam do Supplicante Justificante Dona Josefa Caetana Barboza de Mello da Villa de Alverca e com efeito as proguntamos de seus nomes idades ditos e custumes na forma e maneira seguinte de que fiz este termo e mandou fazer por absencia do Inqueredor deste Juizo, e Eu Francisco Migueis Corrallis que o Escrevi e assignei Francisco Migueis Corrallis = De Gois =

Testemunha primeira = João da Fonceca Guimaraens Homem de Negocio que vive de suas fazendas morador na villa de Aveiro testemunha cittado por mim Escrivão para dar seu Juramento a quem elle Juiz do Civel o deo dos Santos Evangelhos em que pos sua mão direita sob cargo do qual lhe encarregou que dicesse verdade do que soubece, e lhe foce proguntado o que prometeo fazer e de sua idade dice ser de trinta e tres annos pouco mais ou menos e de custumes dice nada. E proguntado elle testemunha pello contheudo na Petição da Justificação da Justificante dice que sabia pello prezenciar que Carlos da Rosa de Lemos da villa de Aveiro Procurador da ditta Justificante Dona Josefa Caetana Barbosa de Mello da villa de Alverca thomara em nome della no dia de hontem treze de digo treze e no dia de hoje quatorze do mes de Junho deste corrente anno de mil e sete centos e quarenta e nove annos thomou posse pessoal dos bens mencionados nesta Petiçam da Capella de Nossa Senhora do Adro citta nesta ditta villa e Freguezia e duas Marinhas chamadas huma dellas a Oliveirinha outra o Ilhotte da Capella, e de hum Casal citto no Carregal termo de Eixo fazendo todos os actos possessorios e ficando de posse de todo o referido e mais não disse que assignou seu Juramento com elle Juiz do Civel por absencia do Iuqueredor Francisco Migueis Corrallis que o Escrivi = De Gois = João da Fonceca Guimaraens =

Testemunha segunda=Fernando Lopes Barqueiro morador no Alboi da villa de Aveiro testemunha cittado por mim Escrivão para dar seu Juramento a quem elle Juiz do Civel o deo dos Santos Evangelhos em [que] pos sua mão direita sob cargo do qual lhe encarregou dicesse verdade do que soubesse e lhe foce proguntado o que prometeo fazer e a sua idade dice ser de quarenta annos pouco mais ou menos e dos costumes dice nada. E proguntado elle Testemunha pello contheudo na Petição da Justificaçam da Justificante dice que sabia pello prezenciar que Carlos da Rosa da villa de Aveiro como Procurador da ditta Justificante Dona Josefa Caetana Barbosa da villa de Alverca thomou posse pessoalmente dos bens de que esta Petiçam trata no dia de hontem treze e no dia de hoje quatorze do mes de Junho do corrente anno de mil e sette centos e quarenta e nove annos e a thomou da Capella de Nossa Senhora do Adro ou de Desterro citta nesta villa e Freguezia de Esgueira, e tambem de humas marinhas chamadas huma dellas a Oliveirinha e outra o Ilhotte da Capella como tambem de hum Casal citto no Carregal citto no termo da villa de

Eixo, e de tudo o referido thomou posse como dito fica pessoal ficando em nome da dita sua Constituinte empossado, e mais não dice que assignou seu Juramento com elle ditto Juiz do Civel por absencia do Juiz Inqueredor Francisco Migueis Corrallis que digo Corrallis Escrivam que o Escrivi =de Gois=De Fernando Lopes Testemunha huma Cruz = E nao se continha mais nos ditos Autos de Justificação de Posse que Eu sobredito Francisco Migueis Corrallis Taballião do Publico Judicial e Nottas que sirvo em esta villa de Esgueira, e seu termo por Provimento do Doutor Corregedor das Comarcas de Coimbra e Esgueira &c. aqui trasladei bem e fielmente e na verdade dos proprios Authos que ficão em meu poder e Cartorio aos quaes me reporto em fe de que me assigno de meus Signais publico e Raso que uzo em esta dita Villa de Esgueira e este conferi concertei e assigneij com outro offecial de Justissa comigo abaixo assignado nesta ditta villa e vai sem entrelinha nem borrão ou cousa que duvida faça escripto em cinco meijas folhas de papel com esta do ençarramento todas numeradas e Rubricadas pello alto de cada hua dellas com o meu sobrenome que diz Corralis nesta ditta villa de Esgueira aos quinze dias do mes de Junho de mil sette sentos e quarenta e nove annos, e Eu Francisco Migueis Corralles Taballião que o Escrivi e assignei = Francisco Migueis Corralis=Lugar do Signal publico em Testemunho de verdade Francisco Migueis Corralis = Concertado com os proprios por mim Taballião Francisco Migueis Corrallis=E comigo Escrivão Bento José Marques Mourão = Conta = Importa este Instrumento com as tres primeiras meias folhas trezentos e quarenta = Conta trinta e seis soma trezentos e setenta e seis =De Gois=Reconheço a Letra e Signal Publico, e Raso Retro Por verdadeiro Coimbra dezasseis de Junho de mil e sete centos e quarenta e nove. Em fe e testemunho de verdade Braz Nogueira Guimaraens Lugar do Signal Publico = Braz Nogueira Guimaraens.

DOCUMENTO 2.º

Petição = Diz Gomes de Figueiredo Barboza morador nesta Villa de Alverga que para bem de sua Justissa lhe he necessario hua certidão do Tombo que offerece da Capella que elle supplicante possue que Instituhio o Mestre Ayres Barboza citta na villa de Esgueira, na qual certidão se incluão somente as propriedades que pertencem a dita Capella que estão na dita villa de Esgueira, e sua Comarca Pelo que Pede a Vossa Mercê lhe faça merce mandar se lhe passe a dita certidão do proprio Tombo que offerece em modo que faça fe e Recebera Merce = Despacho = Passe do que constar. Alverga nove de Março de mil seis centos e noventa sete Velloso.

Certidão = Em cumprimento do Despacho assima de Manoel Velloso Vareiro Juiz ordinario por Sua Magestade que Deus Guarde nesta Villa de Alverga e seu Termo, certifico Eu Antonio Queimado de Britto Escrivão do Publico Judicial e Nottas nesta ditta Villa e seu Termo por El Rey nosso Senhor que he verdade que por Gomes de Figueiredo Barbosa morador nesta ditta Villa me foi appresentado hum Tombo da Capella de que elle he Administrador que Instituhio o Mestre Ayres Barboza e entre outras Propriedades no dito Tombo inclusas são as seguintes = Tem esta Capella na villa de Esgueira hum assento de casas com huma torre de dous sobrados e hum quintal por detraz e tem a cerventia pella Rua que chamão a Corredoura. E logo pegado com esta torre indo da Corredoura para a Prassa tem humas casas pegadas com esta ditta torre sobradadas. E logo adiante tem pegado humas casas que hora traz afforadas Jorge Manoel de maneira que fica esta torre no meio destas casas paga Jorge Manoel de foro in prepetuum dous mil e tresentos reis de maneira que são duas moradas de casas pegadas humas com outras e pegadas com a dita torre=Tem mais tres marinhas huma que se chama da Riba da Veia, e outra que se chama a Refugida, e outra que se chama a Oliveirinha =

Tem no termo de Eixo hum casal e terras que traz Antonio Henriques, e seus herdeiros Sebastião Antonio, e Antonio Henriques, e João Antonio do Carregal de que paga de foro in prepetuum em cada hum anno por Sao Miguel de Setembro posto dentro na villa de Esgueira o seguinte = de trigo nove alqueires, de senteio sette alqueires, de milho quatorze alqueires, dous capoens, e duas Galinhas = Francisco Dias ou seus herdeiros trazem outro casal de que pagão em cada hum anno por o dito dia de Sao Miguel vinte e outo alqueires de pão digo vinte e outo alqueires de pão, de trigo nove alqueires, de centeio nove alqueires e meio, de milho nove alqueires e meio = Paga mais meio carneiro chamase meio carneiro hum borrego, e huma Galinha, e hum capão = os Herdeiros de João Pires Crespo de Alcunha pagao de outro casal que trazem da Capella: de trigo sette alqueires; de centeio sette alqueires; de milho sette alqueires; pagao mais meio carneiro; João Pires de Requeixo paga de huma vinha que traz desta Capella cinco alqueires de pão; dous alqueires de pão digo de trigo; alqueire e meio de milho; alqueire e meio de centeio = Pedro Jorge paga de outra vinha de trigo hum alqueire; de milho outro alqueire; de centeio outro alqueire = Luiz Antonio paga de foro de huma courella de vinha hum alqueire de trigo e huma Galinha; Jorge Gomes paga de outra courella de trigo dous alqueires; de milho outros dous alqueires; e huma boa Galinha = Fernando Agnes paga de outra courega hum alqueire de trigo. Ha mais fazenda desta Capella no termo da villa de Eixo que são humas digo que são huns muinhos a que chamão os muinhos do Panno e terras de que se paga setenta alqueires de trigo e sette Gallinhas. E não continhão em si mais as ditas Verbas do dito Tombo que Eu sobredito Antonio Queimado de Britto Escrivão Publico Judicial e nottas por sua Magestade que Deos Guarde nesta villa de Alverga e seu Termo aqui fiz tresladar bem e fielmente do proprio Tombo a que me reporto de que por verdade vai esta por mim subscrita e assignada, e de como o sobredito Gomes de Figueiredo Barboza tornou a receber o dito Tombo assignou aqui comigo em Alverca Aos nove dias do mes de Março de ceis centos e noventa e sete annos = Antonio Queimado de Britto = Gomes de Figueiredo Barboza = E não se continha mais em os dittos Ducumentos que aqui bem e fielmente fiz copiar em Publica forma dos proprios que tornei a entregar a quem mos appresentou e a elles em todos, e por todos nas suas maons me reporto de que como os Recebeo assignou. Aos dez dias do mes de Abril de mil e outo centos e vinte e hum e eu Joaquim José Ferreira Patoilo o subescrevi e asinei em publico e Razo

Joaq.m J.e Ferr.a Patoilo

Em ttº de verd.e
(sinal público)
O Tabão Joaq.m J.e Ferr.a Patoilo

FRANCISCO FERREIRA NEVES

UM INÉDITO DO POETA FRANCISCO JOAQUIM BINGRE

(1763-1856)

JOSÉ TAVARES

NO volume v do *Arquivo* (1939), publicou o Sr. ÁLVARO FERNANDES um curioso artigo acerca do poeta BINGRE (1), no qual muito nos diz da sua vida e da sua obra, ao mesmo tempo que lembra a necessidade de os escritos de FRANCÉLIO VOUGUENSE, tanto os já tornados públicos como os inéditos, serem reunidos, estudados e dados à estampa.

Enquanto se não leva por diante essa empresa, que o *Arquivo* patrocina e que, muito provàvelmente, dentro em breve realizará, pode publicar-se um ou outro inédito.

Ora, não há muito, ofereceram-nos um manuscrito de doze páginas, amarelecido pela acção de mais de cem anos, em que se lê a poesia — *As Sombras* (8 páginas) —, datada de Mira em 2 de Novembro de 1842 e assinada por *F. J. B.*, e o — *Protheo* (4 págs.) —, que CALISTO LUÍS DE ABREU publicou n'*O Moribundo Cisne do Vouga* em 1850.

É a primeira dessas poesias que, sem lhe alterar nem a ortografia nem a pontuação, aqui oferecemos aos leitores do *Arquivo*.

Aveiro, Março de 1948

(1) Págs. 187-207; 289-307.

Vol. XIV — N.º 53 — 1948

AS SOMBRAS

Passeio fantastico ao Cemiterio dos Prazeres de Lisboa

Pensando nos momentos derradeiros
Da tarefa continua desta vida,
Transpuz prados, e altissimos outeiros.
Co'a fantazia fui toda estendida
Ao grande Cemiterio dos Prazeres,
Onde da capital accaba a lida.
Alli por entre os mausoleos dos seres
Nessas tristes moradas encerrados
De mininos, de homens, de mulheres,
Soltei alguns gemidos magoados,
Lembrando-me do fim das creaturas,
Que tanto se esquecerão dos finados.
«Ai (eu disse chorando) onde as venturas
Estão das traficancias dos viventes?»
«Onde? (diz uma voz) nas sepulturas».
«Sim, tu disseste bem, ó voz, não mentes,
Esse grande montão, que ahi escondes,
São esqueletos já, já não são entes.
Porem, como tão sabia assim respondes,
Por estes mausoleos a indagar passo,
Quem são esses, com quem te correspondes.
Que mausoleo é este, que um espaço
Tão grande occupa aqui deste terreno?
Ah! supponho será de algum ricaço».

Sombra de um Rico

«É verdade, eu o fui (respondeo pronta
Uma sombra do mausoleo erguida)
Eu fui um homem rico sem ter conta
Que havia aqui falir na humana lida.
Quanto a minha cabeça não foi tonta
C'o reflexo fatal da rica vida?
Se este tumulo aponta a vã riqueza,
Nelle habito em miserrima pobreza».

Sombra de um Nobre

Eis de um grande pantheon se levantava
Outra sombra mais alta, e me dizia:
«Indagador dos tumulos a lava
Arrebentou da minha fidalguia!
Ai! eu nunca pensei, que se acabava
Tão cedo a minha grão genealogia!
Este vaidoso tumulo só cobre
Mirrados ossos de um fantasma nobre».

Sombra de um Guerreiro

De outro tumulo logo alevantada
A sombra vi de um formido Guerreiro,
Que com terrivel voz dura e pezada
Bradou: «Visitador aventureiro,

Passa adiante, mortal, não leas nada
Dos vaidosos trofeos desse letreiro,
Epitaphio da minha sepultura,
Pois nelle jaz em pó minha bravura».

Sombra de um Magistrado

«Eu fui na Corte um grave Magistrado;
(Uma sombra gritou da minha ilharga)
Que neste mausoleo alevantado,
Soffro da sua campa a grande carga:
Fui no cargo temido e não amado;
Pois que a muitos justiça fiz amarga:
Fingida rectidão, louca vaidade
Me poz aqui em longa escuridade».

Sombra de um Sabio

«E tu quem és, ó Sombra, que assentada
Estás sobre esta campa meditando?»
(A uma perguntava, que assustada
Pareceo de a despertar do somno brando)
«Eu fui de um homem douto, que a morada
(Respondeo) teve aqui, sem saber quando:
Porem os seus estudos litterarios
Trouxerão cedo aqui Fados contrarios».

Sombra de um Aulico

Em torno de um sepulcro preto e altivo
Divagava uma sombra diligente,
Fugindo de outras sombras: o motivo
Conheci c'o a figura de repente.
Era a sombra de um Aulico, que em vivo
Sempre andava a fugir do pertendente;
E que a sua figura inda irritando
De seu sepulcro em torno anda girando.

Sombra de um Avarento

Sobre uma sepultura em chão rasteiro
Uma sombra de bruços vi chorando
Por deixar avarenta o seu dinheiro.
«Ai! por que te estive eu ajuntando?
(Disse) para estragar o meu herdeiro?
Ah! quam louco não fui! quam miserando!
Vivi pobre, juntei por meu desdoiro
Para mim cacos, para outro oiro».

Sombra de um Maritimo

Uma sombra maritima correndo
Eu vi por uma rua, que bradava:
«Ai! de que me servio o mar rompendo
Baratear a vida á furia brava?
Que louro tive longas terras vendo,
Onde nunca descanço algum gosava:
Soffri tormentos, frios, fomes, damnos,
Té naufragar nos baixos dos enganos».

Sombra de um Poeta

«Cantei amores vãos, cantei loucuras,
(Dizia a triste sombra de um Poeta,
Que por cima de varias sepulturas
Passeava de damas indiscretas)
Louco cantei as loucas formosuras,
Ferido dessas fabulosas setas:
Cantei o rico vão, e o fofo nobre,
E tive em paga aqui jazigo pobre».

Sombra de uma Formosura

«Na vida ostentação fiz de formosa
(Dizia uma esqueletica figura
De uma mirrada sombra pavorosa
Em pé n'uma rasteira sepultura)
Eu tive a duração da linda rosa,
Que quanto mais louçã, mais pouco dura.
Tive loucos servis adoradores:
Hoje só tive aqui tristes horrores».

Sombra de um Pobre

Assentada n'um canto macilenta
Divisei uma sombra, que dizia:
«Não devi nada á vida somnolenta,
Que até dura me era, se dormia:
Foi-me ingrata a Fortuna e bem cruenta;
Pobremente vivi em demasia;
A sahida igualou a minha entrada;
Pobre parei aqui, não perdi nada».

Sombra de um Petimetre

N'um largo divisei estar saltando
Uma delgada sombra diligente.
«Quem és?» (lhe perguntei, e suspirando
Responde como quem disso se sente:
«Fui na vida um casquilho, que dansando
Assombro e pasmo fui de muita gente;
Um petimetre fui desvanecido;
Hoje a magoa aqui tenho de o haver sido».

Sombra de um Lavrador

«Ah! de que me servio rasgar a terra,
E fazer uma grande sementeira?
(Dizia um Lavrador) se aqui se encerra
N'um sulco deste chão minha canceira!
Aos campos sempre fiz c'o arado guerra,
Porem o fruito lá ficou na eira:
E de tanto trabalho por colheita
Só esta cova tenho aqui estreita».

UM INÉDITO DO POETA BINGRE

Sombrinhas de Mininos

No fim do Cemiterio umas sombrinhas
Alvejavam quais candidos jasmins
De mãos dadas, fazendo umas dansinhas,
Como as fazem no Ceo os serafins;
Pareciāo pratiadas nuvesinhas,
Ao pôr dor (1) do claro Sol entre rubins,
Quando elle de todo esconde o rosto
Para nascer melhor depois de posto.

Tendo em fim terminado o meu passeio
Por entre os mausoleos e as campas rasas
Da Morte no jardim parei no meio
Eis ella junto a mim batendo as azas
Desceo, chamando logo a roucos brados
Todos os manes das sombrias casas:
«Vinde prontos aqui tristes finados,
Vinde sombrios manes, á revista
D'esses caducos ossos descarnados
Vinde todos fallar á minha lista,
Sem distincção alguma; pois iguaes
Nenhum do outro aqui mais longe dista.
Se ha na vida linhages desiguaes
Aqui todos são uns; differentes seres
Não ha neste meu reino dos mortaes.
Aqui termino todos os prazeres,
Todos os gostos vãos da humana lida,
Nobrezas, valentias, graças, teres.
Que importa a vã ostentação subida
Dos gigantescos tumulos erguidos
Neste jardim da Morte á despedida?
Porventura serão mais atendidos
Por mim os esqueletos encerrados
Nos grandes pantheões desvanecidos?
Os ossos dos humanos misturados
Todos aqui por mim; ninguem conhece
Quaes os ossos serão de seus passados.
O tempo os faz em pó; e á terra desce
A terra que os compoz; futuro vento
A espalha; e o triste pó desaparece.
Meu jardim não percisa de ornamento
Desses vãos cenotafios tão vaidosos;
Pois comigo ninguem tem valimento.
De que servirão mausoleos pomposos!
Onde está o sepulchro de Mausolo!
Onde estão os Egypcios façanhosos!
Por ventura na dor achou consolo
A caprichosa e funebre Arthemisa
No soberbo sepulchro em desconsolo?
Fantastica illusão nada eternisa
No meu reino fatal: só a virtude
N'outro reino feliz se divinisa.

---

(1) Este vocábulo está a mais. Constitui curioso *lapsus calami*, proveniente da influência das palavras *pôr* e *do*.

Tu, passeante mortal que entraste rude
No meu triste jardim, medita attento
N'estas sombras; tua alma aqui estude».

Disse: e em torno d'ella n'um momento
Os taciturnos manes a cercarão,
Baralhados n'um triste ajuntamento.
Depois que á lista lugubre fallarão,
A Morte os despedio. Todos nas suas
Moradas sepulchraes se sepultarão.
Eis n'um instante solitarias ruas
Só vi neste jardim frio e tristonho,
E as grandes campas dos sepulchros nuas.
A inimiga cruel com som medonho
Batendo as negras asas pavorosas,
Comigo me levou de um golpe o sonho,
Deixando-me lições bem valiosas.

FIM

Mira 2 de Novembro de 1842, em dia de Finados.

F. J. B.

JUDEUS OU HEBREUS NO CARAMULO

Os judeus habitaram, desde remotíssimos tempos, a Península Hispânica ou Ibérica, que compreendia, entre outras províncias, a da Lusitânia, formada pelo território do Rio Douro ao Guadiana, tendo por limites ao ocidente e sul o Oceano Atlântico e abrangia parte da Estremadura espanhola. Tinha por capital Emerita Augusta (hoje Mérida).

Não se sabe ao certo quando este povo (que outrora fora eleito de Deus e hoje anda errante, sem pátria) entrou na Península Ibérica, mas presume-se que tivesse sido em data posterior à da ocupação do Reino de Judá pelas tropas romanas e, portanto, no princípio da Era Cristã.

A Província da Lusitânia, quer na dominação romana, quer na bárbara, quer, ainda, na mouresca, abrangeu sempre a região da Beira e, portanto, o território caramulano, cujas povoações de categoria social eram, naqueles tempos, Viseu e Covilhã, onde os judeus se demoraram e tiveram sinagogas (1) com os seus Arabi-menores, que administravam justiça aos da sua religião no respectivo termo, sob a superintendência do Arabi-mor.

Os judeus, após as supraditas dominações, continuaram a viver na Província da Lusitânia e, por consequência, em Portugal, quando elevado a estado independente da coroa de Leão. Depois desta mudança política, também se demoraram, tanto na região da Beira, como no território caramulano.

Testemunham o facto:

a) A sinagoga em Viseu, cujo termo e jurisdição se estendiam ao respectivo território;

(1) *Hist. da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida. Vol. II, pág. 483.

b) A etimologia da povoação denominada Jueus. O nome de Jueus equivale a judeus [1], tendo os seus primeiros habitantes sido da raça hebraica.

A fundação desse lugar deve-se ao senhor do couto do Guardão — Fernão Joanes «tenente» da terra de Besteiros na primeira metade do século XIII [2].

Esse «tenente» invadiu o territorio reguengo que cercava o seu couto, e aí fundou uma nova póvoa, de que se formou o actual lugar.

Mais:

O latim Judaeos (plural) deu Jueus pela queda normal do *d* intervocálico, como se vê em *crudelis, judicium, sedere,* que deram, em português, *cruel, juízo, ser,* etc.

E o P.e António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa,* chama a Jueus (lugar) dos Juízes [3].

c) Os indivíduos caramulanos, de apelido Arede, possìvelmente do hebraico Ared [4] — reminiscência da ocupação judaica.

Para reforçar o argumento do apelido Arede, mostrando a sua extensão, acrescentamos aqui a relação dos académicos desse apelido que cursaram a Universidade de Coimbra, desde 1728 até esta data; têm sido todos caramulanos; consta dos livros arquivados na mesma Universidade.

José de Arede Nunes. Nasceu em Macieira de Alcoba, no lugar da Urgueira. Era filho de Domingos Nunes. Foi doutor em Cânones e Lente da Universidade de Coimbra, cujo grau recebeu a 23 de Maio de 1728. (L.º 61, f. 54, v.).

Manuel Domingues Arede. Nasceu em Macieira de Alcoba (povoação). Era filho de Bernardo Domingues Arede. Foi Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra. Fez exame de Bacharel em 1 de Outubro de 1764. (L.º 96, f. 36).

José de Arede Nunes. Nasceu em Macieira de Alcoba, no lugar do Carvalho. Era filho de Francisco José. Foi Doutor em Cânones e Lente da Universidade de Coimbra, cujo grau recebeu a 27 de Maio de 1767. (L.º 98, f. 51 e L.º 101, f. 37, v.),

José de Arede Nunes. Nasceu em Macieira de Alcoba, no lugar do Carvalho. Era filho de Manuel José de

---

(1) *Revista Lusitana*, vol. XVI, pág. 149. Herculano na *Hist. de Portug.*, 5.ª ed., vol. III, pág. 215, nota.

(2) Fascículo VI das *Inquisitiones de 1258*, obras citadas pelo Dr. Joaquim da Silveira na *Revista Lusitana* acima indicada.

(3) *Corografia Portuguesa*, tomo II, pág. 191.

(4) *Génesis*, Cap. XLVI — V. 21.

Arede. Tirou carta de Bacharel em Leis a 21 de Junho de 1788.
António Diogo Lopes de Arede. De Lafões — Oliveira de Frades. Matriculado em Cânones em 1765-69.
José de Arede. Filho de Manuel de Arede, das Talhadas. Matriculado em Cânones em 1721-32.
Manuel de Arede. Filho de Manuel de Arede, de Lourizela — Préstimo. Matriculado em Cânones em 1729-35.
Manuel de Arede. Filho de Francisco de Arede, de Seixo — Talhadas. Matriculado em Cânones em 1754-61.
Manuel Fernandes de Arede. Filho de Manuel Fernandes de Arede, de Castanheira do Vouga. Matriculado em Cânones em 1755-59.
Manuel Rodrigues de Arede. Filho de Manuel Rodrigues Gonçalves, de Brunhido—Valongo do Vouga. Matriculado em Cânones em 1732-41.
Pedro Rodrigues de Arede. Filho de Domingos Rodrigues, de Múceres — Castelões. Matriculado em Direito Canónico e Civil em 1745-43.

Mais outros indivíduos, do mesmo apelido, em terras confinantes e próximas do supramencionado território:

Padre António de Arede — prior de Macieira de Alcoba;
» Manuel de Arede Vale — prior de Macieira de Alcoba em 1721;
» Manuel de Arede dos Santos — prior de Castanheira do Vouga, em 1824;
» Manuel Simões de Arede — prior de Castanheira do Vouga em 1852;
» José Fernandes de Arede — prior do Préstimo em 1824;
» Joaquim Pereira de Arede e Silva — prior de S. João do Monte em 1893;
» Adelino de Arede — prior de S. João do Monte em 1947;
» João Domingues Arede — de Macieira de Alcoba, e abade do Couto de Cucujães — 1900-48.

Isto posto:
A sinagoga em Viseu, e as etimologias supraditas, com a cognominação alusiva a Jueus, levaram-me a admitir a demora dos judeus no território caramulano em épocas recuadas.
(A sinagoga era um templo em que os judeus oravam e faziam seus sacrifícios a Deus à semelhança do Templo de

Jerusalém que foi a primeira casa de oração que tiveram os judeus).

NOTA. — As terras nativas dos Aredes assentam na elevada e prolongada zona caramulana, da vertente oeste. São elas, na sua maior parte, do concelho de Águeda.

Estão nesta situação:

Macieira de Alcoba, que limita com terras do Concelho de Tondela, de Oliveira de Frades e de Vouzela e, próximas desta, Préstimo, Talhadas, Castanheira do Vouga e Valongo do Vouga, também do Concelho de Águeda.

Mais:

A ramificação do parentesco da família Arede estende-se, além de outras terras, a Águeda, Pinheiro da Bemposta e Viseu.

E é ainda desta mesma familia que descendem:

Em Águeda — Dr. Arede Fernandes (médico), de Macida — Macinhata do Vouga, e D. Maria da Glória da Silva Arede.

Em Pinheiro da Bemposta — D. Luciana Arede Marques.

Em Viseu — D. Maria Luisa de Almeida Arede e Matos, filha de José Luis de Arede, e neta paterna de Joaquim Luís de Arede, de Ribeiradio.

P.e JOÃO DOMINGUES AREDE

DOCUMENTOS MEDIEVAIS INÉDITOS, OU POUCO CONHECIDOS, DO NORTE DO DISTRITO

É MUITO sensível a falta de publicação de documentos medievais do Norte do nosso Distrito.

Ao passo que das terras ao Sul do Vouga se encontram pontos de referência e registo, com frequência postos ao alcance do leitor, é escasso o que aparece relativo ao Norte do Distrito, e ao estudioso que trabalhe longe dos arquivos deparam-se grandes dificuldades.

A explicação é complexa; factores de vária ordem conduziram a este resultado, mas um deles provém certamente das terras do Sul do Vouga terem estado mais afectas a senhorios eclesiásticos da Diocese de Coimbra, de cartórios acessíveis e percorridos já por investigadores vários, enquanto que do Vouga para cima predominavam Arouca e Pedroso, cujos cartórios têm sido indubitàvelmente muito menos vasculhados, desconhecendo-se até, em grande parte, a organização que tiveram e o paradeiro actual de muitas das suas colecções.

Outras causas actuaram a par com estas, evidentemente; a experiência, porém, aponta-nos as que acima ficam por primaciais.

Como só muito tarde se disporá da publicação global dos documentos medievais portugueses, deliberámos, no intuito de obviar, tanto quanto possível, aos inconvenientes daquela falta, dar publicidade àqueles que ao nosso alcance se encontram, condicionada, mesmo assim, ao limitado tempo de que dispomos para as respectivas buscas e transcrição.

Não os faremos acompanhar de comentário algum, pois o que importa é dá-los a conhecer aos interessados locais,

que em futuros trabalhos monográficos os poderão então aproveitar e estudar pormenorizadamente. Agrupá-los-emos, apenas, em cada fascículo, por localidades.

a) MACIEIRA DE CAMBRA

I

Jn *christi* no*mi*ne. Hec e*st* carta testam*en*ti q*ua*m iussi fac*ere* Ego Didac*us* me*nen*di ad s*anctu*m petrũ de pet*r*oso de illa eccl*es*ia de uilar q*ua*rta q*ue* fuit de gunsaluuo gũsaluj cũ suo testam*en*to. *et* de illa eccl*es*ia de s*anct*a Maria de maceneÿra q*ue* e*st* in Calanbria q*ua*rta parte ĩtegra cũ suo testam*en*to laicali q*ua*nta q*ue* ibi habeo. Do illas eccl*es*ias pro remedio a*nim*e mee. Et do unũ casalẽ ĩ s*anct*o laurẽcio. et decẽ morabitinos q*ue* habeo sup*er* ips*u*m casalẽ q*ue* fuit de pelagio froiaz. *et* undecim mor*abiti*nos q*ue* habeo sup*er* unũ casalẽ de uilla plana. do atq*ue* cõcedo pro remedio a*nim*e mee. *et* ĩsup*er* dimitto ipsam hereditatẽ de lauri q*ue* fuit de pelagio ramiriz q*ua*m tenebã p*er* magnam iniuriã. *et* ips*u*m casalẽ de uilar q*ue* fuit de husco muniz. Jta ut hac die habeat hoc monasteriũ totũ ips*u*m testam*en*tũ integrũ. Et si aliq*u*is homo uenerit tã de p*r*opinq*u*is m*e*is q*ua*m etiã de extraneis q*u*i hoc f*actu*m m*eu*m inru*m*p*er*e uolu*er*it, in p*r*imis sit exco*mmuni*cat*us et* separat*us* a fide catolica. *et* seg*r*egatus de eccl*es*ia s*anct*a. *et* maledict*us* a pat*r*e *et* filio *et* sp*irit*u s*anct*o. et cũ iuda traditore habeat participiũ in et*er*na dãpnatio*ne*. et reddet ips*u*m testam*en*tum duplatũ ip*s*o Mo*na*st*er*io. *et* regi t*er*re. *quingentos*. sol*i*d*o*s. *et* hoc f*actu*m m*eu*m habeat plenũ roborẽ *et* p*er*petuã firmitudinẽ semp*er et* ubiq*ue* ĩ perpetuũ. F*act*a carta Mense Stẽpbrio. *era*. *Millesima*. *ducentesima*. *decima septima*. Ego sup*ranomina*t*us* didac*us* me*nen*di q*u*i hãc cartã iussi fac*ere* corã istis testib*us* manib*us* roborauj *et* hec si +++ gna iussi fac*ere*. Quj p*re*sentes fuerũt. Joha*nes* t*es*t*i*s. *Ma*rtin*us* t*es*t*i*s. Pet*r*us t*es*t*i*s. Sesnan*dus* p*r*esb*yte*r notuit.

(Arq. Univ. Coimbra. Pedroso. Gav. 22, Perg. 1. Rolo com vários traslados).

II

Saibã todos q*ue* em p*r*essença de mĩ. Nicõllaao este*ve*z Taballjõ em Gaja *e* em Villa noua *e* em se*us* t*e*rmhos *e* Julgados *e* das *testemunha*s AdeAnt*e* esc....... de Pedrosso dazoojto diãs de Jũlho. da Era De mjl. *e* t*r*ezentos *e* ojteẽta *e* t*r*es Años. p*er*Ant*e*. Affonsso Vaasq*ue*z. Juiz De Gaja...... mooestejro. mostrou. *e* p*er* mĩ ffez leẽr hũa c*a*rta Ab*e*rta. de M*a*rtim Do*m*j*n*gu*e*z P*r*iol. de S*an*ta maria de maçejra de Caanbra. *e* seel*ada* de seu seelo nas costas, segundo em ella pareçia Da qual o teor tal he: —

⁋ Ẽ nome de d*eu*s Amẽ. Conhõscam todos q*ua*ntos esta c*a*rta Virẽ q*ue* Eu m*a*rtim do*m*j*n*gu*e*z P*r*iol. de s*an*ta maria de Maçejra De CAanbra. Do b*is*pado de Coõjnbra. uẽendo *e* consijrando mujto bem. E AJuda q*ue* rreçebj Do Moõestejro De Pedroso do B*is*pado do Porto em ff*e*cto da d*ic*ta m*in*ha. Eygr*e*ia de Maçejra hu o d*ic*to moõestejro esta em posse. De p*re*sentar Ao d*ic*to Moõestejro. seẽr Ag*ua*rdado. o seu d*ire*ito. cõmo. Atãa q*u*i. foj, De m*in*ha liur*e* uoõtade. mĩ praz q*ue* o D*ic*to Mooẽstejro Aia o trallado Da m*in*ha *con*firmaçõ q*ue* mĩ foj f*e*cta p*er* Frãcisco Afonsso. P*r*iol. de S*an*cta Justa. — de Coõjnbra. o qual o trallado, eu Deuo dar — ⁋ M*a*rtim Do*m*j*n*gu*e*z. P*r*iol De Codal ou a ç*er*to p*r*ocurador Do D*ic*to Mooẽstejrõ. Ata õjtõ Diãs depos sam M*a*rtinhõ. p*rimeir*o seguĩt*e*. — E Assj õ Juro Aos s*an*ctos. Auãgelhos. p*er* mĩ corporalment*e* tĩhudos —.

E des Aq*ui* Adeant*e* hu vjr p*r*oueito *e* honrra do d*ic*to Mons*teiro* Juntal la — *e* q*ua*ndo Acõteç*er* q*ue* o d*ic*to Moms*teiro* Aia prejtos ou Demãdas em CcoJnbra. ou ẽ t*er*ra de Cañbra. E..... hj som .. de no Aiudar *e* Deffender o d*ic*to Moms*teiro*. E o ABade. *e* conuẽto do D*ic*to Moms*teiro*. hu ujrẽ mi*n*ha onrra. *e* p*r*ouejtõ deuerã Juntar E por esto seer ç*er*to *e* nõ ujr ẽ duujda dej ende Ao ABade *e* Conuẽto do d*ic*to Moms*teiro*: esta c*ar*ta sc*r*ipta p*er* mi*n*ha mião *e* seẽlada do meu seẽlo nas costas. Dant*e* no d*ic*to Mõms*teiro*. dez diãs de Outubro. Da Era de mjl *e* t*r*ezentos. *e* sateẽta. *e* quatr*o* Años. E esto todo p*r*ometo so a peã sob*r*ed*ic*ta do d*ic*to........ ℂ A qual c*ar*ta mostrada *e* leuda cõmo suso d*ic*to he. — o d*ic*to Dom ABade pediõ A mj Tabaljõ q*ue* lhj desse della o t*r*alado em po.. ...... so meu sinal. E pedio Ao D*ic*to Jũiz. q*ue* Desse A esto ssa outuridade ordinhãjra. E o d*ic*to Juiz. ha deu hj. *e* Mandou lhj. dar o tralado. ffecto foj Ysto. em no d*ic*to Mooestejro no Dia Era susso D*ic*ta —. testemunhas—Affoms*o* An*es* Taballjõ de Gaja Affoms*o* Vaasq*ue*z Juiz Giralde An*es* ffrade do d*ic*to Moms*teiro*. Johã Vi*cente* seu cõpanhõ. E o d*ic*to ABade E out*ros* —. E eu Lourẽço An*es* esc*r*iuam Jurado *e* Dado p*er* El Rej A Nicolaão este*ue*z Taballjõ em Gaja *e* em Villa Noua. — Esto p*er* seu mãdo escrepuy. ℂ Eu Nicolaão este*ue*z Tabelljõ sobred*ic*to a esto todo p*r*essent*e* ffuj *e* o tralado da ssobred*ic*ta Carta ffiz esc*r*euer ao d*ic*to meu esc*r*iuam E aq*ui* cõ mi*n*ha mião soesc*r*euj e meu Sjnal aq*ui* ffiz q*ue* tal est *(sinal do Notário)* —

A. U. C. — Gav. 8 Perg. 145.

III

Sabam quantos esta Carta de Duaçom virem como eu Guiomar Gil morador em Belmonte filha de Gil Estevez de Comgim, e de Maria Gonçalviz Consirando muito bom, e muita mercê, que os ditos meu Padre, e minha Madre, e os do meu Linhajem eu com elles Recebemoz da Igreja de Coimbra, faço doaçom do Padroado que hei, e de direito devo haver na Jgreja de Santa Maria de Manceeira em terra de Caambra do Bispado de Coimbra á Sé de Santa Maria de Coimbra, esta doaçom lhi faço de minha Livre vontade, que haja o dito meu Padroado para Sempre, em testemunho desta couza lhi mandei fazer esta Carta, que foi feita em Belmonte nas Cazas d'Affonso Perez Arcipreste dezoito diaz de Junho era de mil trezentoz outeenta, e quatro annoz. Testemunhas Affonso Perez Genro do Daiaõ, = e Vasque Annez, = e Affonso Perez Arciprezte, eu Francisco Dominguez Tabeliaõ do Bispo de Coimbra na dita Sá Villa, que esta Carta escrevi, e meu Sinal hi fiz, que tal he = Lugar do Signal publico =.

(A. U. C. *Doc. avulsos do Cabido da Sé*).

IV

Sabhã q*ua*ntos este stor*men*to Virẽ: q*ue* no Año da Era. Mil: E quatro Çentos E dez *e* sseis. Años Vỹt*e* E huũ dias do mes de Junhõ Ant*e* A Eig*r*eia de san*c*ta Ma*r*ia. de maçeheira de terra de Caãbra do b*is*ppado de Coĩbra p*re*sent*e*. mj. Tabeliã *e* as t*es*temunh*a*s adeant*e* sc*r*iptas p*a*reçeu hy p*re*sent*e* Dom ffra*co* dõm Abade do mon*steiro* de pedroso. E disse q*ue* ell*e* chegaua. Aa d*ic*ta Eig*r*eia p*er*a comer em ella huũ dia q*ue* ha de com*er* de fforo ẽ na d*ic*ta Eig*r*eia ẽ cada huũ Año q*ue* mandara diz*er* Ant*e* seis dias q*ue* oie el el. hy ch*e*gasse. deste mes A Goncallo m*ar*tjnz p*r*ioL da d*ic*ta Eig*r*eia q*ue* lh*e* guisasse. de com*er* p*er*a este dia p*er* Affon*so* m*ar*tjnz sseu hom*em* do Dom Abade, E q*ue* o d*ic*to p*r*iol lh*e* mandara diz*er* q*ue* lh*e* p*r*azia q*ua*ndo el. q*ui*sesse. E q*ue* despois deste mandado. stando o d*ic*to Dom Abade em mulhuũdos do d*ic*to julgado. ff*r*eiguisya da d*ic*ta Eig*r*eia q*ue* man-

dara dizer ao dicto prioL que lhe guisasse de comer pera o dicto dya e que ora . este . chegaua aa dicta . Eigreia . q̃ Erã Vỹte . e huũ . dias de junhõ . da dicta . Era . E que o dicto prioL lhe mandara dizer que lhe darya os dinheiros . por a dicta comedoria . ou que lhe ffarya de comer . per Nuno gonçaluez creligo criado do dicto prioL E que el dicto Abade lhe mandara dizer que nõ queria dinheiros por ello . Mais dizia que el . queria comer o fforo . E husar de de sseu direito . que auya de comer na dicta Eigreia e que lhe aguisasse de Comer pera este dia doie que lhe ia mandado auya . dantes dora, Esperando el . dicto Dom Abade . pera Reçeber o dicto fforo . q̃ Senpre hy houuera E os Abades . que dante el fforom de pedroso Açerca de meyo dya chegou aa dicta Eigreia . E achou as portas da dicta Eigreia . e das Casas e quJ̃taa della . Sarradas e que nõ Achou hy ffecto de comer . nẽ quẽ lho Apresentasse: Por A qual Razõ disse o dicto AAbade que lhe ffezerã grãde emJuria . nõ lhe teendo guisado o dicto fforo: ne lho emViara dizer a oras . que mandasse ffazer de comer, E que el . nõ mandara . ffazer de comer, Nem auya hu se Acorrer de pousadas . nẽ Vnde ouuesse . de lhe guisarẽ . de comer pera ssy e pera os sseus . E que dizia e ffrontaua . A Nuno gonçalvez . clerigo . criado do dicto prioL que achaua A par de a dicta . Eigreia ffechada que lhe abrisse . as portas da dicta . Eigreia ca queria hy comer o dicto fforo que Assy auya dauer da dicta . Eigreia: Ca outro desagujsado nẽ Vituperio . nõ ffariã ao prioL . Nem aa dicta . Eigreia : Moormente que el . tragia . sseu capelã . que queria dizer hy hũa mjssa . que el . queria Ouuir . E que ora protestaua el por todo o sseu . direito pera . todo Auer Corremdo pelo dicto prioL . Outrossy Affonso Vicente . clerigo . prioL de macinhata do dicto bisppado e pedro eanes Abade . de gandara . do bisppado do porto . que queriã hj dizer ssuas mjssas e que achauã as portas ssarradas . e ffechadas . E por ello o dicto Abade . de pedroso e de macinhata e o dicto Abade . da gandara protestauã por todo sseu direito . pera o Auerẽ corremdo . pelo dicto prioL, E logo o dicto Nuno gonçalvez . clerigo Criado do dicto prioL que presente estaua procurador que sse dizia do dicto prioL de maceheira disse que o prioL nõ staua . presente . que el . daua . em Resposta . Ao que dicto E rrazoado . era . da parte do dicto . Senhor dom Abade . e dos outros prioL E Abade que dizer queriam ssuas mjssas que o prioL quando sse ffora . que nõ Sabia sse elles queriam dizer mjssas ou nõ: E que quando sse ffora . ffechara ssuas . portas . e que lleuara as chaues . e que el . que as nõ Tijnha : E que na parte da comeduria que o dicto Dom Abade hy ha . de comer . dezia . que Dom pero tenouro . Seendo bisppo de Coĩbra derra . hũa sentenca . em que o dicto . Dom Abade . nõ comesse . comedurya do dicto fforo na dicta . Eigreia nẽ nas outras Eigreias . do dicto sseu bisppado de Coĩbra Ata . que o dicto Dom Abade Amostrasse o direito . ou priujlegio Como deuya dauer a dicta . comeduria na dicta Eigreia . E que o dicto prioL pera obedeeçer Ao mandado do dicto Senhor bisppo E aa ssua sentenca . nõ quis sser na dicta Eigreia pera hy o dicto Abade comer Tal . comedurya: E o dicto Dom Abade disse que sse sentença ou mandado auya o dicto prioL . ou el . Nuno gonçalvez ẽ logo do dicto prioL, Do Arcebisppo . de tolledo . Seendo Visitador ou dos . Visitadores: Ou de Dom Johanne . bispo que ora he de Coĩbra . Sobre tal . Razõ que lho mostrassem . E que . Aguardaria . todo . o que em ello . ffosse mandado, Mais em mentes A nõ mostrasse, que el . Dom Abade . em tanto . queria . hj husar do sseu direito . E o dicto Nuno gonçalvez clerigo disse que a dicta sentença auya na dicta Eigreia dada pelo dicto . Arcebisppo . Seendo bisppo de Coĩbra . E que agora a dicta sentença staua em casa de Dom Johanne bisppo de Coĩbra . a que ffoy mostrada pera a conffirmar . E que ha . nõ Tijnha ora Aquj . Ca lha Amostrara Logo: Mais dizia que o dicto Senhor Dom Abade . era . çerto da dicta sentença . por A qual . Razõ . nõ Era . o dicto . Abade . tehudo de comer a dicta comedurya . E o dicto Dom Abade disse . que nõ Auya notiçia de . Tal sentença: E logo ffoj . dicto . aas partes per mJ̃ . Tabeliõ Se queriam Mais dizer . Eles diserom que nõ . E pidirõ . A mJ̃ . Tabeliõ . Senhos e dous dous stormentos . e os que lhes fforẽ mester . de como dicto e Razoado Am de Çima ffecto ffoy Era e mes dia Logar ssobre-

dictos . *testemunhas* . Steuã Johannes . da Egreia De *São Lourenco* de ssam (berthỹ?) . Domjngos Dõm . dalieriz de terra de Caâbra Domjngos giraldez Abade . de pijdello . *pero* ffernandez . pedreiro . morador na Çidade do porto . E outros . E eu Martj . andre . Tabeliã del Rey . ẽ Caâbra *que* a esto presente . ffuy este stormento primeiro . ao dicto . Senhor Dom Abade . de pedroso . *e* outro taL dhuũ teor ao dicto Nuno *gonçalvez pera* o dicto PrioL de maçeheira screpuj Ao Requerimento delles partes . E aquj meu Signal . ffiz *que* Tal *(sinal do notário)* he . —

Sabhãm quantos este stormẽto Virẽ *que* no Año da Era . Mil . E quatroCentos *e* dezeseis . Anõs vyte *e* huũ dias do mes de Jũnho Ante a Eigreia de santa Maria . de maçeheira . do Julgado de Caâbra do bispado de coĩbra presente mj . Tabeliã *e* as *testemunhas* adeante scriptas pareçeu Dom Francisco *domingues* Abade do *Monsteiro* de pedroso do bisppado do porto . O qual dizia *que* el . chegara aa dicta Eigreia de maçeheira como padrõeiro Verdadeiro della pera Veer sse a dicta . Eigreia staua bẽ Reguda E bẽ Repairada *que* sse hy Algũa cousa Era mester pera sse correger . pera o dizer Ao bisppo de Coĩbra pera o ffazer correger, sse Alguũ . deffecto . Achasse ẽ na dicta . Eigreia . assy como perteẽçe ffazer padrõeiro Verdadeiro . querendo emtrar aa dicta Eigreia . *que* Achara as portas ffechadas *e que* nõ podera Alo emtrar . pero chamara e braadara . *que* lhe abrissem . as dictas portas *e que* lhas . nõ quiserom Abrir . E Nuno *gonçalvez* clerigo criado do dicto . *Gonçalo martjnz* priol . da dicta Eigreia como procurador *que* sse dizia do dicto prioL dizia *que* este . nõ . Tijnha as chaues . da dicta . Eigreia . Ca sse as teuera . *que* lhe abrira as portas . Mais dizia . *que* o bisppo de coĩbra Visitaua a dicta . Eigreia . de cada . huũ Año . E *que* o dicto dom Abade de pedroso . nõ Era . Visitador pera a Visitar . Nem nũca a Visitara . das quaes cousas o dicto dom Abade . *e* o dicto . Nuno *gonçaluez* . pidirom Senhos . stormentos *e* quantos . lhes ffossem mester, so sinal . de mj Tabeliã ffecto . ffoj . Era *e* mes dia Logar ssobredictos . *testemunhas* . *pero* ffernandez pedreiro morador na Çidade do porto . Affonso Vicente . priol de maçinhata . de gimjeiro . *pero* eanes Abade . de gandara . do bisppado do porto . E outros . E eu Martj andre . Tabeliã . dEl Rej . ẽ Caâbra *que* a esto presente ffuj este stormento primeiro A dom Abade . *e* outro stormento . tal . dhum teor . ao dicto Nuno *gonçalvez* . a seus Requerimentos screpuj E aquj . meu signal . ffiz *que* Tal *(sinal do notário)* he . —

(A. U. C. — Pedroso. Gav. 9 Perg. 228).

A. G. DA ROCHA MADAHIL

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Arquivo de Beja, vol. IV, n.os 3-4. Beja, 1947.

Arquivo do Alto Minho, vol. II, n.º 4. Viana do Castelo.

Biblos, vol. XXIII, tomo I. Coimbra, 1947.

Boletim de Estudios Hispánicos, n.º 2. Valência, 1947.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. V. Angra do Heroísmo — Açores, 1947.

Britain To-Day, n.os 140 a 142. Londres.

Douro-Litoral, n.º 1 da 3.ª série. Porto, 1948.

Estremadura — Boletim da Junta de Província. N.os 15 e 16. Lisboa.

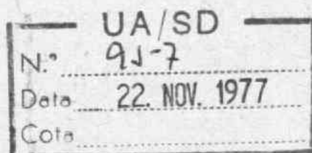
O Tripeiro, n.os 8 a 10, V série. Porto.

Portucale, n.os 7 a 12, 2.ª série. Porto.

Prometeu, n.os 1 e 2, vol. II. Porto.

Revista de Guimarães, vol. LVII, n.os 1-2. Guimarães, 1947.

Saitabi — Revista da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Literária de Valência. N.os 25-26. Valência, 1947.



QUAL DOS RIOS BANHA CUCUJÃES, O RIO ANTUÃ OU O RIO UL?

NA Freguesia de Escariz, Concelho de Arouca, nasce um rio que corre na direcção geral e aproximada NE-SW. O seu curso é de cerca de 17 quilómetros até à confluência de Ul. Banha as freguesias de: Fajões, Carregosa, Pindelo, S. Roque, Oliveira de Azeméis e Ul.

Na Freguesia de Fajões, Concelho de Oliveira de Azeméis, nasce outro rio que corre na direcção aproximada do primeiro, mas ligeiramente convergente, e junta-se-lhe na Freguesia de Ul. O seu curso é de cerca de 18 quilómetros. Banha as freguesias de: Romariz, Milheirós de Poiares, S. João da Madeira, S. Roque, Cucujães, Santiago de Riba--Ul, Madail e Ul. Recebe na margem esquerda as águas dos ribeiros de Pedra-Má ou Pintor e de Cavaleiros, e na margem direita as do Ribeiro da Arrifana ou da Lagoa. (V. esboço n.º 1).

Os cursos e caudais destes dois rios são sensìvelmente iguais. Da junção deles forma-se o rio que banha Estarreja e Salreu, e vai desaguar na Ria de Aveiro, a cerca de 6 quilómetros daquela vila.

Qual destes dois rios é o principal?

Quais são os seus nomes?

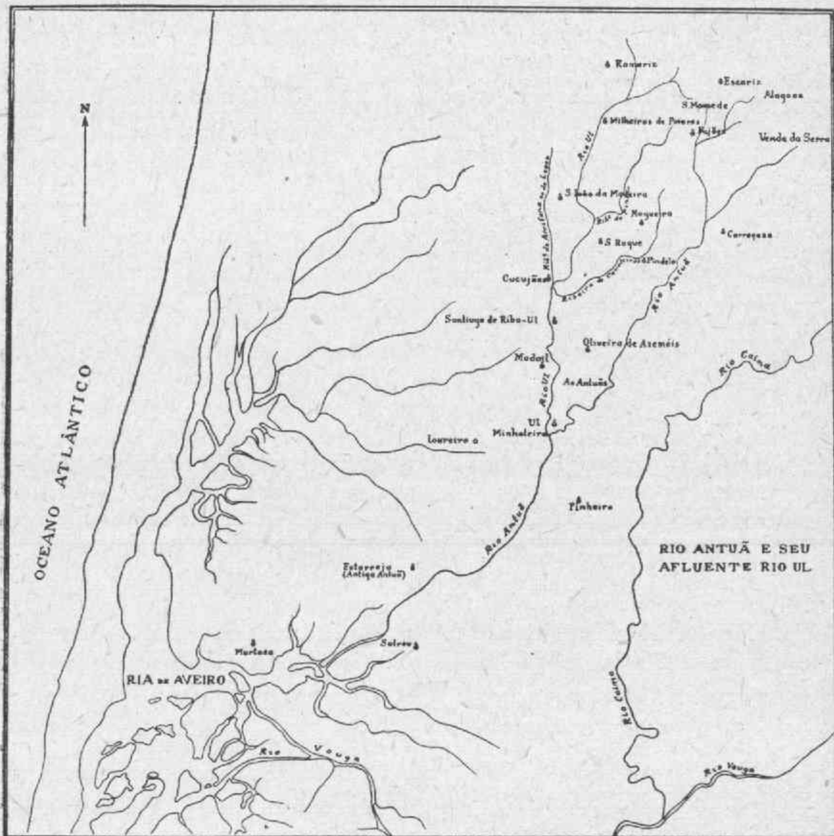
Não é fácil responder concretamente às perguntas formuladas, se consultarmos os tratados de geografia e outros que a eles se referem. Todavia, se nos reportarmos a uma fonte histórica ou aos domínios da Lógica, teremos ocasião de verificar que as coisas se passam de maneira diferente daquela que os mesmos tratados citam.

Na consulta de cerca de uma dezena de autores, que se têm referido aos dois rios, no tocante aos seus cursos e nomes, só encontrámos confusões e discrepâncias. E um

Vol. XIV — N.º 53 — 1948

deles faz uma afirmação que toca as raias do absurdo, como mais adiante faremos notar.

Estes rios não têm valor sob o ponto de vista de navigabilidade, mas cremos não haver outros em Portugal que tenham originado tanta confusão entre os nossos escritores e geógrafos.



Esboço n.º 1 — *Escala* $^{1}/_{300.000}$

Em primeiro lugar, vamos citar as opiniões dos vários autores:

— A folha n.º 10 da *Carta Geográfica de Portugal*, do Instituto Geográfico e Cadastral, apresenta o traçado dos dois rios sem lhes dar qualquer denominação que os possa distinguir, não obstante ser uma carta com muito pormenor (1);

(1) Algumas destas cartas são bastante antigas, mas ainda em uso.

— O mesmo sucede com o *Mapa Geográfico*, de FOREST;

— Na *Geografia Primária*, de VASCONCELOS E SÁ, edição de 1939, oficialmente aprovada, dá-se o nome de Rio Ul ao curso de água que nasce em Escariz, passa por Ul, e vai desaguar na Ria de Aveiro, mas não se regista o outro rio (¹);

— Ao contrário, o *Mapa Geográfico* de OLIVEIRA CABRAL chama Rio Antuã ao que o autor antecedente denominou de Ul, mas não apresenta o traçado do outro rio;

— A *Carta de Portugal* dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, do Instituto Geográfico e Cadastral, dá o nome de Rio Antuã ao que nasce em Fajões, com a função de rio principal, e como seu afluente o que corre a E. daquele, com o nome de Ul;

— Por sua vez, o professor de geografia A. MATOSO diz no seu *Compêndio de Geografia Geral*, que o Rio Ul é afluente do Rio Vouga, na margem direita, quando na verdade ele é afluente do Rio Antuã, que, por sua vez, desagua na Ria de Aveiro.

Oiçamos agora o que nos diz o *Portugal Dicionário*, de ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, a respeito destes rios:

Antuan ou *Antoão* — «Rio da Província do Douro. Nasce em Coimbra (sic) e, depois dum curso de 50 quilómetros, entra no rio de Ovar. V. Antoão».

Antoão — «Nome da antiga vila de Estarreja».

Estarreja — «Vila situada na margem direita do rio Antuan ou Antoão, que vai desaguar com o Vouga e o Águeda no rio de Ovar».

Cucujães — «Passa aqui o rio Antuan, sendo atravessado por quatro pontes de cantaria, duas mais antigas, outra feita em 1860 e outra em 1870 sob a estrada de Ovar a Oliveira de Azeméis. Estas 4 pontes estão muito perto umas das outras».

Segundo os autores do *Portugal Dicionário*, o Rio Antuã nasce em Coimbra (distrito ou cidade?), vai passar a Cucujães e Estarreja, e desagua no Rio de Ovar (provàvelmente Ria de Aveiro). Esta afirmação é deveras espantosa! De facto, como pode o rio, nascendo em Coimbra, ir parar a Cucujães? Só por intermédio dalgum milagre era possível fazê-lo atravessar montes, vales e rios desde Coimbra a Estarreja, com passagem por Cucujães. Além disso o seu curso não seria de 50 quilómetros, mesmo em linha recta, mas sim mais de 80. (V. esboço n.º 2).

E sobre o Rio Ul, o mesmo *Dicionário* diz:

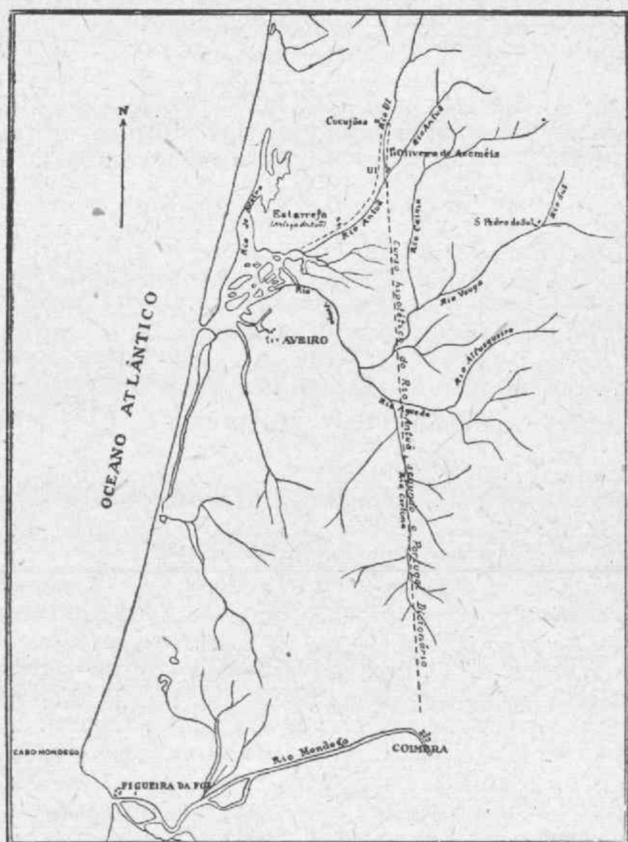
Rio Ul — «Pequeno rio do distrito de Aveiro. Nasce na freguesia de Carregosa, corre para sudoeste, passa a 1 K. de

---

(¹) Não tivemos oportunidade de ver se o autor mantém esta denominação em edições posteriores, bem como outro deslise acerca da navigabilidade do Rio Guadiana.

Oliveira de Azeméis, por baixo da estrada de Arouca, um pouco mais abaixo sob outra ponte da estrada de Coimbra ao Porto, e, finalmente, na freguesia de Ul entra no rio Antuan, com 7 K. de curso».

Ul—«Povoação na margem direita do rio do mesmo nome».



Esboço n.º 2 — *Escala* 1/882.600

Por este traslado se depreende que o Rio Antuã, para ir de Coimbra a Cucujães, teria de atravessar montes, vales e rios, e, entre estes, o seu próprio afluente.

Mas, a par deste paradoxo, há outra afirmação do mesmo *Dicionário* que nos mostra bem a grande confusão que gira à roda destes rios.

Santiago de Riba Ul—«Povoação que fica próxima da ribeira de Ul».

A povoação não fica próxima nem distante da ribeira: é pura e simplesmente atravessada por ela—ribeira.

Ora, como é sabido, o rio que banha Cucujães é precisamente o mesmo que atravessa Santiago de Riba-Ul (razão deste nome), Madail e vai juntar-se em Ul ao que corre ao nascente de Oliveira de Azeméis. Não se compreende, portanto, que umas vezes os autores do *Portugal Dicionário* lhe chamem rio Antuã e outras vezes ribeira de Ul, sem citar o tremendo erro de o fazer passar de Coimbra para Cucujães, e sem a menor referência do seu curso, não obstante indicarem uma distância — 50 quilómetros.

Além disso, o rio que atravessa Cucujães e Santiago de Riba-Ul é o mesmo que nasce em Fajões, banha Romariz, Milheirós de Poiares, S. João da Madeira, S. Roque e entra em Cucujães. Logo, não é de admitir que um destes rios corra no leito de outro, ou no mesmo vale, por vezes muito estreito, sem misturar as suas águas.

Na descrição de *Rio Ul*, os mesmos autores dizem que é um pequeno rio com origem em Carregosa e passa a 1 km. de Oliveira de Azeméis, por baixo da estrada de Arouca, e, por conseguinte, a E. da mesma vila. Mas, como já vimos na definição de Santiago de Riba-Ul, eles dizem também que esta povoação fica próxima (melhor seria dizer: é banhada) da Ribeira de Ul. E, como a dita povoação fica a W. de Oliveira de Azeméis, somos forçados a concluir que se trata de dois rios com o mesmo nome. A menos que os autores do *Portugal Dicionário* queiram representar outro rio com a categoria de ribeira. Então ficariam sendo 3 rios: o Antuã, o Ul e a Ribeira de Ul.

Nada disto! Os rios são dois e são também dois os seus nomes. Os autores é que estabeleceram uma grande confusão ao definirem o que, afinal, é bem simples: Um dos rios é o Antuã e o outro é o seu afluente Rio Ul. Só resta destrinçar, com exactidão, qual o curso de cada um deles e as terras que banha. É precisamente isto que pretendemos fazer.

Há ainda outra afirmação dos mesmos autores, que merece ser anotada:

Dizem que o Rio Antuã vai desaguar com o Vouga e o Águeda no Rio de Ovar. Parece-nos que esta afirmação é contrária à verdade, porquanto o Rio Águeda é afluente do Vouga e, como tal, só nele pode lançar as suas águas (V. esboço n.º 2).

É curioso notar que outros autores praticam o mesmo erro. Ainda recentemente vimos um trabalho, em preparação, no qual o autor perfilha esta opinião. Julgamos poder afirmar que estas faltas provêm da consulta de livros e mapas errados.

Vamos ouvir o que nos diz Jayme Séguier no seu *Dicionário Ilustrado:*

Oliveira de Azeméis — «Vila e cabeça de Conc. (Aveiro) Portugal, na margem direita do rio Sul».

Rio Sul—«Rio de Portugal, afluente do Vouga, 14 Km». (V. esboço n.° 2).

Ul—«Rib. de Portugal (Aveiro) afl. do rio Antua».

Santiago de Riba-Ul—«Povoação do Conc. de Oliveira de Azeméis, na m. do rio Ul».

Este Dicionário não regista o nome Antuã nem outros similares. E isto é de estranhar, porquanto se refere ao Rio Antuã, na descrição de Rio Ul, sem contudo indicar o seu curso. Não se compreende bem a razão por que cita o nome do afluente de preferência ao do rio principal.

Até aqui os vários autores citaram dois rios e dois nomes, embora por vezes trocassem a ordem dos nomes. O *Dicionário Ilustrado*, porém, entendeu que eram poucos e resolveu apresentar-nos outro rio—o Sul. É pena que o seu autor não tivesse indicado o curso deste rio para ficarmos sabendo se também o faz passar por cima doutro rio já citado, como nos casos dos rios Antuã e Ul, que atravessam simultâneamente Cucujães e Santiago de Riba-Ul, no dizer do *Portugal Dicionário*. Ora, como é sabido, o rio que atravessa estas duas povoações é apenas um, seja qual for o nome que lhe queiram atribuir.

Há outro facto, citado no *Dicionário Ilustrado*, que chama a nossa atenção:

O autor diz que Oliveira de Azeméis fica situada na margem direita do rio Sul, e na descrição deste rio, diz, lacònicamente, que é afluente do Vouga, com 14 Km. de curso, sem, contudo, indicar algumas terras que ele banha. Assim ficamos na dúvida sobre se o autor quererá referir-se ao rio que banha Oliveira de Azeméis, ou ao que banha S. Pedro do Sul e tem a sua confluência próximo desta vila. Cremos, no entanto, tratar-se desta última hipótese, pois o rio em cuja margem direita está situada Oliveira de Azeméis, não vai desaguar ao Rio Vouga. O Rio Antuã, quer ele tenha a sua origem em Escariz e seja considerado rio principal, quer em Fajões, tem a foz na Ria de Aveiro, e não no Rio Vouga, como pretendem alguns autores, nomeamente o professor A. MATOSO. (Ver esboço n.° 1).

Oiçamos ainda o que nos diz a *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada:*

Antua—«Ribeiro do distrito de Aveiro, Portugal. Nasce próximo de Oliveira de Azeméis, passa perto de Estarreja e vai desaguar na ria de Aveiro, com um percurso de 50 Km. Também lhe chamam Antoão e Antuã».

Ul—«Ribeiro do distrito de Aveiro. Nasce na freguesia de Carregosa, corre para SO., passa a 1 Km. de Oliveira de Azeméis por baixo da estrada de Arouca, um pouco mais abaixo sob outra ponte da estrada de Coimbra ao Porto, e, finalmente, na freguesia de Ul entra no rio Antua, com 7 Km. e curso».

Repare-se na semelhança desta descrição com a do *Portugal Dicionário*. É evidente que, estando uma delas errada, a outra virá eivada dos mesmos defeitos.

Como acabámos de observar, este autor não confirma a opinião do *Portugal Dicionário* quanto à origem do Rio Antuã, pois, enquanto este diz que nasce em Coimbra, aquele dá a sua origem próximo de Oliveira de Azeméis. Não se compreende, portanto, que ambos estejam de acordo quanto à extensão do seu curso e em desacordo quanto à origem. Se ele nascesse perto de Oliveira de Azeméis, nunca o seu curso poderia ser de 50 Km. Quando muito, seria de cerca de 20 Km. (Ver esboço n.° 1).

Nenhum dos rios em causa nasce perto de Oliveira de Azeméis, nem nos lugares indicados pelos citados autores. É curioso notar que, entre tantos autores, não haja um só que indique com precisão a origem dos dois rios.

Para resumir este trabalho, vamos apresentar algumas causas de erro, que podem ser classificadas de:

a) Omissão de nomes:

A folha n.° 10 da *Carta Geográfica de Portugal*, do Instituto Geográfico e Cadastral, e o *Mapa Geográfico*, de FOREST, apresentam o traçado dos dois rios, mas não indicam qualquer nome que os possa distinguir.

b) Omissão de rios e troca de nomes:

A *Geografia Primária* de VASCONCELOS E SÁ regista o rio que corre a W. de Oliveira de Azeméis, passa por Ul e vai desaguar na Ria de Aveiro, ao qual dá o nome de Rio Ul, mas omite o outro rio, que neste caso seria o Antuã, como tributário daquele;

O *Mapa Geográfico* de OLIVEIRA CABRAL traça o mesmo rio, mas denomina-o de Rio Antuã e omite o outro, que neste caso seria o Ul, como seu tributário.

c) Troca de lugares:

A *carta de Portugal* dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos chama Rio Antuã ao que atravessa Cucujães, e, portanto, corre á W. de Oliveira de Azeméis, recebe em Ul as águas do que banha aquela vila por E., que neste caso será o Rio Ul, e vai desaguar na Ria de Aveiro.

d) Erro de foz:

A *Geografia* de A. MATOSO diz que o Rio Ul é afluente do Vouga, quando na verdade, ele é do Rio Antuã.

e) Erro de origem:

O *Portugal Dicionário* dá a origem do Rio Antuã em Coimbra, não obstante estar històricamente provado que a nascente deste rio é em Escariz, e lògicamente comprovada a impossibilidade do seu curso, muito embora o citado dicionário o não indique;

A *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada* diz que a origem do Rio Antuã é nas proximidades de Oliveira de Azeméis, a despeito de não haver perto desta vila nascentes de rios.

O *Dicionário Ilustrado* não regista o Rio Antuã, mas cita-o quando se refere ao Ribeiro de Ul, como seu afluente.

Em conclusão:

Nenhum dos autores citados regista a verdadeira origem do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul, nem os seus cursos. As suas opiniões são tão diversas que, entre tantas, não há uma que condiga com a verdade.

Reportemo-nos agora a uma Fonte Histórica [1]:

O Rio Antuã tem a sua origem em dois arroios que se juntam em Carregosa de Baixo. Ambos nascem na Freguesia de Escariz, Concelho de Arouca. Um deles tem a origem em Alagoas, banha Seixeira, Fajões e entra no lugar de Carregosa de Baixo; o outro nasce nas proximidades da Venda da Serra e junta-se ao primeiro naquele lugar. Corre depois por terras de Carregosa, Pindelo, S. Roque, Oliveira de Azeméis, Ul, Estarreja, Salreu e tem a foz na Ria de Aveiro, a cerca de 6 Km. de Estarreja. Recebe na margem direita, em Ul, as águas do rio deste nome.

A importância do Rio Antuã, debaixo do ponto de vista histórico, data dos princípios do século XII, no tempo dos Pontífices Pascoal II e Calisto II, que estabeleceram definitivamente os limites das Dioceses do Porto e Coimbra. Serviu este rio de linha de demarcação territorial e eclesiástica das duas dioceses.

Pelos breves destes Pontífices, as freguesias situadas à direita do Rio Antuã, isto é, na margem direita, faziam parte da Diocese do Porto. E eram: Fajões, Cesar, Macieira das Terças, Nogueira do Cravo, Pindelo, Oliveira de Azeméis, Ul, Loureiro, Beduído, Beiros e Murtosa.

As que ficavam na margem esquerda do mesmo rio pertenciam à Diocese de Coimbra.

Portanto, històricamente, o Rio Antuã não tem o seu curso por terras de Cucujães e Santiago de Riba-Ul, como opinam alguns dos autores citados.

Segundo a mesma Fonte Histórica, o Rio Ul, afluente do Rio Antuã, nasce na Freguesia de Fajões, no lugar de S. Mamede. Banha Romariz, Milheirós de Poiares, S. João da Madeira, S. Roque, Cucujães, Santiago de Riba-Ul, Madail e Ul, onde junta as suas águas às do Rio Antuã.

---

(1) «Identificação do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul», do Abade Domingues Arede.

O Rio Ul já era conhecido com esta denominação no tempo de D. Afonso Henriques, quando da sua concessão da Carta de Couto ao Mosteiro de Cucujães em 1177 (1).

Tem este rio três afluentes: o Ribeiro de Pedra-Má ou do Pintor e o de Cavaleiros, na margem esquerda; o Ribeiro da Arrifana ou da Lagoa, na margem direita.

Deste resumo histórico se conclui que o Rio Antuã é o que tem o curso por E. de Oliveira de Azeméis, e o Rio Ul o que atravessa Cucujães e Santiago de Riba-Ul, e, portanto, por W. daquela vila. O curso do primeiro anda à roda de 30 quilómetros, e o segundo em cerca de 18. (Ver esboço n.º 1).

Vamos agora tentar demonstrar que, prescindindo da Fonte Histórica, podemos chegar à mesma conclusão, dentro dos domínios da Lógica.

Com efeito, se seguirmos os cursos dos dois referidos rios, notaremos que, entre as terras banhadas por eles, há algumas cujos nomes são análogos ou relacionados com os nomes dos rios.

Assim, Antuan ou Antuã é o nome antigo da actual vila de Estarreja, que fica situada na margem direita dum rio ao qual teria legado, através dos tempos, o seu nome — Antuã.

Suponhamos, agora, o contrário, isto é, que foi o rio que deu o seu nome à vila. Então, chegamos à conclusão de que o rio tem, realmente, o nome de Antuã, quer o recebesse da vila, quer lho desse.

Mas, continuemos a nossa viagem em sentido contrário à corrente do rio, ou seja de jusante para montante. Chegados à confluência de Ul, voltemos à direita, isto é, pelo rio que banha Oliveira de Azeméis por E. e sigamos até um pouco a montante da estrada de Coimbra ao Porto. Paremos para analisar os nomes destes lugares. Entre eles depara-se-nos um que chama a nossa atenção.

Nas proximidades da ponte de pedra de Silvares, há umas terras de lavoura, na margem direita do Rio Antuã, conhecidas pelo nome de «As Antuãs».

Da confrontação destas terras com o rio, se conclui que o seu nome tem alguma analogia com o nome do rio que vimos tratando — o Rio Antuã. Portanto, podemos admitir, sem receio de errar, que o nome de «As Antuãs» teve a sua origem no nome do Rio Antuã (2). Se o nome deste rio

---

(1) ...facio Cautum ad illud monasterium sancti Martini de Cucuianes... et habet iacenciam predictum monasterium in loco qui uocatur Cucugianes sub monte Castro Recharei discurrente riuulo VL portugalensi territorio...

(*Arq. Dist. Av.*, vol. x, pág. 277).

(2) «Identificação do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul», do Abade João Domingues Arede.

fosse Ul, é claro que não havia justificação aceitável do nome «As Antuãs» nas suas margens.

Temos já, por conseguinte, duas provas irrefutáveis, que justificam, sem sombra de dúvida:

1.° — Que o rio principal é o Rio Antuã, visto que há sinais, inapagáveis, que provam este facto em todo o seu curso, ou pelo menos na sua maior parte;

2.° — Que ele passa por E. de Oliveira de Azeméis e, depois de receber em Ul as águas do outro rio, vai desaguar na Ria de Aveiro, a cerca de 6 quilómetros a SW. de Estarreja (antiga Antuã).

Posto isto, façamos agora uma viagem pelo rio que, na confluência de Ul, vem da esquerda. Antes, porém, paremos um pouco para analisar a relação que possa haver entre o nome deste rio e o da povoação de Ul, situada entre o mesmo rio e o que corre ao nascente da referida povoação. (V. esboço n.° 1).

Julgamos poder afirmar que uma das causas que se presta a equívocos com a situação e nomes dos dois rios é precisamente o facto da povoação estar situada entre eles, no ponto da sua junção. Com efeito, tanto se pode atribuir o nome da povoação ao rio que corre ao nascente, como ao que corre ao poente. Ambos atravessam a povoação de Ul até ao lugar da sua confluência. Acresce ainda a circunstância de, como já referimos, os seus cursos e caudais serem tão aproximados que não é fácil dizer, com precisão, qual deles deve ser considerado o principal, se quisermos julgar os factos por um simples exame local.

Na verdade, parece ter sido do nome da povoação de Ul que adveio o nome dum destes dois rios. Só resta saber, de forma inequívoca, qual deles tomou esse nome. Pelo exposto anteriormente, já sabemos que não pode ser atribuído ao que corre a E. da povoação. Logo, terá forçosamente de ser ao que corre a W. dela, ou seja o que atravessa Cucujães e Santiago de Riba-Ul.

Suponhamos mesmo que não há relação alguma entre o nome da povoação e o do rio. Não importa. Vamos subindo este rio até encontrar a prova evidente de que as águas que vamos sulcando são, de facto, as do Rio Ul. Passámos já por baixo dos salgueiros que cobrem as suas margens na passagem por Madail, e continuamos subindo a passar por baixo da altíssima ponte de Vila-Cova, já em terras de Santiago de Riba-Ul. Paremos um pouco a contemplar a beleza das suas margens e a meditar na origem deste topónimo.

Com a máxima franqueza, confessamos nada saber que nos permita afirmar que o nome do rio provém do último elemento do nome da povoação. É até muito possível que

seja o contrário, isto é, que tivesse sido o nome do rio a completar aquele topónimo.

Disto poderá inferir-se, à primeira vista, que entrámos num beco sem saída. Não nos deixemos, porém, vencer pelo desânimo e prossigamos no nosso exame. Estamos certos de que o tal beco sem saída transformar-se-á numa avenida muito espaçosa.

Assim, se analisarmos o nome da povoação de Santiago de Riba-Ul, observaremos que ele é composto de três elementos:

Santiago — nome do orago da freguesia;
Riba — margem elevada do rio;
Ul — nome do rio que atravessa a povoação.

Ocorre-nos agora esta pergunta: Como aparece neste lugar o nome Ul? Evidentemente que não foi por acaso que ele apareceu. Tampouco pode ser atribuído ao nome da povoação que lhe fica mais a S., com a interposição de outra freguesia — Madail —, visto que da significação de Riba se conclui que só ao nome do rio pode ser atribuído o último elemento daquele topónimo. Logo, o rio terá, fatalmente, de ser o de nome Ul e foi dele que a povoação completou o seu nome com os dois últimos elementos — Riba-Ul.

Vamos supor, por momentos, que este rio tem o nome de Antuã, como afirmam alguns dos autores atrás citados. Como ficará então composto o nome da freguesia de Santiago de Riba-Ul? Simplesmente assim: Santiago de Riba-Antuã.

Seria um paradoxo chamar Santiago de Riba-Ul à povoação situada na margem de um rio com o nome Antuã. Mas, então, por que motivo o nome da povoação não deriva de Antuã? Certamente pelo facto do nome do rio ser realmente Ul. Não há, por conseguinte, justificação histórica ou lógica para dar o nome Antuã ao Rio Ul.

Pelo exposto, julgamos ter apresentado provas convincentes de que o Rio Ul é o que vem das bandas de Romariz, em lugar atrás indicado, atravessa, entre outras terras já citadas, Cucujães, Santiago de Riba-Ul e tem a sua confluência no Rio Antuã, em Ul, próximo dum lugar denominado Minhoteira.

Por seu lado, o Rio Antuã é o que nasce em Escariz, banha, entre outras terras já citadas, Oliveira de Azeméis, por E., passa às terras denominadas «As Antuãs», recebe em Ul, na margem direita, as águas do Rio Ul e vai desaguar na Ria de Aveiro, como já foi dito.

Depois das provas apresentadas com elementos que reputamos indestrutíveis, tanto no campo da História, como nos domínios da Lógica, e das investigações feitas pelo Ilustre Escritor Abade João Domingues Arede, julgamos não ter justificação aceitável a existência de tabuletas com a indica-

ção de Rio Antuã em lugares de destaque, nomeadamente na ponte da Margonça, de Cucujães, sobre o Rio Ul.

É certo que a autoridade competente não pode estar a alterar a toponímia ao capricho de qualquer «Zé-Ninguém» (quanto a nós, que não quanto ao que diz respeito ao Ilustre Investigador Reverendo AREDE); porém o que pode e deve é ordenar a rectificação do que se provar estar errado, como no caso presente, em face das provas históricas apresentadas pelo citado Escritor, na sua obra intitulada «Identificação do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul».

Estamos certos de que, a bem da Verdade, as provas apresentadas justificam largamente a emenda deste erro.

Oxalá que a autoridade competente assim o entenda e faça executar.

Lisboa, Junho de 1948.

F. FERREIRA DA SILVA
2.º ten. A. S. N.

DIVISÃO DE ÁGUAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

SE a sucessiva divisão da propriedade levou os seus donos à consequente divisão de águas para rega, também a conveniência de se associarem na abertura de poços e minas deu logar à respectiva divisão. Os contratos modernos são quase todos estabelecidos tendo por base da divisão os dias e horas (se bem que quase sempre seguindo as horas solares, ou seja, não tendo em conta os modernos avanços oficiais), mas nos contratos antigos há expressões e costumes muito curiosos.

Não posso, nem me proponho, fazer um estudo completo deste assunto.

Seria preciso percorrer os arquivos notariais, já demasiadamente extensos e ainda, infelizmente, por verbetar e classificar, e percorrer também, com paciência, as muitas localidades, para colher todos os elementos de estudo. O que aqui fica são pois muito ligeiras notas, prelúdio para trabalho mais completo que alguém queira tentar.

A água destinada a regas pode ter uma das seguintes origens:

a) de correntes de águas públicas (rios, ribeiros, sobras de fontes)
b) de minas ou de nascentes abertas, em propriedade individual ou colectiva
c) de poços, igualmente em propriedade individual ou colectiva.

As primeiras não necessitam, em geral, de empresamento, porque o seu caudal dá para a rega contínua. Digo em geral, pois casos há em que sendo a água pouca, se necessita, pelo menos em épocas de mais estiagem, de a juntar em *«presas»*, ou tanques.

As de poços, também em geral, não necessitam de presa, porque os engenhos são feitos com capacidade para tirarem

a água suficiente a regar-se *«de pé»* (1). Mas quanto às de minas ou de nascentes é que precisam de se juntar, o que se faz nas *«presas»*.

Ora desde que as águas se destinem a mais do que um proprietário (ou prédio) e há a consequente necessidade da sua divisão, estabelecem-se os *«giros»*. O *«giro»* é pois a sucessão de regas pelos vários interessados ou «consortes», uma divisão dos vários quinhões na água.

Um mesmo proprietário, e até para o mesmo prédio, pode vir a reunir seguidamente mais do que um quinhão. Por exemplo: duma água que pertencia a 8 *«consortes»*, um dia para cada um, veio um deles a adquirir um dia de água desse giro (a outro que a dispensou por qualquer motivo) e assim reunir dois dias para o seu prédio.

O período dos *«giros»* varia muito: vão desde um dia (dividido por horas entre os vários consortes) até seis semanas (máximo na freguesia de Loureiro). Neste último caso, só, pois, de 6 em 6 semanas volta a água ao mesmo consorte.

Giros há em que só os primeiros regantes têm abundância de água, vindo os últimos do giro a pouca ter, pela estiagem que surge ou por deficiência da nascente, que não dá o caudal bastante. Chegam estes consortes, por vezes, a nem querer saber da água, não perdendo tempo em tapar a presa e tentar reunir o líquido. A estes giros chama-se (freguesia de Loureiro) *«girotéus»*.

O giro da água pode ter o seu início em data certa, quer constante de documento quer de uso e costume (2). Pode ainda o giro ser iniciado por aquele a quem primeiro compete regar, seguindo-se os outros na respectiva altura do giro, ou pode ser iniciado por aquele que primeiro precisa da rega. Para isso há por vezes o juiz do rego (freg.ª de Loureiro) que é a pessoa entre os consortes escolhida para, na devida altura, ou quando para tal é requerido, ir avisar os outros interessados, dando-lhes conhecimento do início da rega ou mesmo convocá-los à limpeza do rego.

Se o início do giro não tem dia marcado, vai cada um regando *«a môfo»* até que aquele juiz (ou a combinação entre os consortes se não há juiz) marque o início da rega girada. *«A môfo»* (3) quer pois dizer em plena liberdade,

(1) Regar «de pé» diz-se quando a água chega para manter a corrente num rego, sem necessidade de estar a juntá-la.

(2) «...começando os giros ao meio dia, hora legal ou normal, do primeiro domingo do mês de Maio de cada ano e terminando em vinte e nove de Setembro». (Escritura de 13-4-1946, de Nogueira do Cravo).

(3) Também significa «sem pagar, de borla»: um indivíduo que apanha um transporte ne graça (a môfo), que come pagando outros (come a môfo), que utiliza águas sem ter contribuído para as respetivas despesas (rega a môfo), etc.

como cada um vai precisando. Claro que, se mais do que um a necessita e não chega sem divisão, entra em função o giro.

Quanto à limpeza do rego, para o que todos os consortes são convocados com dia certo, também tem os seus preceitos. Em regra a limpeza começa-se pelo fim, ou seja pela parte mais distante da presa ou nascente, vindo-se seguidamente limpando e concertando até à presa, nascente ou tornadoiro. Todos procedem a esse trabalho, embora por vezes um ou outro, matreiramente, se entretenha a só o fazer na parte correspondente ao seu prédio.

A divisão dos giros faz-se de vários modos:

a) pode caber a cada consorte um dia inteiro (ou vários dias seguidos), quer contados da meia noite, do meio dia, do nascer ou do pôr do sol (quando ele está encoberto calcula-se aproximadamente), por ter dias certos da semana (por exemplo: todas as segundas-feiras de 15 em 15 dias ou de 3 em 3 semanas);

b) pode ter uma fracção de dia certo em cada semana, fracção que pode até contar-se por minutos (12 horas e 42 minutos);

c) pode ter um certo dia do giro (o 1.°, o 13.°, o 16.°, conforme o número de dias que o giro tem), ou uma fracção desse dia;

d) podem as regas calhar de dia ou de noite, quando o que lhes compete é uma fracção do dia.

As horas ou fracções de cada giro têm por vezes uma designação característica. Em Nogueira do Cravo há a seguinte classificação:

a hora do Galo — é da meia noite até ao nascer do sol
a hora da Terça — é do nascer do sol até *«aos quatro pés de sombra na eira»* (cerca das 9 ou 10 da manhã)
a hora da Sesta — é daqueles quatro pés de sombra até *«aos dois pés»*
a hora da Pròsesta — é daqueles dois pés até ao pôr do sol
a hora do Sol-posto — é do pôr do sol até *«não se conhecer cruzes ao dinheiro»*.
a hora da meia noite — é desde *«o não se conhecer cruzes ao dinheiro»* até á meia noite.

As referências ao dinheiro são frequentes: de 15 em 15 dias ao sabado, desde o conhecer de um vintem até às cinco horas» (escª de 16-4-1948, de Fajões).

Por vezes é a água que se junta na presa que ali mesmo é dividida.

Para isso coloca-se na presa uma vara vertical (1), segura de qualquer modo, ou terminando em ponta voltada para se poder prender (nalgumas há uma pedra no fundo da presa a marcar o nível base) e nessa vara se marca, por alturas, meia presa, um quarto, um oitavo de presa. A múltipla divisão nestes casos chega a repartir «meio quarto» de presa ainda em 3 ou 4 consortes, e como a altura do líquido chega em tempos de estiagem a ser pouca, a rega de alguns reduz-se pràticamente ao abaixamento de uns milímetros no nível da água. Se cada um não está atento à sua água, fica prejudicado, e não poucas vezes se suscitam ralhos, quando se não chega a «vias de facto».

Em Carregosa (Presa do Perrinho), além daquela divisão da presa, há consortes a quem compete uma *«polegada»* de água, sendo a polegada marcada não por essa verdadeira medida, mas pela largura do dedo polegar, o que portanto varia conforme o marcador tiver o dedo mais grosso ou mais fino.

A divisão das *«presadas»* de água também se faz, nalguns casos, à entrada dos próprios prédios (ou *«campos»*), sendo o rego subdividido em tantos outros quantos os regantes (2), umas vezes por dispositivo fixo, que divide a água por igual, outras vezes um pouco a cálculo. A água corre, assim, ao mesmo tempo para todos os consortes e cada presada é por igual dividida.

Ainda há marcações, para divisão ou para tapagem e abertura de presas, baseadas no *«pintar do sol»,* quando *«a sombra for na Serra»,* e por meio de um prego espetado na presa e cuja sombra serve de regulador.

Dum modo geral, porém, como disse, todas estas formas tendem a desaparecer, dando lugar a tomar-se por base a hora e suas divisões. Nalgumas freguesias é já difícil saber-se a antiga terminologia e costumes, que foram substituídos ou modificados pelo relógio.

Vamos a ver se para outra vez consigo dar mais detalhada notícia.

A escritura que abaixo parcialmente se transcreve (de 2 de Julho de 1903, entre proprietários de Nogueira do Cravo), permite avaliar de como as divisões de águas por vezes se complicam e como o precioso líquido é avaramente defendido

(1) Carregosa e Ossela (águas de Bustelo).
(2) Macinhata.

pelo lavrador, que conta cuidadosamente os escassos minutos em que o pode utilizar:

...Nos anos de terminação par, a água a dividir é a seguinte: das Cancelas, na segunda semana de cada giro a Sesta, na quarta semana a Pròsesta, na sexta semana a Terça e de Gaspar Pires na 3.ª semana de cada giro a Sesta e na 6.ª semana da Meia Noite, tudo dentro do mesmo giro, que é de 6 semanas. Desta água fica a pertencer aos 1.os outorgantes e dela regarão na 4.ª semana a Pròsesta, na 6.ª a Meia Noite; a 2.ª outorgante na 3.ª semana regará no princípio da Sesta 18 minutos contados à Cancela dos 1.os outorgantes; em seguida a 3.ª outorgante regará da mesma Sesta 18 minutos; em seguida a 4.ª outorgante regará da mesma 36 minutos e os 5.os outorgantes regarão em seguida da mesma uma hora e 11 minutos e em seguida os 1.os outorgantes o resto; os 6.os outorgantes regarão na 2.ª semana da Sesta 2 horas e 7 minutos; os 7.os outorgantes regarão da mesma Sesta o resto calculado em 1 hora e 53 minutos; os 8.os outorgantes regarão da Terça, na 6.ª semana, no princípio, 80 minutos, em seguida os 9.os outorgantes regarão da mesma terça 88 minutos, em seguida os 10.os outorgantes regarão da mesma Terça 64 minutos e os 11.os outorgantes o resto da mesma Terça calculada em 21 minutos. Assim fica completo o 1.º giro, que é de 6 em 6 semanas e que se repete no tempo das regas nos anos de terminação par, à excepção do giro em que tenha de sair do Casal de Gaspar Pires a Terça mais próxima do dia de Santiago, que sai para Manuel Gomes Godinho de Resende, sendo uma Meia Noite ou uma Sesta, pois neste giro fica a água assim dividida, como se vai descrever: os 1.os outorgantes regarão uma das Terças de Gaspar Pires ou a Sesta na 3.ª semana ou a Meia Noite na 6.ª semana conforme a que sair para o dito Manuel Gomes Godinho de Resende e os mesmos 1.os outorgantes regarão mais na 4.ª semana a Pròsesta; a 4.ª outorgante regará na 2.ª semana da Sesta 29 minutos, a 2.ª outorgante regará em seguida 14 minutos, a 3.ª outorgante regará em seguida 14 minutos. Este tempo será contado desde o talhadouro do Adro da Igreja no caso que estas três últimas outorgantes queiram regar no Campo da Caínha; se porém a água não for regada naquele sítio será contado o tempo de outro qualquer ponto em que a cortar. Os 7.os outorgantes regarão na mesma semana e da mesma Sesta uma hora e 27 minutos e os 6.os outorgantes regarão o resto da mesma Sesta; os 9.os outorgantes regarão na 6.ª semana no princípio da Terça 69 minutos, em seguida os 10.os outorgantes regarão da mesma Terça 58 minutos, em seguida os 11.os outorgantes regarão da mesma Terça 20 minutos, em seguida os seguintes outorgantes regarão da mesma Terça 65 minutos e em seguida os 8.os outorgantes o resto. Este giro é só um em cada ano e todos os outros obedecem à partilha feita no 1.º giro aqui descrito, que se repetem de 6 em 6 semanas. Quanto o Manuel Gomes Godinho de Resende regar do Casal Gaspar Pires a Meia Noite receberá dos 1.os outorgantes 30 minutos de água em anos pares e ímpares e estes ficam sempre com o direito ao Sol Posto, mas se os 1.os outorgantes tiverem o Sol Posto junto com a Meia Noite de Manuel Gaspar Godinho de Resende, neste caso em lugar de darem os 30 minutos de água ao Resende darão o Sol Posto. Nos anos de terminação ímpar pertence a este casal em cada giro de 6 semanas na 2.ª semana a Meia Noite e na 6.ª semana o Galo e do Gaspar Pires compreendido neste Casal na 3.ª semana a Meia Noite e na 6.ª semana a Sesta. Os 1.os outorgantes regarão na 2.ª semana a Meia Noite e na 6.ª semana tem a Sesta mas desta Sesta há-de sair no princípio para a 2.ª outorgante 15 minutos, para a 3.ª 15 minutos e para a 4.ª 30 minutos com a condição de que se estas três últimas outorgantes regarem esta água nos seus Campos da Caínha de baixo só se começará a contar o tempo a partir da Cancela dos 1.os outorgantes. Se porém alguma destas outorgantes a regarem em outra propriedade o tempo é contado desde o corte em qualquer ponto;

os 1.os outorgantes regarão na 6.ª semana no princípio do Galo 62 minutos, em seguida os 9.os outorgantes regarão do mesmo Galo 2 horas e 22 minutos, em seguida os 11.os regarão do mesmo Galo 22 minutos, em seguida os 6.os outorgantes regarão do mesmo uma hora e 44 minutos e em seguida os 6.os outorgantes regarão o resto do mesmo Galo e regarão mais os mesmos 6.os outorgantes na 3.ª semana da Meia Noite uma hora e em seguida os 7.os outorgantes regarão da mesma Meia Noite 1 hora e 33 minutos e os 5.os outorgantes regarão o resto desta Meia Noite. Esta água é a mesma em todos os giros dos anos de terminação ímpar excepto no giro em que tenha de sair do Casal de Gaspar Pires a Terça mais próxima do São Tiago para Manuel Gomes Godinho de Resende que é uma Meia Noite ou uma Sesta, pois desse giro se regará da seguinte forma: os 1.os outorgantes regarão na 6.ª semana o Galo, regarão mais na 2.ª da Meia Noite 57 minutos no princípio; em seguida a 2.ª outorgante regará da mesma Meia Noite 12 minutos, em seguida a 3.ª da mesma outros 12 minutos e a 4.ª outorgante 22 minutos; os 6.os outorgantes regarão ainda da mesma Meia Noite 1 hora e 13 minutos e os 7.os outorgantes regarão o resto da mesma Meia Noite calculada em 1 hora e 4 minutos. Como este é o giro do São Tiago e tem de sair para Manuel Gomes Godinho de Resende ou a Meia Noite na 3.ª semana ou a Sesta na 6.ª semana, isto é, destas a que for mais próxima do São Tiago, visto serem esta Meia Noite e Sesta calculadas em horas iguais, para o efeito da partilha, fica dividida a que não sair da seguinte forma: os 10.os outorgantes regarão dessa Meia Noite ou Sesta no princípio 47 minutos; em seguida os 9.os outorgantes a seguir regarão 1 hora e 49 minutos, em seguida os 5.os regarão da mesma 67 minutos e os 11.os o resto calculado em 17 minutos. Este giro é o de São Tiago e todos os outros seguem a divisão já estabelecida. . . . .
. . . .

Oliveira de Azeméis, 1948.

MÁRIO RAMOS

A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE AVEIRO EM 1858

A ASSOCIAÇAO Comercial de Aveiro foi uma das instituições que mais benefícios prestou a esta cidade.

Da sua fundação e actividades vou dar uma breve notícia como subsídio para a história económica de Aveiro.

Foi Nicolau Anastácio de Bettencourt, governador civil do distrito de Aveiro, quem promoveu a fundação da referida colectividade no ano de 1858, com o seguinte convite que mandou imprimir e distribuir, e do qual temos presente um exemplar:

«O Governador Civil do Distrito de Aveiro aos Commerciantes desta cidade

São geralmente reconhecidas as vantagens que resultam do estabelecimento de Associações Commerciaes, tanto para o bem do Estado, como para o interesse dos individuos que compoem a classe mercantil.

Quando se manifestam tendencias tão pronunciadas para a organisação de Sociedades, em que os esforços collectivos dos associados preenchem fins de utilidade geral e especial, que não podem attingir as forças de cada um d'elles isoladamente empregadas: — quando se observam os frequentes serviços que prestam taes Sociedades e nomeadamente as Associações Commerciaes nas praças do Continente do Reino e ilhas adjacentes, aonde se acham instauradas: — não deixarão por certo os Commerciantes desta Cidade de considerar as conveniencias de uma instituição de tal ordem, agora mais que nunca reclamada em Aveiro pelo desenvolvimento do Commércio.

Demais: — não é só para promover o que convier a favor deste importante ramo de riqueza nacional; — não é mesmo unicamente para velar pelos direitos dos associados, e representar aos Poderes Publicos tudo o que fôr conducente ao desejado augmento e livre transmutação dos produtos do paiz, que se torna necessario estabelecer aqui uma Associação Commercial.

É tambem, para que os membros desta classe respeitavel possam entrar sem perda de tempo na posse e fruicção das attribuições que lhe confere a novissima legislação especial para este Districto, nomeando d'entre si, logo que estejam constituidos em associação, um dos vogaes que tem de formar a junta encarregada de superintender nas interessantes obras do melhoramento da barra desta Cidade.

Assim, pois, entendendo que haveria inconvenientes em addiar a organisação de que se tracta, e persuadido de que todos os Commerciantes d'Aveiro estão bem compenetrados das rasões que aconselham a prompta fundação de um similhante estabelecimento; não hesito em convidal-os para se reunirem n'este Governo Civil no dia 29 do corrente a fim de se confeccionarem os estatutos pelos quaes se hade reger a Associação Commercial, confirmados que sejam com a competente approvação do Governo de Sua Magestade.

Bem certo estou de que os mesmos Negociantes acceitarão de boamente este meu convite, attendendo ao pensamento do bem publico que o dictou, e aos sinceros desejos da auctoridade a favor da classe a quem é dirigido.

Aveiro 18 de Setembro de 1858

NICOLAU ANASTACIO DE BETTENCOURT

Foi bem sucedido o Governador civil na sua iniciativa. De facto foi elaborado o projecto dos estatutos da pretendida associação, e por alvará de 25 de Novembro de 1858 foram aprovados, tendo ficado assim criada a «Associação Commercial de Aveiro».

Esta satisfez plenamente os fins para que havia sido fundada.

Mais tarde, a indústria começou a desenvolver-se também na cidade de Aveiro, e reconheceu-se a conveniência de associar os industriais com os comerciantes. Por isso, fizeram-se novos estatutos, aprovados pela Assembleia Geral de 29 de Dezembro de 1904 e aprovados por alvará de 4 de Fevereiro de 1905, em virtude dos quais a antiga associação passou a denominar-se *Associação Comercial e Industrial de Aveiro*.

O artigo terceiro dos novos estatutos definia assim os fins da associação:

«1.° Discutir, dentro dos limites das leis, todas as questões de interesse comercial e industrial, e particularmente aquelas que digam respeito às classes que compõem esta Associação;

2.° Representar aos poderes constituídos sobre todos os assuntos que interessem às mesmas classes;

3.° Iniciar, desenvolver e elucidar quaisquer assuntos ou melhoramentos comerciais e industriais que interessem directa ou indirectamente às classes de que se compõe esta Associação;

4.° Procurar colocação para os filhos que os sócios deixarem na orfandade, sem meios de subsistência, encaminhá-los na vida comercial ou outra qualquer, auxiliando-os segundo o seu comportamento e aptidão;

5.° Subsidiar dentro das forças do cofre, quando a Assembleia Geral o determinar, quaisquer estabelecimentos de instrução, onde principalmente sejam leccionadas as disciplinas que constituem a educação indispensável a um bom empregado do Comércio;

6.° Subsidiar nas mesmas condições quaisquer serviços públicos ou particulares que facilitem o movimento do comércio desta praça, nomeadamente a permanência dum rebocador para auxílio da navegação da barra de Aveiro;

7.° Finalmente, promover o desenvolvimento do comércio e indústria desta cidade e distrito por todos os meios legais.»

Oitenta e dois anos viveu a Associação Comercial de Aveiro, sempre com prestígio e desempenhando cabalmente as suas funções. Aveiro deve-lhe muitas iniciativas e melhoramentos e uma notável defesa dos seus interesses morais e materiais.

Foi a actual organização corporativa que concorreu para a extinção da Associação Comercial e Industrial de Aveiro. Com efeito, o decreto-lei n.° 24:715 de 3 de Dezembro de 1934 criou os Grémios do Comércio; o decreto-lei n.° 29:232 de 8 de Dezembro de 1938 permitiu transformar as associações comerciais em Grémios do Comércio.

A referida associação, por vários motivos resolve então transformar-se em Grémio. Elaboram-se por isso os estatutos do *Grémio do Comércio do Concelho de Aveiro* que são aprovados por alvará de 12 de Dezembro de 1940.

Os artigos primeiro e segundo destes estatutos são do seguinte teor:

Art. 1.° Em conformidade com o decreto-lei n.° 29:232 de 8 de Dezembro de 1938, a Associação Comercial e Indus-

trial de Aveiro transforma-se no Grémio do Comércio do concelho de Aveiro.

Art. 2.º O Grémio tem a sede em Aveiro e abrange o concelho de Aveiro.

Por alvará de 12 de Julho de 1941 a área de acção do Grémio foi alargada aos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

Terminarei esta notícia acerca da Associação Comercial de Aveiro com umas breves notas biográficas do seu promotor, que o foi também da *Caixa Económica de Aveiro*, utilíssima instituição de crédito que só há poucos anos foi extinta.

Nicolau Anastácio de Bettencourt nasceu na cidade do Funchal aos 14 dias de Fevereiro de 1810. Era filho do Dr. Anastácio Moniz de Bettencourt e de D. Ana Jacinta Bettencourt. Iniciou a sua brilhante carreira administrativa em Abril de 1833, com o lugar de secretário geral da prefeitura de Angra do Heroísmo, para o qual foi nomeado por D. Pedro IV. Exerceu o cargo de Governador civil de Aveiro desde 29 de Agosto de 1857 até 14 de Novembro de 1859.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DUAS CARTAS DO ARCEBISPO BILHANO SOBRE A PROCISSÃO DE CORPUS CHRISTI DE 1863, EM AVEIRO

UMA qualquer rebusca com muito diverso fito proporcionou-me a leitura de duas interessantes cartas do Arcebispo BILHANO, ainda então Vigário Geral da diocese de Aveiro, suscitando-me a curiosidade para um incidente, a propósito da procissão de Corpus Christi, com a Câmara Municipal. Ainda que de restrito tomo se me prenunciasse, a curiosidade desperta levou-me à procura de algum pormenor complementar. A breve resenha das notícias que encontrei, se o caso em si pouco vale na realidade, serve de pretexto para a publicação das duas cartas do ilustre prelado ilhavense, pois raras serão as da sua pena que dessa época restem ainda.

Por alturas desse ano de 1863 faziam-se a expensas do erário municipal aveirense as duas procissões reais de Corpus Christi e de Santa Joana Princesa. A Câmara tivera por obrigação encorporar-se em vários dos préstitos religiosos que durante o ano se efectuavam na cidade. Até pelo menos ao primeiro terço do século passado eram as seguintes as procissões que os membros da vereação deviam acompanhar: a de S. Sebastião, a 20 de Janeiro; as dos três dias das Ladainhas de Maio; a de Santa Joana, a 12 do mesmo mês; a de Corpus Christi; a da Visitação de Nossa Senhora, a 2 de Julho; a do Anjo Custódio, na terceira dominga de Julho; a de S. Francisco de Borja, no dia 10 de Outubro; a do Patrocínio de Nossa Senhora, na dominga seguinte à Oitava de Todos os Santos; e a da Bula da Cruzada, no fim do ano. A procissão de Sant'Ana, padroeira da cidade, que tivera extraordinário luzimento em antigos tempos, já nessa época deixara de realizar-se e não sei se nesse tempo se faria a de Santa Isabel, na qual ignoro até que ponto iria a ingerência municipal.

A obrigação de tomar parte nessas procissões, para a vereação e outras entidades, devia observar-se com grande rigor. Por não ter assistido à da Visitação de Nossa Senhora, ao que estava «obrigado por antiquissimo e inalteravel uzo», reincidindo logo a seguir na mesma falta quando da do Anjo Custódio, foi, ainda em Julho de 1807, destituído do cargo de juiz-almotacé João Lício Barbosa. Era relapso este magistrado municipal. Não deixou só de comparecer às mencionadas procissões, mas «praticou o mesmo ou maior escândalo» deixando de assistir à missa solene que a Câmara fizera cantar, «com sua assistencia, à Senhora Santa Anna sua Padroeira na Igreja Matris de S. Miguel», sendo certo que um alegado defluxo, com que pretendia cobrir a falta, o não impediu «de ouvir a missa publica do meio dia na Catedral desta Cidade, e de tarde foi visto vir para casa da sua May, e estar à janella della na Praça desta mesma Cidade». Por tão grave injúria aos rígidos costumes da época, sem detença o afastaram do lugar, nomeando Bento José Mendes Guimarães seu sucessor.

Todavia, a cargo da municipalidade estava apenas a organização das duas procissões primeiramente citadas. Com a constituição da irmandade de Santa Joana, em 1877, viria a ficar com a incumbência de promover sòmente a de Corpo de Deus, encargo que subsistiu até à implantação da República.

Competindo-lhe as despezas, a elaboração dos convites e a escolha das pessoas de condição social a quem se confiassem as varas do pálio, lògicamente lhe cabia, dentro da observância das regras litúrgicas, a prerrogativa de determinar o que mais conveniente se lhe afigurasse para revestir a procissão da máxima solenidade e pompa, o giro a percorrer e a própria hora da saída.

Usando desse direito, deliberou, pois, em 1863, sob proposta do vice-presidente em exercício Basílio Mateus de Lima, que o imponente e afamado cortejo, ao contrário dos anos precedentes, se realizasse logo em seguida à missa solene. A edilidade, para justificar a sua decisão, invocava os interesses municipais. Como, porém, não concretizava os benefícios que o seu zelo pressupunha, e me parece para o caso desnecessário, dispenso-me de investigar as ponderosas determinantes da deliberação. Não ouso, aliás, lançar a suposição gratuita de que pretendesse apenas despojar-se mais pressurosamente — a boa vereação de burgueses atormentados pela forçada violação da regularidade dos seus hábitos e comodidades — das gomas aperreantes, da hirta indumentária dos dias de gala, das faixas e varas simbólicas da dignidade municipal, e da correspondente atitude de emproado empertigamento.

A deliberação, no entanto, fossem quais fossem os seus reais motivos, foi recebida com manifesto desagrado pelas entidades mais directamente interessadas. A primeira voz discordante foi a do capitão Francisco de Amaral, comandante do destacamento de Caçadores 1, aquartelado na cidade. Lembrava que a Câmara de Lisboa transferira a procissão para de tarde, a horas de calor menos intenso, na intenção de poupar a saude das tropas que nela se incorporavam, e evitar, assim, que, como havia sucedido anteriormente, baixassem ao hospital às dezenas de militares «e muitos a sepultura por effeito de congestões cerebrais». Porque o município de Aveiro, «seguindo os preceitos da cautelosa hygiene», também há alguns anos vinha procedendo anàlogamente, estranhou a resolução tomada e adiantou algumas considerações no propósito de «ponderar a predisposição para infermidades a que serão expostos pela sujeicão sob a forma e armas, os militares do meu comando; e patentear que, prevenindo a saude dos meus soldados, me socorri a tempo dos pensados conselhos da hygiene militar, sendo solicito em rogar o bem da humanidade como a Deos é d'infinito agrado».

Por seu turno, o Vigário Geral da Diocese, Dr. José António Pereira Billhano, apressou-se também a manifestar a sua surpresa pela inesperada deliberação camarária, a qual vinha contrapor-se à prática dos últimos anos. Já tomara, demais, as necessárias disposições contando com a procissão à tarde, e não encontrava convincente motivo para se proceder de diferente modo. A Câmara não esteve de acordo e insistiu na sua resolução. A alteração da hora de saída do tradicional préstito religioso, segundo alegava, fora decidida por uma edilidade anterior, por circunstâncias ocasionais resultantes de excessivos calores, insubsistentes, portanto, em anos normais. Ter-se-ia, além disso verificado sem prévia anuência das autoridades civil e eclesiástica. O exemplo de Lisboa, invocado por algumas pessoas como argumento a favor da transferência para depois de meio da tarde, considera-o de somenos importância, pois não constituia norma a acatar, por qualquer título, e parecer-lhe-ia, porventura, um servil indício de imitação, deprimente para os seus pundonorosos sentimentos de independência. O dr. PEREIRA BILHANO, conforme se verifica na segunda das cartas adiante transcritas, rebate a argumentação da Câmara, ponto por ponto, mas, segundo tudo leva a supor, não logrou demover a obstinada vereação. Apenas lhe não ocorreu observar que se esquecera a Câmara desta vez — e desta com inteira verdade — de se premunir do assentimento das autoridades civil e eclesiástica ou de, ao menos, ter a cortesia de lho comunicar com antecedência bastante.

Os sinais de discordância não ficaram ainda por aqui.

Também o governador civil do distrito, ao acusar a recepção do convite do vice-presidente do município, lhe fez sentir os inconvenientes de o desfile da procissão ser marcado para antes das quatro horas. A Câmara perseverou na sua intransigência, apesar mesmo da opinião e do desejo do chefe do distrito. Era uma teimosia inabalável, fechada a todas as razões, resistente a todas as influências e tentativas de persuasão. O governador civil não se conformou com a incompreensiva contumácia da edilidade e, quanto a si, porque não tinha a temer quaisquer consequências do género daquelas que haviam atingido ainda no princípio do século o juiz-almotacé, resolveu fàcilmente a desinteligência. No próprio dia da festividade do Corpus Christi, comunicou à Câmara que, por afazeres do seu cargo, não podia assistir à missa solene nem acompanhar a procissão. Esta, porém, pelo que permitem inferir os elementos de que disponho, saiu, e saiu mesmo à hora que a vereação tinha determinado.

No ano imediato, Basílio Mateus de Lima, de novo em exercício do cargo de vice-presidente da Câmara, reincidiu na pretensão de fazer sair a procissão logo após a missa. A reacção deve ter tomado dessa vez maior latitude porque a vereação, apesar de ter anuido unanimemente a essa proposta, reconsiderou oito dias depois, e anulou a decisão que nesse sentido tomara. A razão e o bom senso acabaram, assim, por triunfar e impor-se ao próprio causador deste incidente, o qual, certamente, apenas andaria movido pelo intuito acanhado de reatar uma tradição, desaconselhada por evidentes motivos, e que só teria justificação no gosto de manter inalteráveis os rotineiros costumes.

Seguem-se as duas cartas inéditas do Arcebispo Bilhano.

I

Illmo Sñr. — Acabo de receber o officio de V. S.ª do 1.º deste mes que diz respeito à festividade de Corpus Christi que deve celebrar-se no dia 4, declarando que a porcissão daquella solemnidade deve ter lugar em seguida à celebração da Missa.

Surprehendeu me esta parcipação, (sic) porque à annos que a porcissão do Corpus Christi em vista do m.^to ponderosos motivos, que é escuzado agora expender e atendendo ao que a semelhante respeito se pratica principalmente na Capital da Monarchia, de combinação com a Autoridade Superior do Distrito e a Eclesiastica do Bispado, foi resolvido, que se fisesse sempre na tarde do dia da festividade pelas quatro horas.

Está assim em pratica e tenho dado nesse sentido as ordens convenientes na parte que me respeita, e não encontro motivo porque deva praticar se o contrario.

Deus Garde a V. S.ª. Aveiro 2.º de Junho de 1863.

Ill.mo Sñr. Vice Presidente da Camara Municipal desta Cidade
O Vigário Geral — Jose Antonio Pereira Bilhano

II

Ill.mo Sñr. — Accuso a recepção do oficio de V. S.a datado de hoje. E permita me V. S.a responder lhe que não é exacto o que diz no mesmo officio «que a transferencia da porcissão do Corpo de Deus para de tarde fora feita pela Camara Municipal sem o concurso do voto das Authoridades Civil e Eclesiastica» = porquanto fui eu q. em 1860 tomei a iniciativa neste negocio, de que dei conhecimento ao Ex.mo Governador Civil do Distrito, o qual aprovou o meu pensamento, e encarregou-se de assim o participar à Ill.ma Camara deste Concelho, como sei que partecipou, para que ella desse naquella conformidade as providencias que lhe competião.

Diz V. S.a que forão os excessivos calores o motivo da transferencia da porcissão. Seja — esse motivo continua, deve continuar a alteração, que se fez.

E não era dos pouco fortes, porque nesta porcissão já foi causa da morte de um ordinando de muitas esperanças, e a vida do homem não à preço que a pague, e eu não posso, nem devo obrigar o Clero a incommodos de tal natureza. Diz tambem V. S.a que o exemplo da capital não procede porque os usos da corte não é costume reflectirem nas provincias, sendo certo que em concelhos desta Diocese costumão ter lugar de manhaã as porcissões do Corpo de Deus, como acontece em Ilhavo. =

Devo dizer, que nunca vi dezatender as boas praticas e costumes da Capital, nem deixar de as aplicar nas terras das provincias, quando são de conveniencia e proveito; estamos neste caso — uma pratica tal nenhum homem de senso podera deixar de a ter como util e da maxima conveniencia, ella tende a evitar m.os prejuisos, e incomodos às pessoas principalmente q. devem assistir a porcissão, e é por isso que tem sido adotada em muitas terras do Reino; e o exemplo d'Ilhavo adduzido por V. S.a é contraproducente — porque ali à muitos annos que se usa o contrario; a porcissão de Corpus Christi faz-se de tarde, e eu sou disso testemunha presencial, porque assisto a essa festividade todos os annos. Entendo portanto que deve continuar o que se tem observado desde 1860. Deus Guarde a V. S.a Avr.o 2 de Junho de 1863.

Ill.mo Senhor Vice Presidente da Camara Municipal deste Concelho
O Vigario Geral — Jose Antonio Pereira Bilhano.

EDUARDO CERQUEIRA

MEMORIAS D'HUMA VIAGEM DE MACINHATA DO VOUGA A LISBOA E VOLTA, NO ANNO DE 1848

PARECE-NOS bastante interessante a descrição duma viagem feita a Lisboa, há um século, não só pelas dificuldades, morosidade, perigos e canseiras que ocasionava naquela época, mas também pelo seu, relativamente, minucioso relato, por vezes bastante elucidativo, sobretudo se o compararmos com a descrição de viagens recentemente feitas a países estrangeiros e que alguns jornais diários têm pretendido descrever.

O seu descritivo deixa transparecer uma cultura que não era vulgar naqueles velhos tempos, o que demonstra que a biblioteca que o seu autor possuía não tinha apenas efeitos decorativos, mas sim utilidade prática, e que a sua convivência com pessoas cultas e ilustradas como eram o Dr. Manuel da Fonseca Coelho (1); Dr. Manuel Pereira da Graça, médico muito distinto e a quem faremos referência em outra oportunidade; os frades do convento de Santo António de Serem; o primeiro visconde da Borralha — Francisco Caldeira Pinto Leitão de Albuquerque, etc., etc. — juntava o útil ao agradável.

*

«Parti da minha casa (2) em 20 de Agosto de 1848 em direcçaõ á Borralha (3) e dahi p.ª Valle de Estevaõ e no

(1) Natural de Macinhata do Vouga, onde nasceu em data que ignoramos e que morreu cerca do ano de 1831. Foi casado com D. Ana de Gusmão, da Casa de Castendo. Exerceu vários cargos de confiança dos governos desse tempo e dentre eles o de Corregedor de Ourem. Foi um dos mais ricos proprietários do concelho de Águeda. Não deixou descendentes.

(2) Carvalhal de Macinhata do Vouga.

(3) Solar do Visconde da Borralha.

dia 22 parti p.ª Coimbra com o Rev.do Prior de Avellãs de Cima, sua mana Maria Joanna, e nos fomos encontrar na estrada no sitio da Ponte da pedra defronte da Graciosa com o Rev.do Prior de Aguada de Cima e com o Ricardo, indo todos até Coimbra, e ahi se demorou esta companhia jantando todos, depois partiraõ aquelles p.ª o S. da Serra, ficando eu em casa do meo A.º o S.r J.e Jacintho, esperando pelos companheiros da viagem Rev.do Prior de Sôsa, e Antonio Augusto, chegando logo aquelle, dando parte da chegada d'este no dia seg.te ao meio dia.

Tratamos de ajustar logo cavalgaduras, ja faladas pelo S.r J.e Jacintho, e justas cada huma por 7200, com a obrigaçaõ do arrieiro nos dar de comer. Logo tratamos de paſsear, e ver os romeiros do S. da Serra, recolhendo-nos á hospedaria da Portagem, onde vieraõ ter os A.os Priores com sua mana e Ricardo onde este encontrou sua aflita mana Delfina já melhorada, paſseamos todos até á feira de S.ta Clara, feira de S. Bartholomeo, e até á Universi.de ...recolhidos todos á hospedaria, tendo visto jogar o bilhar, ceamos todos: O A.º Reitor de Sôsa e eu fomos generosame.te tratados por aquelles Senhores, naõ querendo que nós pagaſsemos p.ª a cêa.

Despedidos nós à noite fomos p.ª o noſso quarto, e no dia seg.te 24 partimos ás 4 oras da manhã por S.ta Clara paſsamos por Sernache e fomos almoçar a Condeixa.

CONDEIXA

Tem á intrada pela esquerda agua com a figura chamada o Calhedro (?) e deste lado tem duas insignes arvores chamadas ogreiros (?): mais adeante está a casa do Ramos, boa casa e quinta, tem mais algumas casas boas e outras queimadas pelos Franceses, como as que saõ hoje do Antonio Maximo de Vagos, ahi encontramos o Bispo de Vizeu vindo de Lisboa, e que se demorou em casa de Jeronimo Dias (?) antigos amigos.

REDINHA

He bem boa terra com abundancia de agua á entrada.

POMBAL

Nesta Villa jantamos; tem hum castello á esquerda em hum alto, tem hum convento á direita e á esquerda está a capella da S.ª do Cardal (a) feita por D. Maria Trugaça e á

(a) Antigamente se chamava da S.ª de Jerusalem.

esquerda está o tal forno que cosia o bolo de 20 alqueires de trigo depois de ter queimado tres carros de lenha e este bolo dividia a misericordia pelos moradores da Villa, esta romaria era notavel por entrar no forno hum homem a compor o bolo estando o forno quente e não se queimava do q̃. faz mensaõ o Arquivo... junto ao castello está huma capella com duas torres: a saida de Pombal he bonita pelos arvoredos que tem, bem semelhantes aos da estrada nova de Aveiro p.ª Arada, e no fim dos arvoredos está á esquerda a fonte, onde o grande Marquez (b) conversava com seus A.os (amigos): neste dia fui ficar aos Machados pequena povoaçaõ antes de Leiria, donde sai no dia seg.te, pelas 2 oras da manhaã.

LEIRIA

Tem hum castello á direita, e na entrada tem grandes arvoredos com paſseio pelo meio á direita da estrada, com a sua Sé Episcopal bem bonita; foi fundada sobre as ruinas da antiga Callipo perto do rio Liz, foi tomada aos Mouros pelo fio da espada em 1125.

BATALHA

Esta grande obra, que não tem madeira, nem talha tem um prospecto admiravel á entrada onde se veem os 12 Apostolos e o P.e Eterno em sima com muitos Anjos... apresentando huma vista encantadora: Tem boa Igreja com a capella do instituidor D. Joaõ 1.º á direita com os tumulos de D. Joaõ 1.º, D. Duarte, D. Affonso 5.º e outros: ao simo desta Igreja está a casa q̃. fôra destinada para jazigo dos Reis onde se acham lavores em pedra com a maior perfeiçaõ, e pena foi não se acabar esta linda obra, andei por sima do convento vendo e observando tudo: parte d'este edificio foi queimado pelos Franceses: na sacristia vi dois capacêtes de ferro, e a espada com q̃. D. Joaõ 1.º deo a grande batalha de Aljubarrota contra os Hespanhoes em 14 de Agosto de 1385 no mesmo anno, em q̃. tinha sido aclamado em 6 de Abril; e em egual dia a batalha morreo em 1423: junto desta grande obra está a capella em q̃. D. Joaõ 1.º fez voto de alli fazer aquella obra, que depois foi feita pelo mestre Matheus q̃. fez grandes doações ao m.mo Convento de predios delle unidos.

(b) Morreo em 1782 em Pombal.

Nesta obra brilhou o primor da arte e he digna de se ver, pois q̃. nella tudo admira, como são vidros q̃. apresentaõ diversas e encantadoras vistas, e a entrada da porta principal.

Deixada a estrada real voltei p.ª a direita em direção a Aljubarrota onde vi em humã casa á direita pintada a pá com que a tal padeira (1) matou 7 Hespanhoes por ocasião da batalha de Aljubarrota em 24 de Agosto de 1385: nesta terra nos cançou hum cavallo, e desta terra até Alcobaça he huma descida de pefsima calçada.

ALCOBAÇA

Chegamos a esta Villa ao meio dia, onde jantamos depois de ter visto o convento cabeça da ordem de S. Bernardo, tendo em sima e em frente do convento o seo fundador D. Affonso Henriques sendo e elle m.mo o p.ro que com a enxada na maõ abrio alicerces, e levou hum sesto de terra ás costas em 2 de Fev.ro de 1148. Tem duas torres, grande Igreja com os tumulos de D. Affonso 2.º e 3.º, D. Pedro 1.º, D. Ignez sua m.er, D. Joaõ 2.º e outros: vi o altar da morte de S. Bernardo, o do S. dos Pafsos e muitos outros e me mostraram o altar em q̃. difse a p.ra mifsa o meo A.º Fr. Luis Pinto de saudosa memoria vi a casa dos Reis de Portugal até D. José, vi a coroaçaõ de D. Affonso Henriques pelo Papa e por S. Bernardo; neste real mosteiro viveo e foi Abbade o Cardeal D. Henrique que duas veses governou Portugal como regente, e depois foi Rei por morte de D. Sebastiaõ em 4 de Agosto de 1578; dista esta Villa de Lisboa 18 leguas: parte deste mosteiro foi queimado pelos Francezes, porem os frades reedificaraõ munto; mas em 1832 os constitucionaes com alguns estrangeiros acabáraõ de destruir: ha hum grande largo em frente da Igreja taõbem hum castello: tudo aqui era grandesa mas «campus ubi Troya fuit» a Villa he boa, ali se faz huma feira a 25, os habitantes lamentaõ a falta do convento, porq̃. d'ali eraõ sucorridos.

Esta Villa he atravefsada por um pequeno rio munto proveitoso á mesma Villa.

Partimos de Alcobaça ás 4 horas da tarde andando duas leguas por uma ribeira, que julguei naõ ter fim; a noite ao simo d'ella sem eu nem os companheiros sabermos a estrada d'aqui p.ª as Caldas, onde chegamos por 10 oras da noite com alguns sustos e receio de ladrões.

---

(1) Chamava-se Brites d'Almeida.

CALDAS DA RAINHA

Boa Villa distante d Lisboa = 14 leguas com grande largo e praça que he todos os dias abundante: tem hum banho respeitável e afseado d homens e mulheres = á entrada está hum repucho deitando agua sulfurosa por = 4 pequenas torneiras onde estão copos d varias medidas para serem distribuidos pelos doentes, e onde estava hum homem administrando isto; em frente do banho está um lindo pafseio com arvores p.ª pafsearem as aguas, ao pé do banho está o hospital, e a casa da guarda militar: o banho dos homens he m.to lindo, nasce dentro d'elle agua quente, tem duas bombas por onde se tira agua onde estavaõ dois homens promptos a tirar agua p.ª os doentes aproximassem a parte lesa: no banho estariaõ — 12 homens, entre estes hum celebre militar barbacêna. O banho tem afsentos de pedra, onde estavam os doentes afsentados, e d'ahi recolhiaõ p.ª huma casa vestirem-se, isto com todo o afseio. Tem boas hospedarias, mas caras, porq̃. por uma fraca cêa, mas bom almoço custou 1800.

OBIDOS

Tem dois castellos, he toda rodeada de muralhas munto altas, compridas, á entrada á direita tem huma linda capella chamada a S.ra da Pedra, e no fim tem um aqueduto de muntos arcos; de Obidos p.ª deante fracas terras, tudo saõ charnécas sem comodidades algumas até Torres.

TORRES VEDRAS

Esta Villa dista de Lisboa 7 leguas, perto d'esta está o convento do Varatojo q̃. não vi / tem hum castello sito em hum cabeço mui alto, que vi por dentro e por fora, e que não tem senaõ paredes; esta Villa tem = 4 freguesias, tem huma fonte pela p.te do Nascente feita no tempo dos Romanos com hum grande tanque, tem campos em hum baixo com 4 entradas todas por pontes, ou pontilhões; observei como foi o combate dado pelo Duque de Saldanha em 22 de Dezembro de 1846 entrando pela m.ma estrada por onde elle deo principio á sua acçaõ.

MAFRA

He huma Villa munto notável pelo grande edificio q̃ tem a que D. Joaõ 5.º [1] deo o seu principio em 16 de Novembro

---

[1] Morreo D. Joaõ 5.º em 31 de Julho de 1750.

de 1717, grande e sumptuosa obra distante de Lisboa — 6 leguas com 5200 portas e janellas: na sua fundaçaõ trabalharaõ dia-diariam.te por muitos anos 14000 pefsoas e a despesa semanal era de — 15000000 r.s.

Tem uma larga e comprida escada na frente da Igreja com hum grande largo, tem duas torres, e a cada huma vi pela parte d fora — 11 sinos; tem dois grandes torriões nas pontas; as torres tem conductores p.a os raios. À entrada da Igreja ha um cumprido corredor em travéz, onde estaõ muntos e grandes Santos feitos d marmore. A Igreja está no meio da grande obra, tem seis capellas de órgaõs.

Tem hum grande zimbório em munta altura ao lado esquerdo da Igreja, que dá m.ta vista a todo o edificio, contendo em roda huma grade de ferro; tem muntas tribunas Reaes: ahi ouvimos mifsa do P.e Marcos capellão e Esmoler mor de S. Magestade, q̃. ahi encontrei e a El-Rei com 3 filhos os mais velhos, o Duque de Saldanha vestido de casaca preta, a Rainha estava de vestido branco de manga curta e o Rei estava de casaco: ouvi boa musica e os musicos estavam vestidos no maior afseio tocando á mifsa, onde estava munta gente além do regimento-7 e alguma cavalaria e a companhia da familia Real; a Rainha he bastantemente gorda, naõ porem o marido, que he magro e alto, bem como os filhos.

Na entrada da Igreja estão columnas de munta altura e grofsura, q̃. admiraõ como fofsem p.a ali conduzidas e levantadas.

Esta Villa não he má, mas o terreno he árido e seco, a quinta he toda tapada d muro contando-3 leguas em redondo, a qual se avista em grande distancia indo d Torres, abrange esta tapada grandes montes e valles, e junto do muro andei mais de legua p.a chegar a Mafra, onde chegamos por 8 horas da manhãa no dia 27 de Agosto; neste dia pelas 3 horas da tarde pegou o fogo nos palheiros e cavalhariças Reaīs q̃. debrazou tudo com grande estrago, causando grande barulho, e fazendo tirar todo o trem e carruagens riaes a toda a preça p.a o meio daquelle grande terreiro, não se queimando bestas nem gente; foi hum espetacolo horroroso, tocando sinos e cornetas p.a acudirem o fogo, o m.mo Rei andava por sima dos telhados a dar providencias.

Parti d'esta Villa depois de 4 horas da tarde por boa estrada toda de calçáda, indo ficar ao lugar do Sabugo, onde dormi com os companheiros = «tabualitos» por estar tudo cheio de cavalaria n'esta terra.

No seg.te dia partimos cêdo pafsando por Béllas, já terra melhor com huma linda quinta de m.to arvoredo à direita que he do Marquez do m.mo nome, e continuando entramos em Bemfica q̃. parecia já cidade ficando á esquerda a quinta

das Larangeiras, que depois vimos, e fomos entrar em Lisboa (1) pelas portas de S. Sebastião indo-se recolher as bestas junto a S. Vicente de Fora e os viajantes a huma hospedaria no cáis d Santarem.

Recolhi a huma hospedaria no cáes de Santarem perto do palacio do Duque da Terceira e junto ao Terreiro do trigo, linda hospedaria, porq̃. d'ella se viaõ todas as embarcaçoes que estavaõ no Tejo e por elle paſsavaõ como os vapores... a agua lhe banhava as paredes, e ahi estive 4 dias; depois a instancias de A.^os^ paſsamos p.^a^ a rua dos Fanqueiros para o Hotel União Comercial de António Joaquim Crujo onde estive até ao dia 7 de 7.^bro^ munto bem tratado a = 360 por dia cama e mesa.

No p.^ro^ dia depois d dar descanço fomos ver a estatua equestre de El Rei D. José (nasceu a 6 de Maio de 1714, morreo em 1777), feita por Machado de Castro erécta em 6 (?) de Junho de 1775 na praça do comercio, a que hoje se chama a memoria no Terreiro do Paço, a casa da Alfandega grande, menisterios...

Fui com os meus companheiros ver Belém; vimos o Palacio Real com grande aſseio por dentro, bellos espelhos, lindo jardim em frente do Palacio, grande quinta com arvoredos, bons paſseios, com varias figuras, onde vi algumas aves como a aguia...

Depois fomos ver ahi perto o convento dos Jeronimos, coisa p.^a^ admirar tanto a Igreja como o estabelecim.^to^ que tem da educaçaõ da mocid.^e^ (hoje casa Pia) tem muntos meninos todos estavam vestidos de azul claro e da m.^ma^ côr são as camas muntas em grandes corredores, tem grande refeitorio, em huma sala estavaõ os Reis de Portugal em quadros e em hum só á entrada da porta estava D. Pedro e a rainha filha. Este convento foi feito por D. Manuel.

Na entrada do convento estava hum homem q̃. tinha dois livros, hum em q̃. aſsinavam todos os que ali entravaõ e outro era p.^a^ lhe escrever as reflecções q̃. alguem apontaſse em utilidade deste estabelecim.^to^, que munto me agradou.

Vi o Palacio da Ajuda grande obra, mas incompleta, tem huma grande escada de = 180 degraus, que parece um poço, m.^to^ direita; tem grandes salas, m.^tos^ paineis, onde ha hum com D. Joaõ 6.º e toda a Familia Real vindo do Brazil; ha outro painel com D. Joaõ 4.º sendo aclamado pela Nobresa, e povo e os Hespanhoes fugindo deixando Portugal: tem

(1) Foi fundada por Elisa neto de Noé amplificada por Ulifses e por ifso se chamou Ulifsipo com este nome mais antiga q̃. Roma 425 annos e como Elisea-220 annos mais antiga q̃. Ninive.

mais paineis e figuras abandonados e pelos cantos com pouco arranjo: este he o maior palacio que há em Portugal.

Perto d'este está o Palacio das Necessidades de cor avermelhada, mas lindo na sua frente.

ARCOS DAS AGUAS LIVRES

Teve o seo principio em 1729 pelo mestre M.el Maia e findou em 1748. Vi esta grande obra, na mãi da agua tem hum grande tanque alto com munta agua e olhando-se p.a o fundo faz respeito: a agua desce por huma cascata em grande altura. Este tanque he coberto de Abobada, tem por sima hum eirado ou terraço d'onde tem grande e boa vista: seguem-se os arcos em grande distancia, fui por dentro d'elles até o sitio da maior altura, e no mais alto arco que tem 214 pés de altura, bebi agua em sima d'elle e os meus companheiros, e d'aqui m.to bem se avistava Bellas e seos laranjais; depois retrocedemos e saimos fóra e paſsamos por baixo do maior arco, indo d'ahi ver o semiterio dos Praseres em hum grande largo de monte com muntos mausolêos ou tumulos com disticos, onde estavaõ a faser com grande extensaõ o do Duque de Palmela e ha ali muntos cyprestes.

O aqueducto das aguas he a melhor e mais proveitosa obra de Lisboa, q̄ D. Joaõ 5.º mandou fazer.

Vi o convento de S. Vicente de Fora, donde ha grande vista sobre a ci.de e Tejo, ahi ouvi miſsa do Patriarca Guilherme 1.º em 3 de 7.bro, vimos a Igreja com duas torres, a capella do Sant.mo tem humas portas de ferro m.to lindas, tem os tumulos Reaes ao simo da Igreja, o claustro he grande eas paredes vestidas de axulejos; foi fundado este convento por D. Affonso Henriques em 21 de Novembro de 1147; perto d'este convento está a sé, erecta em Patriarcal em 24 de Dezembro de 1711, e teve o seo p.ro cardial de jure a D. Thomaz de Alm.da em 1737.

Hum pouco mais abaixo está a capella de S.to Antonio à direita onde elle nasceo em 15 de Agosto de 1195.

Vi a historia natural, e livraria, onde vi hum peixe saido em Vianna que teria mais de 20 palmos de comprido e a groſsura seria de 10.

Vi o matadouro dos bois, e casa de arrobaçaõ, vi matar bois a portugueza, e à Judia, ou Marroquina em sitio separado por homem d'elles com faca sem bico, e saõ as reses degula-das, tem hum grande largo rodeado de alpendres com todos os arranjos precisos, o matador das reses tinge a maõ esquerda no sangue das m.mas isto he o matador Mouro.

Tem hoje novo matadouro.

Vi o Palacio do Marquez de Vianna ao Rato m.to aſseado e rico com boas pinturas, vi o fardam.to rico e ordinario dos

criados do trono, e vi acapella rica e afseada toda adamascada, onde elle manda fazer semana Santa e ahi vi muntos pafsaros.

Vi o Jardim de D. Pedro em huma altura immensa donde se vê o Pafseio Publico, e fica sobre o Palacio do Marquez de Castellomelhor: taõbem vi e estive dentro do Palacio do Marquez de Francos.

Vi o Theatro de D. Maria 1.ª ao Rocio coberto de asfalto com duas entradas; he munto lindo, e de bom gosto, ahi fui no dia 29 ver representar a peça=«O Alcaide de Faro» (1) boa peça com canto e dança e q̃ foi repetida — 15 vezes sempre com aplauso.

Taõbem vi o grande Theatro de S. Carlos, e andei por sima d'elle, e taõbem vi a linda, e rica Igreja de S. Rocke.

Vi a mesquita de hum Mouro ou Judêo sacerdote com humas grandes suices brancas, tinha a Biblia fechada, trez alampadas, e lume em hum copo g.re, e tinha outro apagado tinha no meio da casa hum altar coberto de damasco vermelho.

Vi o Hospital de S. José (fundado por D. Joaõ 2.º em 1477) cosinha, jardim, casas de aulas, e operações, vi esqueletos, varios abortos com 4 pés, 4 braços, duas cabeças: vi a caveira do Mattos Lobo, do Diogo Alves e seos socios.

Vi e pafsiei no Pafseio Publico, tem muitas arvores, e todo gradeado de ferro em roda.

Vi a praça da Figueira já com bonitas arvores, tinha m.tas frutas, mas caras, pecegos não m.to bons a 30 r.s cada hum, grande meloẽs e melancias.

Vi o Castello de S. Jorge m.to afseado e com arvores, as peças estavaõ em roda da muralha e d'ahi ha grande vista sobre a Cid.e e Tejo, e tem lindas ruas com calçada de diversas côres.

Fui a Bemfica ver a quinta das Laranjeiras em 3 de 7.bro, onde vi o leaõ, e leôa, a onça, o lôvo marinho... duas segonhas, com pernas m.to altas, dois patos g.res e outras áves como a aguia... vi 3 porcos hum branco, outro preto, e hum mais pequenito taõbem preto: tem hum laberinto onde está huma especie de guardaçol com muntos carreiros por onde a gente se perde, tem ahi huma boa casa, e junto a ella hum theatro, e fundições de gaz, e ahi um tanque e ha mais hum lago com huma ponte por sima, e tem hum bóte no lago: tem muntas arvores, he arido, e toda a quinta morada com grade de ferro em sima do muro, nenhuma arvore de fruto tinha, nem horta alguma, tinha hum lindo portão de ferro na entrada com duas especies de torriões.

---

(1) Faro, ou Toro?

Ahi perto está o Palacio em que reside a Sr.[ra] D. Isabel Maria.

Fui ver o meo patricio Desembargador Bastos (antigo Intendente G. da Policia) que morava a S.[ta] Isabel, e indo p.[a] lá pafsei junto da casa do Conde das Antas, e no m.[mo] dia vi a casa dos Giraldes na quinta dos Cyprestes; taõbem fui a S. Bento onde se fazem as cortes.

Lisboa se chamou Elifsoa por ser fundada por Elisa neto de Noé, foi amplificada por Ulifses, e por isso se chamou Olissipo, emquanto Elisea he 220 anos mais antiga q̃. Niniv capital dos Afsirios, emquanto Olyssipo he 425 annos mais antiga que Roma.

Fui a Aldeagallega do Riba Tejo por agua — 3 leguas, estive em casa de Ant.[o] dos S.[tos] Callado, onde vi 18 pipas de azeite em 6 pótes de barro, comprou o anno passado 6000 porcos, teve inumeros porcos não fallando em pás e presuntos — 4000 arrobas de carne, e ainda então q.[do] lá estive em 4 de 7.[bro] tinha 2678 arrobas, e tinha panellas de unto de pingue — 608 arrobas: mataõ-se ordinariam.[te] em Aldẽa gallega por dia — 600 porcos no tempo das matanças: havia lá outro negociante que tinha feito — 5.000 arrobas de carne.

Esta Villa he boa m.[to] semelhante a Ilhavo, tem hum lindo cáes, onde estaõ as falúas com hum canal p.[a] se embarcarem os porcos q̃ veem do Alemtejo p.[a] Lisboa, andava n'esta Villa hum homem dando agua em hum carro ás canadas por hum tanto, isto por arrematação; tem marinhas de sal e grande negocio em porcos do Alentejo p.[a] Lisboa; fica-lhe ao sul a Villa da Mouta, e entre estas duas Villas, fica Sarilhos Grandes com huma linda Igreja em hum campo; as roupas vaõ lavar-se na distancia de uma legua.

Fui de Aldeagallega a Setubal em direcçaõ a Palmella 3 leguas de charneca por montes sem povo até Palmella, edificada em hum cabeço com hum castello, que se vê de Lisboa 6 leguas distante munto alto, e junto ou dentro d'elle está hum convento da ordem de Christo ou antes de S. Thiago feito no tempo de ElRei D. Diniz (morreo em 7 de Jan.[ro] de 1325), e d'aqui p.[a] Setubal he huma legua a descer, e se vê Setubal, indo por entre boas quintas e laranjais: á entrada tem hum grande largo, onde chamaõ S.[o] do Bom Fim, onde está huma capella, tem hum aqueducto por esta estrada. Setubal tem 15200 habitantes em — 5 freguesias; tem huma praça no largo chamado o Çapal, tem hum grande cáes com muntas embarcações no mar, e outras se estavaõ fazendo e compondo, tem hum grande largo entre as casas da Villa e o cáes em grande comprimento, não podendo ver-se bem as embarcações por causa de huma dença nevoa sobre o mar. Nesta Villa matou D. João 2.[o] o seo primo Duque de Vizeu ás punha-

ladas em 23 de Agosto de 1484. Tem bom vinho em especial o moscatel, mas a — 120 o q.tro — 480 a canada. Depois de vista a Villa e suas ruas estreitas, e pouco decentes, observamos o forte onde esteve o Conde de Vinhaes combatendo do alto de hum cabeço; depois jantamos do q̃ nos levaraõ — 1300, e voltamos p.a Aldeagallega onde chegamos já de noite, e tivemos pequena demora partindo de noite p.a Lisboa.

Tratada a viagem por vapor intramos n'elle no dia 7 de 7.bro por 8 horas da manhaã e na saida concluimos aboa vista de Lisboa observada do vapor, indo este ainda manço e agradável; porem depois que deixamos a torre de S. Juliaõ á direita, e a do Bugio á esquerda entramos no mar algum tanto agitado, e começou este cavalinho com as suas tremuras a meio galope e galope inteiro fez com que todos tomaſsem o seo lugar = et temerunt omnes = paſsando em frente de Peniche que nos ficava à direita notei as Berlengas, que saõ huns penêdos no meio do mar q̃ admiraõ e ficaõ na esquerda.

No dia 8 por 9 horas entramos na Barra do Porto, e feitas as revistas, e vistos paſsaportes saimos com bagagem p.a a estalagem Real, onde depois de dar descanço e jantar (porq̃. no espaço de 26 horas q̃. estive no vapor nada comi nem bebi) tratamos de paſsear de tarde, indo a S. Lazaro ver o jardim, do que gostei pelo aſseio em que está, contendo alguma pequenas laranjeiras, flores... depois fomos á rua das Flores e outras mais: tratamos de ajustar cavalgaduras p.a Albergaria a = 2400 cada huma e partimos no dia seg.te paſsando pela ponte nova q̃. ainda naõ tinha visto, e da qual gostei, viemos descançar a Oliveira onde tivemos fraco jantar só sardinha e pouca, e nem mais havia. Viemos todos até Albergaria onde ficaraõ os dois companheiros d'ahi, e eu o meo A.o Pimentel viemos até Serem onde elle ficou, e eu atraveſsando o rio Vouga me dirigi a minha casa com saude, e gosando d'este bem achei a minha saudosa familia sem me esperar taõbem. Diſse».

Em 6 de Outubro de 1848.

José Bap.ta d'Oliveira

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

A «REPRESENTAÇÃO APROVADA NO COMÍCIO QUE EM 3 DE ABRIL DE 1893 SE REALIZOU NA CIDADE DE AVEIRO COM O FIM DE PEDIR O ESTABELECIMENTO DE UM SERVIÇO DE DRAGAGENS NA RIA DA MESMA CIDADE»

O ESTUDO que por intermédio do Arquivo do Distrito de Aveiro *de novo se oferece, nas páginas que seguem, à curiosidade dos estudiosos e à meditação de quem tem a seu cargo a responsabilidade da orientação dos problemas económicos da Região, é mais uma das grandes raridades da bibliografia aveirense que vimos reeditando em homenagem ao Distrito.*

Tão desconhecido que nem em citação meramente bibliográfica nos poucos escritores que a estudos desta natureza têm aplicado a sua atenção ele se encontra, constitui, não obstante, o mais ponderado relatório dos problemas capitais da Região em função da Ria, e não apenas em relação ao tempo em que foi escrito — 1893.

De facto, elaborado sobre perfeito conhecimento técnico da Região e do complexo jogo de forças naturais que a domina e incessantemente transforma, as causas da progressiva ruína da Ria aí se encontram delineadas, e previstas as suas consequências para a economia da Região. Hoje, como há 55 anos, o problema é o mesmo, e iguais também as linhas gerais do plano a pôr em prática para contrariar a assustadora marcha do mal.

Se deplorável *era o estado em que se encontrava a Ria em 1893, no dizer da* Representação *que aos Poderes Públicos angustiosamente se dirigia,* deplorável *o é igualmente na actualidade, agravado mesmo em relação àquela data pela forma e nas proporções que à comezinha observação de todos claramente se apresentam.*

O assoreamento da Ria domina a Região com a fatalidade do inevitável; várias causas para ele concorrem: os desgastes arrastados pelo Vouga e mais cursos de agua, as areias das dunas que os ventos incessantemente projectam na laguna, e as que a acção avassaladora das marés introduz na Ria através da barra.

Decaimento das pescarias no estuário, progressiva escassez de moliços, dificuldade de obter águas com o grau de salinidade indispensável ao fabrico de sal em boas condições, inconvenientes de gravidade para a saúde pública pela falta de movimentação das águas, são as naturais consequências do progressivo assoreamento, evidenciadas em 1893 e mantidas e agravadas até nossos dias.

A moção aprovada no comício público realizado em 3 de Abril daquele ano para se pedirem providências ao Governo propunha, como meio de sustar o gravíssimo progresso de tamanho mal, o estabelecimento dum serviço metódico de dragagens na Ria e exaltava a arborização intensa das margens e dunas.

São as soluções clássicas, então como agora, e ambas largamente compensadas pela riqueza a que dão lugar, quer pelo estabelecimento de valiosas matas, bem exemplificada no modelar revestimento das dunas e gândaras de Mira à Gafanha, quer pela adaptação dos areais à cultura cerealífera mediante a correcção do solo por meio dos lodos e dos moliços, fonte da prosperidade das Gafanhas que todos conhecemos, quer, ainda, pelo fomento das indústrias da pesca, de produtos químicos, de conservas de peixe, de criação de gados e seus naturais derivados, não falando já na maior facilidade de comunicações, barateamento de transportes fluviais, e fomento turístico, muito para considerar.

O problema tem perfeita actualidade e o programa proposto necessita apenas de adaptação ao preçário de agora e aos novos processos de trabalho e de transporte que o progresso técnico tem introduzido de então para cá.

O resultado prático compensará largamente, em serviço valioso prestado ao esclarecimento do mais cruciante dos problemas locais, o tempo dispendido na elaboração dos novos cálculos e na planificação total do programa para agora.

Quando, porém, assim não fosse, ainda esta reimpressão e a consequente revisão do problema se justificavam plenamente como verificação dos honestíssimos processos de estudo e de trabalho, de dedicação inteligente e criadora, dessa gloriosa geração aveirense do final do século passado, a que já noutro lugar prestámos a nossa homenagem de absoluto respeito e de incondicional admiração [1].

Não ocorreu talvez ainda aos aveirenses de hoje a realização duma grandiosa sessão pública onde o esboço da história local desde 1850 até à actualidade fosse apresentado nas suas linhas gerais, para seguidamente se fazer desfilar, em evocação pormenorizada, essa gloriosa teoria *de estudiosos e de realizadores a quem a cidade de hoje tudo deve, como dedicadíssimos percursores que foram das efectivações actuais, dignas de absoluta consideração.*

Não desejamos citar nomes; mas sem dificuldade se recrutariam ainda em Aveiro pessoas de incontestável prestígio e de provada capacidade realizadora que directamente conheceram essa grande geração, em número suficiente para entre si repartirem a grata tarefa dessa memorável sessão evocativa e resgatadora da triste e feia indiferença em que tudo hoje em dia — homens e coisas, instituições e acções, que brilharam e foram grandes — está caindo e se vai apagando.

O Arquivo do Distrito de Aveiro *daria lealmente todo o apoio à realização de tal homenagem e colocaria a sua organização ao serviço duma comissão que se dispusesse a corporizá-la, como indispensável se tornaria.*

As páginas da Representação *que se seguem apareceram em público sem nome expresso de autor e ùnicamente como produto do comício onde o problema pùblicamente se debateu* [2]. *Assinam-as o Presidente da Mesa,* Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti, *e os dois Secretários,* Edmundo de Magalhães Machado *e* José Maria de Melo de Matos.

Qualquer destes dois últimos as poderia ter escrito, que lhes não faltava capacidade nem dedicação à terra; terão sido até, possìvelmente, obra comum; certas formas de expressão, porém, a especialização do Engenheiro Melo de Matos, e o facto de ter sido este quem ofereceu, em dedicatória toda de seu punho, e em nome da Comissão promotora do Comício, *o exemplar (hoje propriedade*

---

(1) No prefácio da reimpressão que em 1947 fizemos da *Exposição alusiva à Ria de Aveiro,* do Engenheiro MELO DE MATOS (sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro;* Coimbra, 1947; 24 págs.).

(2) Aveiro, s. tip., 1893; 11 págs. 326 × 232 mm

nossa) destinado ao Governador civil à data, Visconde de Balsemão, inclinam-nos a atribuir, de preferência, ao último signatário, a autoria da Representação *tal como apareceu em público; lealmente sujeitamos, todavia, esta atribuição à correcção de quem disponha de elementos mais decisivos para a elaboração do definitivo verbete bibliográfico e para a outorga da autoria deste notabilíssimo projecto de valorização regional que importa ter sempre presente a quem se proponha interferir na orientação da economia da vasta zona dominada pela Ria de Aveiro.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL

REPRESENTAÇÃO APROVADA NO COMÍCIO QUE EM 3 DE ABRIL DE 1893 SE REALIZOU NA CIDADE DE AVEIRO COM O FIM DE PEDIR O ESTABELECIMENTO DE UM SERVIÇO DE DRAGAGENS NA RIA DA MESMA CIDADE

SENHOR!

EM nome de muitos cidadãos reunidos no dia de hoje num grande comício na cidade de Aveiro no exercício de um direito que lhes faculta a Constituição do Estado e cônscios de que cumprem um dever concorrendo, no modo como procedem, para o bem e o progresso do País, os abaixo assinados, presidente e secretários da mesa do mesmo comício, vêm respeitosamente sûbmeter ao alto critério de Vossa Majestade a exposição do estado deplorável em que se encontra a grande superfície alagada que se chama a Ria de Aveiro.

É uma grande área deste distrito constituída por solo de aluvião recente e quem observar a carta geológica desta parte do País sem esforço concluirá que outrora os 50:150 hectares de terrenos de formação recente foram ocupados por uma grande baía que a acção geológica das correntes marítimas e das vagas pouco e pouco separou do Oceano por meio da extensa linha de dunas que vai desde o sul do ribeiro da Granja até às proximidades do norte do Cabo Mondego. Assim ficou rectificada a linha geral da costa e o aparelho litoral, formado pelo mar, ofereceu um ponto de apoio aos carrejos arrastados pelos rios e torrentes, que derramavam as suas águas nesta anfratuosidade da costa, colmatando e enateirando desta maneira a enorme superfície das águas,

que nesse tempo mal poderia distinguir-se da imensidade do Atlântico; porque decerto as areias, que mais tarde haviam de constituir as dunas, traíam apenas a sua existência pela arrebentação das vagas. Em suma, o Oceano juntou à superfície do País aquela orla já mencionada de 50:150 hectares; mas tendo que continuar a vasar-se no mar as águas que carrejavam e continuam ainda hoje a transportar os detritos, com que se constitui o solo desta região, começaram então de formar-se os deltas nas fozes dos rios que desaguavam na já aludida baía ou anfratuosidade do litoral e portanto a originarem-se desvios nas trajectórias das correntes, amortecendo-se-lhes as velocidades de vasão e originando-se represamentos de águas, que alagavam os campos marginais. Assim, por cima do tufo calcáreo que forma o subsolo desta região foram elevando-se gradualmente terrenos, cuja origem recente se justifica ainda pela quase ausência de fósseis.

Não parou contudo aí o trabalho das acções geológicas, pois ainda prossegue, devendo também acrescentar-se que predominando aqui os ventos mareiros, especialmente os do quadrante do noroeste, antes de atingirem a ria, eles encontram a linha das dunas já descrita e portanto assim arremessam muitos milhões de metros cúbicos de areia para os canais e terrenos alagados, que ocupam ainda hoje uma superfície de 6:270 hectares, medindo de norte a sul, desde Ovar até Mira, não menos de 50 quilómetros e servindo vinte e cinco freguesias, entre as quais se conta a da Murtosa que, sem contestação, é a mais populosa deste reino.

A duas causas de assoreamento está pois sujeita a ria de Aveiro. A contínua acção de transporte que determinam os rios e regatos do Carregal, Graça, Luzes, Puxadouros, Senhora de Entre Águas, Doce, Bico, Jardim, Antuã, Vouga, Rio Tinto, Palhal, Ribeiro, Pardelhas, Vilar e outros e o movimento das areias, que ocupam não menos de 29:480 hectares de terreno improdutivo e que, depois de arborizado e aplicado à cultura cerealífera, produziria resultados económicos verdadeiramente prodigiosos, como adiante se verá, sem contar que assim acabaria uma das causas mais sensíveis de empobrecimento desta ria e de tal modo importante que um distintíssimo engenheiro, que por largos anos exerceu aqui o lugar de director das Obras Públicas do distrito, o conselheiro Silvério Augusto Pereira da Silva, escreveu «A perda de fundo da Cale do Ouro, que corre paralela e junto à mesma duna até à barra pode reputar-se o médio por ano em $0^{m},032$ e a causa principal deste progressivo assoreamento é sem dúvida devida à proximidade de um semelhante areal, sem revestimento algum e do qual estão constantemente arrojando as areias para a ria os ventos reinantes, na direcção favorável a semelhante transporte».

Se a arborização das dunas atenua o assoreamento desta ria, outro tanto não sucede com o enlodamento determinado pelos rios, que nela desaguam. Só as dragagens podem eficazmente lutar contra esse fenómeno, cujos danos os abaixo assinados esperam mais adiante poder evidenciar, cumprindo ainda acrescentar que os lodos tirados da ria e espalhados sobre as areias e dunas do litoral conseguiriam, pelo poder fertilizante que se tem reconhecido naqueles que a lavoura tem empregado, conquistar para a agricultura pelo menos 7:370 hectares de terrenos que, além de serem agora sáfaros e improdutivos, constituem uma causa de ameaça permanente para esta região, sem contar que deixaria assim o Estado de neles gastar em plantações e sementeiras, como está projectado e seria indispensável fazer-se, a importante quantia de quatrocentos e quarenta e dois contos de reis, que, só passado grande lapso de tempo, compensaria o capital empregado; enquanto que, pela distribuição dos lodos sobre as dunas, em menos de dois anos aqueles terrenos estariam não só de posse de particulares, mas por eles cultivados, acrescentando a riqueza pública com a soma colossal de 7:554 contos de reis, como mais adiante se verá. A venda dos já referidos terrenos, depois de recobertos de lodos e portanto aptos para fertilíssima cultura, amplamente compensaria o Estado da despesa a fazer em dragagens na ria.

Demais, Senhor, sem procurar justificar as dragagens com as frases que na *Grande Encyclopédie*, actualmente em publicação, escreveu o Inspector Geral de Pontes e Calçadas M-C. LÉCHALAS, que afirma que se consegue fazer muito bom trabalho com engenhos que nem sempre representam um grande valor; sem ir buscar às lições do engenheiro LAROCHE na Escola nacional de Pontes e Calçadas de Paris a asserção de que *«há unanimidade de opiniões a respeito da necessidade de dragagens, acerca da sua eficácia em todos os casos, relativamente à facilidade que oferecem em seguir-se-lhes os resultados obtidos, em modificá-los quando seja precisa proporcionando-os aos interesses que devem ter-se em vista»*, sem ainda lembrar que, contando os juros e amortização dos capitais empregados, o inspector Eyriaud de Vergnes conseguiu realizar em Dunquerque dragagens, cujos preços variaram entre 37 e 54 centésimos de franco por metro cúbico ou sejam 67 a 96 reis com um transporte dos produtos da dragagem a cinco quilómetros, e que na foz do Danúbio e rectificação do braço de Soulina se efectuou um desmonte, na maior parte dragado, de 6.535:516 metros cúbicos; não podem os abaixo assinados deixar de valer-se da incontestada autoridade de um dos mais sábios membros do corpo de Engenheiros de Obras Públicas de Portugal e que, nesta corporação, em que não faltam ornamentos de subida ilustração, se

distingue entre os mais prestimosos, activos, experientes e sabedores, para evidenciar desta arte o pedido respeitoso de um serviço de dragagens para esta ria. De facto, o conselheiro ADOLFO FERREIRA DE LOUREIRO, no seu projecto do melhoramento do Porto de Macau, escreveu o seguinte:

«Hoje as dragagens consideram-se um serviço inerente a todos os portos, quer estas dragagens sejam exteriores para a diminuição das barras, muito especialmente quando são de areia, quer interiormente para a remoção dos depósitos e das vazas.

Não conheco porto algum em que este serviço não esteja hoje montado e conservado com todo o cuidado. Em Inglaterra há portos, que por assim dizer foram abertos só por meio das dragagens. No melhoramento do Clyde a criação do porto de Glasgow foi onde em 1824 se empregaram primeiro as dragas a vapor, e onde o rio e o porto foram todos abertos artificialmente por estas máquinas, que baixavam até 9^{m},5 de profundidade produzindo cada uma um trabalho de 200 m. c. por hora. Ainda hoje ali trabalham seis grandes dragas, que retiram do fundo um grande volume anual, que se calcula em 1:000:000 m. c.

No Tyne onde desde 1850 até hoje se dispenderam mais de 15:000 contos de reis no porto de New Castle, de North e South Shields, e em todos os outros daquele rio, têm sido obtidos notáveis melhoramentos à custa de imensas dragagens, que ainda hoje montam a muito perto de 1.000:000 m. c. por ano.

Passando a França, vê-se nos portos do norte, abertos em uma extensa costa de areia, que o serviço das dragagens está montado com toda a largueza, como em Boulogne, Dunquerque, Calais, etc., enquanto que em todos outros se mantém igual serviço, quer os portos sejam na costa marítima, como o de Cette, quer na foz de um rio, como o de Saint Nazaire e do Havre, quer no interior, como o de Rouen.

Na Holanda, não falando das dragagens do canal de Amsterdam, bastaria lembrar as da foz do Meuze que têm sido e são extraordinárias, sem contar as que foi mister fazer em Rotterdam.

As bocas do Danúbio e a rectificação e melhoramento da de Soulina, exigiram dragagens verdadeiramente excepcionais.

O canal de Suez empregou poderosíssimas máquinas de dragar e ainda hoje tanto no próprio canal, como em Port--Said e na entrada deste porto, trabalham constantemente fortes dragas, que fazem um serviço que se calcula superior a 1.000:000 m. c. por ano.

Nas Índias inglesas, em Bombaim, draga-se incessantemente o canal que dá acesso à grande Prince's Dock, sendo mister fazê-lo duas vezes no mesmo ano, tão consideráveis são os depósitos.

Em Colombo escava-se na areia o porto, que em grande parte é aberto artificialmente.

Em Calcutá recorre-se às mais poderosas máquinas de dragar e removem-se massas enormes de lodo, tanto para profundar o seu porto, como para abrir através do delta do Ganges, ou no interior das terras, largos e profundos canais de navegação e docas.

Nas possessões holandesas de Java as dragagens de vaza e de coral no porto de Batávia e no novo porto de Priok e as de coral e de areia no de Surabaya, são imensas.

No porto de Saigon, no mar da China, acabam os franceses de montar o serviço das dragagens.

Em Hong-Kong vai recorrer-se ao trabalho das dragas para remover alguns depósitos, que principiam a observar-se.

Na América, as dragagens efectuadas, e os aparelhos e máquinas enormes que para esse fim foram construídas, excedem tudo quanto a Europa tem realizado.

Emfim, *as dragas constituem hoje um material indispensável nos portos; e o seu serviço reputa-se impreterível.»*

Depois de tão abalisada opinião, aos abaixo assinados resta investigar se a importância desta região justifica o serviço que para ela pede o actual documento.

O valor médio da produção das pescarias computa-se aqui em mais de cem contos de reis e o dos vegetais aquáticos, conhecidos pelo nome de moliços, que se empregam no adubo dos terrenos marginais, é bastante valioso nestes sítios para tentar capitais que construíram uma linha férrea, de via de 1^m,0 de largura, numa extensão de cerca de 13 quilómetros, desde o Areão até Mira, contando a empresa exploradora aproximar esta linha do caminho de ferro da Beira Alta, junto da estação de Cantanhede, para o que necessitará prolongá-la numa extensão não inferior a 15 quilómetros e ainda a mesma empresa tem estudos adiantados para prolongar a via férrea cerca de uns 14 quilómetros, até ao local denominado a Costa Nova do Prado, junto à barra deste porto, contando-se sem dúvida com o contínuo e de cada vez mais pronunciado assoreamento do braço da ria, que vai até Mira e que permite que mercadorias pesadas, volumosas e de pouco valor se utilizem de um caminho de ferro, quando a poucos metros de distância e paralelamente existe, num desenvolvimento de mais de 25 quilómetros, um canal, em toda a sua extensão navegável ainda há poucos anos e hoje de tal maneira assoreado que junto à Vagueira, a 6 quilómetros

para o sul da Costa Nova do Prado, só em preamar de águas vivas é que passam os barcos com carga razoável e apenas em meia carga nas marés de quadratura.

Não é contudo só em peixes e moliços que se resume o rendimento desta ria; pois que aos 107 contos, que em média rende o peixe, e aos 196 contos de reis de valor mínimo de moliços, há que juntar não menos de 97 contos de reis em média, produzidos pelo sal e ainda uma grande cifra, que é difícil calcular por falta de dados estatísticos, referentes aos juncos, bajunças *(Juncus accutus)* e outras plantas que se dão nos terrenos alternadamente alagados e secos, e que constituem a matéria prima de fertilizantes e indispensáveis adubos agrícolas, não só para os concelhos ribeirinhos, como para alguns do interior. Mas os 400 contos que somam as três verbas acabadas de apontar, não limitam o valor que esta ubérrima região seria suscetível de produzir se por acaso não estivesse de há longos anos votada a um tal ostracismo, que o exemplo acima apontado, para caracterizar o assoreamento da ria na Vagueira, se topa em qualquer outro local que se examine.

Assim sucede que no ano passado entraram pela Barra desta cidade 3:013 toneladas de mercadorias que, na sua maior parte, não conseguiram chegar até junto do porto de desembarque, estacionando nas proximidades de S. Jacinto e das Duas Águas, de 4 a 6 quilómetros de Aveiro, os navios, que as transportaram, e aí mesmo se efectuou a carga de 8:337 toneladas de mercadorias que daqui foram exportadas. Ora entre os pontos indicados e Aveiro um barco não pode fazer mais que uma viagem diária, transportando em média uma carga de doze toneladas, e portanto sucedeu que no ano passado o comércio se viu obrigado a pagar mais de um conto de reis de fretes, absolutamente dispensáveis, se as embarcações viessem, como sucedia há menos de vinte anos, até junto dos cais da cidade.

Da mesma forma entre Aveiro e o Porto do Bóco, ao sul do braço da ria que passa por Ílhavo, há uma distância aproximada de 15 quilómetros, que só em marés de sizígias pode percorrer-se com barcos carregados; mas, ainda assim, exige esse curto trajecto duas preamares para passar nos baixios que há nas proximidades de Ílhavo e da Vista Alegre, e, como só por excepção há duas preamares com luz de dia, gastam-se quarenta e oito horas num barco que transporte mercadorias para a região da Bairrada e dali traga ou os vinhos ou a cal, que se emprega, não só nas construções do distrito, mas ainda no Porto e em muitas terras do norte. Demais, é o porto do Bóco que fornece a argila com que Ovar fabrica a louça de uso comum que se gasta em quase todo o norte, não só na beira-mar, mas ainda para o interior

e esse transporte, que é bastante importante para que diàriamente se contem pelo menos dez barcos à descarga no cais de Ovar, exige um lapso de tempo não inferior a noventa e seis horas, quando fàcilmente se conseguiria efectuá-lo em uma quarta parte daquele tempo e o mesmo sucederia com o trajecto entre Aveiro e aquele porto. Assim realizar-se-ia uma economia de 75 por cento do tempo gasto, o que arrastaria como imediata consequência, uma igual diminuição do preço dos fretes, cumprindo observar que muita cal e quase todo o vinho do concelho de Anadia preferem às embarcações o caminho de ferro ou as estradas ordinárias, evidenciando-se assim, ainda outra vez, o facto deveras singular que mercadorias, que deveriam escolher a via fluvial, preferem outros meios de comunicação, que se tornam mais baratos atento o deplorável estado de assoreamento desta ria e ainda com desproveito quase completo de cerca de 40 contos gastos na estrada distrital n.° 75 das Quintãs por Ouca à estação de Mogofores e estrada distrital n.° 73, via tão importante que, partindo das Quintãs, passando por Ouca e ramificando-se para Amoreira da Gandra, estação de Mogofores, Taboaço, Mesas, Covão do Lobo, Ancas e outras povoações, termina no porto do Bóco, que assim se torna a via natural para a vasão dos produtos do concelho de Anadia.

Ainda com risco de tornar enfadonha esta exposição, não podem os abaixo assinados deixar de levar ao conhecimento de Vossa Majestade que há próximo da freguesia de Canelas umas pedreiras de xisto cuja exploração teve que ser abandonada, pois que o esteiro que junto delas conduz, está de tal maneira assoreado que impossível se torna o tráfego por ele e numa região em que a maior parte das construções são feitas de madeira ou de adobos de cal e areia é digno de reparo o abandono de um material que, embora fosse talvez pouco apreciado noutras regiões, aqui seria vantajosamente empregado.

Do mesmo modo os canais que se denominam Cale da Carlota e Cale da Marta estão de tal maneira abandonados que bom número de barqueiros desta região os não conhece e em pouco tempo o mesmo sucederá com o esteiro de Sama; e contudo o primeiro e o segundo reduzem a metade o tempo a dispender no trajecto entre Estarreja, Murtosa e Aveiro e o terceiro é o caminho mais directo entre Aveiro e a Costa de S. Jacinto, tão importante pelas suas pescarias marítimas que aí sustenta desde já não menos de quatro companhas de pesca que dão trabalho a mais de 300 homens, pagando ainda no ano passado a quantia de 3:084$507 reis de imposto de pescado.

No local em que o rio Vouga desagua na ria, no sítio conhecido pelo nome de Boca do Rio Doce, o assoreamento

é de tal ordem que os barcos, que do norte seguem para Aveiro e os que, carregados de lenha e outros materiais, vêm de Águeda, S. Tiago, Angeja e demais portos fluviais em direcção à mesma cidade, precisam de aguardar maré para poderem seguir pelo canal de Bulhões; pois que, em vasante, correm o perigo de ser arrastados ao longo da Cale do Espinheiro e, ainda quando consigam governar, hão-de caminhar quase dois quilómetros, com a agravante de que, em um percurso relativamente longo, que seria substituído por um canal com trezentos metros o máximo, não podem utilizar-se do vento como motor senão em uma parte da sua trajectória, pois que na outra o terão pela proa.

À saída do porto da Ribeira de Ovar, um dos mais importantes desta região, pois que não menos de cinquenta barcos o demandam diàriamente, fazendo aí transacções que sobem a muitos contos de reis, no sítio do Cabo de Ovar os enlodamentos são de tal ordem que as fragatas construídas no cais da Ribeira e que daí são enviadas para o Tejo, onde se conhecem pelo nome de Varinas ou Ovarinas, só em marés de águas vivas conseguem passar quase vasias sobre o baixio, completando junto de S. Jacinto a carga de madeira, com que se fazem ao mar, em demanda de todos os portos compreendidos entre Peniche, Setúbal e muito nomeadamente o de Lisboa, onde ficam fazendo serviço.

Os abaixo assinados, respeitosamente entendem dever observar que a madeira, com que se carregam aquelas embarcações, provém quase toda das proximidades do local em que elas são construídas e portanto tem que pagar-se o transporte em separado da fragata e da carga que lhe é destinada, por isso que a falta de fundo da ria não consente que se proceda de um modo mais económico.

Ainda há pouco os abaixo assinados se referiram a um lugar desta região, conhecido pelo nome de Costa Nova do Prado, que fica a 3:350 metros para o sul da barra de Aveiro. Ali se encontram não menos de cinco companhas de pesca marítima e uma praia de banhos com mais de duzentas casas. Apesar, porém, da excelência da localidade, em tão favoráveis condições de beleza, que ali construiu uma casa José Estêvão Coelho de Magalhães, o maior tribuno do constitucionalismo português e de quem esta terra se envaidece de ser a pátria apesar de todas as vantagens da posição privilegiada da Costa Nova, pequeno é ali o desenvolvimento das construções, por que o esteiro do Oudinot, que comunica com segurança Aveiro com aquela praia, não oferece profundidade bastante para que por ele se transite em toda a maré.

Do mesmo modo o esteiro do Mourão está quase abandonado e contudo é ele que mais fàcilmente põe a ria em contacto com o apeadeiro de Avanca, que a Companhia Real

dos Caminhos de Ferro há poucos anos construiu para vantagem própria e comodidade dos povos de Pardilhó, Bunheiro, Avanca e outros, em cujas freguesias o censo de 1878 acusava uma população de 10:498 habitantes, devendo notar-se que o concelho a que pertencem estas freguesias, segundo o anuário estatístico de 1889, publicado no ano passado, mostra que o total dos nascimentos foi de 1:152 almas, isto é, mais 37 do que em 1888, e mais 77 do que em 1887, mais 4 do que em 1886. Com relação aos casamentos ali houve no dito ano de 1889 mais 10 do que no anterior, mais 1 do que em 1887 e mais 24 do que em 1886; e em 1889 deram-se 629 óbitos, isto é, menos 65 que no ano precedente, menos 34 do que em 1887 e menos 519 do que em 1886, sendo porém este, após os concelhos de Oliveira de Azeméis, Feira e Anadia, aquele que neste distrito deu maior contingente para a emigração, que continua crescendo; pois que já contou em 1889 mais 23 indivíduos do que em 1888, mais 38 do que em 1887 e mais 62 do que em 1886.

O esteiro de Estarreja também merece especial menção, pois que a sua foz, junto do Laranjo, está de tal modo assoriada, em resultado dos carrejos do rio Antuã, que os barcos por ali passam com dificuldade extrema em preamar e contudo é este esteiro o que mais próximo se encontra da linha do caminho de ferro e não pode tirar desta circunstância tão favorável o partido que devera esperar-se; porque sendo, em resultado das obras que ali fez o serviço hidráulico, praticável em todo o seu percurso, apenas na foz é que exige que se espere pelas preamares, tornando-se já difícil o trânsito nas de quadratura.

O esteiro de Esgueira também está assoreadíssimo na sua maior parte e os trabalhos que o governo de Vossa Majestade ali mandou executar ùltimamente a custo remedeiam numa via fluvial que merece especial atenção, por isso que o tráfego que por ali se faz anualmente não é inferior à quantia de 6:000$000 reis.

Embora pareça longa em demasia esta exposição do estado deplorável em que se encontra esta ria, não podem os abaixo assinados deixar, pelo menos, de enumerar entre dezenas de esteiros, todos mais ou menos inavegáveis: os do Gramato e Ceboleira, S. Roque, Dobadoura, S. Gonçalo, Fonte Nova, Pega, Afogada, S. Tiago, Corim, S. Pedro, Ourô, Sá, Redúzia, Maria Dias, Parda, Doutores, Mouroas, Castanhos, Cascais, Leivas, Moinho, Enguieira, Caixinhas, Romanos, Circea, Pinta, Moleira, Judenga, Cavalos, Novo, Teixugueiras, Aldeia, Mancão, Bulhas, Póvoa, Veiros, Vacas, Carregal, Cabeço das Pedras, Regateira, Palhas e Ilha, em que o enlodamento avulta de tal maneira que muitas marinhas difìcilmente fabricam o sal, pela falta do acesso das águas salgadas e tão grande difi-

culdade experimentam na remoção dele para o mercado que os proprietários se vêem obrigados a vendê-lo por quantidade muito sensìvelmente inferior à real, por isso que só assim tentam o comprador.

Em suma, Senhor, por esta exposição se conclui sem custo que a ria de Aveiro não só se encontra num estado lastimoso de inavegabilidade, com tão pronunciadas tendências a aumentar numa progressão assustadora, que não é exagero acrescentar-se que num futuro muito próximo ficará transformada em praia e portanto completamente inútil para o único fim de que é susceptível de utilização, mas também a este mal vem juntar-se iminente perigo para a saúde pública.

Com efeito, o represamento das águas já tornou endémicas em Vagos as febres intermitentes, e aí ocorreram em 1888 mais 16 óbitos do que em 1887 e em 1889 mais 5 do que em 1887 também. Nos campos de Estarreja e Veiros fazem aquelas febres muitas vítimas, sendo para lamentar que as estatísticas não designem especialmente aquela causa de mortalidade para se justificar que, sendo Estarreja um dos concelhos mais populosos deste distrito, possui contudo freguesias como Avanca que, pelo censo de 1864 contava 4:074 almas e em 1878 apenas possuía 3:921 e Veiros que em 1864 tinha 2:217 habitantes e em 1878 tão sòmente 2:290. Na primeira portanto, em 14 anos, a diferença para menos na população foi de 153 almas e na segunda, durante o mesmo lapso de tempo, o crescimento anual da população foi apenas de 5 pessoas. Na Marinha de Ovar não raro prostam as intermitentes aqueles que ali vivem e os tifos ali vitimaram no ano passado muitas pessoas, cumprindo notar que nesse concelho é constante o aumento de mortalidade por isso que em 1889 morreram mais 141 pessoas que em 1888 e mais 71 do que em 1887. O mesmo sucede no concelho de Ílhavo, em que houve em 1889 mais 16 óbitos do que no ano anterior, mais 45 do que em 1887 e mais 19 do que em 1886.

Apesar de se observar no concelho de Aveiro um decrescimento na mortalidade para os mesmos anos por isso que em 1889 ocorreram menos 61 defunções do que em 1888 e menos 2 do que em 1887, embora mais 23 do que em 1886, convém, ainda, por meio de dragagens, arredar do centro da cidade uma causa de insalubridade determinada pelo canal que separa as duas freguesias da Vera-Cruz e de Nossa Senhora da Glória. É nesse canal, que atravessa a cidade, que descarregam os colectores dela e ainda aí se vazam muitos canos de esgoto das casas que marginam o referido canal, pejando-o assim com imundícies que, em quase todas as baixas-mares e especialmente nas de Agosto, ficam a descoberto e sob a incidência directa dos raios solares, com grande perigo para a saúde pública e tanto maior actualmente quanto é para

supor que a epidemia do cólera asiático parece não só não abandonar a Europa mas até continuar as suas devastações em todos os países desta parte do mundo.

Não prosseguiriam os abaixo assinados na exposição dos danos que para esta região determina o assoreamento da ria, se não entendessem que calar os benefícios de um serviço de dragagens era acção indigna de povos que se comprazem em afirmar que sempre deram provas de civismo e portanto não devem, nesta hora em que o País carece de lançar mão de todos os recursos, que lhe oferece o seu quase inexplorado solo, deixar de ponderar diante de Vossa Majestade o quanto o bem de Portugal exige os trabalhos de dragagens aqui pedidos.

Há, como acima se disse, neste distrito e ainda no de Coimbra, uma vasta superfície de 29:480 hectares de areais e mèdões que agora nada produzem e que em menos de dois anos seriam susceptíveis de cultura se sobre eles se espalhassem os lodos da ria, tão fertilizantes como os moliços, que já transformaram em terras aráveis uma orla de trinta e três quilómetros de areias conquistando assim para a cultura cerealífera 1:625 hectares de terrenos improdutivos há cerca de meio século. Este trabalho colossal efectuado por beneméritos camponeses, quase na sua totalidade analfabetos e desajudados dos incentivos a que teriam direito incontestado, se não fosse quase desconhecido o seu rude, embora profícuo, labutar; pois que ainda muitas pessoas se contam neste distrito que viram a Gafanha árida e despida de vegetação, como a maior parte dos areais do litoral, este trabalho, Senhor, foi tão proveitoso que é a Gafanha talvez um dos lugares deste distrito em que haja mais ouro amoedado, sem contar que liberalmente fornece sustentação e trabalho a mais de oito mil pessoas sendo, por assim dizer, o celeiro e a horta dos cencelhos de Aveiro, de Ílhavo e ainda da maior parte do de Vagos.

Ora como o hectare de areal precisa de quinhentos metros cúbicos de vasa para correctivo, a fim de se tornar profìcuamente agricultável e imaginando que o metro cúbico de lodo dragado custe 100 reis, preço superior ao máximo obtido para dragagem e transporte pelo engenheiro de Vergnes acima referido, e mais 50 reis para a espalhação, cada hectare de terreno, apto para a cultura, ficaria por 75$000 reis.

Avaliando-se por outro lado em 800$000 reis o hectare de terreno igual ao da Gafanha, o que é para aquele lugar um preço inferior à realidade, e imaginando que apenas se cultive a quarta parte do areal já indicado, conforme acima se disse, criar-se-ia um capital de mais de 5:300 contos de reis e, sendo de supor que os cultivadores praticassem no resto das areias, como fazem na Gafanha, a cultura do pinheiro

marítimo, avaliando o hectare de pinhal em 100$000 reis, preço porque se não obtém aqui nem aquele que é mal ordenado; dentro de poucos anos, um terreno que nada produz terá atingido o valor de 7:554 contos de reis; enquanto que, se continuar na posse do Estado, que só o pode aplicar à silvicultura, ali terá o país que dispender com certeza mais de mil e quinhentos contos de reis, que só no fim de vinte anos, pelo menos, compensarão o capital gasto, que será o triplo daquele que aplicaria nas dragagens aqui pedidas e que empregado deste modo com a mesma verba presta dois serviços de primeira ordem: um à agricultura e outro à navegação.

Ainda nesta ria se contam em ilhas 1:711 hectares de terrenos invadidos pelas águas das marés. Aí poderia fazer-se a cultura em *polders* como na Holanda, aplicando nos diques os lodos argilosos da ria. Embora dessa aplicação resultasse uma perda de terras para a cultura hortense e cerealífera, atento o perfil a adoptar para esses diques, nem por isso se perderia o terreno; por isso que sobre aquelas vedações se disporiam pastagens, em que se criassem carneiros, como os *pré-salés* tão apreciados em França, e vacas como as da Holanda, desenvolvendo-se assim não só as indústrias dos laticínios, mas ainda a da engorda e criação dos gados; e desta maneira, calculando o valor do hectare de *polder* em 1:500$000 reis acrescentar-se-ia à riqueza pública pelo menos 855 contos de reis.

A melhor e mais fácil renovação das águas nesta ria ofereceria melhores condições mezológicas ao peixe, de maneira que os 6:270 hectares de canais e terrenos alagados, impróprios para a agricultura, mas aplicados à aquicultura, produziriam anualmente 1:881 toneladas de peixe, o que, ao preço médio de 150 reis por quilograma, atingiria a soma de 282:150$000 reis, isto é, mais de duas vezes e meia o que agora produz a ria em peixe.

Ainda um sem número de indústrias, tais como as fábricas de conservas alimentícias e de produtos químicos, poderia com vantagem estabelecer-se aqui, pois que a umas e outras a ria de Aveiro liberalmente forneceria a matéria prima para os seus trabalhos.

Julgam os abaixo assinados ter justificado amplamente o pedido que os fez reunir nesta cidade de Aveiro e portanto

Respeitosamente vêm perante Vossa Majestade solicitar que, em prol dos interesses não só do distrito mas do país inteiro, Haja por bem ordenar que sem demora se organize na ria de Aveiro o

serviço de dragagens que, a par do desenvolvimento do comércio, agricultura e indústria da região, conseguirá pôr termo às más condições higiénicas que já se notam com intensidade nalguns concelhos limítrofes da ria, criando por meio do mesmo serviço de dragagens a imensa riqueza acabada de indicar.

Aveiro, 3 de Abril de 1893.

E. R. M.

Presidente,

CASIMIRO BARRETO FERRAZ SACCHETTI

Secretários,

EDMUNDO DE MAGALHÃES MACHADO
JOSÉ MARIA DE MELO DE MATOS

INFORMAÇÃO PAROQUIAL DA FREGUESIA DA BEMPOSTA (hoje Pinheiro da Bemposta) DE 1758

RELAÇÃO DO QUE SE PERTENDE SABER. DESTA FREGUEZIA DA BEMPOSTA

1.° — Esta terra he da Provinçia da Beyra bayxa, Bispado de Coimbra, Comarca da Esgueyra, freguezia de Sam Payo da Villa da Bemposta.

2.° — He Donatario della o Ilustrissimo Marquez de Angeja, e lhe confirma as Justiças.

3.° — Tem a villa da Bemposta trinta e sinco fogos, o numero das pessoas mayores he de çento e seis, o dos menores he de quinze o dos auzentes des.

4.° — Está situada na planicie da estrada publica, por onde passa quem vem das Cidades de Lisboa e Coimbra, pera a do Porto, ou do Porto pera as tais Cidades, ou pera onde lhe importar descobre se da dita freguezia a Villa de Aveyro, que dista coatro legoas, tambem se descobre a villa de Estarreja as freguezias de Santiago, Mortuza, Veyros, Avanca, Loureiro, que são Igrejas do Bispado do Porto em distancia de duas e tres legoas para a parte do mar.

5.° — Esta freguezia he Cabeça de Conselho, e termo da Bemposta, cujo termo, e Conçelho consta de onze freguezias a saber Pardelhas, Santiais, Sam Martinho de Sal Reu, Canel-

las, Fermelam, Branca, Ribeyra de Fragoas, Palmaz, Travanca, Sancta Maria de Ul, Loureiro.

6.° — A Igreja Matriz ou Parochia esta a um lado do lugar do Pinheyro, o qual tem sesenta e dois fogos, o numero das pessoas mayores he de cento e noventa e tres, o dos menores vinte e tres, o dos Abzentes vinte e hum, tem a Parochia a villa da Bemposta com os referidos fogos pessoas maiores, menores, e abzentes ut supra no interregatorio terceyro. Tem tambem o lugar de Figueredo de Sima, que tem trinta e dous fogos, pessoas mayores noventa, menores dezanove abzentes seis. Tem o lugar de Figueredo de bayxo, que tem sinquoenta fogos, pessoas mayores çento e vinte e tres, menores vinte, abzentes onze. Tem tambem o lugar da Hermida, e Covais com vinte e sinco fogos, pessoas mayores oitenta e duas, menores catorze, abzentes nove. Tem tambem a Parochia o lugar de Thogilde com doze fogos, pessoas mayores trinta e sete, menores oito sem abzentes. Tem mais o lugar de Fonteschans com seis fogos, pessoas mayores quinze, menores sinco, abzentes dous.

7.° — A Igreja tem por Orago, ou Padroeyro o Ilustre e insigne Sam Payo, que está colocado na tribuna do Altar mor, na qual estão tambem as Immagens de Nossa Senhora dos Escravos, Sam Pedro ad vincula, e o gloriozo Patriarcha Sam Francisco, alem do Altar mor tem mais a Igreja coatro Altares pera a parte do Evangelho hum com a Immagem de Nossa Senhora do Rozario, em correspondençia deste pera a parte da Epistola tem outro altar com a Immagem de Nossa Senhora da Esperança. Abaixo delle da mesma parte otro Altar com a Immagem do Divino Spirito Sancto a Senhora Sancta Anna e Sam Sebastião, em correspondençia deste pera o otro lado otro Altar com a Imagem de Nosso Senhor Jezu Christo Crucuficado, he a Igreja de hũa só nave, tem só hũa Irmandade a que chamão das Almas com seus compromissos, e estatutos, e algũas mordomias sem elles.

8.° — O Parrocho he e domina sse Prior, e he Igreja da aprezentação de Sua Magestade que renderá com fructos certos e incertos noveçentos mil reis.

9.° — Não tem beneficiados.

10.° — Nem tambem tem Conventos.

11.° — Nem Hospital.

12.° — Nem caza da Mizericordia.

13.° — Tem a freguezia algũas Capellas, ou Hermidas, das quais se administra aos enfermos o Sacro Viatico, dentro da Villa da Bemposta ham duas Capellas hũa de Sam Sebastião que he da freguezia, onde vão terminar as provisois da Justiça que sahem da Igreja. Ha outra Capella da invocação de Sancto Antonio, que administra o capitão Mor João Pereyra de Mello Leytão da quinta do Pinheyro no seu dia se canta missa, fora da Villa da Bemposta ha outra Capella da invocação de Sam Thomé, cujos administradores são Marianna Alveres, Izabel Tavares viuvas da mesma Villa, e no dia do Sancto se canta hũa missa, e se dizem rezadas mais de sinco, pela alma dos instituidos. No lugar de Figueredo de baixo ha otra Capella da invocação de Sam Luiz, a qual he da freguezia, e nella se canta missa por devoção em os vinte e sinco do mes de Agosto.

Tem tambem a freguezia hũa Hermida da invocação de Nossa Senhora da Rybeyra por baixo do lugar dos Covais, em que se faz festa a dous de Fevereyro, e no segundo domingo de Mayo por devoção com concurso de povo.

14.° — Tem tambem a freguezia otra Capella no lugar do Curval da invocação de Sam Silvestre, em cujo dya vay da Igreja procissão e la se canta missa, ou as vezes se reza ao concurso do povo. que se ajuncta, e tambem a dita Capella vem procissão da Igreja da Branca, e he a modo de mercado, porque se vendem nabos, pão, vinho, castanhas, tremoços, e algũas alfayas rurais. Na quinta do Curval ha otra Capella da invocação de Sam João Baptista, que por indecente, e estar ameaçando ruina se não celebra, e está hoje possuidor da quinta e Capella hum filho de Gonçalo de Almeyda de Souza e Saa. Na quinta de Fonteschans ha otra Capella da invocação de Jesus Maria José, que paramentão, e administrão os Doutores Joze Cardozo da Cunha, Inoffre Teixeira de Almeida seus irmãos assistentes na mesma quinta, todos os Domingos e dias Sanctos ha sempre missa na dita Capella.

15.° — Os moradores desta freguezia, os frutos que recebem em mayor abundancia he milho e vinho verde, tambem semeão senteyo e painço.

16.° — Esta freguezia he Cabeça de Conçelho, ha nella dous juizes ordinarios, vereadores, Almotaceis não está sogeito a governo algum das Justiças, só sim se apellão as cauzas para a Overdoria de Angeja, e desta para a relação do Porto.

17.° — Está dito.

18.° — Nada ([1]).

19.° — Nada.

20.° — Não tem correo esta freguezia, só por elle passa o estafeta com os massos fechados na sexta feyra de manhãm, e volta do Porto no domingo de tarde, e algũas pessoas se valem do correo de Aveyro, que dista desta freguezia coatro legoas.

21.° — Nada.

22.° — Nada.

23.° — Nada.

24.° — Nada.

25.° — Nada.

26.° — No dia do terremoto não padeceu ruina algũa esta freguezia somente cahio o capitel da cruz que estava no frontespicio da Igreja, o qual era de pedra esquadria.

Pelo que toca a serra ([2]) não ha que se diga e pelo que toca ao Rio ([3]) digo somente que por esta freguezia corta e divide hum certo Rio, que tem o nome de Sitio por onde passa como he o campo do Rio, os Moinhos da Moura, a Minhoteyra, o ferrá, he incognito o seu nascimento, de inverno se engrossa com as chuvas, e com alguns regatos, que incorporão nelle, divide o Bispado de Coimbra do do Porto ficando o do Porto para a parte do ocidente, não he navegavel, porque he cingido de moinhos e assudes, nem no districto desta freguezia ha ponte algũa, corre com as muitas agoas arrebatado por inverno, e pelo verão parece regato que se passa a pé enxuto sobre pedra, que lhe servem de poyas vay findar a

---

([1]) No quesito deste número perguntava-se se havia «*memória de que florecessem, ou della sahissem, alguns homens insignes por virtudes, lettras ou armas*». Ora de tempos anteriores a 1758 alguns homens notáveis podiam apontar-se. Veja-se *Annaes do Municipio de Oliveira de Azemeis* (Porto, 1909), págs. 323-324.

([2]) Daqui até o fim, responde-se, em globo, aos quesitos relativos aos capítulos do questionário intitulados: «*O que se procura saber d'essa serra é o seguinte*» e «*O que se procura saber do rio d'essa terra é o seguinte*».

([3]) Trata-se do rio Antuã, que na freguesia do Pinheiro da Bemposta é conhecido pela designação de *rio da Minhoteira*. Acerca dele e do seu afluente *Ul*, leia-se o notável estudo que o Abade João Domingues Arede, nosso ilustre colaborador, publicou no *Arquivo* em 1944 (Vol. x, págs. 269-294).

sua corrente no Rio de Aveyro, o peixe que nelle se pesca são barbos, vogas e trutas nos mezes de Agosto, e Setembro, não ha lagares de azeite, nem noras, de alguns logares desta freguezia se avista o mar da direitura de Aveyro, athe alem da villa dovar, que farão sinco para seis legoas, e por elle se divizão na viagem navios, caravelas, patachos, e não se me offerece dizer cousa que mais relate. Rezidencia da Bemposta vinte e dous de Abril de mil setecentos e sincoenta e oito. — O Prior Domingos Leyte de Amarante. [*Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Dicionário Geográfico de Portugal* — Vol. 6, Folhas 667].

JOSÉ TAVARES

O CARTÓRIO DO MOSTEIRO DE AROUCA

(Continuado do vol. X, pág. 160)

Treslado authentico da Snnca da annexacão q̃ fes o Bp.º D. Fernando. L.º 2.º de Collacoens . . . . fl. 3

Protesto q̃ fes hũ procurador do Mostr.º contra Bto Roĩz q̃ tomou posse da Igr.ª de S. Mig.el por renuncia q̃ lhe fes Seu Pay Drte Roĩz em rezão destar Annexa ao Mostr.º anno de 1526. . . . . fl. 15

Instromto de posse q̃ tomou o Mostr.º da dita Igrª por falleCimento do dito Bto Roĩz por lhe estar Vnida no anno de 1554 — 8 de Junho . . . . fl. 21

Inibitoria q̃ Veyo de Braga p.ª Serem remetidos os autos q̃ Corrião Com Ant.º de Vos Em 9 de Junho de 1559 . . . fl. 23

Certidão de Como o Deão de Lam.º mandou por entredicto Neste Mostr.º por rezão da demanda que trazia Com An.to de Vascos anno de 1554 Em 26 . de Junho. . . . . . fl. 27

Tres instromtos de continuação da posse desta Igreja no mesmo anno de 1554—10 de Junho . . . . fl. 29

Appellaçaõ q̃ intrepos o Mostr.º do Deão de Lamº Como Juis App.Co mandar Meter de posse Ant.º de Vascos 13 . de Junho 1554 . . . . fl. 35

Treslado de huã carta tuitiua de El Rey D Joam 3.º p.ª o Mostr.º Ser conseruado na posse q̃ tinha tomado da dita Igrª em vertude da anexaçaõ 22 de Junho de 1554 . . . . fl. 37

Instrom.to pello qual o Mostrº impedio a posse q̃ queria tomãr Antonio de Vas.Cos 24 . de Junho de 1554 . . . . fl. 41

Instrom.to porq̃ Consta o Deaõ de Lamº Mandar declarar por excomungado o P.e Fr. An.to Confessor deste Mostr.º

por rasgar o Interdito q̃ Se tinha posto Na porta da Igr.ª do Mostr.º 2. de Julho de 1554 . . . . fl. 45

Snn.ca do Provizor de Braga Como Juis App.Co Contra An.to de Vas.cos pella qual Se julga por boa a anexaçaõ, e por nullos todos os procedim.tos fulminados a fauor do d.º Anto de v.os ano de 1555 Em 30 de M.co de 1555 . . . . fl. 49

Appellacaõ q̃ da dita Snn.Ca intrepos An.to de vas.Cos 1555 fl. 69

Concerto q̃ fes o Mostrº Com o d.º An.to de Vas.Cos em que elle dezestio de todas as appellacois e do dirto q̃ tinha a esta Igr.ª e Consentia na Snª do Prouizor de Braga Comtanto q̃ o Mostr.º e Seu aprezentado lhe dessem Cada anno 62 Cruzados e m.º — Em 16. de Julho de 1555 . . . . fl. 85

Carta q̃ Se passou do Iuizo da coroa de Lix.ª no anno de 1559 pª os Parrochos das Igras de S Miguel; Sta Eulalia, Villa cham, e de Fragoas não fazerem renuncias em 14. de Mayo fl. 89

Instrom.to da repartiçaõ dos Passaes de S. Miguel entre o Mostrº e o Abb.e no anno de 1559 — 16 de Nobr.º . . . . fl. 95

Tombo q̃ Se fes dos ditos Passais em 1640, 7 de Julho . fl. 97

Snn.Ca Contra o Procurador da Mitra Eppiscopal de Lam.º q̃ pertendia ficasse Vaga pro hac Viçe pello P.e Feitor ter tomado posse della o q̃ naõ prouou no anno de 1705 — aos 26. de Agosto . . . . fl. 101

Treslado das Bullas de Glo de Beça Vigro de Sam Miguel no anno de 1554 . . . . fl. 145

Posse q̃ tomou o Mostrº desta Igrª por fallecim.to do Vigario Bernardo Dias ano de 1636 — Aos 13 de Feuereiro . . . fl. 129

Outra posse da mesma Igrª por fallecim.to do Vig.ro Domingos Nug.ra anno de 1684 — 21. de Ag.to . . . . . fl. 137

Posse q̃ o Mostr.º tomou dos Passaes no anno de 1593 — 10 de Abril. . . . . fl. 133

Snn.Ca de Collacão e posse do R.do Brdo OZorio Coutinho no anno de 1705 — 5 de Nour.º . . . . fl. 109

Treslado do Contracto da troca q̃ queria fazer o dº Rdo Abb.e q̃ não teue effto . . . . fl. 125

Escriptura de obrigacão q̃ fizerão os freguezes de S. Miguel p.ª terem o Sacrario na capp.ª mor e Collocar nelle o S.mo E Se obrigarão a toda a fabrica Sem o Mostr.º Nem o Abb.e Serem obrigados a couza alguã anno de 1726. 24 de M.Co . . fl. 139

Colação, e auto de posse do R.do Abb.e Manoel Antonio da Guerra feita em 1764. Avulsa = Letra... B. Gav.ª 2.ª

IGREJA DO SALVADOR DE VARZEA DO VALLE DE AROUCA

MASSO 5.º DA GAVETA 2.ª

N.º 1 — Na Era de Cezar . *1154* q̃ Vem a Ser no anno de Nosso S.or Iezus Xp.º *1116* . fizeraõ os herdr.os da Igrª do Salvador da Varzea: ʃ. Toda Viegas, Soeyro Paes e Sua m.er Gontinha glz̃, P.º Pı̃z e Sua m.er Gilvira Viegas, e os f.os de g.Co Vasques e D. Mendo Nunes e os filhos de Gon.Co Dias. huã Doação da dª Igr.ª a Martinho Monis e Pelagio Paes pª elles e todos os maiz Conigos q̃ ahi abitassem e preseverassem debaixo da regra de S.to Ag.º, e alem disso a dita D. Toda lhe doou mais a dizima & Murtuaria de quintella, e chaue, e do cazal de S. Verissimo toda a Sua parte . perg.º

N.º 2 — D. Gon.co Bp.º de Lam.º Confirmou em Abbᵉ de Varzea P.º Fı̃z por aprez.am da Rª D Mafalda e o Convto *Era 1262.*

N.º 3 e 4 — D. Egas Bispo de Lamego confirmou em Abbade de Varzea Pedro Fr̃z por aprezentacam da Rainha D Mafalda Abb.ª e Conv.to *Era 1289.*

N.º 5 — D Ioão Bp.º de Lam.º por aprezentaçaõ deste Mostr.º Confirmou em Abb.ᵉ de Varzea a Ioaõ Piris na *Era de 1330.*

N.º 6 — Carta de El Rey D. Aff.º 3.º escrita a G.Co Mendes Seu Meirinho q̃ naõ Consinta q̃ Soeyro Nunes de Cambra q̃ pertendia ter quinhaõ no Padroado da dita Igrª e na de São Miguel, inquietassem ao Mostr.º no Padroado das ditas Igr.as *Era de 1297.*

N.º 7 — O Bispo de Lamego manda com pena de excomunhaõ Aos cabaços q̃ Se pertendem ter algum direito no Padroado da Igr.ª de Varzea, o vão alegar perante elle, e no entanto naõ facão forsa Nem violencia A este Mostr.º *Era 1299.*

N.º 8 — O Bispo D Egas emcomenda a Cura da dita Igr.ª a Pedro Frz̃ por aprezentacão deste Mostr.º

N.º 9 — Tresllado authentico de tres Confirmacoes e CollaCoens da dita Igr.ª por aprezentacoes do Mostr.º a 1.ª feita a Mar.to Durão na *Era de 1370* a 2ª feita a Simão Mı̃z — *Era 1394* A 3.ª a Pº Miz̃ na *Era de 1333.*

N.º 10 — Tresllado da Collacão fta a Marto Duram.

N.º 11 — Tresllado de hua carta Tuitiua de El Rey Dom Aff.º 4.º p.ª o Mostr.º Ser Conseruado na posse do Padroado da Igr.ª de Varzea, Contra o Bp.º *1379.*

N.º 12 — Instrom.to como Beringueira Frz̃ de Cambra e Sua Sobr.ª Sancha Corr.ª Monjas deste Mostr.º e Fr. Esteuão Bugalho tomarão posse da dita Igreia Com mta gente *Era 1379.*

N.º 13 — D Maria L.co de Porto Carr.º Abb.ª deste Mostr.º aprezentou na d.ª Igr.ª Ioaõ Apariso em *1412.*

N.º 14 — Instrom.to como hum procurador deste Mostr.º e Ioão D.es Seu aprezentado na d.ª Igr.ª partirão p.ª Roma Com hua appellaçaõ Contra Miguel Domingues aprezentado pelo Bp.º *Era 1379.*

N.º 15 — D. Manoel de Noronha confirmou Nesta Igr.ª por Vigr.º Fran.Co Mendes por aprezentação deste Mostr.º anno de *1569.*

Snn.ca de anexação desta Igrª, q̃ naõ Surtio effeito, Vai no titullo da de S. Miguel de Vrró.

N.º 16 — Intimação na duuida q̃ hauia Sobre esta Igr.ª, q̃ parecão as partes em Roma.

N.º 17 — Inhibitoria de Roma pʳ treslado.

N.º 21 — E o seu Original.

N.º 18 — Deu se por inhibido hũ dos Auditores da Rota.

N.os 19 e 20 — Bullas a fauor do Pe Gon.co Mendes Vigario da Varzea.

TITULLOS Q̃ ESTAÕ NO LIURO 2º DE COLLAÇOES TOCANTES A ESTA IGR.A DE VARZEA

Certidaõ do Liuro Censual de Lamego de q̃ Consta Ser esta Igrª da aprezentação do Mostr.º 25 de Novembro de 1600 fl. 147

Certidaõ de huã Snnca dada no anno de 1416 aos seis de Julho de como da dita Igr.ª Se pagaua a este Mostr.º dous Carnr^os e 20 Soldos de pão qdo Vinhão os Vizitadores de claraual . . . . fl. 149

Snnca e Sobre Snn.Ca do Iuizo da Coroa da Rão do Porto a fauor do P.e Dos Gomes aprezentado pelo Mostr.º q̃ o ordinario naõ queria Collar anno de *1627* . . . . fl. 151

Prouizaõ p.ª Ser requirido o Vigrº G.al de Lamº p.ª hir assistir ao assento — 24 de Novembro de *1627* . . . . . fl. 172

Snn.Ca e Certidão de como FranCo Aires Vigario de Varzea renunçiou em Dos Frz̃ de Beça q̃ foi collado e depois dezistio de tudo ano *1659* — Em 27 de Novembro de *1659* . fl. 174

Snnca App.Ca de tres conformes a fauor Deste Mostr.º e Seu aprezentado Andre de Almeida q̃ julga o Padroado in Solidum ao Mostr.º e por ella foi collado e tomou posse — 14 de Mayo de *1668*. . . . . fl. 196

Snn.ca de collação e posse do Vigr.º Fran.Co da Costa e Azeuedo no anno de *1718* 16 de Junho . . . . fl. 271

TITULLOS DA IGREJA DE S. PAYO DE FRAGOAS BISPADO DE LAMEGO E DOS OUTROS DIREITOS DA DITA TERRA

MASSO 6.º DA GAVETA 2.ª

N.º 1 — Doação q̃ fes a s.ra Rainha Dona Thereza May do S.or Rey Dom Affº Henriques a Garcia Garcias e Sua mulher Iilvira Mendes da terra de Fragoaz por Seus Lemites na *Era de 1166. (à margem:)* A propria foi p.ª as Confirmacoes G.ez no anno de 1773 e neste Lugar Se acha o Treslado.

N.º 2 — D Rodrigo Bp.º de Lamego na *era de 1364*. Confirmou em Abb.e de Fragoas Dos Mendes por aprezentacaõ deste Mostr.º

N.º 3 — Instromento Com o theor de huã Carta do Bp.º D Salvado q̃ declara tem Colado nesta Igr.ª Aff.º Monis por aprezentação da Abb.ª deste Mostrº, e o manda meter de posse na *Era de 1375*.

N.º 4 — Foi Collado na dita Igrª por aprezentacão deste Mostr.º Gonçalo Esteues na *Era de 1387*.

N.º 5 — D Gomes de Miranda Bispo de Lamego, e Prior de Saõ Marcos em Leão, Collou na dita Igrª Fernaõ Mĩz q̃ lhe foi aprezentado pella Abb.ª deste Mostrº a quem pertence o padroado in Solidum *1487*.

N.º 6 — Carta do D.r Eitor Vieira q̃ dis respto a este Padroado.

N.º 7 — Treslado authentico da Snn.ca de El Rey D. Affº 4.º Como a Iurdiçaõ do couto de Fragoas pertence a este Mostrº dada na *Era de 1373* *(à margem)*: No anno de 1773 Se remeteo p.ª as Confirmaçoes G.ez e ficou outra Copia.

N.º 8 — Prazo feito a Ioaõ Annes mor em Fraguas de huã Leira que chamão das Fontainhas no anno de 1430.

N.º 9 — Rol antigo das lugadas q̃ Se pagauão em Fragoas.

N.º 10 — Prazo feito a Ioão Migueis e sua mer de Fragoas do Campo q̃ chamão da Rigra anno de *1402*.

N.º 11 — Prazo do meyo cazal de Barrellas q̃ chamão da Palmra feito no anno de *1532*.

Inquerição antiga das lugadas q̃ Se pagauão No Con.co de Fragoas, Com hũ treslado, e disto nada Se paga porq̃ ja o Mostr.º demandou estes dir.tos e decahio pella prescricão — L.º 2º de Collações — Em 9. de M.co de *1743* . . . . . fl. 503

Treslado do Foral de Fragoas . . . . fl. 465

Tresllado de hũ Alvara del Rey q̃ declara Ser a jurdiçaõ Ciuel e Crime do Mostr.º . . . . fl. 463

Certidaõ Com o theor das Collaçoẽs antigas do Foral e Doação antiga de q̃ ja aSima Se fes clareza Lº 2.º de Colaçoes fl. 445

Posse q̃ tomou Fernão Mĩz aprezentado pello Mostrº na Igrª de Fragoas ano de *1487* Em 16 de Janr.º . . . . . . fl. 469

Tresllado da collaçaõ do Pe D.es Alz̃ Reitor de Fragoaz no anno de *1607* . . . . fl. 475

Snn.Ca do Bispo de Lamego dada no anno de *1640* q̃ julga a este Mostrº o Padroado — Em 21. de Abril de *1640* . fl. 484

Troca e collaçaõ feita a Manoel de Mor.es por Lic.ª deste Mostr.º no anno de *1652* . . . . fl. 493

Certidão de como o Reitor Mel de Mor.es falleceo em 8br.º de *1670* . . . . fl. 499

Foral de El Rey D. Manoel está Na gaveta 8.ª

Apegação antiga dos bens deste Con.Co e clareza das lugadas q̃ nelle Se pagauã, E em o ConCo de Moez esta no Caderno 7º Gaveta 8.ª

N.º 12 — Certidaõ do Foral de Fragoas por Certidaõ da Torre do Tombo.

N.º 13 — Snn.ª proferida depois do Edito Geral del Rey o S.r D. Aff.º 4.º e Alvara do S.r Rey D. Aff.º 5.º porque Se julgou ao Mostr.º a Jurisdiçaõ Civel e Crime da Villa de fragoas.

N.º 14 — Cartas do Ex.mo Bispo de Lam.º Dom M.el de Vasc.os Per.a escritas a Snr.ª Abb.ª a resp.to da Igr.ª de Barrellas.

N.º 15 — Certidaõ passada em *1628.* por Onde conste aprezentarem-se nas Confirm.es geraes os titullos de Fragoas.

N.º 16 — Collaçaõ do R.do Antonio Teixr.ª Rebello, Rector da Igr.ª de S. Plagio de Fragoas, por Apprezentaçaõ deste Mostr.º em 9 de Abril de *1811.* Gav.ª 2.ª Masso 6.º

TITULLOS DA IGREIA DE SANTA MARIA DE VILLA CHAM BISPADO DE COIMBRA

MASSO 7.º DA GAUETA 2.ª

N.º 1 — Collaçaõ feita a Martim Esteues em Reitor da Igrª de Santhiago de Treixomil Bp.do de Coimbra por aprezentaçaõ de D. Martim Gil Padroeiro da d.ª Igr.ª na *Era de 1327.*

N.º 2 — Snn.ca do D. Abb.e do Mostrº de São Martinho de Cucujaẽs Contra D.os Thome do Armental rendr.º da Igrª de Vª chaã Sobre a colheita q̃ della Se lhe deuia — *1406.*

N.º 3 — Snn.ca do D Abbe de Cucuiaens contra o Prior de V.ª cham Sobre as colheitas q̃ lhe deuia pellas quais o penhorou Nos frutos *1449.*

N.º 4 — Ioão Aff.º Prior de Vª cham renunciou a dª Igr.ª e o Bp.º D Ioaõ Galuão Collou nella Fr. Affonso Monje do Mostrº de Santo Thisso, por aprezentacam q̃ nelle fes o D Abb.e de Cucujaes Seu Padroeyro no anno de *1474* —

N.º 5 — Jnstrom.to do Escambo q̃ fes o D Abbe de Cucujãis Com este Mostr.º, dos Padroados. Saber . o dito D Abb.e deu a este Mostr.º o Padroado da Igr.ª de Vª cham de Cambra, e o Mostrº a elle o da Igr.ª de Treixomil no anno de *1528.*

N.º 6 — Confirmacão do Nuncio D Marto de Portugal.

N.º 7 — Anexaçaõ q̃ fes o Bispo D. Iorge de Almeida a este Mostr.º da dita Igrª de Villa cham no anno de *1538.*

N.º 8 — Collacão do Prior An.to Machado Botelho no anno de *1668.*

Titullos desta Igrª q̃ estaõ no L.º 1º de Collacoes.

Collaçaõ feita a Lopo Vas da Igrª de Villa cham no anno de *1525* por aprezentacão do Dom Abb.e de Cucujaes Em 19. de Iunho . . . . fl. 391

Instromto da troca q̃ fes o Mostrº de Arouca Com o de Cucujaẽs no ano de *1528*. 21 de Ianr.º . . . . fl. 395

Posse que tomou o D Abb.e de Cucujaes da Igr.ª de Treixomil q̃ o Mostrº lhe deo Em 29. de Septr.º de *1528* . . fl. 397

Instromto de como este Mostrº esta em posse da Igrª de Villa cham — Em 28. de Dezr.º de *1451*. . . . . fl. 402

Concerto q̃ fes este Mostr.º com o Abbade de Villa cham áCerca dos Passais ano de *1559*—Em 19. de Junho . . fl. 404

Quitação da decima q̃ este Mostrº pagou por rezam da Igr.ª de Vª cham—Em 11. de Outubro de *1541*. . . . . . fl. 406

Minuta Sobre a anexacão desta e outras Igr.as . . . fl. 407

Collacão e posse do Prior Ieronimo Cardozo de Almeida no anno de *1707* 19. de Novembro. . . . . fl. 411

Collacão e posse do Prior Ioão Frrª da Veiga No anno de *1718* 23 de Iunho . . . . fl. 417

N.º 9 — Collaçaõ do Prior Manoel Carnr.º da Crus No Anno de *1776*. Gaveta 2.ª Masso 7.º

N.º 10 — Certidaõ da Aprezentação, Collaçaõ, e Posse, do Prior Ioaquim Barboza d'Almeida, anno de *1827*. G.ª 2.ª M. 7.º

TITULLOS DA IGREJA DE S. IOAÕ DE LUZIM SITA NO CONCO DE PENAFIEL BISPADO DO PORTO

Nesta Igr.ª tem o Mostr.º metade do Padroado

N.º 2 — Na *Era de Cezar 971* q̃ he anno do S.r *933*, fes hum clerigo chamado Adulfo Doação, a D. Ansur e Sua mulher Eleva da Igr.ª de S. Ioaõ de Luzim sita Correndo o Rio Tamega, no casal q̃ fora de Seu Pay Prudencio q̃ a edificara, isto porq̃ elle D Ansur o Livrou de huã morte q̃ fizera Consta de hum pergam.º que está no masso 1.º, n.º 2.º da gaveta 3.ª *(à margem:)* esta era Se Contradis abx.º

N.º 1 — Na *Era de Cezar 989* q̃ he anno de N. Sr Iezus xp.º *951* fes o dito D. Ansur e Sua m.er D. Eleva Doação da dita Igr.ª de Saõ Ioaõ de Luzim e outros bens a qual ganhara de Adulfo Presbitero Consta da Doaçaõ q̃ Vai no masso 1.º da gaveta 3.ª n.º 1.º

Certidão do Liuro Censual do Bp.do do Porto esta no Livro 2.º das Collacoes 19 de. Abril de *1640* . . . . fl. 437

Snnca de collação feita a Martim Aff.º Vnham no anno de *1595* q̃ foi aprezentado por este Mos.tro e por Duarte Peixoto Lº 2.º de collaçoes . . . . fl. 389

Snnca de collacaõ do Abb.e Manoel Ribr.o que foi aprezentado pellos Padroeiros Leigos na Sua m.de e escolhido pello Bp.o por mais idoneo q̃ Miguel de Caru.o Aprezentado pello Mostr.o Liuro 2o de Collacoes . . . . fl. 393
18 . de Abril de *1707*

Snn.ca de renuncia q̃ fes o dito Mel Ribr.o a favor do P.e Fernaõ Ribr.o Giraldes Com Lic.a dos Padroeiros Leigos anno de *1697* do L.o . . . . fl. 403
18 de Abril de *1707*.

Certidaõ do Escrivaõ da camra do Porto das ditas Colacois asima. . . . . fl. 419
15 . de Abril . de *1707*

Treslado das Bullas da renuncia q̃ fes Fernaõ Ribr.o Giraldes em Berndo Borges Louzada e das licencas q̃ p.a isso deo este Mostr.o e os maiz Compadroeyros anno *1712* . . fl 429

Snn.ca de collacão do Abb.e Const.o Lobo de Cervr.a aprezentado por este Mostr.o no anno de *1716* . . . . . fl. 441

Licenca q̃ deo este Mostr.o ao Sobredito p.a renunciar a da Igr.a ano de *1735*. L.o 2.o das Collacois em 26. de Novembro fl. 443

Bulla da renuncia da Ig.a de S. Ioaõ de Luzim, e liça do Mostr.o L.o 2.o das Colaçõens.

MASSO 7.o DA GAVETA 2.a
AVULSO LETRA A

Colação, e auto de posse do Abb.e Bernd.o Peixoto da Silva aprez.do em *1785*.

GAV. 2.a M.co AVULSO LETRA A.

Bulla de Renuncia que fez o Abbade Bernardo Peixoto da Silva em Custodio de Meirelles e Cruz — Gava — 3a — M.Co 1.o — N.o 3.

IGR.S Q̃ ALGUM TEMPO FORÃO DESTE MOSTR.O

MASSO 8.o DA GAVETA 2.a

N.o 1 — Collacaõ feita pello Bp.o do Porto a Domingos Piz em Reitor da Igr.a de Lamas da terra da feira Bpdo de Porto por aprezentaçaõ do Mostro de Arouca, e de Dos Paes de Faro e Fernando Salgr.o *era 1301*. .

N.o 2 — Concerto q̃ fes este Mostr.o Saber a R.a D Mafalda e a Abb.a D. Maior Com o Bp.o e Cabb.o do Porto, e lhe deu este Mostro em penhor Seis Cazaes em chaue emqto lhe não punha Liure o padroado da Igr.a de Lamas *era 1249*.

N.o 3 — Concerto entre a R.a D Mafalda e o Bpo e Cabbo do Porto Sobre a fundacaõ do Mostro de Bouças e o Bpo e Cabb.o dezistio do dir.to q̃ tinha na Igr.a de Boucas, e a Rainha obrigou se dar lhe Liure o padroado da de Lamas *anõ 1249*.

N.º 4 e 5 — Doaçaõ q̃ fez a Rainha D Mafalda a este Mostr.º da Igrª de S. Saluador de Bouças, e das mais Igr.as da terra de Bouças. SC. S. Miguel de Moroza. S. Mar.to de guifoẽs S. Mamede de Perafita. S Salvador de Ravalde, e S. Martinho de Lordello *1266*.

N.º 6 — Manda El Rey D Affº 3.º meter de posse a este Mostr.º da Igr.ª de Bouças q̃ lhe ficou da R.ª D. Mafalda. *1294*.

N.º 7 — Concerto entre a Srª Rainha D Mafalda, e os cavalros do Hospital Sobre Bouças. *1259*.

N.º 8 — Concerto entre a Relig.ª Rainha D Thereza. e Hugo Bispo e os herdros da Igrª de Santa M.ª de Campanham. *1258*.

N.º 9 — Collacaõ feita a Pº Lco na Igr.ª de Santa christina de Cerzedello aprezentado por Leigos no Ar.co de Braga.

N.º 10 — Snn.ca na demanda q̃ trazia D. Vicente Bpº do Porto Com Martim Miz Muelhe Sobre o Padroado da Igrª de Santa M.ª de Campanham *1303*.

N.º 11 — Queixa q̃ fes este Mostrº a El Rey D Aff.º 3.º de hum Seu off.al entregar aõ Mostrº de Paço de Souza a Igrª de Cella em q̃ este Mostrº tinha dir.to e El Rei mandou tornar tudo a Seu Estado the os ouuir *1303*.

N.º 12 — Carta da Infanta D Izabel q̃ pede a este Mostr.º de lic.ª a Affº Antaõ Prior de Saõ P.º de Bruscos p.ª dar a dita Igrª a Fernaõ Repote porq̃ o Padroado della he do Cabbº de Coimbra e deste Mostr º

N.º 13 — Alvito Sandizi fiz doaçaõ a este Mostr.º de S Pedro de Arouca de ametade da Igrª de S Vicente Com todo Seu ornam.to em Riba de Vouga *1119*.

N.º 14 — Gon.Co de Souza Neto de Egas Monis trocou o que tinha em Louredo, Sobradello, Besteiros e gondelais e o deu a g.Co Roiz de q.m recebeo o que elle tinha em Souzella, e a metade da Igrª de Santa Mª e a m.de da de S. Ioão e qto tinha em Souzella q̃ foi de Mendo dos Cabellos e outros bens ahi nomeados *era de 1162*.

N.º 15 — Sun.Ca de como este Mostr.º tinha metade da Igrª de S. P.º de Moens Bp.do de Vizeo.

N.º 16 — Confirmacão e Collação da Igr.ª de S P.º de Moens por apresentação deste Mostr.º, e do de Antre ambos os Rios pello meyo *1285*.

N.º 17 e 18 — Duas collacoes da mesma Igras por aprezentacão de ambos os d.os Mostros em *1323*.

N.º 19 — D Maior Miz Abbª deste Mostr.º deu em troca a P.º Annes e R.º Anes tudo o q̃ tinha em vas.cos excepto a 3.ª p.te da Igr.ª de Santa Mª de Ferr.os q̃ dera ao Mostr. , e elles lhe deraõ o cazal de Sobradello e meyo cazal de Passos na terra da feira *era 1303*.

N.º 20 — Carta de Irm.de dos Caualros do hospital *1309*.

N.º 21 e 22 e 23 — Quitacoins das Diz.as q̃ o Mostrº pagou ao Papa.

D Thereza de Attaide Abb.ª deste Mostr.º Vendeo a Sua f.ª Izabel cazada com Fernaõ Prª a terra da Castinhr.ª em Satisfaçaõ das arras q̃ lhe deuia, e rezeruou o padroado da Igr.ª de S. Mamede q̃ hera do Mostr.º e da dª Sua f.ª q̃ aprezentaria alternatiuam.te Comessando pr.º o Mostrº *era de 1432* L.º 6º de Snas . . . . fl. 306

N.º 24 — Foi Collado na Igreja de S. Pedro de Moens no Bispado de Vizeu por Apprezentaçaõ deste Mostr.º, o Abb.e Antonio Joaquim de Vaz.cos Nobre, em 4 de Junho de *1807*, como Consta da Certidaõ da Collaçaõ que esta na Gav.ª 2.ª Masso 8.º

N.º 25 — Snn.ca a favor deste Mostr.º no pleito, e demanda Com o Conde de Rezende, Sobre a Apprez.am da Igr.ª aSima. Gav.ª 2.ª Masso 8.º

N.º 26 — Collação do R.do P.e Pedro Ignacio de Sá e Mello, Abb.e de S. Pedro de Moeñs, por Aprezentaçaõ deste Mostr.º; e tomou posse no dia 22 de Iunho de *1829*. Gavetta 2.ª Masso — 8.º

TITULOS PERTENCENTES AO CON.co DE AROUCA

MASSO 1.º DA GAVETA 3.ª

N.º 1 — AROUCA — Ansur e Sua mulher Eleva por não terem filhos que Seus bens ouuessem de herdar os quais Com ajuda de Ds̃ ganharão e herdarão de Seus avos Suas quintas neste territorio de Arouca, aonde eddificarão hua Igr.ª Chamada da invocaçaõ de S. Pedro, e S. Paulo, e S: Cosme e Demiaõ portanto elles dauaõ e concediaõ a esse lugar Santo, e ao Sto altar XII m̈ p̃s per Corpora Sepeliẽdo, et LXXII p̃s pro tolerancia fratrum Monacharũ Vel Sororũ; Sinos Libros Calices Coroas, e todos os ornamentos da Igr.ª e ornam.to das cazas, e q.to ahi tinhaõ e Com ajuda de Ds̃ augmentassem e pouoassem athe Sua morte, e a Igr.ª chamada S. Ioaõ de Luzim intr.as que Ganharaõ de Adulfo Presbitero Com Seus ornamtos, e S. Payo de fornos . intr.º Com Seus ornamtos, e a villa de S.º P.º intr.ª Com todo Seu Circuito Como Se deuide pello Rio de Modes e de Romaris, Castro . e tudo concediaõ por remedio de Suas almas, a esse S.to Lugar e ao Abb.e Ermegildo para Sempre. Como melhor dis o perg.º feito na *Era de 989:* an. de x.º *951*.

N.º 2 — S. IOAÕ DE LUZIM — Doacaõ q̃ fes Adulfo Presbitero, da Igreja de Saõ Ioaõ de Luzim a Ansur, e Eleua Sua molher pello Liurarem de huã morte q̃ fes a hũ homem chamado Leaõ. *Era de Cezar 971*.

N.º 3 — SARDOURA E BOUÇAS — Troca q̃ fes Vimaredo Abb.e de S Miguel Com Consentim.to dos Seus frades e freiras Com Absalaõ e Sua m.er Egila de hua erde em Sardoura por outra em Boucas *era de 1018* alias *1027*.

N.º 4 — MOLDES V.A BOA TREPEÇO, &.A — Doação q̃ fes a este Mostr.º Sendo de Monges, e Monias Onega Ermiges, de herdades em Moldes Villa boa Trepeço e outras ptes deste con.co *era 1113* alias *1143*.

N.º 5 — ALVARENGA ESPEUNCA — Declaraçaõ q̃ fes Cresconio Bispo de Coimbra e Irmão de Gauino Froilas q̃ foi m.or em Moldes e Monge Bento das herdades que o dº Gavino Froilas tinha, em Arouca e Espiunca e Alvarenga e as mandou deixar A este Mostrº na *Era de 1122*.

N.º 6 — POUZADA — Doaçaõ q̃ fes CresConio a este Mostr.º Sendo Abb.ᵉ delle Aff.º de quanta herdade tinha em Pouzada de Romaris na *Era de 1115.*

N.º 7 — S. ESTEUAÕ DE MODES — Contenda q̃ tiueraõ Dona Gontina Erazi com seus herdr.ᵒˢ Gavino Froila Louereдо Zanis e Seu Irmaõ Osorio Presbitero e Sua Jrma Comba Zanis, todos estes Contra Fr. Affº Abb.ᵉ deste Mostr.º por rezão da Igr.ª de Stº Esteuaõ, e Chamaua sse antigam.ᵗᵉ S.ᵗᵃ Maria, e tinha o Mostrº Doacaõ della, Entrarão os Mouros, e desfes se a Igr.ª, e ficou a terra Erma, E tornando, os christaõs a pouoar a terra reedificaraõ a Igrª e lhe puzeraõ reliquia de Stº Esteuão, os Seculares deziaõ q̃ Sempre Se chamara de Stº Esteuaõ o Mostr.º q̃ Santa M.ª, ouue Iuiz e test.ᵃˢ no cazo e Iulgou sse pello Mostr.º e os Seculares lhe fizerão Doaçaõ.

N.º 8 — ROMARIS — Doação q̃ fizerão G.º Zacharias e Veila Trastimiris ao Abbº e Monges de S.ᵗº Pº de Arouca da herdᵉ de Romaris *1118.*

N.º 9 — Testam.ᵗº q̃ fes Cresconio Bispo de Coimbra em q̃ deixa a este Mostr.º e Godinus Prior e frades delle, pella Sua alma e de Seu Irmaõ Gavino Froilas m.ᵗᵒˢ bens neste c.º, em Payva, Espiunca e Alvarenga *era 1122.*

N.º 10 — Doacão q̃ fes o mesmo Cresconio de hũ cazal em val Godinho *Era 1120.*

N.º 12 e 20 — LOUROSA — Doacaõ q̃ fes Sancha ao Mostrº de S. Salvador de Arouca e aos frades q̃ ahi São ou forem de hũ Cazal em Louroza *1118.*

N.º 13 — AROUCA — Doação q̃ fes Onega Ermigis a este Mostr.º e a godinho Prior e frades delle de herdᵉˢ em Arouca *era 1138.*

N.º 14 — Doacão q̃ fes a este Mostr.º Garcia odoris *era 1136.*

N.º 15 e 41 — Doacão q fes D Toda Viegas a este Mostr.º na *era de 1172* de hũ casal em Moldes, Sete em chaue, e quintella intrª, a metade de Saril, e a quarta p.ᵗᵉ de Canguste, e de Zendo, hũ Cazal em Louroza, dous em Fig.ᵈº, Penso intr.º, Espinho intr.º, 2 Cazais em Fuste, no Bairro dous Cazais. Passos intr.º, e o outr.º, a quarta pᵗᵉ de outr.º Meaõ, metade do outrº de Susaõ, hũ Cazal nas Fontainhas, em Gozende 2 Cazaes, em Villar hum Cazal Em Friamil hũ cazal, na quintam hum Cazal, em Craua hum cazal, e quanto tinha em Covas e em Varzea, e as deCimas e primisias e murtuarias de Villarinho e Pintalhoz &.ª

N.º 16 — Doaçaõ q̃ fes D Toda Viegas a Seu Sobrº Ioaõ Viegas de huã erdade em Arouca *era 1181.*

N.º 11 — Doacão q̃ fes a este Mostr.º e seus Monges Tredizelo Egicas da 8ª pᵗᵉ da Igr.ª de Santhiago *era 1123.*

N.º 17 — D Toda Viegas tirando do Seu testam:ᵗº a V.ª de Ester pª dar a hũ Seu Sobr.º q̃ matou hũ homẽ, prometeo dar a este Mostrº em Seu Lugar os cazais ahi nomeados, e outra tal Igrª Como a de Ester *Era de 1171.*

N.º 18 — D. Toda Viegas na *Era de 1192* . fes Doação deste Mostr.º a Abb.ª D. Elvira Annes Com todas Suas Cazas e pertenças apartando de Si e Seus parentez todo o Dominio q̃ nelle tinhaõ.

N.º 19 — MOLDES E CABR.os — Doacão q̃ fes Godinha gondemaris e Seu fº Mendo de bens em Moldes e Cabreiros *era 1152.*

N.º 21 — AMILLO — Doacão do casal de Amilo feita a este Mostr.º por Guiomar Gondezindes, Vermudo Gondezendo e Honorigo Gondezindo na *era 1118.*

N.º 22 — CRASTO — Doacaõ q̃ fes a este Mostr.º Garcia Formariguis e Sua m.er Honega Justa de hũ Cazal em Crasto *era 1159.*

N.º 23 — Doacão de herdades em cazal Comba fta a este Mostrº.

N.º 24 — DOACAÕ DO MOSTRº — Doação q̃ fes o Sr Rey D Aff.º Henriques a D. Toda Viegas deste Mostr.º e lhe fas Couto pellos Lemites ahi declarados *era 1181.*

N.º 25 — S. THIAGO E S.TO ESTEVAÕ — Doacão q̃ fes a este Mostrº Ederonio de herdes em Santhiago e em Sto Esteuaõ *1157.*

N.º 26 — CHAVE — Doacão feita a este Mostr.º e Seus frades por Payo Glz̃ e Sua molher de herdes em chaue *era 1182.*

N.º 27 — Doação de hum Cazal em Alvarenga q̃ fes a este Mostr.º Sandamiro *era 1191.*

N.º 28 — LAMAS — Doação q̃ fes Bonimerço Argimire do q̃ tinha em oLiu.ra e Lamas *era de 1122.*

N.º 29 — Doacão q̃ fes Gaudioza Vermudes filha de Comba Zanis a este Mostr.º de huã Erd.e em Santhiago *era 1129.*

N.º 30 — CHAVE — Doacão q̃ fes Soeiro Piz e Sua m.er de herdades em chaue.

N.º 31 — LOUROZA — Doacaõ q̃ fizerão Monio Mendes e Suas Irmans de herdes em Louroza *era 1166.*

N.º 32 — Doacaõ q̃ fes D. Thereza Aff.º molher de Egas Moniz da Igr.a do Salvador de Tuyas a huns Conegos *1203.*

N.º 33 e 70 — Doação q̃ fes El Rey D Sancho 1.º a Marinha Viegas de dous cazais de Caluellos e Paredes *era 1227.*

N.º 34 — BOUÇAS — Doaçaõ q̃ fes o S.r Rey Dom Sancho 1º a Sua f.a a Rainha D. Mafalda, do Mostr.º e terras de Bouças, e Villar de Sande *era 1234.*

N.º 35 — POUZADA — Doacão q̃ fes a este Mostrº Plagio Cezar. de hua Erdade em Pouzada *era 1152.*

N.º 36 — CRASTO E VILLAR — Doacão q̃ fes a este Mostr.º Godezendo Iusto de herdes em Crasto e Villar.

N.º 37 — Doação q̃ fes El Rey D. Aff.º H.es a Roberto e Seus Socios do Mostr.º de S Miguel q̃ hera em Riba de Paiua da herd.e de S. Ioão da foz do Douro *1183.*

N.º 38 — VRRÔ — Doação entre Leigos de hũ cazal em Vrro.

N.º 39 e 68 — IGR.ª DE S.ᵗᵃ MARINHA — Doacão q̃ fes a este Mostr.º Pelagio Odoris de ametade da Igreja de Santa Marinha Com Sua herdade de *Era de 1186.*

N.º 40 — CANGUSTE E SARIL — Doaçaõ feita a este Mostr.º de herd.ᵉˢ em Canguste, e Saril.

N.º 42 — IG.ʳᵃ DE CHAUE — Doação q̃ fes a este Mostr.º Monio Piž de duas p.ᵗᵉˢ do cazal de S. Eulalia de chaue e duas pᵗᵉˢ da Igr.ª na *era de 1239.*

N.º 43 — Doação entre Leigos de herdᵉˢ Na Lavandrª

N.º 44 — Doaçaõ de herdades em Moldes aonde chamão Cazeiro.

N.º 45 — IUGR.ᵒˢ — Compra q̃ fes Godino Presbitero e os Seus frades de S Pº darouca de huã herdade em Iug.ʳᵒˢ

N.º 46 — LAMAS — Doacaõ q̃ fes Atham Alvitis e Sua m.ᵉʳ Ausenda Elias ao Mostr.º de Villa boa do Bp.º de huã erdᵉ em Lamas *era 1181.*

N.º 47 — VILLA MEAÃ — Venda entre Leigos de hũ cazal em Villa meam.

N.º 48 — Doacaõ q̃ fes o M.ᵉ da ordem de Calatrava a Ouroana Pires ama da Srª Rainha D. Mafalda da her.ᶜᵃ de Pº Peres Seu Irmão Cavalrº da dª ordem.

N.º 49 — Doação q̃ fes O Infante D Aff.º Hᵉˢ a Monio Roĩz do Mostrº e Couto de Arouca por Seu Lemite *Era 1170.*

N.º 50 — Doacão feita plo Mesmo Rey ao dito Monio Roĩz de huã herdade em Paiua chamada Parada *era 1168.*

N.º 51, e 52 — Doaçaõ q̃ fes o mesmo D Affº Henriques ao mesmo Monio Roiz e a Sua May D. Toda Viegas da herdade de Sá e Sella *era 1167.*

N.º 54 — POUZADA — Doaçaõ q̃ fizeraõ a este Mostr.º Daciona e Seus fᵒˢ Monio e Maria Monia, e Gontina e toda da herdᵉ de Pouzada *1180.*

N.º 55 — OLIVR.ª — Doacaõ q̃ fes a este Mostr.º D. Ouroana Viegas de hua herd.ᵉ em oLiur.ª *era 1185.*

N.º 53 — POUZADA — Doacaõ q̃ fes Pelagio glž de erdᵉ em Pouzada *1166.*

N.º 56 — Doaçaõ que fes Exemena Garcia a Alvito Sandazi da 8ª p.ᵗᵉ da Igr.ª de Sᵗᵃ Mª da Varzea na terra de Lafoẽs; porq̃ elle a Liurou da mão de Ioão Arias que a queria forsar *era 1109.*

N.º 57 — A S.ʳᵃ D Toda Viegas Satisfazendo ao q̃ prometeo no perg.º atras do nº 17 dá a este Mostr.º mᵗᵒˢ bens *1182.*

N.º 58 — A mesma S.ʳᵃ em lugar dos Seis Cazais de Cabr.ᵒˢ que deu ao Hospital dá a este Mostrº mᵗᵒˢ bens néste Con.ᶜᵒ *1194.*

N.º 59 — MALLAREZES — Doacão a este Mostr.º de hũ cazal de Malarezes.

N.º 60 — Doacão q̃ fes a este Mostrº o Abbᵉ de Atey de herdᵉˢ em este Con.ᶜº *1366*.

N.º 61 - Doacão entre leigos de herdᵉˢ em Mallarezes.

N.º 62 — *ROMARIZ* — Doacão ao Mostr.º de huã erdᵉ na pouzada de Romaris.

N.º 63 — Doacão entre Leigos da Vinha da Periguiçosa em Louroza.

N.º 64 — *PARADA* — Doacão de huã Lrª em Parada.

N.º 65 — *SÁ* — Doacã de hũ Cazal em Saá.

N.º 66 — *MALLAREZES* — Doacaõ q̃ fes Pº Ioaõ á Abb.ª D. Maria Lourº e Seu Mostrº de huã herd.ᵉ em Mallarezes *era 1264*.

N.º 67 — *BURGO* — Doacaõ de huã caza e Vinhas no Burgo.

N.º 69 — Troca entre Pelagio Odoris e o Prior de Villa boa.

N.º 71 — Doacão q̃ fez Mendo Glz̃ a D Vrraca Egas.

N.º 72 - Troca q̃ fes o Prior de Vª boa Com Thereza Aff.º

MASSO 2.º DA GAVETA 3.ª

N.º 10 — Doaçaõ q̃ fes El Rey D. Affonso 3.º a este Mostr.º desta V.ª e Couto de Arouca por Seus Lemites ahi declarados Como hoje o possue, e he feita na *Era de Cezar 1295*, e Suposto alguns Lem. *1265* — e assim o tem Cotado, he erro porque as figuras do algarismo pello modo q̃ está naõ hé X.. mas Sim hum R Cortado q̃ Valle 40., e o L., 50 e Saõ. 90. de mais q̃ Computados os tempos q̃ reinarão os Reis E o q̃ Consta de outros papeis deste Cartorio naõ podia Ser feita esta Doaçaõ Senão na *Era de 1295*.

N.º 8 — Sete treslados da mesma Doacão. do nº 2.º the n.º 8.

N.º 9 — Treslado da mesma Doação em Portugues.

N.º 10 — Demarcacão q̃ Se fes por ordem del Rey entre este Couto de Arouca e Cambra na *Era 1368*.

N.º 11 — Demarcação do Couto de Arouca feita por m.ᵈº de El Rey D Affº 3.º

N.º 12 — Demarcaçaõ no Sitio das Laceiras, q̃ he Couto de Arouca por Sn.ª do ano de *1347*.

N.º 13 — Concerto na demanda que o Mostrº trazia Com este c.º Sobre o almotacar do pescado e Sobre os vinhos p.ª mantimᵗº da terra e outras Couzas *1381*.

N.º 14 — Snn.ᶜª pª q̃ os do Burgo não tenhaõ Lagar de V.º

N.º 15 — M.ᵈº do C.ᵒʳ q̃ o Mostrº uze de Suas Iurdicoes.

N.º 16, e 17 — Doacão de Antoam e Avanca.

N.º 18 — De como hũ Cᵒʳ fez hũ m.ʳº

N.º 19 — Padraõ de 13 U 200 rš que Se pagão de Iuro real no Almoxarifado de Aveiro.

N.º 20 — Padraõ de outo mil de juro q̃ Se pagão no Almoxarifado de Lamego.

Huã Petiçam do P.or G.al da Congregacam na Cidade de Lisboa feita á meza das Confirmaçoes geraes em que Se Perorogam os Privilegios por nao haverem Confirmaçoes Gaveta 3.ª Maço 2.º N.º 2.º

MASSO 3.º DA GAVETA 3.ª

N.º 1 e 36 — Testamento do S.or Rey Dom Sancho 1.º feito na *Era de 1248* pello qual Se ve q̃ deu a Sua f.ª a Rainha Dona Mafalda o Mostrº de Arouca, e o de Bouças e a herdade de Cea que fora de sua May *(à margem:)* Foi p.ª as confirmaçoes Gerais.

N.º 2 e 8 — Testamento da Rainha D Mafalda feito na *Era 1294* em q̃ deixa Boucas a este Mostrº e outras Couzas, e Moẽs e depois de nomear os mais Legados dis no fim q̃ o mais fique a Arouca, esta mto sto e pode sse ver *(à margem:)* A sua Copea se acha encadernada com capa de marroquim encarnado e dourado tendo appenso o Original.

N.º 3 — MALLARESES — Doacão q̃ fes a R.ª D Sancha a Pº Joaõ de hum Cazal em Mallarezes *1248*.

N.º 4 — IUGROS E SELLA — Doaçaõ q̃ fes Vrraca Frž a este Mostr.º de hum cazal em Iugueiros e quatro em Sella *1302*.

N.º 7 — Confirmacaõ e preuilegio do Mostrº de Tuyas.

N.º 5 — CHAVE — Doacaõ entre Leigos de hũ Cazal em chaue.

N.º 6 — LAMAS — Doacaõ que fes Dona Serra e Seus f.os a este Mostr.º de tudo qto tiuhaõ em Lamas *1308*.

N.º 9 e 10 — Testam.to de D. Guiomar Gil Abbª que foi deste Mostr.º Em q̃ lhe deixa herdades entre Douro e Minho, em coimbra, Beja Torres Vedras e Sintra *era de 1324*.

N.º 11 — Doacaõ de D Margarida Pĩz de Porto Carr.º Leiga deste Mostr.º Em q̃ lhe doa mtos herdamtos no Minho e em Arouca *era 1366*.

N.º 12 — PORTA E FELGR.A — Troca q̃ fes a Rainha D. Mafalda Com hus homeñs a quem deo o Campo de Sta ovaya pello Campo da Porta e Deueza da Felg.ra *Era 1259*.

N.º 13 — QUINTA DE IUGR.OS — Doacaõ q̃ Vasco Esteues Cavalr.º fes a este Mostr.º da Quinta de Iug.ros *era de 1357*.

N.º 14 — SEQUEIRÔ D'AROUCA — Doacaõ q̃ fes Sancha Piz a este Mostrº de hũ cazal em Sequeiro Cº de Arouca *era 1329*.

N.º 15 — Doacaõ q̃ fes D Thereza Soares Monja de Arouca a hum Seu Irmaõ de bens em Galiza e Azeuedo.

N.º 16 — PENNAFIEL — Doacão feita a este Mostr.º por Payo Glž de metade da quinta das Pias cazais e herdades e hum Cazal em Louredo de Penafiel, e hum cazal na q.ta do Mossaõ e a metade da metade da mesma q.ta *1299*.

N.º 17 — Doacaõ q̃ fes Affº Piz fº do Alcaide do Porto a D. Aldonca Annes de Souza de hũ prazo em lug.ros for.º a Rossas.

N.º 18 — S.TA OVAIA S. M.A DO M.TE, AMEIXIEIRA, VARZIA E SARIL — Doacaõ feita a este Mostr.º por Ioaõ Pires de Vlveira do herdamto de S.ta Maria do Monte, e da Ameixieira, Varzea e Saril *era 1356.*

N.º 19 — CHAVE E SOUTELLO — Testamto de Ioaõ Domingues q̃ deixa a este Mostr.º hum cazal em chaue outro em Soutello.

N.º 20 — ROMARIZ — Testamto de Mar.to Miguel q̃ deixa hũ cazal em Romaris.

N.º 21 — Vela Roĩz deo a Vrraca Viegas a parte q̃ tinha no Mostrº de Tuyas *era 1214.*

N.º 22 — Doacão q̃ fes Garcia Piz a Monio Roĩz de huã erde da Castanheda *era 1152.*

N.º 23 — Doacão q̃ fes ouroana Viegas ao Mostr.º de Villa boa de huã herd.e em Vlveira *era 1285.*

N.º 24 — PARADA — Doação q̃ fes Ioão Esteues a este Mostr.º de huã herdade em Parada.

N.º 25 — Prazo q̃ fes a Rainha D Mafalda a Pº Martins do campo do Cortinhal *era 1267.*

N.º 26 — Renunciação q̃ fes Mª Anes de hũ Cazal q̃ trazia deste Mostrº junto ao Posso de chaue.

N.º 27 e 28 — Testamto da Sra Vrraca Viegas q̃ Se manda Sepultar no Mostr.º de Salzedas, e deixa a Sra Rainha D Mafalda metade do q̃ Se achar por Sua morte e porque a Criara *era 1237.*

N.º 29 — Doacaõ q̃ fizerão tres relig.as a hũ Seu Sobr.º de 3 Cazais Sem dizer aonde, e q̃ por Sua morte fiquẽ ao Mostrº

N.º 30 — STA OVAIA — Doacaõ q̃ fes Fernandeannes Deão de Braga do cazal do Mossão a Suas Sobr.as e por morte dellas ao Mostrº

N.º 31 — Testamto de Martim glz̃ Conego do Porto, hindo pª Roma.

N.º 32 — LOUROZA — Doacaõ q̃ fes D Maior religª deste Mostr.º da q.ta de Louroza *era 1338.*

N.º 33 — Manda El Rey inquirir Se he Seu o cazal de Fuste declaro q̃ he a Albergaria.

N.º 34 — Doacão q̃ fas El Rei D Affº 3º a este Mostrº da Albergaria do Monte de Fuste *era 1295.*

N.º 35 — MOLDES — Testamto de Ouroana Paes deixa ao Mostr.º herdadez em Moldes, Agoas bellas e Tooxe.

N.º 37 — Doacaõ entre Leigos de herdes em Novellas.

N.º 38 — CRASTO — Doacão q̃ fes Martim Esteues a Maior Migueis Confessa deste Mostr.º de herdes em Crasto.

N.º 39 — MALLAREZES S. SALVADOR — Doacaõ feita pella R.ª pla Abb.ª em Sua vida a Payo Glz̃ da qta e Cazais de Mallarezes *1289*.

N.º 40 — Doacão q̃ fes El Rey D Sancho 1º a D. Mª Paes da q.ta de Almafalla.

N.º 41 — Como os caualros dos Hospital aceitarão as Monjas deste Mostrº por Irmans.

N.º 42 — Foral q̃ deo a Rainha D. Mafalda aos m.res de Lordello, e Se reffere ao do Porto.

N.º 43 — Foral q̃ deu El Rey D Affº Henriques aos m.res de Bouças.

N.º 44 — Treslado da carta de povoaçaõ q̃ deu a Rainha D Mafalda aos m.res do Burgo.

N.º 45 — Duuida entre a Rª e o Bpº do Porto.

N.º 46 — Foral q̃ deu o Bpº do Porto aos do Seu Burgo.

(Continua)

A. G. DA ROCHA MADAHIL

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

COLECÇÃO DE CLÁSSICOS SÁ DA COSTA, da Liv. Sá da Costa, L.da

Mercê de várias circunstâncias, não nos temos referido ao aparecimento dos últimos volumes desta notável e benemérita Colecção, que, apesar da tremenda crise que o livro atravessa, vai seguindo impávida, e com a regularidade e firmeza que são timbre daquela acreditada livraria lisbonense.

Chegou, porém, o ensejo de procedermos à inventariação desses volumes, para os quais nos apraz chamar a atenção daqueles assinantes do *Arquivo* que porventura ainda os não conheçam:

DIOGO BERNARDES — *Obras Completas* — VOL. II (1946) — *O Lima*, 358 páginas. Notas do Prof. MARQUES BRAGA. Consta de 20 églogas e 33 cartas. — VOL. III (1946) — *Várias Rimas ao Bom Jesus*. Notas do mesmo professor. Vol. de 224 páginas, as duas últimas das quais de «correcções e aditamentos».

JOÃO DE BARROS — *Décadas*. Selecção e notas de ANTÓNIO BAIÃO. VOL. III (1946), 302 páginas — *Segunda Década*, Liv. 3.º, capítulos, I, II a VI, VIII e IX; Liv. 4.º, cap. I e V; Liv. 5.º, cap. III a XI; Liv. 6.º, cap. II a VIII. — VOL. IV e último (1946), 298 páginas — *Segunda Década*, Liv. 7.º, cap. I, III a IX; Liv. 8.º, cap. II a VI; Liv. 10.º, cap. I a VIII; *Terceira Década*, Liv. 5.º, cap. VI a X; Liv. 9.º, cap. I a III.

LUÍS DE CAMÕES — *Obras Completas*. Prefácio e notas do Prof. HERNÂNI CIDADE: VOL. I (1946) — *Redondilhas e Sonetos*. Prefácio de LIV páginas [I — Escorço biográfico; II — O cânone das «Rimas»; III — Como foi organizada a presente edição]. O texto das redondilhas e sonetos, segundo «a lição das primeiras edições e variantes», ocupa, com o índice e corrigenda, 363 páginas. — VOL. II (1946) — *Géneros Líricos Maiores. Nota prévia* de pág. V a VIII. O texto, que ocupa, com o índice, 309 páginas, consta de *Éclogas* (ed. de 1595), *Odes* (ed. de 1595, 1598, 1616, 1861), *Sextina* (1595), *Oitavas* (1595, 1616, 1685), *Elegias* (1595, 1598, 1616, 1668, 1861) e *Canções* (1595, 1861). — VOL. III (1946) — *Autos e Cartas*. Prefácio de pág. VII a XXV; *Auto dos Enfatriões* (pág. 1 a 76), *El-rei Seleuco* (pág. 77 a 126), e *Auto chamado de Filodemo* (pág. 127 a 223). As *Cartas* vão de pág. 225 a 264.

Seguem-se as variantes dos «Enfatriões» e de «Filodemo», notas e variantes dos poemas insertos no vol. II, que ocupam de pág. 285 a 375. Índice e notas e corrigenda vão até a pág. 378. — VOL. IV (1947) — *Os Lusiadas* (Cantos I a V): Prefácio, pág. VII a LII: I — *História do texto;* II — *O significado e o valor estético d'Os Lusiadas.*

O texto do alvará régio, do parecer do censor de 1572 e da nota relativa ao título do poema vão até a pág. LX. Os cinco cantos, sòbriamente anotados, ocupam, com o índice e corrigenda, 299 páginas. — VOL. V (1947) — *Os Lusiadas* (Cantos VI a X). Vol. de 301 páginas, incluídas as variantes da edição E, de 1572 (pág. 265 a 268), o índice dos nomes próprios (pág. 271 a 298), o índice (pág. 299) e as correcções ao I, ao II e ao III volume.

Constituem os cinco volumes mais uma prova da competência do ilustre professor da Faculdade de Letras de Lisboa que os organizou e anotou.

Frei LUÍS DE SOUSA — *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires.* Prefácio e notas do professor AUGUSTO REIS MACHADO. — VOL. I (1946) — Prefácio e bibliografia, págs. VII a XXXI. Dedicatória-prefácio do Autor, Liv. I e II da obra (até o cap. XXVIII), 336 páginas. — VOL. II (1946) — Resto do Liv. II, Liv. III e Liv. IV (até o cap. XXIII), 321 páginas. — VOL. III (1948) — Resto do Liv. IV até o final da obra, 318 páginas. O volume termina com o «glossário das expressões e termos mais característicos» (pág. 319 a 328).

DIOGO DO COUTO — *Décadas.* Selecção, prefácio e notas de ANTÓNIO BAIÃO. — VOL. I (1947), CXXIV — 254 páginas. O prefácio é rico de informações inéditas acerca do autor. Do texto, seleccionou-se o seguinte: *Década quinta* Liv. VIII, cap. IX a XIV; Liv. IX, cap. I a IX; Liv. X, cap. I a XI, *Década VI,* Liv. I, cap. I a IX. — VOL. II e último (1947), 339 páginas. *Década VI,* Liv. II, cap. I a X; Liv. III, cap. I a X; Liv. IV, cap. I a IX; Liv. V, cap. I a XI e Liv. VI, cap. I a VIII.

HOMERO — *Poemetos e Fragmentos.* Tradução do grego, introdução e notas do P.e M. ALVES CORREIA. Vol. de págs. XL — 186 páginas (1947). A introdução abre com estas palavras: — «Juntando à *Ilíada* e *Odisseia* as composições do presente volume — Pequenos Poemas e Fragmentos — temos as obras completas de Homero. — Esta designação é aceite condicionalmente desde há muito, pelos editores dos livros clássicos. Julgo desnecessário prevenir os leitores de que nenhum dos «pequenos poemas» ou «fragmentos» é do autor (ou autores) da *Ilíada* e *Odisseia*» ... —.

Apesar disso, não deixarão de interessar aos leitores dos dois poemas gregos estas obras menores e fragmentos da velha musa helénica, quanto mais não seja por muito citados e por se não encontrarem, até agora, vertidos em língua portuguesa. É por isso meritória a publicação da «Batalha dos Ratos e Batráquios», dos hinos a Hermeias, Apolão, Afrodite, Deméter, etc., bem como das restantes produções que com as citadas compõem o volume.

Aveiro, Maio de 1948.

J. T.

Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses — pelo General JOÃO DE ALMEIDA.

Pertencente à série «Ao Serviço do Império», publicou o Sr. General João de Almeida os primeiros três volumes daquele trabalho, o primeiro de 642 páginas, relativo aos distritos da Guarda, Castelo Branco e Viseu (1935); o segundo, de 342 páginas, dedicado a Aveiro, Coimbra, Leiria

e Santarém (1946); e o terceiro, de 574 páginas, respeitante aos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro (1948).

Os volumes são ilustrados com muitas gravuras insertas no texto e bastantes «hors-texte», e cada um deles contém, na devida altura, o mapa itinerário de cada distrito, sobre o qual, impresso a vermelho em papel vegetal, se vê o mapa das fortalezas e das estradas romanas respectivas.

Na introdução ao vol. I (pág. 9 a 36), o autor, expondo a orientação seguida, frisa a importância que para a história têm os monumentos de pedra, em especial os militares, e afirma que «fazer o estudo das fortalezas das terras portuguesas é alicerçar a história da nossa raça». Prosseguindo, escreve: — «Organizar, pois, o inventário anotado dos monumentos militares da raça portuguesa através das idades, desde as origens até aos nossos dias, definindo melhor o seu esqueleto, as etapas da vida passada, especialmente as dos tempos nebulosos da pré-história, oferecendo assim novas e mais certas bases para o estudo da nossa história, tal é o objectivo deste nosso Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. — Todo o nosso trabalho, abstraindo daquela ciência livresca, que só serve para confundir, é baseado na observação pessoal e no estudo, *in loco*, das condições e características que informam cada monumento militar».

Os volumes II e III são precedidos da *Nota preliminar*, em que o autor chama a atenção dos leitores para a introdução geral e faz novas observações que lhes servirão de guia no estudo.

É natural que o trabalho deste Português ilustre, a quem o nosso país tanto deve pelo que em prol do Império tem feito, já como soldado em África, já como escritor militar, não esteja isento de erros e deslizes, tão vasta é a matéria abarcada, e tão difícil trabalhar no terreno, naturalmente movediço e perigoso, dos assuntos arqueológicos. No entanto, quaisquer que sejam as discordâncias dos especializados a respeito do que na obra se afirme de mais conjectural, o que fica é ainda motivo para o reconhecimento dos Portugueses ao indefesso trabalhador que delineou e levou avante o esboço de uma obra de vulto mais gigantesco.

Insere o vol. II, em que Aveiro figura, a pág. 14, a fotografia das ruínas da porta do Cojo (S. Domingos), ou seja de restos da muralha que cingia a antiga vila. Foi pena que o Sr. General João de Almeida não reproduzisse também os restos existentes junto do Anexo do actual Liceu, os quais, com os reproduzidos na fotografia, constituem o que das muralhas existe.

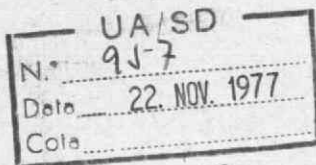
Na pág. 19, fala-se de *Casal de dimas*. É engano: *Casal de Ima* é o nome de um lugar da freguesia da Branca, que no foral de Figueiredo e Bemposta (*Arquivo*, vol. II, pág. 39) se designa por *Ima*, por exemplo: — «Na branca Ioham fernandez *da yma* de trigo sabido XIIII alqueires e de milho doze alqueires...».

Na pág. 43, figura a palavra *Cristelo* em vez de *Crestelo*, que é como se nomeia a povoação; e na pág. 81 seria conveniente frisar que o lugar de *Figueiredo*, a que se alude, é hoje *Figueiredo de Baixo*, lugar da freguesia do Pinheiro da Bemposta, onde existem vestígios da sua remota antiguidade.

Felicitando o Sr. General João de Almeida, nosso prezado Amigo, por mais esta prova da sua competência e patriotismo, apraz-nos citar uma obra que, não tendo outras aspirações que a de simples esboço de maior trabalho, é no entanto suficiente para provocar a gratidão de todos quantos prezam a sua Pátria e a sua autonomia.

Aveiro, Junho de 1948.

J. T.





ANTÓNIA RODRIGUES

(A HEROÍNA DE MAZAGÃO)

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

O presente trabalho é a modesta conferência com que, em 11 de Setembro de 1946, singularmente fiz realçar os benefícios e encantos de outros serões promovidos pela Acção Cultural das Fábricas Aleluia *para lição e enlevo dos seus operários.*

Pouco a alterei com um ligeiríssimo esforço de lima, a adoçar-lhe uma ou outra aresta mais viva; mas acrescentei-a com muitas notas, que em lugar próprio justifico.

Tudo somado, não dará mais do que a afirmação do grande amor que voto às coisas da minha terra.

Aveiro, 1948.

A. C.

Minhas Senhoras
Meus Senhores

DISSERAM-ME que esta conferência se destinava aos operários.

Isso me obrigou a redigi-la com a simplicidade e clareza de que fui capaz, descurando primores de forma ou galas de estilo que pudessem dificultar a sua compreensão e sem mais citações eruditas do que as absolutamente indispensáveis.

Proponho-me desenvolver um tema histórico.

Só com anunciá-lo, pressinto que os meus ouvintes se ajeitam nas cadeiras, como quem se prepara para mais cômo-

damente suportar uma tortura; e se, por delicadeza, não bocejam desde já o seu aborrecimento, certamente pensam que seria mais agradável uma ceia bem servida ou um passeio ao ar livre do que um banho de pó soprado de velhos livros, uma árdua peregrinação a um passado longínquo, um penoso revolver de pessoas e coisas de outrora que o tempo se esforça por decompor.

Conheço bem a aridez do assunto. E nem mesmo esqueço ter lido algures que Luís XIV, depois de bem aconchegado no seu régio leito, para mais fàcilmente conciliar o sono, em vez de ingerir um narcótico... mandava ler em voz alta qualquer livro de História!

Não obstante, atrevo-me a falar do passado e alimento a esperança de não vos fazer dormir.

Um eminente professor universitário disse um dia, com muito acerto, que «quem esquece a própria história perde a consciência de si mesmo».

Há, indiscutìvelmente, um passado de treva sem vislumbre de luz, de cinza sem calor de lume, um passado morto que não interessa fazer reviver porque nada pode aprimorar na inteligência ou no coração.

Esse é o passado sem nome, sem vida, o passado que realmente... passou.

Mas há também, como diria não sei que filósofo francês, um passado-presente, «que continua em nós como a flor que brota de raiz distante». É o passado que venceu o tempo, que triunfou da morte, o passado vivo — raiz sadia que, mergulhada na fundura dos longes, alimenta de seiva o presente dando-lhe, na memória do que foi, a consciência do que é e o estímulo para o que pode e deve ser.

Neste sentido, a História não é uma ressurreição, pois não se ocupa de reanimar cadáveres; é antes a recomposição de um todo — facto, doutrina, monumento, pessoa ou agregado — pela reunião amorável de células vivas que o tempo dispersou e, porventura, escondeu.

Reviver o passado da nossa terra, evocar as figuras que souberam enobrecê-la, descobrir em documentos ou estudar nos alfarrábios as realidades ignoradas ou esquecidas do torrão onde nascemos — em poucas palavras: compor ou recordar a história deste burgo de encantos — deve ser para todos nós devoção e honra.

Nem será apenas amor, encantamento, deleite, porque é antes lição de exemplos e virtudes que, acorrentando-nos ao império da sua autoridade, nos obrigam em consciência ao seu louvor e ao seu exercício.

Suponho ter justificado suficientemente a escolha do assunto.

E para que em tudo a minha pobre conferência obedeça ás regras, lembro que, terminada a introdução, é a altura... de o conferente tomar água e de os assistentes tomarem fôlego!...

MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES

Era uma vez uma encantadora menina...

Perdão! Este começo tem o sabor de um conto de fadas e poderia induzir-vos em erro: — no que vou expor, não há fantasias; evocam-se realidades, testemunhadas por documentos ou afiançadas por bons autores.

Convêm, por isso, principiar doutro modo.

Duas placas de mármore, não há muitos anos mandadas colocar junto da Praça do Peixe e no termo da Rua de S. Roque, identificam a estreita e tortuosa artéria citadina com o nome de Antónia Rodrigues.

Quem era esta mulher de chamadoiro plebeu, tão breve e incaracterístico, e que extraordinários feitos praticou para merecer, a perto de quatrocentos anos de distância, a nossa comovida lembrança?

Filha da arraia miuda, dela se têm ocupado com interesse os cronistas, os historiadores, os cientistas e os literatos.

O licenciado DUARTE NUNES DE LEÃO, historiógrafo da primeira época da literatura clássica, que bem a conheceu, dedica-lhe longas páginas da *Descripção do Reino de Portugal*.

Na sua estimada *Corografia Portuguesa*, o Padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA não esquece a heroína aveirense — «famosa heroina», diz ele, «que podia ser timbre das de Grécia e das de Roma».

DAMIÃO DE FROES PERYM, anagrama que oculta o nome de Frei João de São Pedro, celebra também, no *Theatro Heroino,* o valor da intrépida cavaleira: «donzela que, nascendo humilde, morreu ilustre», «contando, em poucos anos de idade, largos séculos de merecimento».

Nas *Memórias de Aveiro*, do benemérito escritor JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES, não falta larga referência a Antónia Rodrigues, «valente soldado que tão galhardamente combateu em Mazagão».

Um outro paciente investigador, JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS OUDINOT, dedica-lhe um curioso artigo — o trigésimo quarto da série publicada no semanário local *Districto de Aveiro* sob o título *Aveirenses notáveis* — nele pondo em relevo que Antónia Rodrigues, «celebridade deste país», «fez a admiração de nacionais e estrangeiros».

D. António da Costa, apreciado escritor da era romântica, louvou-a em algumas páginas do seu livro *A mulher em Portugal,* apresentando-a como «formosa, simpática, toda ela pilhas de graça», valorosa mulher que «não comprou os seus brilhantes nas pacíficas ourivesarias do tempo» mas «ganhou as suas esporas de ouro nos campos em que dantes se conquistavam».

O nobre Conde de Sabugosa, num delicioso capítulo das magníficas *Neves de Antanho,* ocupa-se largamente da heróica amazona aveirense.

Refere-se-lhe também o sábio Professor Doutor Joaquim Pires de Lima, no estudo que publicou sobre os *Vícios de conformação do sistema uro-genital.*

Ainda recentemente, num trabalho dado à estampa na revista *Brotéria* acerca das *Mulheres na Conquista e Navegação,* o Dr. Hipólito Raposo louvava a aveirense ilustre que alcançou renome em assinalados feitos.

E tantos outros!...

Se não houvesse notícia das suas façanhas, das simpatias que despertou, dos aplausos que mereceu e das honras que lhe tributaram donzelas e infantes, plebeus e fidalgos, governadores e reis, esta cuidadosa atenção dos escritores pela biografia de uma pobre e humilde mulher seria, só por si, índice seguro de assinalados méritos.

Depois de tantas falas que pouco dizem sobre o assunto escolhido, compreendo a vossa impaciência, a fazer-vos bailar no cérebro a ansiosa pergunta:

— Mas quem era, afinal, Antónia Rodrigues?

Não respondo que neste despertar de interesse é que está a habilidade do artista, porque o não sou. Mas confesso ser por manha que assim espevito a vossa curiosidade, ajudando-vos a triunfar de sonolências e bocejos...

No último quartel do século xvi, a «muito nobre e notável vila de Aveiro» tinha caído em extremos de penúria, chorando então os fartos esplendores de outrora.

Em remotíssimas eras, frotas sem conta demandaram-lhe o porto e as suas águas, segundo pretendem alguns escritores, coalhavam-se de navios fenícios e cartagineses.

Romanos e mouros mandaram à foz do Vouga os seus barcos, em busca de riquezas.

No reinado de El-Rei D. João ii, ancoravam aqui navios estrangeiros de grande tonelagem.

E ainda em tempos de D. Sebastião, segundo informa o douto Barbosa Machado nas suas *Memórias,* o porto de Aveiro aparelhava muitos navios diversos, tanto para a nave-

gação de África como para a pesca do bacalhau, só nesta empregando mais de sessenta barcos.

Em 1575, um tempestuoso inverno modificou profundamente as condições da barra e do porto, obstruindo-os e originando a decadência de Aveiro.

As areias invadiram as águas, as cheias inundaram os campos, arrazaram os viveiros e empobreceram as marinhas. Decresceram ou paralizaram as pescas, as produções, os transportes e as variadíssimas actividades que determinam ou condicionam. Aveiro tornou-se insalubre e as doenças e epidemias alastraram, ceifando sem piedade os seus habitantes.

Por forma que no desgraçado ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1580, a vila continuava a despovoar-se e os que se viam forçados a morar nela atravessavam, por via de regra, horas sombrias de luto e miséria.

Estava então o bairro nobre da vila abrigado pelas muralhas outrora mandadas construir, à imitação das de Jerusalém, pelo Infante D. Pedro, filho de El-Rei D. João I — duque de Coimbra, senhor de Aveiro e, segundo todas as probabilidades, meu ilustre... vizinho, pois consta ter vivido na casa da Rua Direita, hoje pertencente à família Casal Moreira, onde se conserva ainda uma pedra com a cruz da Ordem de Aviz — muralhas que, mais tarde, El-Rei D. Manuel I reedificou e das quais podemos admirar os restos da chamada *Porta do Sol*, entre as casas da antiga Rua de Jesus e as que olham para o lado das Olarias.

Abro um parêntese para esclarecer que, segundo a tradição, o Rei Venturoso mandou sob a guarda de uma força de oitenta soldados o dinheiro necessário para a reparação dos muros, 10.000 reis — importância hoje tão mesquinha que não chega para um quilo de arroz ou meio litro de azeite do obsequioso «mercado negro»...

Fora de portas, ao norte do canal, ficava ao tempo a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, onde se situava o bairro piscatório — aglomerado de casario modesto, em grande parte coberto de colmo.

Ali nasceu, em 31 de Março de 1580, conforme a opinião ordinàriamente seguida, a nossa Antónia Rodrigues.

Seu pai, Simão Rodrigues ou Simão Rodrigues Mareares, era marítimo de profissão. Não errarei supondo-o, com bons autores, embarcado nos navios que daqui partiam, carregados de sal, para longínquas paragens ou entregue aos árduos trabalhos da pesca do bacalhau — peixe de saudosa memória! — nos bancos da Terra Nova.

A mãe, Leonor Dias, ocupava-se nos trabalhos domésticos e não teria lugar para ócios: vivia rodeada de filhos e de miséria.

Neste ambiente cresceu e se educou a pequena Antónia Rodrigues que o CONDE DE SABUGOSA — numa evocação, «amorosamente acariciada pela fantasia», da sua mocidade — nos apresenta com o sangue a ferver tumultuosamente nas veias, envolta com a garotada em perigosas excursões pelos canais da Ria ou em lutas monumentais pelas estreitas vielas da antiga vila, destra, ágil, dominadora, tormento da mãe e enlevo do pai.

A verdade é que, em seus verdes anos, determinou a mãe levá-la para a companhia de uma filha casada que tinha em Lisboa, «para viver em sua pobreza com menos uma boca», como deliciosamente escreveu Frei JOÃO DE SÃO PEDRO.

Não teria Antónia Rodrigues mais de dez ou onze anos de idade quando a arrancaram ao convívio dos pais, forçando-a a abandonar amizades e folganças e escondendo dos seus olhos os encantos duma paisagem maravilhosa.

Em companhia da mãe, lá fez a longa e dolorosa caminhada de Aveiro à capital do reino — viagem árdua e perigosa por estradas, veredas e atalhos infestados de ciganos e ladrões, só de muito em muito longe se descobrindo o aconchego de uma albergaria ou de um convento.

Creio que por terra seguiram as duas; mas nem, se me engano, seria a viagem em qualquer embarcação menos perigosa e arriscada, numa época em que, no mar, eram de temer os ataques de corsários ingleses e holandeses.

Pelo que das crónicas se infere, foi contrariadamente que a filha mais velha de Leonor Dias, cujo nome se ignora, aceitou o encargo de hospedar a irmã.

Era aquela «de pesada condição», como diz o bom frade de São Jerónimo, «sizuda e rebarbativa», «azeda e violenta de índole», como se exprime outro escritor.

Sabe-se positivamente que Antónia Rodrigues era maltratada.

Falam uns em «reparos, proibições e repressões que, em vez de alcançarem o recato e a compostura requeridos, mais excitaram no ânimo da insubmissa Antónia o espírito de revolta».

Afirmam outros que a irmã e o cunhado a admoestavam constantemente, a repreendiam com aspereza e a ameaçavam de mandá-la para Aveiro, mantendo-a sob uma pressão contínua de ralhos e contrariedades.

Avançam até que o cunhado a espancava muitas vezes e levantam a suspeita de que a dureza e frequência dos castigos eram motivadas pelo facto de Antónia Rodrigues se esquivar aos seus galanteios.

Se nisto pode haver fantasia ou exagero, a verdade é que a pobre rapariga levava «com obediência forçada uma vida desgostosa», para usar das palavras de Frei JOÃO DE SÃO PEDRO,

«não podendo sofrer a aspereza da irmã e o mau tratamento que lhe dava», como assegura DUARTE NUNES DE LEÃO.

Azougada e independente, Antónia Rodrigues suportou pouco tempo — escassos anos, dizem uns, alguns meses apenas, afirmam outros — aquela indesejável hospedagem.

Escreveu o CONDE DE SABUGOSA que, «deslumbrada com as aventuras narradas pelos capitães de navios, que regressavam de remotas paragens», a pequena Antónia «sonhava com os esplendores do Oriente, com os jardins de Ceuta, com os dramáticos encontros afrontando piratas no alto mar e com os cercos famosos das fortalezas de África e da Índia, em que as mulheres representavam por vezes tão insigne papel».

O certo é que, como bem notou o Dr. HIPÓLITO RAPOSO, a sua índole aventureira foi estimulada pela tentação do longe.

E um dia — feliz dia, sem dúvida! — Antónia Rodrigues soltou animosamente o brado da sua emancipação.

Juntou o pouco dinheiro que tinha, fugiu da casa sombria da irmã e, dirigindo-se «à rua onde vendem vestidos feitos», ajustou com um algibebe ou roupavelheiro «um vestido conforme ao trajo dos moços que servem no mar em navios mercantes».

Cortou então o cabelo — «os seus bastos e longos cabelos pretos», como dizia, não sei com que fundamento, um escritor nosso.

E assim «se foi ao campo e em um lugar escuso despiu o trajo de mulher que trazia e se vestiu como moço: e indo ao longo da praia se poz com o mestre de uma caravela que estava carregada de trigo para Mazagão em a qual se embarcou».

Estas afirmações do cronista permitem-nos recompor a cena curiosíssima: — um pimpolho vestido de marujo, vivo, esperto, decidido, no meio das algaraviadas do velho Cais da Ribeira, inculcando-se sabedor da arte de marear, apto para todo o serviço de bordo, e convencendo o mestre experimentado de uma caravela, pronta a levantar ferro, a engajá-lo!

Tinha então Antónia Rodrigues quinze, como pretendem alguns, ou doze anos sòmente, como assevera DUARTE NUNES DE LEÃO, digno de maior crédito.

As suas formas, «começavam a desenhar-se em linhas felizes» e os exercícios a que se votara tinham-lhe dado «uma elegância especial».

Houve já quem a retratasse de fartos cabelos pretos, olhos negros e brilhantes, feições regulares, tez morena e corada, dentes alvos e lábios carminados, evidentemente sem o artifício do *baton* que as senhoras agora usam...

O que não sofre dúvidas é que Antónia Rodrigues era elegante e formosa.

Quando já em Mazagão, «parecia um mancebo mui gentilhomem e de muita graça», diz o cronista; e ao conhecê-la mais tarde, «mulher ainda moça de menos de trinta e cinco anos de idade», era Antónia Rodrigues «bem parecida», com «muita graça no que fala e grande viveza de espírito», pelo que, acrescenta, «justifica bem o que dela se diz».

Embarcou, pois, na caravela que lhe seria amparo e caminho de libertação — por interessante coincidência denominada *Nossa Senhora do Socorro*—transmudada em marujo e com o nome suposto de António Rodrigues.

Serviu na viagem de grumete, «tão destramente como se fora homem que fizera sempre aquele ofício, trepando pelo mastro a tomar as velas e fazendo tudo o mais como um destro marinheiro».

Não é necessário supor tempestades ou calmarias, fúrias dos elementos ou ataques dos piratas, para encarecer a dureza do trabalho, que todos sabemos bem custoso.

O que seguramente pode dizer-se é que o desembaraço, a agilidade e a perícia do pequeno grumete causavam o espanto da tripulação.

Trabalhou e dormiu de envolta com rudes mareantes, triunfando de concupiscências, preservando de mácula a branca açucena da sua pureza, recatando-se por forma que nenhum companheiro de beliche ou camarata suspeitou o seu verdadeiro sexo.

Chegou, enfim, a caravela a Mazagão — praça do norte de África, na costa marroquina, que os portugueses da Conquista acrescentaram, como diamante magnífico, à refulgente coroa de D. Manuel I.

O sítio era ameno, a baía excelente e a fortaleza, construída para senhorear a rica província de Dukala, obra «mui grande e mui poderosa».

«Plana a terra, plano o rebordo da larga baía de que a praça ocupa uma ponta, perdido de vista o outro extremo dela ao longe, num tom claro onde há desfazer de vaga e iniciar de duna», o pequeno grumete encontrava para os seus lindos olhos estimável compensação da paisagem a que andavam habituados e tão cedo lhes roubaram.

Disse-se já que a construção da fortaleza e a fundação da vila — como os cercos da praça, com sérias arremetidas de mouros que os portugueses sacrificada e heròicamente repeliam — eram tema magnífico para um canto de epopeia.

Não me sobra o tempo para detalhadas notícias, que qualquer encontrará na *História do cerco de Mazagão*, de AGOSTINHO DE GAVY DE MENDONÇA, no estudo *Lugares dalêm — Azemôr, Mazagão, Çafim*, do professor Doutor VERGÍLIO

Correia, ou em qualquer das muitas obras por este ali indicadas.

Logo à chegada, foi o Capitão-Mor, como então se chamava ao Governador da praça, informado de que «o mestre da caravela fizera furto e falsidade no trigo que levava: e tirando-se do caso testemunhas foi o grumete António uma delas que descobriu a verdade».

Organizou-se, portanto, um processo; procedeu-se a um inquérito; ou, para usar a terminologia do tempo, abriu-se uma devassa para averiguar do roubo.

O grumete António Rodrigues, honrado, inteligente e decidido, sem temer rancores ou represálias, pôs logo tudo em pratos limpos, como soe dizer-se: culpou o mestre da caravela, descobrindo-lhe a deshonestidade.

«Pelo que — diz o cronista — o Capitão não consentiu que tornasse na caravela por o mestre lhe não fazer mal: e o assentou no número dos soldados».

Bons tempos, esses, em que o alistamento dos militares se fazia sem necessidade de inspecções prévias . . .

Ficou, pois, António Rodrigues em Mazagão, agora como soldado de infantaria.

Em pouco tempo se tornou tão destro no manejo das armas que a todos se avantajava; e de tal modo que nenhum conseguia vencê-lo.

Esta reconhecida superioridade e a sua «branda condição» tornavam-no particularmente querido dos soldados, que com ele procuravam acamaradar.

Pelo que reza a crónica, era exemplar o seu comportamento. Nela se diz que António Rodrigues «fazia suas vigias de noite sem nunca faltar nelas, e com os soldados comia e se deitava na cama e dormia entre eles vestido porém sempre com gibão e ceroulas, que nunca andava sem elas, por onde não foi conhecido».

Serviu, assim, durante pouco mais de um ano, como peão ou soldado de infantaria. Tinha, porém, adquirido tal renome e era tão benquisto do Capitão-Mor que este o incorporou na cavalaria «e lhe deu soldo e mantimento como aos mais cavaleiros».

Começou então o período mais famoso da sua brilhante carreira militar.

Em tempos de El-Rei D. Sebastião, durante a regência de sua avó D. Catarina, os mouros cercaram a praça com numerosas forças, que foram brilhantemente repelidas.

Data de 1562 o memorável assédio, do qual Pedro de Mariz escreveu o seguinte: «... e foi este cêrco havido pelo mais estupendo e maravilhoso e apertado que todos os mais que em nossos tempos se viram, nem na Índia, nem em África, nem em toda a Europa».

Foram tão importantes os combates e tão assinaladas as nossas vitórias que não só em Mazagão, como em todas as igrejas do reino, se celebraram solenes festas em agradecimento a Deus. O Santo Padre Pio IV ordenou aos cardeais Hércules Gonzaga e Jerónimo Seripando que fizessem celebrar missa de pontifical em acção de graças por havermos vencido os infiéis, missa para a qual se escreveram orações especiais e a que assistiram os Prelados reunidos para o Concílio de Trento!

Conta Frei Luís de Sousa que no ano seguinte, estando o santo Arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires em Roma, numa das vezes que jantou com o Papa e durante toda a refeição «não tratou o Chefe da Igreja de outra coisa senão louvar e engrandecer os portugueses, encarecendo aos assistentes o seu esforço e valentia e a famosa vitória que no ano atrás haviam alcançado dos mouros de África no cêrco de Mazagão, de que mostrava tivera particular gosto».

Assim desbaratado o inimigo, que sofreu mais de vinte e cinco mil baixas, não terminaram, porém, os assédios, as sortidas, as correrias, multiplicando-se os longos e duros combates, que proporcionaram aos portugueses luzentes vitórias sobre os mouros infiéis.

«No acometer aos mouros e em todas as facções de maior perigo e importância, sempre António Rodrigues era quem por ordem do capitão precedia aos mais, e o merecia pelo valor intrépido e disciplina militar com que dispunha e pelejava».

Em parte alguma o vejo tratado por adail ou simplesmente por almocadem, cujo ofício era guiar ou encaminhar o exército marchando na sua frente e que, segundo Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, devia «ser mui prático e esforçado na guerra, ter perfeita notícia do país, dos seus caminhos e vales, montes e rios, ser muito fiel, acautelado e expedito».

Certo é que tais qualidades não faltavam ao moço cavaleiro e que, se de direito não tinha o posto, de facto por muitas vezes o exerceu. Claramente o mostra Duarte Nunes de Leão no seguinte passo:

«Sendo de cavalo se avantajou dos outros na destreza e bom ar e ligeireza com que cavalgava do chão: *e no cometer aos inimigos nas emprezas maiores e de importância, sempre o Capitão o nomeava e mandava na deanteira como ao mais destro cavaleiro que tinha.* E assim se achou em muitas pelejas e encontros onde foram cativos e mortos muitos mouros principais e seus cavalos de que António Rodrigues participava como o melhor cavaleiro da companhia».

A dar crédito ao que leio num trabalho omisso na indicação de fontes, que não consegui encontrar, já durante o

primeiro ano de serviço, como peão, o valente militar praticara extraordinários feitos, um dos quais o impôs à admiração de todos.

Arguto, perspicaz e sempre vigilante, António Rodrigues descobriu a tempo uma conjura dos mouros, que se preparavam para, em determinada noite, fazer uma grande sortida, matando com ímpetos de ferocidade e destruindo as searas com requintes de malvadez.

Preveniu o Capitão-Mor e, ardendo em ânsias de alcançar maior glória, solicitou-lhe o comando de um troço de tropas.

Foi, então, ao encontro dos infiéis, dirigindo as manobras do ataque com tanta mestria e combatendo com tal denodo que infligiu ao inimigo uma derrota completa e vergonhosa.

Coroado de louros, reentrou em Mazagão por entre aclamações delirantes.

Foi, porém, na arma de cavalaria que António Rodrigues se tornou verdadeiramente célebre, espalhando o terror nas fileiras inimigas, assombrando os combatentes portugueses e conquistando gerais simpatias e aplausos.

Estão neste ponto de acordo os escritores, um dos quais assevera que se contam autênticos prodígios de valor e audácia do aguerrido militar, em inúmeras correrias que comandou e durante as quais combateu encarniçadamente, como o mais destemido cavaleiro das hostes lusíadas.

As suas preclaras virtudes e os seus feitos heróicos, alcançaram-lhe honrosos cognomes. Crismaram-no de *Terror dos Mouros;* chamavam-lhe, em Mazagão, *A Cavaleira*, pelo esforço que nas armas mostrou; e os que apontam e louvam os triunfos do «jóvem fronteiro de África» comprazem-se em sobrepô-lo à animosa Cloélia ou em compará-lo ao destemido Eurico, à célebre Brites de Almeida e até à doce Joana d'Arc!

Nos lazeres dos seus admiráveis feitos guerreiros, o brioso cavaleiro cumpria escrupulosamente as suas obrigações militares, velando de noite nos aquartelamentos e saindo repetidas vezes aos arraiais inimigos, a cavalo e de espingarda, «a fazer lenha e feno».

Sobrava-lhe ainda o tempo para as sortidas aos campos dos mouros, onde ia frequentemente matar porcos bravos, de que trazia sua parte.

E também lhe não faltava para falar de amores...

A fama das suas proezas, a sua elegância e distinção, a viveza do seu espírito e o seu trato gentil, franquearam as portas das melhores casas da vila ao moço cavaleiro, que por sua galanteria enfeitiçava as damas.

Regista a crónica que António Rodrigues «era mui bem olhado e favorecido das donzelas de Mazagão, mormente de uma filha de um cavaleiro principal em cuja casa tinha tanta familiaridade... que todos cuidavam que havia de casar com ela. E por a muita familiaridade que os pais da moça viam nele que não passava de requebros e galantarias não se receavam dele: pelo que era mui servido de lenços e camisas, e todos tinham para si que casaria ali».

Nada a este respeito acrescenta Duarte Nunes de Leão. Da sua pena, sòmente fica a saber-se que a donzela loucamente apaixonada pelo garboso António Rodrigues era filha de um cavaleiro principal.

Supôs o Conde de Sabugosa que a História lhe não registara o nome, talvez para a não vexar pelo seu equívoco. Mas uns investigadores de antiqualhas, sem qualquer receio... de afoguear as faces da enamorada senhora, afirmam que esta era D. Beatriz de Mendonça, filha de D. Diogo de Mendonça, um dos principais fidalgos que ao tempo viviam em Mazagão.

E esclarecem que D. Beatriz chegou a adoecer gravemente, pelo que o pai solicitara os bons ofícios do Capitão-Mor no sentido de obter que António Rodrigues a desposasse.

Que não se levante do seu túmulo, onde há séculos dorme, a ilustre senhora, se por acaso a calunio: — limito-me a reproduzir o que li e só há que pedir contas a quem o assoalhou...

Seja como for, o certo é que em Mazagão começaram os carros a andar adiante dos bois — quero dizer, principiaram as donzelas a requestar o moço cavaleiro, a ponto de uma por ele se apaixonar, o receber como noivo em casa de seus pais, o amimar com prendas e se dar como certo na vila que os dois se uniriam pelos sagrados laços do matrimónio.

Havia de ser lindo, não resta dúvida!...

Enquanto a pobre rapariga vivia neste equívoco, notava o falso António Rodrigues que, ao lado das suas numerosas admiradoras, havia um militar de boa família que o olhava estranhamente, que a furto o contemplava e que, em suas raras conversas, lhe falava sempre com visível comoção.

Aventou um autor, neste passo, que lhe andariam talvez na memória aqueles versos do lindo romance *A donzela que vai à guerra:*

> «Tende-los peitos mui altos
> Filha, conhecer-vos-hão.
> . . . .
> . . . .
> Senhor Pai! Senhora Mãe!
> Grande dor de coração:
> Que os olhos do Conde Daros
> São de mulher, de homem não!».

Complicavam-se as coisas.

Havia cinco anos que Antónia Rodrigues, ocultando cuidadosamente o seu sexo, servia em trajo de homem como valoroso soldado que, em repetidos feitos heróicos, ganhou esporas de oiro.

Ou porque repugnasse à rectidão do seu carácter o embuste em que forçadamente vivia; ou porque se apiedasse da doce apaixonada que via enredar-se no seu engano; ou porque temesse «ser descoberta por outrem, se se lhe enxergassem algumas mostras de mulher»; ou porque os impulsos do seu sexo, despertados no convívio de marujos e soldados e longamente reprimidos, lhe pediam que se mostrasse o que por natureza era; ou porque se sentisse tocada no coração pelos olhares do moço militar que furtivamente a admirava — por qualquer destas razões, ou por todas elas, Antónia Rodrigues sentiu necessidade de tudo descobrir.

Lembrou-se então de que, entre os clérigos que na praça faziam cristandade, havia um, o Padre Provisor, sobejamente austero, reputado como o mais hábil para tranquilizar espíritos conturbados e resolver casos difíceis de consciência.

«...E indo ao Provisor se lhe descobriu e lhe disse as razões porque até ali andara naquele trajo.»

Fàcilmente se calcula o espanto do bom Padre ao ser-lhe desvendado o segredo!

Mais surpreendido ainda, se possível, ficou o Capitão-Mor, ao que parece Diogo Lopes de Carvalho, quando aquele e a heroína o procuraram e lhe fizeram a estranha e inesperada revelação!

Vale a pena repetir o que Frei João de São Pedro, em perfeita concordância com Duarte Nunes de Leão, sobre este ponto escreveu:

—«Eram passados cinco anos de serviço naquela praça, vivendo sempre com recatos de donzela na licenciosa vida de soldado, e temeroso que algum incidente descobrisse o segredo da sua heróica resolução, voluntàriamente se deu a conhecer ao Provisor do Eclesiástico, que dando parte ao Governador, a obrigaram ambos a largar com o exercício das armas os trajes de soldado, e vestidos de varão.

Invejando todos em tão humilde fortuna, tão nobre coração, não cessavam de encarecer a honra, que soubera ganhar, menos vencendo tantas vezes o inimigo na campanha, que triunfando da mesma natureza nos viciosos quartéis da soldadesca, virtude, que se deve contar nesta heroína por primeira entre outras muitas, que lhe fazem oposição no lugar, força em a primazia.»

Antónia Rodrigues despiu a farda que tanto enobrecera e retomou os vestidos de mulher, com eles mais realçando os seus naturais encantos.

«Correu logo a notícia com admiração de todos, que a estimavam soldado, e agora reconheciam donzela.»

D. António da Costa refere-o assim: «Se correra a fama do militar, a fama da mulher que fora guerreira ressoou mais ainda: toda a gente a queria ver. Então mudaram-se as cenas: se até aí as donzelas requestavam o brioso mancebo, passaram os homens a apaixonar-se pela formosa donzela».

Foi Antónia Rodrigues recolhida em casa de família honesta, a «de um cavaleiro principal» da praça.

Assevera o cronista que ali a iam visitar «as donzelas a que ela falava amores, as quais mudaram o amor que lhe tinham em amizade e lhe pagaram as galantarias que lhes dizia com presentes de rocas e fusos e outros tais ditos».

Não alimentaram rancores as que se viram logradas.

Quis Antónia Rodrigues voltar para o reino, se encontrasse mulheres que lhe fossem boa companhia. «Mas — diz a crónica — era tão bemquista do Capitão e de todos os da vila, assim homens como mulheres, que lhe não consentiam falar nisso».

Esta expressiva maneira de dizer revela claramente a grande consideração e as gerais simpatias que a nossa conterrânea soube conquistar por suas muitas virtudes e assinalados feitos.

Entretanto, aquele que de há muito olhava escondidamente Antónia Rodrigues, pessoa de qualidade, filho de gente nobre, «cavaleiro mancebo dos principais da vila», triunfou de quantos amaram a esbelta rapariga que nascera humilde numa pobre casa de Aveiro e fora coroar-se de invejáveis louros a Mazagão.

Casaram e partiram para o reino pouco tempo depois do casamento.

Entre as jóias do seu enxoval, por muito rico que fosse, a mais valiosa e a que Antónia Rodrigues, por certo, mais estimaria, era «a certidão de seus serviços que fez pelas armas», com que o Capitão-Mor a presenteou.

É de crer que o rei tivesse já notícia dos seus brilhantes feitos ou que a heroína se apresentasse no paço «com a relação de seus grandes serviços, autorizados por certidões».

Seja como for, sabe-se que o monarca lhe fez mercê de duzentos cruzados para ajuda de custo, uma fanga — ou seja quatro alqueires — de trigo em cada mês e uma tença de 10.000 reis em sua vida.

Isto assegura o cronista, e não é para aqui a explicação de um pretendido desacordo entre o que afirma e o que consta de um documento que o General Brito Rebelo encontrou no Arquivo da Torre do Tombo e de que enviou cópia ao Conde de Sabugosa.

Este refere-se à concessão de nova tença com que se premiaram os feitos da afamada guerreira.

Desconhece-se o nome do marido de Antónia Rodrigues. No regaço de ambos brincou um filho que a munificência régia, para mais honrar a mãe, elevou à dignidade de moço da real câmara.

Se não erram os autores, estavam a heroína e seu marido novamente no reino quando, em 1619, Filipe II visitou Lisboa.

Antónia Rodrigues gozava então de grande fama e extraordinário prestígio, que por seus feitos brilhantes tinha muito justamente grangeado.

Por simples curiosidade ou por senso político, o monarca intruso desejou conhecê-la.

Ignora-se o tempo que durou a audiência, que se afirma ter sido longa e extremamente interessante.

Novo galardão que, na altura, lhe fosse concedido, é problema de esclarecimento demorado.

De outros filhos que teve, como alguns pretendem, nada positivamente se sabe.

Apostou-se o tempo em esconder-nos os demais caminhos que a heroína trilhou na vida até que Deus a levou do mundo.

Antónia Rodrigues, porém, continua a viver nos seus nobres exemplos, como na nossa enlevada admiração e comovida saudade.

Minhas Senhoras
Meus Senhores

Dou-vos a grata notícia de que vou terminar.

Não haja menina que tome a lição da ilustre aveirense tão ao pé da letra que se ponha agora a fugir à família, a cortar os cabelos, a vestir-se de homem, a dormir com marujos e soldados—ainda que recatadamente—e a matar inimigos, cavalos e javalis em paragens distantes...

Suponho ter posto em relevo as qualidades de carácter de Antónia Rodrigues, a sua decisão, a sua energia, a sua independência, o seu aprumo, a sua abnegação, o seu heroísmo.

Estas são as virtudes que a enobreceram; e são elas que, como vos dizia ao princípio, nos acorrentam ao império da sua autoridade, obrigando-nos a louvá-las e a exercitá-las.

Num apreciado alfarrábio, que muitas vezes compulsei, onde se registam e enaltecem os predicados de Antónia Rodrigues, encontra-se esta saborosa passagem:

«O que desta mulher mais se pode louvar é a continência e honestidade com que sempre procedeu andando entre tantos soldados feita soldado, comendo e dormindo na cama entre eles, vencendo-se a si mesma, que é a maior das vitórias.»

O espírito gentil de uma famosa heroína, com tão brilhante folha de serviços, ensinando aos seus conterrâneos, a perto de quatrocentos anos de distância, que a maior de todas as vitórias... é vencerem-se a si mesmos!

Decididamente: — se ponho mais tintas no quadro, arrisco-me a estragar a pintura.

Por isso termino.

Tenho dito.

NOTAS

As notas que seguem visam o desenvolvimento de alguns pontos que na conferência não puderam tratar-se com a conveniente largueza; e pretendem ainda esclarecer, na medida do possível, um ou outro passo obscuro da vida e feitos de Antónia Rodrigues.

São, para tudo dizer, um registo de factos apurados e uma tentativa de solução de problemas confusos.

Houve, ao redigi-las, a preocupação de reproduzir o que de mais interessante se tem publicado sobre a heroína aveirense: fazem-se, assim, algumas transcrições que seriam dispensáveis, atendendo a que os poucos leitores deste modestíssimo trabalho só muito dificilmente poderiam obter todas as obras nele referidas.

Possìvelmente, dormirão ignorados nos arquivos alguns documentos importantes para a biografia da esbelta e virtuosa cavaleira; e, por certo, muitos outros escritores se ocuparam da sua vida e enalteceram os seus heroísmos. Oxalá apareça quem, na posse de mais completos elementos e senhor da necessária competência — que de todo falta a um simples curioso sem fôlego para estudos desta natureza — possa erguer sólido monumento em louvor da heroína que foi coroar-se de louros a Mazagão.

NOTA I

Num artigo publicado em 1895, ADRIANO COSTA, um modesto admirador das nobres qualidades e assinalados feitos de Antónia Rodrigues, lastimava que em Aveiro se não tivesse honrado convenientemente a sua memória e acrescentava que, ao proceder-se à alteração da nomenclatura das ruas, lhe ocorreu lembrar o nome da heroína, abstendo-se todavia de fazê-lo por temer que a sugestão não fosse aceite dada a obscuridade da sua origem (1).

(1) ADRIANO COSTA, *Antónia Rodrigues — A heroina aveirense*, artigo publicado no *Almanak Aveirense para 1896*, Aveiro, 1895, pág. XLIX.

Infundado receio, que obrigou a demorar alguns anos mais tão singela e justa homenagem.

Em 1928, a Câmara Municipal de Aveiro deliberou dar o nome de Antónia Rodrigues a uma das ruas da cidade. Em sessão de 22 de Março daquele ano, a Comissão Administrativa, como se vê do respectivo *Livro de Actas*, «resolveu, a pedido da Comissão Central dos festejos da celebração do Centenário da Liberdade, alterar os nomes de algumas ruas, da seguinte forma: ...a Rua de São Roque passa a denominar-se Rua Antónia Rodrigues, a célebre Antónia de Aveiro, que, fugindo de casa aos quinze anos, foi, vestida de homem, combater gloriosamente os mouros em Mazagão, onde obrou prodígios de valor, conservando durante anos, com a sua virtude, o segredo do seu sexo».

Não obstante os termos da deliberação, a *Rua de Antónia Rodrigues* corresponde apenas a metade, aproximadamente, da antiga Rua de São Roque, nome que se mantém na parte restante (1).

As modestas placas de mármore que identificam a rua com o nome da heroína aveirense, reproduzem o que se escreveu na acta da sessão camarária, onde, a meu ver, só há a corrigir a idade com que se diz ter fugido de casa da irmã.

Nada conheço que autorize a modificar o que, sobre este ponto, escreveu o licenciado Duarte Nunes de Leão: «Eſta moça nam podendo ſofrer a aſpereza de ſua irmãa & o mao tratamento que lhe daua, ſe determinou ſairſe de ſua caſa & irſe a terras eſtranhas, como fez *ſendo de idade de doze annos*» (2).

Não sei de outra homenagem que Aveiro tenha prestado à memória de Antónia Rodrigues.

Se Duarte Nunes de Leão fosse... edil da nossa Câmara, certamente teria já proposto que, numa das praças da cidade, se erguesse um monumento em honra da heroína. É curioso o voto do historiógrafo e interessante a maneira de justificá-lo.

«Aa qual (Antónia Rodrigues) com tanta e mais razaõ ſe podera poer em Mazagaõ huma ſtatua equeſtre de molher, como os romanos poſeraõ aa ſua Chloelia que ſendo poſta em arrefens com outras donzellas em poder delRei Porſena de Toſcana que tinha cercado Roma animou ſuas companheiras & as guiou a paſſarem nuas o Tibere a nado que eſtaua entre o arraial dos imigos & a cidade, & tornarem

(1) Cfr. *Roteiro da Cidade*, Aveiro, 1945, ed. da Comissão Municipal de Turismo, pág. 6.

(2) Duarte Nunez de Leão, *Descripção do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, MDCCLXXXV, pág. 346.

liures a caſa de ſeus pais. Porque maior esforço he acommeter armada a caualo os imigos armados, que fugir delles paſſando hum rio com os veſtidos aas cabeças ſem nunqua caualgar em cauallo.» (1)

O CONDE DE SABUGOSA secundaria o voto de assim perpetuar a memória da heroína, sem dúvida com melhores fundamentos:

«Porque, encontrando-se nela tantas das qualidades da nossa raça aventurosa, sonhadora e resoluta, e tantas das virtudes da mulher portuguesa, enérgica, valente e leal, bem teria merecido a intrépida amazona uma estátua equestre na melhor praça de Mazagão.» (2)

E porque não erguê-la numa das praças de Aveiro, mais acertadamente em sítio escolhido da antiga Vila Nova?

NOTA II

Escreve RANGEL DE QUADROS que António Rodrigues se despediu do serviço marítimo logo depois de a caravela ter entrado em Mazagão, sendo todavia certo que os autores não estão de acordo neste ponto.

Dizem uns que o capitão do navio *despediu* o pequeno grumete por já não necessitar dos seus serviços; afirmam outros que foi este quem, desejoso de novas aventuras, *se despediu* dos trabalhos de bordo, pretendendo alguns que as coisas se passaram deste modo:

Chegada a caravela a Mazagão, descobriu-se a bordo um desfalque, não se sabe ao certo se de objectos, se de dinheiros existentes ou apurados na venda de parte do carregamento.

Recaíram as suspeitas em diversos tripulantes, entre os quais António Rodrigues. Este, porém, soube defender-se tão hàbilmente que, descobrindo os verdadeiros culpados, salvou não só a sua inocência como a do capitão da caravela.

Redobrou o mestre do navio a estima que votava ao pequeno embarcadiço; não obstante, e embora com profundo desgosto daquele, o esperto grumete, empenhado em novas aventuras, *despediu-se* do serviço (3).

MARQUES GOMES conta de outra forma: — António Rodrigues foi obrigado a abandonar a embarcação porque, chamado a depor, como testemunha, sobre um roubo feito no carregamento, e dizendo, como era de esperar, toda a verdade, culpou

---

(1) *Ibidem.*
(2) CONDE DE SABUGOSA, *Neves de Antanho*, 2.ª ed., pág. 281.
(3) JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS OUDINOT, *Aveirenses notáveis — Antonia Rodrigues*, artigo publicado no semanário *Districto de Aveiro.*

o capitão da caravela, o que lhe valeu ser imediatamente *excluído* da tripulação (1).

Em trabalho posterior, Marques Gomes reafirma que o pequeno grumete foi *expulso* de bordo por haver deposto em juízo sobre um furto cometido pelo capitão da caravela (2).

Isto mesmo repete autor desconhecido numa publicação recente: — «Chegada a Mazagão, foi *expulsa* de bordo, por haver deposto num processo por furto cometido pelo capitão» (3).

No dicionário de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, refere-se o facto com uma variante: — «Admitida a bordo como grumete, com o nome de António Rodrigues, chegou àquela nossa praça africana; sendo, porém, ali chamada a depor como testemunha contra o capitão da caravela, que era acusado de roubo, *decidiu* não voltar a Portugal no navio em que fora embarcada, e alistou-se como soldado num regimento de infantaria» (4).

Há ainda quem afirme que António Rodrigues foi «*abandonado* em Mazagão pelo mestre da caravela, a quem culpara pelo roubo que este fizera no carregamento durante o trajecto».

Outros, finalmente, dizem que Mazagão era «o termo da viagem e, portanto, ali *terminava o contracto* do grumete, bem a pesar do mestre, que via no pequeno um marinheiro audaz» (5).

Nenhuma destas versões tem a aboná-la, que eu saiba, documentos irrefragáveis ou o testemunho de autores coevos.

Nem o pequeno grumete foi acusado de furto ou sobre ele recaíu qualquer suspeita; nem o capitão da caravela o despediu, por já não precisar dos seus serviços, ou o abandonou ou expulsou, porque contra ele depusera em juízo; nem ele próprio tomou a iniciativa de despedir-se, desejoso de novas aventuras ou mesmo, o que seria natural supor, por temer represálias do capitão.

Dizer que António Rodrigues ficou em Mazagão, com profundo desgosto do mestre da caravela, por ser aquela praça o termo da viagem e ali terminar o contrato do pequeno grumete, parece-me de todo inaceitável, pois nada o impedia de sucessivos ajustes para novas derrotas.

Duarte Nunes de Leão esclarece o problema: — «Che-

---

(1) Marques Gomes, *Memórias de Aveiro*, pág. 185.

(2) Marques Gomes, *O Districto de Aveiro*, pág. 152.

(3) *Figuras egrégias nascidas no concelho*, artigo publicado no *Portugal económico, monumental e artístico*, fasc. LVII, pág. 51.

(4) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal — Diccionário corographico, biographico, bibliographico, heraldico, mumismatico e artistico*, vol. VI, pág. 342, 1.ª col.

(5) Adriano Costa, *art. e loc. cits.*, pág. L.

gando a Mazagaõ foi certificado ao Capitaõ que o meſtre da carauella fizera furto e falſidade no trigo que leuaua: & tirandoſe do caſo teſtimunhas foi o grumete Antonio huma dellas que deſcobrio a verdade. *Polo que o Capitão nam conſentio que tornaſſe na carauella por o meſtre lhe nam fazer mal:* & o aſſentou no numero dos ſoldados, & ſe começou a chamar, Antonio Rodriguez» ([1]).

Foi, portanto, o Capitão-Mor da praça de Mazagão quem tomou a iniciativa de não consentir que o pequeno grumete continuasse embarcado na caravela, por muito avisadamente temer as vinganças do mestre—o que, sem dúvida, não exclui que esse fosse igualmente o desejo de António Rodrigues, receoso de represálias e ávido de novas aventuras.

Adopto como boa esta versão por ser, além de inteiramente verosímil, a do autor que, no caso, se mostra digno de maior crédito.

Perfilhou-a também Frei João de São Pedro, que deste modo se exprime:—«Chegou a caravella a Mazagaõ, e achando-ſe na conta do trigo diminuto o algariſmo dos moyos, ſe fez ſoſpeitoſa a fidelidade do meſtre, de que ſe tiráraõ por ordem do Governador hum ſummario de teſtemunhas, em que jurou o Gurumete Antonio Rodrigues, confeſſando a verdade do furto. *E temeroſo o Governador da juſta vingança do meſtre, o deixou ficar em Mazagaõ,* e com praça de Soldado de pé em poucos dias daquella milicia mereceo ſobre os cuidados de deligente, attençoens de valeroſo» ([2]).

Anota-se apenas que a vingança do mestre da caravela, sendo de temer, não seria, de modo algum, «justa». Não se quis, evidentemente, significar que pudesse haver justiça na vingança, senão que o mestre tinha fundamento para ela na acusação do grumete.

Foi seguindo a versão adoptada que o Conde de Sabugosa, emoldurando artìsticamente os factos, escreveu:

«Teve então o Governador uma denúncia certificando-lhe «que o mestre da caravela fizera furto e falsidade no trigo que levava». Procedeu-se a um inquérito, ou, como nesse tempo se dizia, abriu-se uma devassa para averiguar, «tirando-se do caso testemunhas». Uma delas foi o grumete António, que compareceu perante uma espécie de conselho composto do governador e alguns magistrados. Logo a todos impressionou a viveza do olhar do marujito, a sua expressão inteligente e decidida, a sua airosa cabeça enquadrada pelo cabelo cortado à altura do mento, e aquela aparência de efebo, um

---

(1) Duarte Nunez de Leão, *ob. cit.*, pàg. 346.

(2) Damião de Froes Perym, *Theatro Heroino*, tom. 1, Lisboa, MDCCXXXVI, pág. 55.

mixto de escudeiro e de pagem, que lhe dava ao mesmo tempo um ar marcial, e a graça de cortesão.

Interrogado, disse a verdade sem rebuço nem receio, a despeito dos olhares minazes do mestre do navio, que esperava assim atemorizá-lo.

Não sabemos qual foi a sentença do Tribunal. É porém certo que António revelou tudo, desde as suspeitas, que logo no princípio da viagem o tinham assaltado àcerca da honestidade do mestre, até à prevaricação no caso das medidas. O rancor do embarcadiço transudava nos olhos injectados; pelo que não era de invejar a sorte que esperava o intrépido marujo, quando se achasse de novo na caravela à mercê do seu ódio.

O Governador da fortaleza *não consentiu* portanto que o rapaz fosse exposto às iras vingativas do mareante, e desde logo assentou praça, como soldado, ao grumete António Rodrigues.» (¹)

NOTA III

Tendo servido como peão durante pouco mais de um ano, António Rodrigues passou a fazer parte do corpo de cavalaria.

Quais as razões da transferência?

O que a tal respeito se lê no *Theatro Heroino* é o seguinte: — «Havia hum anno, que tinha aſſentado praça de Soldado de pé, *e com dezejo de chegar aos Mouros com mais pezada maõ ſe mudou para a Cavallaria,* em que mereceo fama naõ vulgar entre os mais guerreiros, buſcando nos mayores perigos reſpeitos à peſſoa, emulaçoens ao valor, com que ſe fazia taõ amado naõ menos pelo esforço, que pela gentil diſpoſiçaõ, trato cortez, e affavel, que algumas Portuguezas ſolicitàraõ o ſeu cazamento, a que reſpondia grato, e diſcreto ſem mover a queixas, nem deixar eſperanças» (²).

Foi, segundo creio, de Frei João de São Pedro que mais recentes escritores colheram esta versão.

Marques Gomes, adoptando-a, escreve: — «O jovem soldado em breve ganhou a estima de todos os seus camaradas e se tornou destríssimo no manejo de todas as armas; porém, passado um ano, *desejando conhecer de perto os inimigos de fé e da pátria, os mouros, transferiu-se para um corpo de cavalaria,* onde praticou grandes e novos rasgos de valor...» (³).

(¹) Conde de Sabugosa, *ob. cit.*, págs. 271 e segs.

(²) Damião de Froes Perym, *Theatro Heroino*, Lisboa, MDCCXXXVI, tom. I, págs. 55 e segs.

(³) Marques Gomes, *Memórias de Aveiro*, pág. 185.

Na *Enciclopédia* pnblicada sob a direcção do Dr. MAXIMIANO DE LEMOS encontra-se esta passagem: — «Admitida como grumete, pois o capitão como um rapaz a aceitou, chegou ao seu destino, onde depois se alistou como soldado num regimento de infantaria, *passando mais tarde para a cavalaria a fim de melhor poder combater os moiros*» (¹).

Lê-se semelhantemente nos dicionários de MANUEL PINHEIRO CHAGAS e de ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, cujas palavras são as mesmas: — «Logo que entrou nas fileiras do exército, dedicou-se com ardor a todos os exercícios que podiam desenvolver-lhe as forças físicas *e desejando entrar em combate com os moiros pediu e obteve passagem para a cavalaria*, realizando assim a sua vontade de tomar parte na luta quotidiana que então os moiros travavam com os inimigos da fé» (²).

Abre-se um parêntese para corrigir o evidente lapso dos dicionaristas: — Inimigos da fé eram os moiros; e a luta que se travava, e na qual Antónia Rodrigues desejaria tomar e tomou parte, era entre aqueles e os portugueses, defensores da fé cristã.

É muito natural supor que o garboso militar ardentemente desejasse «entrar em combate com os moiros», como dizem PINHEIRO CHAGAS, ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, «melhor poder combater os moiros», como escreve com mais propriedade o Dr. MAXIMIANO DE LEMOS, «conhecer de perto os inimigos da fé e da pátria», como se exprime MARQUES GOMES, «chegar aos Mouros com mais pezada mão», como afirma Frei JOÃO DE SÃO PEDRO. E é lógico admitir que esse desejo nascesse, não apenas do irrequietismo do seu espírito aventureiro ou da ânsia de praticar assinalados feitos e cobrir-se de glória, mas do propósito de servir a fé que professava e a pátria que estremecia.

Mas nada, que eu saiba, autoriza a afirmação de que foram estes os motivos pelos quais «se mudou», «se transferiu» ou «pediu e obteve passagem para a cavalaria».

É manifesto que a transferência se não operou por autoridade própria; mas parece mesmo que António Rodrigues a não solicitou, sendo-lhe antes concedida por iniciativa do Capitão-Mor da praça e como justo prémio das qualidades que revelara.

Assim o diz DUARTE NUNES DE LEÃO: — «. . . O qual em

(¹) MAXIMIANO DE LEMOS, *Encyclopedia portuguesa ilustrada — Diccionario universal*, vol. IX, pág. 479, col. 3.ª

(²) MANUEL PINHEIRO CHAGAS, *Diccionário popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*, Lisboa, 1881, vol. 9.º, pág. 359, col. 3.ª; ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, *ob. e vol. cits.*, pág. 342, col. 1.ª

pouco tempo ſe fez tam deſtro nas armas que quando ião aa barreira deſafiaua a outros & lhes fazia tanta vantagem que ninguem lhe ganhaua. E nas ruas publicas eſgrimia & todos os jogos de armas fazia com tanta graça como ſe toda a vida as exercitara. Polas quaes partes e por ſua branda condição era mui amado de todos os ſoldados & cada hum procuraua de ſer ſua camarada... E aſſi ſeruio pouco mais de hum anno de ſoldado. Porque *como por ſua deſtreza tiueſſe muito nome & o Capitão o fauorecia, o fez de cauallo & lhe deu ſoldo & mantimento como aos mais caualleiros*» (1).

O Dr. Hipólito Raposo segue esta opinião, indiscutìvelmente a mais autorizada: — «...ordenou o Governador que o grumete assentasse praça nas fileiras da infantaria de Mazagão. Mas tal desenvoltura, actividade e destreza ali mostrou, no primeiro ano do seu exercício, que *o capitão entendeu por bem mudá-lo de arma, alistando-o na cavalaria*» (2).

Adopta-a o Conde de Sabugosa, repetindo, com pouca diferença, as palavras do historiógrafo: — «Durante mais de um ano fez serviço entre os peões. Mas notando-lhe as qualidades e valor *o Capitão encorporou-o entre os de cavalo*, dando-lhe soldo e mantimento como aos outros cavaleiros» (3).

De modo semelhante se exprime o romântico D. António da Costa: — «Em Mazagão o grumete da caravela transforma-se em soldado. Estimavam-no pela sua boa índole. Nas ruas da cidade esgrimia com tanta graça, que *o mudou para cavalaria o Capitão*» (4).

E assim também Adriano Costa: — «Pouco tempo depois do seu alistamento no exército luso, o seu nome tornou-se assás conhecido em toda a vila, pela destreza com que jogava as armas e intrepidez com que antecipava os cristãos nas sortidas contra os descendentes de Mahomet. Antes de decorridos dois anos, António *foi mudado, por distinção, para a arma de cavalaria;* e tão ràpidamente e com tal mestria nela se desenvolveu, que poucos meses depois ninguém, entre todos os fidalgos, montava um cavalo com tanta firmeza e elegância» (5).

Foram portanto, as apreciáveis qualidades que revelou durante mais de um ano, em que galhardamente serviu nas

(1) Duarte Nunez de Leão, *ob. cit.*, pág. 347.
(2) Hipólito Raposo, *Mulheres na Conquista e Navegação*, na revista *Brotéria*, Lisboa, MCMXXXVIII, vol. XXVII, fasc. 4, pág. 307.
(3) Conde de Sabugosa, *ob. cit.*, pág. 272.
(4) D. António da Costa, *A Mulher em Portugal*, Lisboa, 1892, pág. 33.
(5) Adriano Costa, *ob. cit.*, pág. L.

fileiras dos peões de Mazagão, que impuseram António Rodrigues à admiração e estima dos seus camaradas e do Capitão-Mor e determinaram êste a premiar o jóvem soldado, transferindo-o para cavalaria e concedendo-lhe os benefícios de que gozavam os restantes cavaleiros.

Se por outros motivos aspirava à transferência, a verdade é que só como prémio lhe foi espontâneamente concedida.

NOTA IV

Põe-se a questão de saber se António Rodrigues foi, por seus méritos, promovido ao posto de oficial das milícias de Mazagão.

Num estudo de RANGEL DE QUADROS, publicado no semanário *Districto de Aveiro*, lê-se o seguinte:

— «O jovem suposto soldado mostrava-se sempre intrépido nos combates e hábil no manejo das armas, pelo que chegou a ser incumbido do comando de algumas tropas em diversos encontros.

Soube António Rodrigues que os mouros pretendiam, numa noite, fazer uma sortida em forma aos campos mais próximos e destruir as searas, que então estavam muito abundantes e quase maduras. Animou-se pelo ensejo de alcançar maior glória e pediu ao Governador da praça que lhe entregasse um troço de tropa para, sob o seu comando, fazer uma derrota completa nos mauritanos. O Governador acedeu ao pedido, esperando que António Rodrigues cumpriria com valor o que prometera por dedicação.

Quando os mouros menos o esperavam, aparece o jovem militar com a sua tropa; e com tanta valentia se houveram os portugueses, e tão bem comandados foram, que os invasores tiveram de fugir feridos e envergonhados e António Rodrigues entrou em Mazagão ouvindo aclamações de vitória e recebendo os maiores elogios.

Por este e já por outros feitos, *foi elevado a oficial, sendo então mudado para cavalaria*» (1).

Um pouco adiante, acrescenta aquele escritor: — «Enquanto foi simples soldado de infantaria, divertia-se e folgava com os seus camaradas. E nos seus divertimentos soube sempre portar-se com tantas precauções, que nenhum dos seus camaradas poude supor que tinha ao seu lado uma donzela... Elevado aquele suposto mancebo à posição de *oficial de cavalaria,* começou a ter entrada nas casas das famílias mais respeitáveis. Assistia aos saraus, dirigia galanteios às damas,

---

(1) JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS OUDINOT, *art. e loc. cits.*

apresentava-se com garbo e gentileza e era fluente nas suas conversações, apesar de não ter tido estudos regulares» ([1]).

Em conversa com o escritor José Agostinho, que esconde o seu nome sob o pseudónimo de Victor de Moigénie, Rangel de Quadros diz, mais precisamente, que o aguerrido militar *foi promovido ao posto de capitão de cavalaria* ([2]).

Por seu turno, Marques Gomes escreve: — «... transferiu-se para um corpo de cavalaria, onde praticou grandes e novos rasgos de valor nas contínuas correrias operadas pela guarnição, *o que lhe valeu ser elevado ao posto de oficial»*. E logo a seguir: — «António Rodrigues era o enlêvo de todas as belas de Mazagão, e não foram poucas as que o desejaram para esposo; porém ele, vendo que mais tarde ou mais cedo havia de ser descoberto o seu segredo, declarou ao Governador da praça que era mulher; e, quando todos menos o esperavam, o *valente oficial de cavalaria* apareceu trajado com as vestes próprias do seu sexo» ([3]).

Num outro livro seu, diz semelhantemente: — «... Receosa de que viessem a descobrir o seu sexo, confessou-o ao Governador da praça, e *despiu a farda de oficial de cavalaria»* ([4]).

Vasconcelos Dias fere também a mesma nota: — «Com o nome de António Rodrigues desembarca em Mazagão e alista-se como soldado. Tais proezas comete nesta sua nova situação que *é promovida a oficial»* ([5]).

Onde teriam estes escritores colhido a notícia de que António Rodrigues, antes ou depois de transferido para cavalaria, foi elevado ao posto de oficial?

Custa supor que tenham, pura e simplesmente, inventado o facto que relatam com tanta insistência e tal ar de certeza; a verdade, porém, é que não indicam as fontes em que o colheram e, por mim, não descubro quais sejam.

Recentemente, e por certo copiando algum deles, alguém repetiu: — «... passando para um corpo de cavalaria, tomou parte nas correrias da guarnição pelas terras de mouros, praticando tais actos de valor que *chegou a envergar a farda de oficial»* ([6]).

Não é de crer que, se o facto fosse verdadeiro, o tivesse esquecido Duarte Nunes de Leão, tanto mais quanto é certo que refere outros menos importantes.

Por outro lado, num alvará de Filipe II relativo à heroína,

---

(1) *Ibidem.*
(2) José Agostinho, *O Homem em Portugal*, Porto, 1908, pág. 242.
(3) Marques Gomes, *Memórias de Aveiro*, pág. 185.
(4) Marques Gomes, *O Districto de Aveiro*, pág. 152.
(5) Luiz de Vasconcellos Dias, *Aveiro — Noticia historica*, Aveiro, 1903, pág. 41.
(6) Portugal económico, monumental e artistico, *art. e loc. cits.*

lê-se o seguinte: — «Ev El Rey faço saber aos que este aluara uirem que auendo respeito a Antonia Rodriguez seruir na villa de mazagaõ cinco annos *despingardeiro de cauallo e de pee em trajos desoldado*, ey por bem de lhe fazer merçe de cinqo mil reis de tença cada ano em sua vida pagos no almoxarifado da dita uilla alem dos dez mil reis de tença que tem nas obras pias....» (1).

Nenhuma referência, em todo o documento, a qualquer posto de António Rodrigues como oficial de cavalaria, referência que, parece-me, o alvará não teria omitido se o *espingardeiro de cavalo e de pé* que, durante cinco anos, serviu *em trajos de soldado*, tivesse, na realidade, sido promovido a oficial.

Sem que tenha qualquer fundamento para afirmá-lo, ocorre-me que possa haver confusão com uma contemporânea espanhola de Antónia Rodrigues, D. Catalina de Erauso, também grumete e soldado, que ficou conhecida na história pela *Monja-Alferes*.

O senhor Prof. Doutor JOAQUIM PIRES DE LIMA, que a ambas se refere, diz que «a guerreira espanhola é uma aventureira, muito valente, sim, mas sem a correcção e a nobreza de sentimentos da nossa Antónia Rodrigues» (2).

Pois que em história não se inventa, deixemos o posto de oficial à aventureira espanhola e, até que porventura se encontre documento que justifique a afirmação dos referidos escritores, fiquemos com a nossa Antónia Rodrigues simples soldado raso — peão aguerrido, cavaleiro esforçado, «distinto como um valente e de trato gentil como uma donzela».

NOTA V

No seu estudo sobre os vícios de conformação do sistema uro-genital, o senhor Prof. Doutor PIRES DE LIMA, entre alguns casos curiosos, colhidos principalmente na literatura portuguesa, inclui o da nossa Antónia Rodrigues.

Segundo o eminente catedrático, em quase todos os que enumera deverá tratar-se de pseudo-hermafroditismo ou de intersexualidade. E explica: — «Entre o homem, com todos os atributos próprios do sexo masculino, e a mulher completa, com todas as características do seu sexo, há uma série progressiva de indivíduos, inter-sexuais, que se inclinam

---

(1) Arquivo da Torre do Tombo, Chancel. de Filipe II, *Doaç.*, Liv. 12, fls. 18 v.

(2) J. A. PIRES DE LIMA, *Vícios de conformação do sistema uro-genital*, Porto, 1930, pág. 13.

mais ou menos para a morfologia, fisiologia e psicologia do macho ou da fêmea» ([1]).

Eu não sei o que a morfologia, a fisiologia e a psicologia teriam a alegar para convencer de inter-sexualidade uma linda mulher de formas femininas correctas, que casou e deu à luz um filho, pelo menos, que sempre foi continente, honestíssima, e que revelou em tudo grandeza de alma e delicadeza de sentimentos.

Seja como for, o Conde de Sabugosa, comentando o facto de Antónia Rodrigues haver retomado o trajo de mulher ao cabo de longos anos de disfarce, escreveu o seguinte: — «Não foi custosa a iniciação, porque a varonilidade de Antónia provinha mais da sua energia de ânimo, que da máscula rudeza das suas maneiras. Não era a virago das revoluções das ruas; era antes o atleta *andrógino* dos colégios atenienses, cujas formas foram consideradas a suprema expressão da estética.

O novo trajo, longe de se desageitar no seu corpo, deu-lhe a graça feminina com que adquiriu um encanto próprio. Era isso o que lhe afirmava a família que a recolheu. E Duarte Nunes de Leão, que a conheceu mais tarde, quando ela tinha trinta e cinco anos achava-a bem «parecida, com muita graça no falar, e grande viveza no espírito que justificava a sua fama» ([2]), ou, para reproduzir fielmente as palavras do historiógrafo, «...molher ainda moça de menos de trinta & cinquo annos, bem parecida & que tem muita graça no que falla & grande viueza de ſpirito, perque juſtifica bem o que della de diz» ([3]).

Atleta *andrógino?*

— Os sábios que resolvam o problema, se quiserem e puderem. A mim basta-me a certeza de que o ânimo varonil de Antónia Rodrigues, os seus trabalhos marítimos e os seus feitos guerreiros, em nada prejudicaram os atributos e encantos do seu sexo.

NOTA VI

Mais de um autor ilustrou o que sobre a heroína aveirense escreveu, com referências, bem ou mal cabidas, ao celebrado romance da *donzela que vai à guerra.*

Falando do moço militar que se impressionara com a esbelteza de Antónia Rodrigues, que furtivamente a olhava

---

(1) J. A. Pires de Lima, *ob. cit.*, pág. 29.
(2) Conde de Sabugosa, *ob. cit.*, pág. 277.
(3) Duarte Nunez de Leão, *ob. cit.*, pág. 348.

e só com visível comoção lhe dirigia a palavra, e que, afinal, com ela veio a casar, diz o CONDE DE SABUGOSA:

— «Cantar-lhes-iam talvez na memória, com misteriosa significação, os versos daquele romance tão lindo *A donzela que vai à guerra,* melopêa com que em criança sua aia o adormecia:

> «Tende-los peitos mui altos
> Filha conhecer-vos hão.
> — Venha gibão apertado
> Os peitos encolherão.
> . . . .
> Senhor Pai! Senhora Mãe!
> Grande dor de coração.
> Que os olhos do Conde Daros
> São de mulher, de homem não!» (1).

O Dr. HIPÓLITO RAPOSO, escrevendo sobre a cavaleira de Mazagão, faz também uma breve referência ao encantador romance:

— «O admirador fiel que era fidalgo apresentou-se, então, a oferecer-lhe casamento que foi aceite e consumado, partindo logo para o reino o ditoso casal, trazendo ela como único dote esponsalício o atestado em que o Governador referia os heróicos serviços de Antónia Rodrigues, em sucessivos lances.

Repetia-se com melhores auspícios o romance da *donzela que foi à guerra,* e para a felicidade ser completa, desta abençoada união nasceu um filho que, segundo parece, veio a ser depois moço da real câmara.» (2)

Este belo romance, «de inquestionável origem castelhana», foi recolhido por ALMEIDA GARRETT no seu *Romanceiro,* sob o título, de sabor popular, *Donzela que vai à guerra,* que nas ilhas lhe davam.

Lamentava-se o Conde Daros da sua velhice, que o impossibilitava de pelejar nas guerras, que se anunciavam, entre a França e Aragão, e de não ter, entre as suas sete filhas, um único varão que pudesse substituí-lo:

> «Já se apregoam as guerras
> Entre a França e Aragão:
> Ai de mim que já sou velho
> Não nas posso brigar, não!
> De sete filhas que tenho,
> Sem nenhuma ser varão!...».

---

(1) CONDE DE SABUGOSA, *ob. cit.*, pág. 275.
(2) HIPÓLITO RAPOSO, *art. e loc. cits.*, pág. 308.

Estas guerras devem ser as que se travaram no século XVI entre Carlos I de Aragão (Carlos V da Alemanha) e Francisco I da França (depois continuadas por seu filho e sucessor Henrique II), a primeira das quais começou em 1521, datando a última de 1557 (1) — todas muito anteriores, portanto, a Antónia Rodrigues, que nasceu em 1580.

A filha mais velha do Conde Daros ofereceu-se, resolutamente, para substituir o pai. O Conde, porém, receava que lhe denunciassem o sexo a viveza dos olhos, as fartas tranças, a altura dos ombros, a proeminência dos seios, a pequenez das mãos ou a delicadeza dos pés. Para tudo a varonil rapariga soube encontrar disfarce, com que a todos conseguiu iludir durante sete anos de guerras; a todos, excepto ao capitão sob cujas ordens servia e que, só pelos olhos descobrindo o seu verdadeiro sexo, dela se enamorou.

O senhor Prof. Doutor PIRES DE LIMA, transcrevendo os deliciosos versos, acrescenta:

— «Esta formosa lenda pode ser que tenha tido um fundamento verdadeiro. Em fins do século XVI, durante a dominação filipina, combateu em Mazagão uma esforçada cavaleira portuguesa (Antónia Rodrigues), que pode considerar-se a verdadeira encarnação da *donzela que vai à guerra*» (2).

Seria, de facto, a heroína aveirense a inspiradora do delicado romance?

Há que repelir formalmente a inconsiderada sugestão.

O romance já existia ao tempo de JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS que, na sua *Aulegraphia*, o intitula *O rapaz do Conde Daros* (3).

Ora JORGE FERREIRA faleceu, ao que se supõe, em 1585 (4), quando Antónia Rodrigues tinha apenas cinco anos de idade. E sabe-se que a *Aulegraphia* ficou inédita pela morte do príncipe D. João, em 1554 (5), vinte e seis anos antes de ter nascido a heroína aveirense.

Não podia, portanto, o romance ter fundamento na vida da esforçada cavaleira portuguesa.

Não sei se a aia do moço fidalgo que da heroína se enamorou lho teria cantado em criança, para adormecê-lo, e se aquele o recordaria mais tarde, ao contemplar os olhos vivos

---

(1) Cfr. ALBERT MALET et JULES ISAAC, *XIVe-XVe-XVIe siècles*, 4.ª ed., págs. 347 e 356.

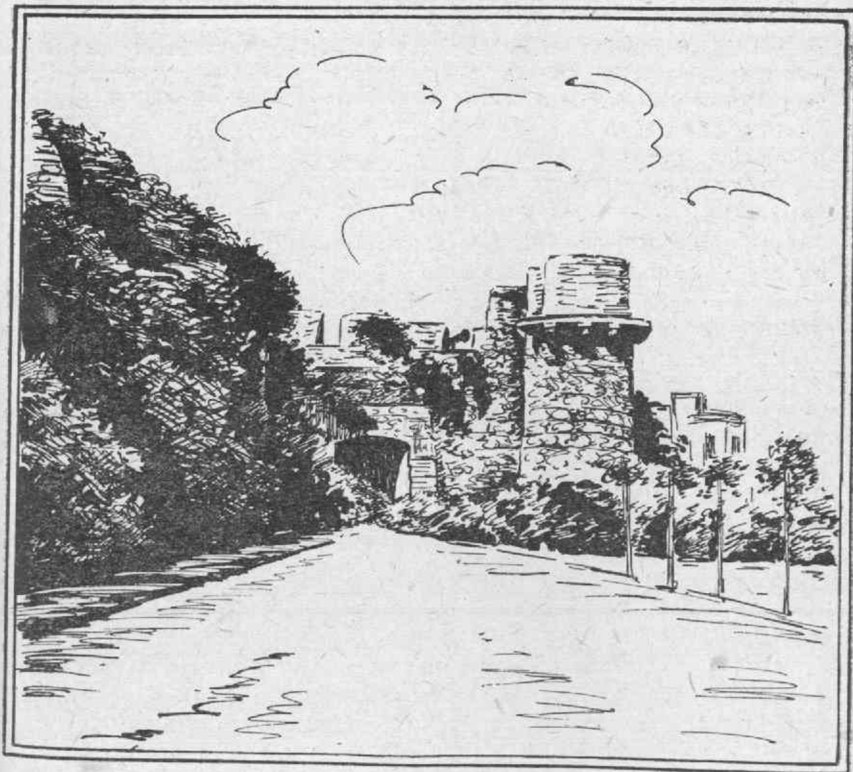
(2) J. A. PIRES DE LIMA, *ob. cit.*, pág. 10.

(3) Cfr. ALMEIDA GARRETT, *Obras completas — VIII — Romanceiro*, Lisboa, 1904, pág. 39.

(4) Cfr. MENDES DOS REMÉDIOS, *História da Literatura Portuguesa*, 5.ª ed., pág. 167.

(5) Cfr. TEÓFILO BRAGA, *História da Literatura Portuguesa, II, Renascença*, Porto, 1914, pág. 372.

da esbelta aveirense, como fantasia o CONDE DE SABUGOSA... O que seguramente pode dizer-se, com o Dr. HIPÓLITO RAPOSO, é que, casada Antónia Rodrigues com o nobre militar, se *repetiu*, com melhores auspícios, o saboroso romance.



Mazagão — Um baluarte do lado da terra

NOTA VII

Não serão descabidas umas breves notícias sobre a praça de Mazagão, testemunha das virtudes e heroísmos de Antónia Rodrigues.

«O forte de Mazagão, começado por D. Manuel numa baía da costa marroquina em 1506, viu aumentadas as suas proporções com o activo trabalho dos Arrudas, por 1514, após a expedição a Azamor. E para se certificar da sua segurança lhe fez vistoria o italiano Benedito de Ravena, às ordens de D. João III, quando as obras ainda prosseguiam, mas agora sob a direcção de João de Castilho. A construção

desta fortaleza e a fundação da vila dariam matéria para um canto de epopeia.» ([1])

Numa carta enviada por João de Castilho a D. João III e escrita em Mazagão em 18 de Julho de 1542, relatam-se pormenorizadamente os trabalhos da construção da fortaleza, obra «muy grande e muy poderosa», erguida para defensão da terra por verdadeiros «martyres» — operários mal alimentados e mal agasalhados, sem casas para abrigo, sem camas para repouso, passando dias inteiros dentro de água ou ao sol e ao vento nas pedreiras, adoecendo às centenas e morrendo em elevado número.

É curiosa esta passagem, que não resisto à tentação de transcrever: — «He necessario que V. A. mande loguo prover esta jente dalghũas farinhas boas por que tudo sera serviço de V. A que como a gente andar cõtente trabalha dobrado, por que as cousas que qua mãdã os seus feitores passam por muitas mãos e quando chegam são bisnetas»!... ([2])

Referindo-se às cartas de João de Castilho, escreve o Dr. Vergílio Correia: — «Mereciam ser conhecidas e divulgadas mais do que já o foram pela publicação no volume primeiro do *Diccionario dos Architectos,* de Sousa Viterbo, as missivas do mestre das obras reais. Páginas vivas do esforço lusitano, não do guerreiro, mas do construtivo, sem o qual o outro não possuiria uma base em que se estear; revelação dos sacrifícios que custava erigir uma fortaleza, cimentada, na verdadeira acepção da palavra, com o sangue dos obreiros, essas cartas poderiam e deveriam incluir-se entre as páginas mais belas da nossa epopeia, irmãs, como as considero, das narrativas da história trágico-marítima» ([3]).

Compreendem-se os especiais cuidados postos nas obras militares de Mazagão. Decidido ou obrigado a abandonar as praças de Safim e Azamor, o Rei «projectava fazer de Mazagão o baluarte invencível do domínio português em Marrocos». D. João III desejou que Mazagão «ficasse inexpugnável». E a villa tornou-se particularmente querida da gente do reino, já «por ser porteguêsa de raiz», já exactamente «por nela se haverem concentrado os maiores recursos da nossa arquitectura militar» ([4]).

A praça, edificada sobre uma rocha, era de forma quadrangular e tinha cinco baluartes, três para o lado da terra

---

(1) Hipólito Raposo, *art. e loc. cits.*, pág. 305.

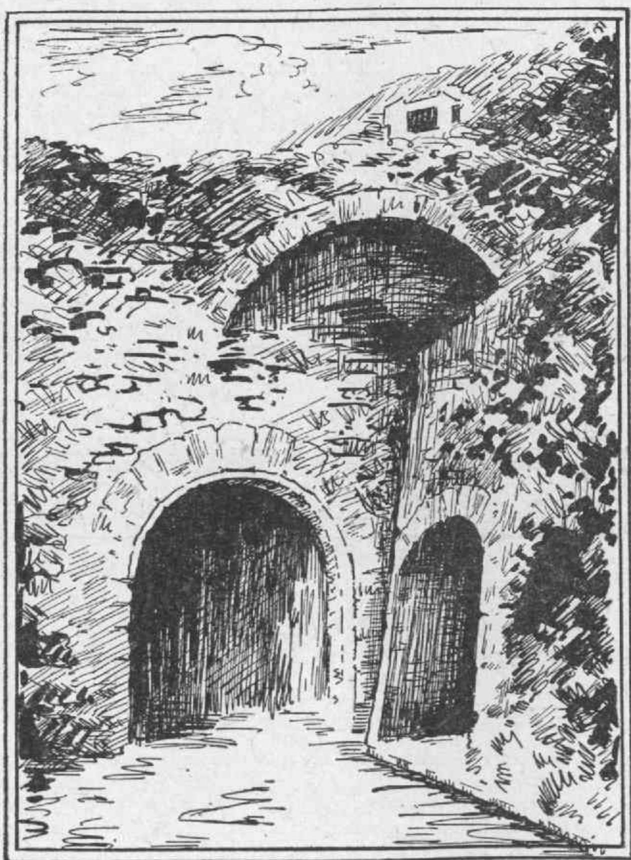
(2) Torre do Tombo, *Corp. Cronologico*, parte 1.ª, maço 72, doc. 68, e Sousa Viterbo, *Diccionario dos Architectos*, vol. 1, págs. 196 e segs., cits. por Vergílio Correia, *ob. cit.*, pág. 48.

(3) Vergílio Correia, *ob. cit.*, pág. 46.

(4) Hipólito Raposo, *art. e loc. cits.*, pág. 306; Vergílio Correia, *ob. cit.*, pág. 53.

e dois para o lado do mar, assim denominados: o do *Governador* ou dos Generais, o de *Santo António* (primitivamente de S. Pedro), o do *Anjo* (primeiramente de S. Tiago), o de *S. Sebastião* e o do *Serrão* (antigamente do Santo Espírito).

A população da vila excedia quatro mil pessoas, entre



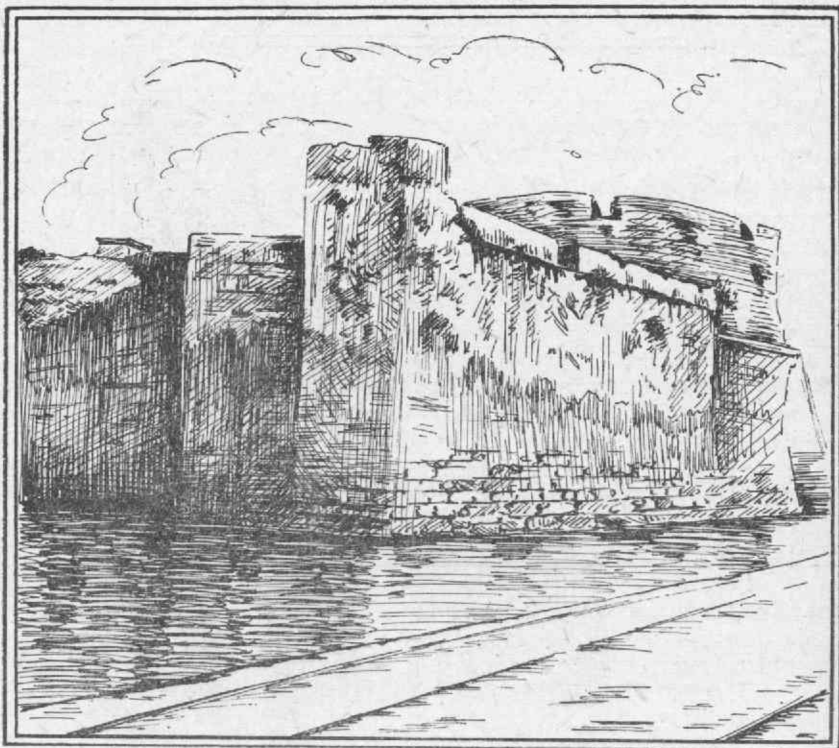
Mazagão — Porta quinhentista do baluarte de Santo António

elas muitos nobres e cavaleiros da Ordem de Cristo, que tinha ali quatro comendas.

Além do palácio dos Governadores, dos celeiros, dos armazéns, do forno da cal, do chafariz, dos poços, de inúmeras construções diversas, havia na vila quatro igrejas e

oito ermidas, edificadas em praças, ruas e travessas com nomes caracterìsticamente portugueses ([1]).

O Prof. Doutor Vergílio Correia, que em 1923 visitou e estudou os monumentos de Marrocos, informa que pouco resta da Mazagão erguida pelos nossos antepassados. «Os vestígios materiais do nosso domínio de dois séculos e meio»,



Mazagão — Baluarte do Anjo

estavam então reduzidos «às muralhas, à cidadela, núcleo central de direcção e defesa, e às paredes de três capelas ou igrejas» ([2]).

Uma destas, a de Nossa Senhora da Assunção, foi reconstruída e restituída ao culto em 1921.

([1]) Luiz Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memorias para a Historia da Praça de Mazagam*, nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 2.ª Classe, tom. III, p. II, págs. 5 e segs.

([2]) Vergílio Correia, *ob. cit.*, pág. 40.

Não se apagou por completo em Mazagão o claro testemunho do nosso esforço guerreiro, construtivo e civilizador (¹).

Apesar de tudo, falam bem alto as pedras que restam de fortalezas e igrejas, penosa e amoràvelmente erguidas por mãos de portugueses.

Junto a elas combateu e orou a nossa Antónia Rodrigues; e, como ela, tantos outros que sacrificada e heròicamente trabalharam pelo alargamento da Fé e do Império, em louvor de Deus e para maior honra de Portugal.

NÓTA VIII

Diz o Conde de Sabugosa que Filipe II, quando visitou Lisboa em 1619, quis ver Antónia Rodrigues, cujo prestígio era bem conhecido, não apenas para satisfazer uma natural curiosidade, mas talvez por um compreensível motivo de ordem política.

Desejoso de captar as simpatias da nação, «afigurou-se-lhe que era passo hábil dar um testemunho da sua graça à heroína, que tão brilhantemente tinha honrado o brio português».

Mandou chamá-la. E acudindo Antónia Rodrigues ao chamamento, subia pouco depois a escadaria do Paço da Ribeira, onde o monarca se encontrava de regresso do convento dos Jerónimos, atravessava a sala dos Tudescos, entre os olhares curiosos da corte, e, introduzida na câmara das audiências, avistava-se com o Rei, que a conversou longamente.

«Acabou o colóquio (conforme diz o cronista) por lhe fazer mercê de duzentos cruzados para ajuda do custo, uma fanga de trigo em cada mês, e uma tença de dez mil reis em sua vida.» (²)

---

(1) Escrevo assim, não obstante a lição do senhor Prof. David Lopes no sentido de que não exercemos nenhuma acção civilizadora a favor das populações de Marrocos (Prof. David Lopes, *Os portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: decadência do domínio português*, na *História de Portugal*, ed. mon. da Portucalense Editora, L.da, vol. IV, pág. 129). Não se põe em dúvida o nosso esforço construtivo e guerreiro em Mazagão. E quanto ao civilizador, se, «à luz do conceito colonial moderno, que é de protecção, educação e pacificação, Portugal deixou essa página de Marrocos em branco», também é certo que tal conceito quase se desconhecia nos séculos XV e XVI, como o senhor Prof. David Lopes, aliás, reconhece. Combater pela fé cristã contra a moirama, edificar fortalezas e templos, cuidar da instrução pública, a cargo de dois religiosos que ensinavam gramática e de dois professores régios que dirigiam as aulas de primeiras letras e de música, resistir no cativeiro a promessas, ameaças e torturas dos imperadores, dando lições magníficas de fidelidade à crença que se professava e ao rei que se servia — tudo isto, integrando os factos no tempo, se me afigura um notável esforço civilizador.

(2) Conde de Sabugosa, *ob. cit.*, pág. 280.

Transcreve, mais adiante, o alvará (de que só teve notícia depois de concluído o seu estudo) pelo qual o rei concede a Antónia Rodrigues «cinqo mil reis de tença cada ano em sua vida pagos no almoxarifado da dita uilla (Mazagão) alem dos dez mil reis de tença que tem nas obras pias», pondo em relevo que o documento «vem corroborar as afirmações do

Alvará concedendo uma tença a Antónia Rodrigues

cronista, havendo apenas divergência na quantia que foi dada como tença à heroína» (1).

Vilhena Barbosa (2) e Rangel de Quadros (3), entre muitos outros, referem a entrevista de 1619 e a concessão

---

(1) *Ibidem*, págs. 281 e segs.

(2) Inácio de Vilhena Barbosa, nos *Subsidios para a História de Aveiro*, de Marques Gomes, pág. 570.

(3) Rangel de Quadros, *art. e loc. cits.*

da mercê: 200 cruzados para ajuda de custo ou despesas da jornada, 1 fanga de trigo (de farinha, diz o primeiro) em cada mês e uma tença de 10.000 reis.

O Dr. Hipólito Raposo informa semelhantemente, mas já de olhos postos no alvará, que o soberano intruso quis conhecer a heroína, mandou chamá-la ao Paço da Ribeira, recebeu-a benignamente, ouviu a narrativa da sua vida de soldado de África e houve por bem fazer-lhe mercê de 5.000 reis de tença cada ano em sua vida (1).

Há em tudo isto grande confusão.

Contràriamente ao que afirma o Conde de Sabugosa, o cronista não refere qualquer colóquio durante ou findo o qual o Rei tivesse concedido a Antónia Rodrigues a tença de 10.000 reis ou a de 5.000 reis.

Não refere, nem podia referir — pela inabalável razão de que, quando a entrevista se realizou, em 1619, já Duarte Nunes de Leão tinha falecido havia onze anos. Sabe-se perfeitamente que a *Descripção do Reino de Portugal* foi publicada em 1610, dois anos depois da morte do autor.

Não há divergência alguma entre o que afirma o historiógrafo e o que consta do alvará, relativamente à quantia atribuída como tença à heroína: aquele noticia a mercê de uma tença de 10.000 reis (fora 200 cruzados de ajuda de custo e 1 fanga de trigo em cada mês); este concede uma *nova* tença, de *5.000 reis*, a pagar no almoxarifado da vila de Mazagão, *além dos 10.000 reis* de tença que Antónia Rodrigues já tinha nas obras pias.

Sem qualquer desacordo quanto à importância, o alvará corrobora a afirmação do cronista da mercê de uma tença de 10.000 reis, evidentemente anterior a 1608.

Importa transcrever as palavras de Duarte Nunes de Leão: casada Antónia Rodrigues com um cavaleiro mancebo dos principais da vila, «com elle ſe veo a eſte reino com certidão de ſeus ſeruiços que fez pelas armas, & a deſpachou elRei com merce de duzentos cruzados para ajuda de cuſta & de huma fanga de trigo cada mes & de dez mil reis tudo de tença em ſua vida. E agora ha pouco tornando qua lhe tomou hum filho por moço da camara por os seruiços della ſua mãi. He hoje viua & eſta neſta cidade com outro requerimento: he molher ainda moça de menos de trinta & cinquo annos . . .» (2)

Parece, assim, que Antónia Rodrigues veio ao reino, com o marido, logo após o casamento, muito antes de 1608.

Por então, e em face do certificado dos seus serviços

---

(1) Hipólito Raposo, *art. e loc. cits.*, pág. 308.
(2) Duarte Nunes de Leão, *ob. cit.*, pág. 348.

militares, lhe fez o Rei mercê de 200 cruzados para ajuda de custo e de 1 fanga de trigo em cada mês e 10.000 reis de tença em sua vida.

Retirou a heroína, por certo para Mazagão. E voltando ao reino pouco antes de 1608 — «e agora ha pouco tornando qua» — o Rei, ainda em atenção aos serviços dela, tomou-lhe um filho para moço da sua câmara.

Em 1608, ou muito perto desta data, sendo mulher e ainda moça, de menos de 35 anos de idade, estava em Lisboa «com outro requerimento».

É isto o que se apura do que escreveu o cronista; e com ele está de acordo o P.e FRANCISCO DE SANTA MARIA ao afirmar que, casada a heroína, «El Rey lhe fez *muitas* mercês» (1).

Reparo, porém, que a tença de 5.000 reis foi concedida, como consta do alvará, em 4 de Dezembro de 1602 — teria, então, Antónia Rodrigues 22 anos de idade — pelo que a de 10.000 reis lhe era, necessàriamente, anterior. Nada disto impressiona; mas não deixa de causar estranheza que DUARTE NUNES DE LEÃO se não tivesse referido, concretamente, à mercê de 1602.

O esclarecimento do problema depende da felicidade de se encontrarem documentos cuja pesquisa não estou, ao menos por agora, habilitado a fazer.

NOTA IX

Quase todos os escritores fixam a data do nascimento de Antónia Rodrigues em *31 de Março de 1580* (2).

ADRIANO COSTA adopta-a também, contra a indicada por VILHENA BARBOSA, afirmando que grande número de escritores antigos, entre os quais DUARTE NUNES DE LEÃO, dão o nascimento da heroína em *1580* (3). Afirmação inexacta, ao menos pelo que respeita ao cronista, que em parte alguma se refere, que eu saiba, à data do nascimento da celebrada amazona aveirense.

RANGEL DE QUADROS diz haver sobre este ponto diversas opiniões, sendo a mais seguida e mais conforme às datas dos

---

(1) Padre FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Anno Historico*, tom. I, pág. 540.

(2) CONDE DE SABUGOSA, *ob. cit.*, pág. 259; MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, pág. 184. e *O Districto de Aveiro*, pág. 152; PINHO LEAL, *ob. cit.*, pág. 262; Dr. HIPÓLITO RAPOSO, *art. e loc. cits.*, pág. 306; VASCONCELOS DIAS, *ob. cit.*, pág. 41; MANUEL PINHEIRO CHAGAS, *ob. cit.*, pág. 359; ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, *ob. cit.*, pág. 342; Portugal económico, artístico e monumental, *art. cit.*, pág. 51.

(3) ADRIANO COSTA, *art. e loc. cits.*, págs. L e 185.

diferentes factos da vida da heroína a que a dá como nascida em *31 de Março de 1580* (1).

Opiniões em desacordo com a ordinàriamente adoptada, só conheço a de VILHENA BARBOSA, que afirma ter Antónia Rodrigues nascido *pelos anos de 1560 a 1562* (2).

Quando não há documentos ou testemunhos fidedignos, o melhor é lastimar a falta e não enveredar pelo caminho das conjecturas, muitas vezes aceitáveis mas sempre falíveis. Se bem o compreendo, nem por isso me abstenho de raciocinar sobre o problema.

Impressiona a precisão com que a generalidade dos autores fixa o dia, mês e ano do nascimento da heroína: *31 de Março de 1580*. É certo que alguns se limitarão a copiar de outros; mas sempre há os que, pelas responsabilidades dos seus nomes, se não determinariam levianamente. E seria necessário admitir, no que primeiro revelou tal data, um espírito desmarcadamente invencionista para fazê-lo com tamanho rigor.

Por outro lado, não me parece aceitável a opinião de VILHENA BARBOSA. Se Antónia Rodrigues houvesse nascido *pelos anos de 1560 a 1562*, teria à data do falecimento de DUARTE NUNES DE LEÃO, 1608, *46 a 48 anos de idade*. E o cronista afirma que a conheceu mulher ainda moça *de menos de 35 anos* (3).

Se esta maneira de dizer significa que a heroína tinha então 35 anos incompletos, e se o historiógrafo escreveu precisamente no ano do seu falecimento, haveria de concluir-se que Antónia Rodrigues nascera em 1573.

Mas não repugna absolutamente acreditar que a forma imprecisa do cronista traduza um simples cálculo feito sobre aparências: bem podia mostrar aspecto de pouco menos de 35 anos de idade quem apenas tinha 28 ou ser DUARTE NUNES DE LEÃO mau calculista.

Se, como o historiógrafo refere, Antónia Rodrigues fugiu de casa da irmã aos 12 anos de idade, serviu 5 anos de soldado em Mazagão e lá casou poucos dias depois de ter revelado o seu verdadeiro sexo, é de supor que tenha constituído família à volta dos 17 anos; e assim, era possível que, aos 28, tivesse já um filho em idade de ser tomado pelo Rei como moço da sua câmara.

Estas considerações me levaram a aceitar como data do nascimento da heroína a ordinàriamente indicada.

---

(1) JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS OUDINOT, *art. e loc. cits.*
(2) INÁCIO DE VILHENA BARBOSA, *art. e loc. cits.*, pág. 570.
(3) DUARTE NUNES DE LEÃO, *ob. cit.*, pág. 348.

NOTA X

Inspirados no livro *Brasileiras célebres*, de J. NORBERTO, os historiadores cariocas TEIXEIRA DE MELO e BARÃO DO RIO BRANCO, o primeiro nas *Efemérides nacionais* e o segundo nas *Efemérides brasileiras*, referem-se à vida aventurosa da fluminense D. Maria Ursula de Abreu Lencastre.

Aos 18 anos de idade, ao que parece por virtude de um amor contrariado, fugiu da casa paterna e, com o nome de Baltasar do Couto Cardoso, assentou praça em Lisboa, em 1 de Setembro de 1700.

Como soldado seguiu para a Índia, onde tomou parte em numerosos combates, obrando prodígios de valor, especialmente no assalto à fortaleza de Ambona e na conquista das ilhas de Corjuém e Penelém.

Ao cabo de 13 anos de disfarce, durante os quais prestou serviços distintos e procedeu sempre de modo irrepreensível, casou com o valente oficial Afonso Teixeira Arrais de Melo, que fora governador do forte de S. João Baptista.

D. João v fez-lhe mercê de uma tença e do usufruto do paço de Pangim.

O académico brasileiro GUSTAVO BARROSO fundamentou na vida da heroína o seu romance *A Senhora de Pangim*, no qual, falando-se da fama por ela alcançada, se lê esta passagem:

«*Portugal tinha agora, graças à brasileirinha* — rosnava o duque de Lafões para o marquês de Valença, na sala do Conselho de Estado, entre duas pitadas de rapé, sob os olhos melosos do prior de S. Nicolau — *Portugal tinha agora a sua heroina autêntica para contrapor à famigerada D. Catarina de Erauso, a monja alferes de que se orgulhava a Espanha.*

— Com uma grande diferença, e para melhor, adiantou o valido de Sua Majestade. Ouço dizer por todos que a brasileira *teve sempre muito bom procedimento e que só descobriu o sexo para casar-se honestamente, que nunca bebeu, nem jogou, nem se deu a outras irregularidades*, enquanto que a espanhola, pelo que me contam, tinha todos os vícios e defeitos... *Mais merece a nossa*, que não chegou a alferes e sòmente a cabo, *pois além de tudo é bela...*» (1)

Sublinhei o que interessa ao meu intento.

Vê-se que o douto académico não tinha notícia do nome e façanhas da nossa Antónia Rodrigues. Portugal não teve

---

(1) GUSTAVO BARROSO, *A Senhora de Pangim*, Rio, 1932, págs. 196 e segs.

de esperar pelos tempos do Rei Magnânimo nem de alongar a vista para fora do continente para encontrar heroína que, com vantagem, pudesse hombrear com a famosa guerreira espanhola.

Quanto a esta, há mesmo quem chegue a supor que não era mulher, mas um homem com hipospadias, um pseudo--hermafrodito (1).

Seja como for, as falas do duque de Lafões e do valido de Sua Majestade no romance de GUSTAVO BARROSO seriam ainda melhor cabidas a respeito da nossa Antónia Rodrigues.

Graças à celebrada aveirense, Portugal teve, ainda antes da Espanha, uma outra D. Catarina de Erauso, que não sendo *alferes*, como a espanhola, nem *cabo*, como a brasileira, foi grumete, como aquela, soldado, como ambas, e que, saindo «pura, virginal, intemerata, de todas as promiscuidades perigosas», tinha sobre a primeira, além de outras vantagens, a de uma grande beleza.

---

(1) NICOLÁS DE LEON, *La Monja Alferes Doña Catalina de Erauso*, no *Arquivo de Medicina Legal*, Lisboa, 1, págs. 3 e segs., cit. pelo Prof. J. A. PIRES DE LIMA, *ob. cit.*, pág. 13.

BIBLIOGRAFIA

I — SOBRE ANTÓNIA RODRIGUES:

1 — ADRIANO COSTA, *Antónia Rodrigues — A heroina aveirense*, artigo publicado no *Almanak Aveirense para 1896*, Minerva Central, Aveiro, 1895, págs. XLIX e segs.

2 — — *Antónia Rodrigues — A heroina aveirense*, artigo reproduzido no *Almanaque Ilustrado de A Liberdade para 1913*, Aveiro, 1912, págs. 185 e segs.

3 — AMÉRICO COSTA, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. II, pág. 1904, col. 2.ª

4 — *Antónia Rodrigues*, artigo publicado no *Correio do Minho*, de 13 de Março de 1947.

5 — Padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portugueza, e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Anno de MDCCVIII, tom. II, págs. 124 e segs.

6 — D. ANTÓNIO DA COSTA, *A Mulher em Portugal*, Lisboa, 1892, págs. 32 e segs.

7 — *Archivo Popular*, de 20 de Outubro de 1838.

8 — AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, 1873, vol. I, pág. 262, col. 2.ª

9 — *Aveiro*, artigo publicado em *O Domingo Illustrado*, de Lisboa, números de 19 e 20 de Agosto de 1897, e transcrito no *Campeão das Provincias*, de Aveiro, número de 13 de Outubro de 1897

10 — CONDE DE SABUGOSA, *Neves de Antanho*, 2.ª ed., Lisboa, págs. 259 e segs.

11 — DAMIÃO DE FROES PERYM (Frei João de São Pedro), *Theatro Heroino, Abecedario Historico, e Catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens heroicas e Artes Liberaes*, tom. I, Lisboa Occidental, MDCCXXXVI, págs. 54 e segs.

12 — DIOGO MANUEL AYRES DE AZEVEDO, *Portugal illustrado pelo sexo feminino. Noticia historica de muytas heroinas portuguezas que flo-*

recerão em virtude, letras, e armas, Lisboa Occidental, 1734, tom. I, págs. 120 e segs.

13 — DUARTE NUNEZ DE LEÃO, *Descripção do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, MDCCLXXXV, págs. 346 e segs.

14 — EDUARDO NORONHA, *Diccionario Universal Illustrado, Linguistico e Encyclopedico*, vol. 10, pág. 366, col. 1.ª

15 — ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, *Portugal — Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, vol. VI, Lisboa, 1912, pág. 342, col. 1.ª

16 — Padre FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Anno Historico*, tom. I, pág. 540.

17 — D. HELENA DE ARAGÃO, *A heroina de Mazagão*, artigo publicado no diário *O Primeiro de Janeiro*, de 12 de Setembro de 1947.

18 — HIPÓLITO RAPOSO, *Mulheres na Conquista e Navegação*, estudo publicado na revista *Brotéria*, vol. XXVII, fasc. 4, Lisboa, MCMXXXVIII, págs. 306 e segs.

19 — IGNÁCIO DE VILHENA BARBOSA, *Antónia Rodrigues*, transcrição do estudo do A. feita por MARQUES GOMES, *Subsidios para a História de Aveiro*, Aveiro, 1899, págs. 569 e segs.

20 — JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875, págs. 184 e segs.

21 — — *O Districto de Aveiro*, Coimbra, 1877, pág. 152.

22 — J. A. PIRES DE LIMA, *Vicios de conformação do sistema uro-genital*, Porto, 1930, págs. 10 e segs.

23 — JOSÉ AGOSTINHO, *O Homem em Portugal*, Porto, 1908, pág. 242.

24 — — *A Mulher em Portugal*, Porto, 1924, pág. 236.

25 — JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS OUDINOT, *Aveirenses notáveis — XXXIV — Duas heroinas — Antónia Rodrigues*, artigo publicado no semanário *O Districto de Aveiro*.

26 — *Lello Universal*, vol. II, pág. 919, col. 3.ª

27 — LUIZ DE VASCONCELLOS DIAS, *Aveiro — Noticia Histórica*, Aveiro, 1903, págs. 41 e segs.

28 — MANUEL PINHEIRO CHAGAS, *Diccionario popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*, vol. IX, Lisboa, 1881, pág. 359, col. 3.ª, e pág. 360, col. 1.ª

29 — MAXIMIANO DE LEMOS, *Encyclopedia portuguesa ilustrada — Diccionario universal*, vol. IX, pág. 479, col. 3.ª, e pág. 480, col. 1.ª

30 — *O Panorama*, vol. IV, Lisboa, 1840, art. *A donzella valorosa*, pág. 119.

31 — *Portugal económico, monumental e artistico*, fasc. LVII, dedicado ao concelho e cidade de Aveiro, artigo *Figuras egrégias nascidas no concelho*, pág. 51.

II — SOBRE MAZAGÃO:

1 — Agostinho de Gavy de Mendonça, *Historia do famoso cerco que o Xarife poz à fortaleza de Mazagan, defendida pelo valoroso capitão-mor d'ella Ruy de Carvalho,* etc., 1607.

Esta obra vem mencionada no *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação,* publicado pela Agência Geral das Colónias, em 1937, vol. I, pág. 20, com o título *Historia do cerco de Mazagão,* por Agostinho Gavy de Mendonça, Biblioteca dos Clássicos Portugueses, Lisboa, 1890.

2 — Álvaro de Brito do Rego, *Lembrança da origem, e principio, que teve a praça de Mazagão, com algumas advertencias para o governo d'ella.*

3 — — *Roteiro, e regimento catholico, que devem guardar os governadores da Praça de Mazagão para serem perfeitos os seus governos.*

Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal,* vol. II, pág. 515, informam que estas duas obras de Brito do Rego estavam compreendidas num tomo a que o autor juntou a *descrição da praça* feita por D. Jorge de Mascarenhas, Conde de Castelo Novo e Marquês de Montalvão, que foi governador de Mazagão.

4 — António Vayena, *Chronica e summario do cerco e combates de Mazagão.*

5 — — *Historia do cerco de Mazagão.*

Os referidos dicionaristas, *ob. cit.*, vol. IV, pág. 944, dão noticia destas duas obras inéditas, informando que os manuscritos se encontravam na livraria dos Condes de Tarouca.

6 — D. Gonçalo Coutinho, *Discurso da jornada de... á villa de Mazagão, e seu governo n'ella offerecido a el-rei nosso senhor Filipe III de Portugal,* Lisboa, 1629.

7 — J. Goulven, *La place de Mazagan sous la domination portugaise* (1502-1769), Paris, Émile Larose, libraire-editeur, 1917.

8 — Luiz Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memorias para a Historia da Praça de Mazagam,* revistas pelo sócio efectivo Levy Maria Jordão e publicadas nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* 2.ª classe, t. III, pág. 11.

Este trabalho é um repositório magnífico de noticias sobre Mazagão, notàvelmente valorizado pela indicação de abundante bibliografia.

9 — Marise Periale, *Promenade a travers l'histoire et les vestiges de la domination portugaise au Maroc,* Lisboa, 1938.

10 — Pedro da Silva Correa, *Feliz e glorioso Sucesso da batalha que a guarniçam de Mazagão teve em quatro de Abril deste anno de 1763 com oito mil mouros,* etc. escrito por seu autor... e dado ao prelo por Álvaro Botelho Correa, Cavaleiro Fidalgo. Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1763.

11 — ROBERT RICARD, *Un document portugais sur la Place de Mazagan au début du XVII.e siècle.* Traduction française avec introduction et commentaires, par... Publications de la Section historique du Maroc. Paris, L.te Paul Geuthner, 1932.

12 — — *Les Inscriptions portugaises de Mazagan*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935.

13 — Dr. VERGÍLIO CORREIA, *Lugares dalém — Azamôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923.

O Prof. Dr. VERGÍLIO CORREIA indica, neste seu trabalho, algumas obras de interesse para o estudo de Mazagão.

ANTÓNIO CHRISTO

AS ÚLTIMAS CAMPAS QUE ESTAVAM NO CARNEIRO DAS FUNDADORAS DO MOSTEIRO DE JESUS

NA chamada capela das Fundadoras no claustro do mosteiro de Jesus de Aveiro, há uma lápide encastrada na parede que diz assim:

EM DIR.TO DO ALTAR IAZ EM Ħ CAIXAÕ
DE CHUMBO OS OSSOS DAS VENERAVEIS
FVNDADORAS DESTE CONV.TO D. MARIA
DE ATAIDE D. MASIA PER.A D. ANT.A DE NORONHA
D. LEONOR DE MENEZES . D. IZABEL DE CASTRO

Ora as campas que formavam as paredes do ossuário a que esta inscrição se refere eram oito e haviam pertencido às sepulturas das madres D. Maria de Ataíde, D. Mecia Pereira, D. Leonor de Meneses, D. Isabel de Castro e D. Brites de Meneses, D. Antónia de Noronha, D. Brites Ferraz, D. Guiomar Pinto, D. Antónia de Sousa, e D. Inês de Noronha. Vê-se pois que estavam lá as campas, e é lícito supor que também os ossos, de mais quatro religiosas do que as mencionadas na inscrição: as das madres D. Brites Ferraz, D. Guiomar Pinto, D. Antónia de Sousa e D. Inês de Noronha, não falando em D. Brites de Meneses que estava junta com D. Leonor de Meneses e D. Isabel de Castro.

Porque não figuram os nomes destas senhoras na inscrição? Teriam trazido para o carneiro as suas campas abandonando os ossos? Não é crível. Não eram *fundadoras?* Mas as três últimas que ali figuram como tal, entraram para a clausura muitos anos depois da fundação do mosteiro. D. Leonor de Meneses só professou em 1472, e as outras duas senhoras em 1501 e 1504 (1).

---

(1) Vide *Crónica da fundação do mosteiro de Jesus de Aveiro*, editada em 1939 com erudito prefácio de ROCHA MADAHIL.

O facto de lá se encontrarem as suas loisas sepulcrais só pode então explicar-se por serem precisas 8 lages para com elas formar as paredes do carneiro que a fantasia da madre Prioresa tinha ideado em forma de cruz. Assim teriam ido buscar as 8 campas, talvez todas as que havia no mosteiro.

Das duas primeiras já me ocupei em artigo publicado anteriormente nas páginas sempre acolhedoras deste «Arquivo» (1).

*

AQVIAZ HA MVITO
R.DA E VIRTVOSA MADRE
HA MADRE DONA AN
TONIA DE NORONHA
FEZ PROFISAÕ HERA DE
1S04 VIVEO E FALECEO
MVI SANTAMENTE VES
PORA DE NOSA SNRA
DE MARCO DE·I·S·Z·I

Caracteres latinos, com algumas geminações e letras inclusas. Na data do falecimento o algarismo 2 foi substituído por um *Z*, substituição vulgar, como a do 5 pelo *S*.

D. Antónia de Noronha não foi Prioresa, nem a inscrição a menciona como tal. Não encontro os seus registos, nem de profissão nem de óbito. Em 1504 consta apenas que professou D. Antónia de Sousa, em Setembro (2), e em 1521 não se registou nenhum óbito. De 1518 passa-se a 1525. Há aqui, evidentemente uma lacuna pois não é crível que nesses oito anos não falecesse nenhuma freira.

Esta senhora, diz-nos a inscrição, professou em 1504, isto é: quarenta anos depois da fundação do convento. Qual a razão porque é tida como fundadora? E se não foi fundadora nem Prioresa, porque foram os seus ossos levados para o carneiro? Apenas por ter uma campa que era preciso aproveitar? Deve ser outra a razão.

1) AQVI : IAZẼ AS MVI ELVS
2) TRES RELIGIOSAS MADRES DONA LIANOR DE MENESES E DONA ISABEL DE
3) CRASTRO : E : DONA BRITES

---

(1) *As campas das Fundadoras do mosteiro de Jesus de Aveiro*, vol. XIII, págs. 3 e segs.

(2) *Cron.* cit., pág. 197. *Mem. de todas as Religiosas que ffezerõ proffisson*, etc.

4) DE MENESES : TODAS FORAM : PRIVLESAS NESTE MOSTEIRO : E O RE
5) GERÃO · E · GOVERNARÃO · Ẽ · MVITA VERTVDE E AVSERVAMCIA

Caracteres latinos com algumas geminações e letras inclusas. A 5.ª linha está escrita a meio da campa, correndo do lado da cabeceira para o dos pés.

Estas três senhoras eram parentes próximas, e assim se explica que fossem soterradas na mesma cova. Descendiam todas do valoroso conde de Viana, D. Pedro de Meneses.

D. Leonor era filha do bravo Governador de Ceuta D. Duarte de Meneses e de sua segunda mulher D. Isabel de Castro.

«Mũy acesa do amor de Deus e desejo de o servir, com humildes rogos e suplicações» implorou de sua mãe e do conde seu irmão, pois já os moiros lhe haviam ao tempo morto o pai, que a deixassem recolher-se no mosteiro de Jesus de Aveiro.

Opôs-se a nobre senhora, por D. Leonor ser a única menina dos oito filhos de seu defunto esposo, e haver disposto casá-la com o duque de Bragança D. Fernando — um bom partido, em verdade — não podendo faltar «ao concerto e contracto» que com ele fizera, e cuja efectivação apenas dependia da chegada dos irmãos D. Garcia, Bispo de Évora, o futuro prisioneiro de Palmela, que vinha em viagem de Roma; e D. João, Prior do Crato, que voltava de Marrocos.

D. Leonor, porém, é que não se conformava com tais projectos em que não fora ouvida, e apega-se com a Infante Santa Joana que também já «andava ferida da mesma seta», no delicado dizer de frei LUÍS DE SOUSA (1), e até lhe pedira informações dos rigores e santidade de vida do mosteiro de Jesus (2); mas, sobre tudo ao «poder de suas lágrimas» junto da mãe.

E «tantas chorou», diz ainda o elegante cronista, «que emfim a rendeu, e se poseram ambas a caminho para Aveiro», onde a madre Brites Leitoa lhe lançou o hábito de noviça no dia 6 de Dezembro de 1471 (3), professando passado o ano de «provaçõ» (4).

---

(1) *Hist. de S. Domingos*, P. II, liv. IV, cap. XIV.

(2) *Cron.* cit., pág. 93.

(3) «No anno do Senhor de myl quatrocentos setenta e hũ, aos seis dias do mes de dezẽbro entrou nesta casa e recebeo ho avito dona Lyanor de Meneses, ffilha do conde dõ Duarte». (*Cron.* cit., *Memoryal de todas as Religiosas que ffezerõ proffisson*, etc.).

(4) «Ho ãno do Senhor de mill quatrocentos setenta e dois fez proffissã a irmãa dona Lyanor de Meneses sobredita filha do conde dõ Duarte e da condessa dona Isabel de Castro». (*Idem, id.*).

Sete anos andados, sempre «persseverãdo e crecẽtando ẽ suas virtudes», foi escolhida para o cargo de sub-prioresa (1), até que, por morte da madre Brites Leitoa, em Agosto de 1480, a colocaram à frente da comunidade (2).

Mas «não eram as fôrças iguais ao espirito», e a sua «fraca e delicada cõpleysam» não pôde resistir aos trabalhos e vigilias do novo ministério. Uma tuberculose apossara-se daquele organismo depauperado por «tãta streyteza de vida». Então impetrou de Roma a resignação, e dois anos depois, a 23 de Novembro de 1484, acabou seus dias (3) «ẽ muitas virtudes e perfeyçã que seria muy longo de contar».

D. Isabel de Castro, era filha de D. João de Noronha e de D. Joana de Castro, a herdeira da grande casa dos condes de Monsanto.

Os genealogistas não lhes acusam esta filha, mas os registos das profissões no mosteiro de Jesus revelam-nos a existência não só desta senhora, como de uma sua irmã D. Maria de Meneses (4).

Professou em Agosto de 1501 (5), e vinte e quatro anos depois, por morte de D. Maria de Ataíde, foi ocupar o mais alto cargo na comunidade (6).

Durante os nove anos do seu priorado dedicou-se com toda a diligência ao governo e administração do mosteiro, mandando executar diversas obras. Construíu o coro e os altares da igreja, e mandou pintar o retábulo da capela-mor. Fez ainda a sacristia, e a capela de S. Simão, além de vários reparos e benfeitorias nas casas e oficinas (7).

---

(1) «No ãno do Senhor de mil quatrocentos setenta e nove foy feyta soprioressa dona Lyanor de Meneses...» *(Idem, id.)*.

(2) «Neste meesmo anno e mes» (Agosto de 1480) «foy ẽleyta e confirmada ẽ prioressa dona Lyanor de Meneses, que aviia dous ãnos que era soprioressa deste moesteiro de Jhesu». *(Idem, id.)*.

(3) «Ho ãno do Senhor de mil quatrocentos oitenta e quatro, aos vinte e tres dias do mes de Novẽbro ffaleceo a muito virtuosa e santa madre dona Lyanor de Meneses: ·» *(Idem, Memorial das Madres e Irmãas que nesta casa,* etc. *falecerõ)*.

(4) «Ho ãno do Senhor de mil quatrocentos noventa e nove fez profyssã a irmãa dona Maria de Meneses, ffilha de dom Johã de Meneses e de dona Joana de Castro, condessa de Mõsanto, ho mes de Janeyro, octava dos Rex». *(Idem, Mem. de todas as Rel. que ffezerõ proffissom,* etc.).

(5) «Neste meesmo ãno, no mes de Agosto, octava da Assũçam de Nossa Senhora, fez profissã a irmaã dona Isabel de Castro, irmaã da sobredita dona Maria de Meneses: ·» *(Idem, id.)*.

(6) «No anno do Senhor de mil quinhentos vinte e cinco ãnos, aos dezoito dias do mes de Dezembro do sobredito ãno, vespora de Nossa Senhora, ffoy confirmada em prioressa deste mosteyro e convento de Nosso Senhor Jhesu, a muyto virtuossa reverẽda madre dona Isabel de Castro: ·» *(Idem, id.)*.

(7) Idem, *Mem. das Madres e Irm. que nesta casa,* etc. *falecerõ.*

Por fim, cançada «dos muytos serviços e trabalhos», pelas 10 horas da manhã de uma quarta-feira dia 18 do gélido mês de Dezembro do ano de 1534, tendo recebido todos os Sacramentos que «afỹncadamẽte» pedira, «acabou muyto santamẽte, como suas virtudes mereciã» (1).

Frei Luís de Sousa (2) confunde D. Brites de Meneses com D. Brites de Noronha. A que «era irmã de D. Leão de Noronha» era a filha de D. Henrique de Noronha e de D. Guiomar de Castro, que professou em Aveiro a 26 de Abril de 1517 (3), e veio no ano seguinte com outras religiosas povoar o primeiro convento da Anunciada de Lisboa. Era sobrinha da Prioresa D. Isabel de Castro, irmã de sua mãe.

A D. Brites de Meneses que jazia na mesma cova com as suas antecessoras e parentes D. Leonor de Meneses e D. Isabel de Castro, deve ser a filha de um D. Henrique de Meneses, comendador-mor, como reza o seu registo de óbito (4). Faleceu em 1579 e fora duas vezes Prioresa.

De uma das eleições, em 1541, ficou-nos um registo no «Memorial» do mosteiro, que provàvelmente se lhe refere (5).

Se esse D. Henrique era o segundo filho daquele D. João de Meneses que, depois de enviuvar de D. Joana de Castro, foi Prior do Crato, e que se não foi comendador-mor, título que por natural exagero da madre escrivã ao redigir o registo de óbito da filha lhe foi atribuído, foi em verdade comendador da Azinhaga, e da Idanha-a-Velha, na Ordem de Cristo; a filha é mais uma senhora, esquecida pelos genealogistas, desta família que tantas religiosas deu ao mosteiro de Jesus.

1) AQVI : IAZ : A MVITO VER
2) TVOSA MADRE BRITEZ : FERAZ : PEREIRA : PRI-
VLESA : QE FOI DESTE

---

(1) «No ãno de Nosso Senhor de myl quinhentos trinta e quatro, aos dezoito dias do mes de Dezembro, quarta feyra às dez oras do dia, vespera de Nossa Senhora do O, faleceo e se foe para Nosso Senhor, a muito virtuosa e nossa muy sancta madre dona Isabel de Castro, prioressa deste moesteyro e cõvento de Jhesu Nosso Senhor...» *(Idem, id.)*.

(2) *Hist. de S. Domingos*, P. II, liv. IV, cap. XVII.

(3) «Ho ãno do Senhor de mill quinhentos desasete, domingo depois da octava da Paschoa, vinte e seis dias do mes de Abryl, fez profissã a irmaã dona Brytyz de Noronha, filha de dõ Anrrique de Noronha». *(Cron.* cit., *Mem. de todas as Relig. que ffezerõ proffissom*, etc.).

(4) «No anno de mil quinhentos setenta e nove faleceu a madre Soror Britis da Trindade. Foy duas vezes prioresa nesta casa de Jhesu, e a regeu com muita virtude e religião. Esta madre era filha de dom Anrique de Meneses, comendador mor». *(Idem, Mem. das Madres e Irm. que nesta casa*, etc. *falecerõ)*.

(5) «Ho ãno do Senhor de mil quinhentos quarenta e hũ, a dous dias do mes de Dezembro, foe eleyta e cõfirmada ẽ prioressa por quatro annos, deste moesteyro de Jhesu, a muito virtuosa e reverenda madre dona Brityz de Meneses:» *(Idem, Mem. de todas as Relig. que ffezerõ proffissom*, etc.).

3) CÕVEMTO : FVMDADO
4) RA : DO MOSTEIRO : DE SAM IOAM DE SETVVEL : FALECEO : CÕ MVITOS
5) SINAIS : DE ALÇAMCAR : A GRORIA : A · X · 8 · DIAS DA · GOSTO · DE · 1·S·7·S·

Caracteres latinos com algumas geminações e letras inclusas. A data do dia da morte encontra-se expressa por forma pouco vulgar: as dezenas representadas pelo X romano e as unidades pelo algarismo arábico.

Corria o ano de 1519 e num domingo, 13 dias do mês de Fevereiro, D. Brites Ferraz professa no mosteiro de Jesus (1), recebendo o véu das mãos da madre D. Maria de Ataíde (2) já nossa conhecida (3), e tomando o nome de Soror Beatriz das Chagas de Cristo.

Pelos anos de 1525 resolvera D. Jorge de Lencastre fundar na sua vila de Setúbal um mosteiro onde, como medida de boa administração, fizesse recolher suas três filhas D. Helena, D. Maria, e D. Isabel, entregando-as à guarda do Patriarca S. Domingos, para o que lhes destinou certa casa «entre o chão do Sapal e a estrada que corre de Evora», onde antes pensara em fundar um convento de frades. E porque o mosteiro de Jesus de Aveiro tinha fama de vida austera e piedosa, pediu que dali lhe mandassem sete religiosas de bons costumes para entrarem nele como fundadoras.

Para lá foram em 18 de Maio de 1529 as madres D. Maria de Noronha, D. Margarida Pinheiro, D. Isabel Sodré, D. Isabel de Quadros, D. Brites Pereira, D. Mecia Juzarte, e a nossa D. Brites Ferraz (4), dando entrada na nova casa claustral no dia de S. João «com grande alegria do Mestre» e da Duquesa sua mulher.

Ao fim de três anos, porém, porque não se advertira «ao tempo que se comesou o edificio que era lugar baixo e apaulado» (5), voltou D. Brites doente para o seu convento de Aveiro onde, dezasseis anos passados, foi eleita Prioresa (6).

---

(1) «No ãno do Senhor de mil quinhentos dezanove, domĩgo treze dias de Ffevereyro, ffez profyssam a irmaã Britiz Fferraz: ·» *(Idem, id.)*.

(2) Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*, P. II, liv. IV, cap. XVIII.

(3) J. M. Cordeiro de Sousa, *As campas das Fundadoras do mosteiro de Jesus de Aveiro.*

(4) Frei Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*, P. III, liv. II, cap. IX.

(5) *Idem.*

(6) «No anno no Senhor de mil quinhentos cincoenta e oito, foii eleita por prioresa deste cõvento de Jhesu Nosso Senhor, a muito reverenda madre Britez Ferraz». *(Cron.* cit., *Mem. de todas as Relig. que ffezerõ proffissom*, etc.).

Depois, em 1575, morria «com muitos sinais de alcançar a gloria», como nos diz a inscrição sepulcral (1).

> S^{A}
> DA MVITO RELEGI
> OZA M^{E} GIOMAR PI
> MTA QVAL VIVEO ES
> TE MOSTR^{O} DE IESV 57
> ANOS COMT^{A} VIRTV
> DE ACABOV SVA VID
> A 15. DE MAIO DE. 1602
> ANOS

Caracteres latinos. Algumas geminaçôes e abreviaturas. O *q* da palavra *qual* na 4.ª linha, e o *b* da palavra *acabou* na 7.ª linha, são minúsculos.

Outra religiosa que nem foi fundadora, pois entrou para o mosteiro 81 anos após a fundação (2), nem o seu epitáfio nos diz que tenha sido Prioresa, e no entanto a sua campa fora levada para o carneiro das Fundadoras.

> S^{A}. DA M^{E}. DONA ANT^{A} D
> SO^{V}SA. QVE FALEŜ. PR^{I}O
> RESA. DESTE COMVEN
> TO. O PR^{O} DAGOSTO
> D 608

Caracteres latinos com geminações.

Não sei quem fosse esta freira. Recordo-me de um Manuel de Sousa, senhor de Miranda, que teve 4 filhas professas: D. Maria, D. Leonor, D. Catarina, e D. Antónia, mas nada me autoriza a supor que se trate desta última.

Os registos de óbito do mosteiro apenas acusam em 1608 o falecimento de soror Ana da Coluna. No ano anterior faleceu a madre Antónia de S. Francisco, que havia três anos e dois meses era Prioresa. Seria esta senhora? É possível,

---

(1) «No anno do Senhor de mil quinhentos setenta e oito faleceu a madre soror Brites das Chagas. Esta madre foi hũa das fundadoras do mosteiro de Sam Joam de Setuvel e nepois que veio foi prioresa neste de Jhesu Noso Senhor, que governou com muita religião». *(Idem, Mem. das Madres que nesta casa,* etc. *falecerõ).*

(2) «No anno do Senhor de mil quinhentos quarenta e cinquo, no mes de setẽbro, na oytava da naçenca de nossa Senhora, fez proffissã a irmãa guiomar pĩta». *(Idem, Mem. de todas as Relig. que ffezerõ proffissom,* etc.).

visto a inscrição dizer-nos que morreu nesse cargo, a ter-se enganado a madre escrivã ao assentar a data, ou, o que é mais natural, o canteiro ao insculpir a loisa (1).

Entre os registos das profissões deparo com um no ano de 1569 que pode referir-se-lhe (2).

Ŝ.DA MADRE.DONA
INES DE NORONHA
PRIORESA.QVE FOI
DESTE MOSTEIRO
FALECEO.A ONZE.
DE MAIO.DE MIL
1.6.1.9.

Caracteres latinos. Todos os *de* são geminados.

Apesar do apelido de uma das mais nobres famílias do Reino, sou obrigado a confessar que não sei quem tenha sido esta senhora, e que os anos me levaram já a paciência para rebuscar entre os inumeráveis rebentos da frondosa árvore genealógica de Henrique II de Castela, qual tenha vindo emmurchecer à sombra acolhedora das grossas paredes de Jesus de Aveiro. Apenas me dizem os assentos da Casa que professara em Outubro de 1557 (3). Viveu portanto 62 anos por detrás das rexas conventuais. Nos assentos de óbito há um que creio ser o desta freira (4).

Lumiar, casa de Nossa Senhora do Carmo, Setembro de 1948.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

---

(1) «No anno do Senhor de mil seiscentos e sete faleceu a madre soror Antónia de Sam Francisco, avendo tres annos e dous meses que era prioresa desta casa de Jhesu». *(Idem, Mem. das Madres que nesta casa,* etc. *falecerõ).*

(2) «No mesmo anno na outava de Sam Migel fez proffissam a irmaã dona amtonia de Sousa». *(Idem. Mem. de todas as Relig. que ffezerõ proffissom,* etc.).

(3) «No anno do Senhor de mil quinhentos cinquenta sete, no mes doutubro, dia de Sam Lucas, fez profissam a Irmaã dona Ines de Noronha». *(Idem, id.).*

(4) «No anno do Senhor de mil seiscentos e dezanove faleseu a madre soror Ines de Jhesu. Esta madre foi prioressa nesta Santa Casa de Jhesu nosso Senhor». *(Idem, Mem. das Madres,* etc. *que nesta casa,* etc. *falecerõ»).*

TALÁBRICA

O ESTUDO que fiz da estrada militar de Coimbra ao Porto, e mais especialmente no concelho de Águeda, levou-me naturalmente a entrar também na discussão, já velha de séculos, sobre a localizacão de Talábrica e Vacca. Já, porém, se escreveu tanto sobre este assunto, já se produziram tantas páginas de incontestável valor literário e tantas afirmações de bairrismo entusiasta mas inócuo, que me acanho de dizer alguma coisa sobre este caso, pois que não sei fazer literatura, nem sinto no coração esse sentimentalismo doentio que tiveram muitos ao falar da sua terra natal. Entretanto, com a realidade histórica da época em que viveram essas cidades é como agulha em palheiro, que só se poderá encontrar remexendo-o muitas vezes, penso que é meu dever ajudar a revolver o pó daqueles séculos distantes, até que a verdade histórica seja deflnitivamente encontrada.

Pessoa amiga, a propósito do meu estudo sobre estradas romanas, disse-me que o meu trabalho, embora sujeito a críticas divergentes, representava um esforço grande de indagação. Não quero melhor prémio para os meus trabalhos que a crítica serena, sobretudo quando esta ajuda a descobrir a verdade que é o que todos honestamente buscamos. Em discussão séria, em crítica construtiva, é-me tão agradável ser vencido como vencedor, porque, vencido, liberto-me de um erro; vencedor, tenho dado mais um passo na busca da verdade.

Rocha Madahil, culto e activo arqueólogo, a quem a História de Portugal e a Arqueologia do distrito de Aveiro devem trabalhos de inegável valor, publicou no *Arquivo de Aveiro*, 1941, pág. 313, o seu estudo notável sobre a estância luso-romana do Cabeço de Vouga, a cujas escavações presidiu. Antes de descrever estas escavações e de dar-nos o resultado delas, faz uma colectânea de tudo o que se tem dito sobre o assunto, começando pela descrição do local feita por Vaz Ferreira, numa das melhores páginas do seu interessante

romance — *Senhores do Marnel*. O leitor que quiser ter um conhecimento completo da questão e do seu estado actual, encontra todos os elementos naquele trabalho, útil sob todos os aspectos, e, sobretudo, porque nos conduz a esta pouco confortante conclusão: estamos hoje onde estávamos há quatro séculos — Não sabemos onde era Talábrica, não sabemos se existiu Vacca. Literatura, bairrismo, romance. Tudo perdido? Não, alguns passos acertados se deram. Até a confusão criada tem hoje o grande mérito de nos mostrar a necessidade de novos métodos.

AETHICO, filósofo, cristão, do quarto século da nossa era, é o único escritor antigo que seguramente nos fala de Vacca, na sua *Cosmografia*, que foi traduzida do grego para o latim. Diz este escritor: Occeanus occidentalis habet formosa oppida: Bracara — Iacusa Augusta — Vacca . . . . .

PLÍNIO, o Velho, na *História Natural*, fala-nos de Talábrica, na muito conhecida passagem: — «A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres. Pœsuri. Flumen Vacca. Oppidum Talabrica. Oppidum et flumen Aeminium. Oppida Conimbrica. Colippo. Eburobritium . . .»

Mas GASPAR BARREIROS aponta o arquétipo de Toledo da obra de PLÍNIO com esta variante — «A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres. Pœsuri. Flumen Vacca. Oppidum Vacca. Oppidum Talabrica». Assim temos outro escritor romano que nos fala de Vacca. E são os únicos.

O *Itinerário de Antonino* menciona Talábrica como estação da Estrada Militar entre Lisboa e Porto.

APIANO ALEXANDRINO viveu em tempo dos imperadores Trajano e Adriano e na sua história dos Romanos refere-se à Talábrica. Outros escritores latinos mencionam este oppidum.

Comecemos por Talábrica e conheçamos o valor destas informações quanto à sua existência e situação:

PLÍNIO diz, caminhando de norte para sul: Flumen Vacca — oppidum Talabrica.

O *Itinerário de Antonino* marca de Aemínio a Talábrica cinquenta milhas. Contando estas, quer na direcção de Aveiro quer na da Ponte do Vouga, sai o termo delas muito ao norte do rio Vouga. E assim surge a contradição entre PLÍNIO, que localiza Talábrica a sul do Vouga, e o *Itinerário*, que a dá ao norte do mesmo rio.

APIANO descreve-nos as lutas de Décio Juno Bruto na Lusitânia e conta, depois de tratar dos Brácaros, um episódio passado em Talábrica. Mas não diz onde esta era situada.

Tudo quanto depois se escreveu sobre este assunto foi calcado nestas informações. Foi GASPAR BARREIROS o primeiro a tratar de Talábrica. Movido do brio patriótico de

reclamar para a sua Lusitânia a honra da sede de Talábrica, levantou-se contra os que pretendiam identificá-la com Talavera de la Reina, apoiado nas duas fontes — PLÍNIO e *Itinerário*. Apontando o arquétipo de Toledo, mostra que as duas estações Vacca e Talábrica existiram; com o *Itinerário* fixa a sua situação, fazendo considerações acertadíssimas sobre a equivalência das distâncias antigas com as modernas. Pena é que não tivesse levado a lógica do seu raciocínio até ao fim, e que a preocupação de dar uma guarida honrosa à sua Talábrica o conduzisse a conclusão que não pode aceitar-se sem grande constrangimento da razão. Assim, o autor argumenta: de Ollisipo (Lisboa) a Gerábica conta o *Itinerário* XXX milhas (trinta mil passos) que equivalem a sete léguas e meia (quatro milhas por légua) que hoje se contam: de Gerábica a Scalabis XXXIII (Santarém), que são oito léguas; de Scalabis a Celium, perto de Tomar, outras XXXII equivalentes a oito léguas actuais; de Celium a Conimbriga XXXIV milhas ou sejam oito léguas e meia. E prova desta maneira que Conimbriga não pode ser a Coimbra actual, mas a Condeixa-a-Velha, pois com esta se combinam as XXXIV milhas contadas de Celium. BARREIROS, porém, depois de Conimbriga, não conta mais as milhas pelas estações do *Itinerário*, mas conta até à Mealhada, Avelãs, Águeda e à Ponte do Vouga, rio que atravessa para logo depois dobrar quase em ângulo recto até Cacia, e daqui voltar a Albergaria, fazendo naquela estação de Cacia o vértice de um ângulo agudo. O que levou o autor a desviar-se inesperadamente do *Itinerário* que tão judiciosamente vinha seguindo, para assim levar a estrada romana da Ponte do Vouga para Cacia? Ele não conhecia a região de Águeda à Ponte do Vouga e daqui a Cacia, tanto que entre estas estações errou as distâncias pela necessidade de ajustá-las ao seu intento. De Águeda à Ponte do Vouga, não são légua e meia como de Ponte do Vouga a Cacia, são mais de duas e não uma. É, porém, tão recta, clara e perfeita a descrição que faz de Cacia e dos vestígios da Torre de S. Julião, que estou certo de que a visitou e estudou, e achou o lugar digno de receber a honra de sede da encantada Talábrica. E para que não fosse alguém pretender tirá-la à sua Cacia para a levar para a Ponte do Vouga, lugar não menos digno arqueològica e topogràficamente, além do jogo das milhas, invocou o texto toledâneo de PLÍNIO, que menciona a cidade de Vacca, antes da de Talábriga, e esta na margem esquerda do Vouga. Desta maneira calou os de Talavera de la Reina e contentou todos os da Lusitânia.

Temos, pois, posta a questão por GASPAR BARREIROS: Aemínio junto do Mondego, onde é a actual Coimbra; — Talábrica em Aveiro — Cacia; Vacca no cabeço do Vouga.

Gaspar Barreiros é dos fins do século XVI, princípios do século XVII. Todos os escritores deste século que trataram do assunto não fizeram mais do que reproduzir com diversas modalidades o que disse aquele ilustre arqueólogo. André de Resende — Duarte Nunes de Leão — António de Vasconcelos — Jorge Cardoso, etc., nada acrescentaram, apenas Diogo Mendes de Vasconcelos, fundado no texto de Plínio, entende que Aemínio deve localizar-se em Águeda e não na actual Coimbra.

Frei Bernardo de Brito traz para a questão dois elementos novos, duas inscrições que parecem pôr termo definitivo à contenda. Encontrou uma em Ossela e outra num muro velho de Pinheiro da Bemposta. É a de Ossela: *Imp. Ca es. D. Avg. Inter Div. Rel. Cohort. Praesid. Vacce. Occel. Lango. Calen. Aem. Leg. x Fretens. Ejvs. Nvm. Spetacula. Et. Lvd. Gladiat. E. V. Erbes. Lvsit. L. A. Ex. Et. Hecatomb. D. D.* —

A de Pinheiro — . . .*Cos VI P. F. Vac. XII P. M.*

As coortes da Legião décima, chamada Fretense, de presídio em Vouga — Ossela, Lanco, Cale e Aemínio, oferecem espectáculos e jogos de gladiadores ao Imperador César divino Augusto, já contado no número dos Deuses, e estas cidades da Lusitânia fizeram os gastos e dedicaram hecatombes.

Analisemos agora os fundamentos em que se estribam Gaspar Barreiros e os seus continuadores.

Plínio, nascido em 23 da nossa era, morre em 79 com 56 anos de idade. A sua produção literária foi tão fecunda, que mal se concebe que ele tivesse podido escrever tanto sobre os mais variados assuntos. A nossa admiração é ainda maior sabendo que este homem ilustre dedicou uma parte da sua vida aos serviços públicos no exército, na magistratura e na marinha, e que muitos assuntos tratados nos seus livros só os conheceu através da leitura de numerosas obras. Para a sua *História Natural*, ele mesmo confessa que teve de consultar mais de dois mil livros. A *História Natural* é um trabalho imenso sobre geografia, astronomia, medicina, comércio, artes, botânica, mineralogia, etc. Foi um enciclopedista, mas não foi pròpriamente um geógrafo. A sua intenção foi dar-nos o panorama do Império Romano, na sua estrutura administrativa, nos povos que o constituíam, com os laços jurídicos que os prendiam a Roma. Um ou outro acidente geográfico, como rios, promontórios e pouco mais. Cita frequentemente Varro e Agripa, mas não se refere a Strabão, morto meio século antes, quando a sua vasta obra geográfica se tinha já largamente divulgado. Não segue nenhuma orientação geográfica na indicação das cidades,

parecendo apresentá-las pela ordem alfabética dos documentos públicos (Formulae) ou das obras dos escritores. A parte consagrada à Lusitânia é pobre de indicações físicas e etnológicas, limitando-se quase só à costa. Esta deficiência terá, porventura, a sua explicação na circunstância de ser a Lusitânia a província da Espanha que maior resistência ofereceu à dominação romana e que mais tarde recebeu os influxos da sua civilização. A rebeldia dos lusitanos tinha sido definitivamente vencida pouco tempo antes de PLÍNIO, de modo que o conhecimento desta região não era para ele e para os outros escritores tão completo como o das outras partes do Império. Ele mostra em varios passos a falta de firmeza que tinha nas suas informações. Assim, diz ele: «depois do rio Douro começa a Lusitânia, os Túrdulos antigos, os Pesuros, o rio Vacca, o povo Talábrica, o povo e o rio Emínio». Este rio Emínio é o mesmo Mondego. É PLÍNIO que nos fornece a prova desta identidade, pois reputa, segundo VARRO, a distância entre o Minho e o Emínio em duzentas milhas. Esta distância se verifica aproximadamente entre o Minho e o Mondego. Entretanto PLÍNIO acreditou tratar-se de rios diferentes. Referindo-se a outros escritores, diz ele — «erraram nos rios principais: do Mínio que acima nomeamos está o Aemínio afastado, no dizer de VARRO, duzentas milhas, o qual alguns entendem estar noutra parte e lhe chamam Límia, conhecido dos antigos por rio do Esquecimento e que dele contam muitas fábulas. O Tejo está a duzentas milhas do Douro e o Munda corre entre ambos». Sem sombra de dúvida, para PLÍNIO, Límia — Aeminio e Munda eram rios diferentes. É possível que o Munda tomasse junto do Aemínio o nome desta cidade e daí a confusão do autor, como judiciosamente diz GASPAR BARREIROS. Ainda hoje é frequente perderem os rios os nomes próprios para tomarem, junto dos povoados que banham, os nomes destes.

Não sei quais os autores a que se refere PLÍNIO quando os acusa de confundirem Aemínio com Límia ou Mínio. Acredito que um destes seja STRABÃO, pois este autor, muito mais minucioso que PLÍNIO na descrição física da Lusitânia, não menciona o Aemínio, mas cita o Límia entre o Minho e o Douro. Apesar de muito mais rigoroso que PLÍNIO, também STRABÃO mostra incerteza no conhecimento da região, pois afirma que o Minho é o maior rio da Lusitânia e tem um percurso navegável igual ao do Douro.

Deixemos, porém, estas considerações e procuremos a orientação geográfica seguida por PLÍNIO na descrição da Europa. E é ele que no-la ensina na parte II do cap. I, liv. III. Começando do estreito de Gibraltar, segue a costa mediterrânea, pela Espanha, Narbonense, Itália, Córsega, Sardenha e Sicília. É minucioso na descrição destas; segue

o Adriático, e assim vai andando pela costa até ao Mar Negro. Entra no Danúbio, dá informação da Europa Central, vem ao Mar Gálico, à Bretanha e depois pela Gália, Bélgica, França, costa Ocidental da Espanha até ao Guadiana. Esta é a razão por que trata da Espanha mediterrânea no Liv. III, cap. II, III e IV, incluindo neste a região entre o Guadiana e Gibraltar, e só no Liv. IV, cap. XXXIV e XXXV, trata da Espanha atlântica. Diz no cap. II do Liv. III que a Espanha se divide em duas províncias: a Ulterior e a Citerior; que a Ulterior, pela sua extensão, se divide em Bética e Lusitânia, separadas pelo Guadiana. Descreve em seguida as duas províncias da Bética e Citerior. É meticuloso, como disse, na descrição destas, sobretudo da primeira. Como fez em outros países, segue primeiro a costa, indicando as cidades e referindo-se aos rios, cabos, golfos e outros acidentes; em seguida, descreve as regiões interiores. Ao tratar da Espanha Citerior, ele mesmo diz que este foi o seu método «Primi in ora Bartuli: post eos, que *dicetur ordine, intus recedentes mentesani;* Cap. IV — e adiante: «Post eos, quo dicetur ordine, intus recedentes radice Pyrenaei . . .»

Ora esta foi também a ordem que Plínio seguiu na descrição da Lusitânia. Primeiro a costa, depois o interior. A costa divide-se em duas partes — uma do Douro ao cabo da Roca; outro deste ao Guadiana. E diz da primeira — «A Durio Lusitania incipit Turduli veteres. Paesuri — Flumen Vacca. Oppidum Talabrica. Oppidum et Flumen Aeminio. Oppida. Conimbrica. Collipo. Eburobritium».

Compreendo este texto deste modo—A Lusitânia começa no Douro com os povos Túrdulos a ocidente e Pesuros a oriente. Ocupam a região do Vouga com a sua cidade Talábrica, a do Mondego com a cidade Emínio—depois continua—«Oppida: Conimbrica, Collipo. Eburobritium» — estes povos têm as cidades de Conímbrica, Cóllipo, Eburobrítium. O rio é o acidente preferido por Plínio. Não fez referência a rios com estes últimos ópidos, porque os não tinham. Também só se refere a rios que vão dar ao mar. Na descrição da Bética referiu cidades e até pequeninos rios, sem categoria geográfica. Não há uma referência a serras, vales, afluentes do Douro ou Tejo; o seu pensamento foi mostrar-nos os povos e suas cidades principais. Não teve a preocupação de dar-nos a posição geográfica das cidades, mas sim apontar as regiões habitadas pelos povos que menciona em primeiro lugar. E que isto é assim, vai confirmá-lo a leitura da segunda parte. Diz Plínio: «*Gentes — Celtici, Turduli, et circa Tagum. Vettones, Ab Ana ad Sacrum, Lusitani.* Na região do Tejo, — caminhando para o interior — Celtas, Túrdulos e Vetões. Na região do Guadiana até ao cabo Sacrum — os Lusitanos. E continua: «*oppida memorabilia a Tago in ora:* Olisipo,

equarum e Favonio vento conceptu nobile: *Salacia* cognominata urbs imperatoria: *Merobrica:* Promontoriun sacrum: et alterum Cuneum. *Oppida Ossonoba — Balsa Myrtilis.* Cidades, na costa, partindo do Tejo — Olisipo (Lisboa) notável porque ali as éguas concebem do vento favónio, Salácia (Alcácer do Sal?) cognominada cidade imperial; Merobrica (S. Tiago do Cacém); promontório sacro (S. Vicente) Cuneum (Santa Maria) e cidade Ossonoba, Balsa (entre Faro e Lagos) Mértola.

Ora se nós entendermos as palavras da primeira parte — «Flumen Vacca. Oppidum Talabrica», como querendo dizer que Talábrica ficava ao sul do rio Vouga, com muito mais razão, por serem mais expressivas, havemos de entender que estas da segunda parte — «oppida memorabilia a Tago in ora, Olisipo...» como significando que Lisboa se há-de achar ao sul do Tejo. E como isto não é verdade nem PLÍNIO o pensou, forçoso é que doutro modo entendamos os dizeres de PLÍNIO numa e noutra passagem.

Deste modo concluí que não há nenhuma contradição entre PLÍNIO e o *Itinerário*.

O *Itinerário* é considerado a obra geográfica mais valiosa que a antiguidade nos legou. Embora tenha o nome do Imperador Antonino, não é trabalho de um homem, não foi feita numa vida. Tal como chegou até nós, representa o esforço de muitas gerações. Os comentários de AGRIPA, obra em que êste geógrafo compilou os resultados das operações geodésicas a que se vinha procedendo desde que ordenados por César e Augusto, foram certamente a grande fonte do *Itinerário*. Este trabalho inicial, porém, não ficou paralisado. Não sendo senão uma enumeração das estradas que sulcavam o Império Romano, das estações por que passavam e das distâncias entre elas existentes, não só havia de sofrer, no correr dos tempos, a corrigenda dos erros que porventura tivesse, como interpolações e adições. A última reforma que o *Itinerário* sofreu foi a ordenada por Teodosio VI, poucos anos antes da queda do Império Romano do Ocidente. O *Itinerário*, sendo como foi um trabalho oficial, feito para fins políticos e administrativos, que satisfez durante séculos, não pode deixar de ser um trabalho exacto. E que assim o é, podemos ainda prová-lo com a comparação das distâncias entre as estações definitivamente localizadas com as distâncias actuais entre os mesmos lugares. Este estudo comparativo vem mostrar-nos a exactidão do *Itinerário*, pela quase igualdade entre as distâncias de então e as de agora. Assim, de Lisboa a Braga são aproximadamente 365 quilómetros, e, pelo *Itinerário*, 244 milhas ou sejam 361 quilómetros; de Lisboa ao Porto 315 quilómetros, pelo *Itinerário* 209 milhas ou sejam 310 quilómetros; de Coimbra ao Porto 110 quiló-

metros, pelo *Itinerário* 71 milhas ou sejam 105 quilómetros; de Santarém a Coimbra 110 quilómetros, pelo *Itinerário* 66 milhas ou sejam 113 quilómetros; do Porto a Braga são 50 quilómetros, pelo *Itinerário* 35 milhas ou sejam 52 quilómetros. Como se vê, as distâncias actuais combinam com as do *Itinerário* com diferenças de muito pouco valor, resultantes das modificações feitas ao rumo primitivo da estrada. Entre Santarém e Coimbra há uma diferença apreciável de perto de nove quilómetros, que resulta do novo rumo que a estrada real tomou, afastando-se de Tomar para alcançar Leiria.

O *Itinerário* é um documento de toda a confiança, não o invalidando, como pretendem alguns, a circunstância de haver dele vários códices, com divergências, pois estas só atingem a redacção dos nomes e são todas concordes nas distâncias.

E que valor probatório pode ser atribuído às duas inscrições de que nos dá notícia Fr. Bernardo de Brito? Os historiógrafos negam-lhe autenticidade. Não tem confiança no autor. Na verdade, é estranho como Fr. Bernardo de Brito foi descobrir aquelas lápides perdidas nas paredes de Ossela e Pinheiro da Bemposta. Vê-se que ele, com a primeira, quis provar a existência de Vacca, sem responsabilidade de maior, visto que já tinha o apoio de Aethico; com a segunda, pretendeu localizá-la, mas como não tinha nenhuma ajuda anterior, mostrou-se cauteloso, levantando a dúvida sobre o próprio trabalho, não garantindo a tradução, por estarem apagadas muitas letras. É certo que os historiógrafos, a começar por Hubner, suspeitam que as lápides foram inventadas por Fr. Bernardo de Brito, mas a verdade é que não apresentam outra razão da sua suspeita que não seja a falta de autoridade do autor pelo pouco escrúpulo com que escreveu a história. E assim, em caso de dúvida, temos de pôr à margem aqueles documentos. Temos a impressão de que uma análise cuidadosa do segundo viria agravar a suspeita. Na verdade, a inscrição truncada de Pinheiro da Bemposta, onde fica São Gião, e que o autor considera como fragmento de um marco miliário, merece-me alguns reparos. Em primeiro lugar, o *Itinerário* Antonino mostra-nos as estações a partir das quais era feita a contagem dos *milia passuum*. Os miliários que tem sido encontrados estão de acordo com o *Itinerário*. Assim, na nossa região, a contagem ia de Conímbriga a Aemínium — MPM X; de Aemínio a Talábrica — MPM XL; de Talábrica a Langóbriga — MPM XVIII, e de Langóbriga a Calem — MPM XII. Não nos aparece aqui a estação de Vacca; não sei, por isso, como admitir-se uma contagem a partir dela. Em segundo lugar, em

todos os marcos miliários conhecidos, encontram-se invariàvelmente as iniciais dos milhares de passos antes do número destes. Assim, na *Portugaliae Inscriptiones Romanae* — Insc. 129 — Mp. II; Insc. 130 — MP. III; insc. 131 — MP. IV; insc. 144—MP. XLIII etc.... Nalgumas faltam as iniciais MP, seguindo-se o número de milhas logo ao nome da estação donde começou a contagem. Em nenhuma, porém, as iniciais MP seguem o número, em nenhuma aparecem assim invertidas — PM, a não ser nessa que Fr. BERNARDO DE BRITO nos ofereceu. Teria sido descuido?

A primeira inscrição, de Ossela, também merece alguma reserva: parece que não há outra inscrição em que a palavra *Divus*, em qualquer de suas flexões, venha indicada apenas com a inicial D. Em todas as outras se encontra *Div* — *Divi* — *Divus* — *Divo*. Esta circunstância me leva a supor que Fr. BERNARDO DE BRITO talvez tenha lido mal aquela inicial. Não seria O em vez de D? *O* inicial de Octavius? As palavras *inter divus relato* parecem confirmar esta leitura, pois representam uma redundância se lermos aquela inicial como *D*. Os nomes próprios representados por uma só letra são frequentes nas inscrições. As de Marco Aurélio dizem—M. Aurel. —M. Aurelius. *D.* inicial de *divus*, só a encontrei nesta inscrição do Fr. BERNARDO DE BRITO. Nas de Augusto, a palavra vem frequentemente completa, assim—Divo Augusto. C. Arius optatus... — Divo Augusto Albinus Albini F. Flamen Divi Aug. — Inscrições 266 e 269 — da *Inscriptiones Romanae.*

Mas esta minha suposição, se for verdadeira, será um argumento a favor da autenticidade da inscrição. De facto, para que Fr. BERNARDO DE BRITO tivesse errado a leitura, era preciso que a tivesse feito em qualquer parte. Apesar de não repugnar ao meu espírito que realmente Fr. BERNARDO DE BRITO tenha visto ou tido conhecimento daquela inscrição, tenho que a deixar de lado até que outras provas surjam da sua autenticidade.

O que os escritores disseram no século XIX, e já no século XX, sobre a existência e localização de Aemínio, Vacca e Talábrica, daria grosso volume de boa literatura, acendrado bairrismo, imaginação diletante. Os de Águeda, apoiados naquela confusão de rios que faz PLÍNIO, reclamaram com tanta veemência e poder de imaginação as honras do Aemínio para a sua Águeda, que por algum tempo se lhes deu razão, até que a inscrição de Coimbra os calou definitivamente. Também já os de Aveiro começam a ver a sem razão das suas pretensões. Entre estes trabalhos há alguns que são estudos notáveis. Embora não tenham encontrado solução definitiva, é certo que a sua análise e observação não podem ser deixadas à margem pelos novos continuadores de seus

esforços. Só nos referiremos aqui a dois: FÉLIX ALVES PEREIRA — P.ᵉ MIGUEL DE OLIVEIRA. FELIX ALVES PEREIRA foi o primeiro a dar o merecido valor ao *Itinerário* de Antonino e a ver nele o único caminho seguro para a localização de Talábrica. Partindo do princípio de que são exactas as distâncias mencionadas no mesmo *Itinerário*, e não havendo dúvidas hoje sobre a localização das estações Cálem e Aemínio, procura Talábrica partindo delas. Como, porém, não tinha elementos para apontar o leito da velha estrada romana, buscou a zona provável da localização com auxílio do compasso. Fazendo centro nas duas estações referidas, traçou duas circunferências de raios iguais às distâncias apontadas no *Itinerário* entre elas e Talábrica. A zona de intercessão é a zona em que deve procurar-se Talábrica. Aplicando o processo, teremos Talábrica ao norte do Vouga, para além de Albergaria. FELIX PEREIRA confessa que o processo não pode considerar-se rigoroso, pois presume a via militar romana em linha recta o que seguramente não é verdadeiro, por ter de obedecer aos acidentes do terreno. Para corrigir esta deficiência, entende o fecundo arqueólogo que só há um recurso: o exame local. Este é que um dia dará a chave do enigma, como o deu a Coimbra, atribuindo-lhe definitivamente as honras da velha Aemínio. Os trabalhos de FELIX PEREIRA foram publicados no *Arqueólogo Português* em 1907. Não tenho perante os olhos este volume, mas estou seguindo ROCHA MADAHIL, que hàbilmente os condensa no valioso estudo, já referido, *«Cabeço do Vouga»*.

Parece-me que FELIX PEREIRA está com a razão: é com o *Itinerário* que havemos de descobrir Talábrica; mas, como a aplicação deste depende do conhecimento prévio do leito da via militar romana, é para este assunto que preliminarmente devem convergir os nossos esforços. Neste sentido fiz um despretencioso trabalho, já publicado no *Arquivo de Aveiro*, sobre a orientação da estrada romana entre Coimbra e Porto. Medindo por esta as distâncias do *Itinerário*, chegamos à conclusão de FELIX PEREIRA — Talábrica é para além de Albergaria — nas proximidades da Branca.

FELIX ALVES PEREIRA acreditou que a passagem de APIANO, em que descreve o episódio da subjugação de Talábrica, por Décio Juno Bruto, se referia à Talábrica, estação do *Itinerário* de Antonino. E isto tinham todos como certo, até que a descoberta em Estorãos, perto de Ponte de Lima, de uma ara, da época romana, veio levantar a questão da existência de uma outra Talábrica na região dos Brácaros. É o Sr. P.ᵉ MIGUEL DE OLIVEIRA que no volume IV, págs. 117 a 120 *(Arquivo de Aveiro)*, trata o assunto e tais razões apresenta, tiradas do próprio texto de APIANO, que parece não haver mais dúvida de que havia realmente duas Talábricas.

Li o texto de Apiano, o cap. 73, e fui naturalmente levado a crer que ele tinha razão. Aquela Talábrica era dos Brácaros. Entretanto, como este judicioso escritor transcreveu, traduzindo-o também, o cap. 72, por o considerar necessário à boa compreensão do capítulo seguinte, fui ler também os capítulos anteriores e a dúvida voltou a intranquilizar o meu espírito. E vou expô-la aqui com todo o respeito pela opinião do ilustre escritor, no desejo sincero de algum dia a ver esclarecida.

Apiano Alexandrino viveu, como disse, no tempo de Trajano, Adriano e ainda Antonino Pio. É do meado do século II. Escreveu a *Romanorum Historiarum*, tratando o Liv. IV de «Rebus Hispaniensibus».

Dizem os capítulos:

Cap. LXX — Sed pax haud diuturna mansit. Etenim Caepio, frater Serviliani, fœderis hujus auctoris, et ejusdem in imperio successor, criminando pacta, tanquam indigna populo romano, primum a senatu impetrarat, sibi ut liceret clam pro arbitrio Viriatho incommodare. Deinde assidue obtundendo, litterasque missitando, affecerat, ut idem senatu, ruptis fœderibus, palam bellum Viriatho rursus inferendum decerneret. Quo senatusconsulto fretus Caepio, Arsam urbem, deserente Viriatho, deditione accepit, et ipsum Viriathum fugientem, et obvia quaeque vastantem, in Carpetania assecutus est; multo majores, quam ille copias secum habens, Quare Viriathus, ob paucitatem suorum praelio abstinere satius esse existimans, majori parte copiarum per vallem quamdam obscuram dimissa, reliquas in tumulo quodam instruxit, ut speciem dimicare volentis hosti praeberet. Sed ubi, quos praemiserat, jam extra periculum esse sensit, ad eos advolavit, tanto contentu hostis tantaque celeritate, ut, qui insequebantur, quonam se proripuisset, non sentirent. Caepio, in Vettonas et Callaicos transducto exercitu, illorum agros depopulatus est.

«A paz não foi, porém, duradoura, porque Cepião, irmão e sucessor de Serviliano, que a tinha feito, acusando o tratado com Viriato como indigno do povo romano, conseguiu, primeiro, liberdade de inquietar Viriato ocultamente e depois, com insistências e cartas frequentes, que o mesmo senado decretasse, de novo, a guerra franca, rompendo o tratado. Apoiado neste senatusconsulto, Cepião recebe a submissão da cidade Arsa, que Viriato abandonou antes, fugindo e destruindo tudo o que se lhe opunha. Cepião persegue-o e alcança-o na Carpetânea, com forças muito maiores do que ele Viriato tinha. Este, não querendo dar batalha pela inferioridade de suas tropas, despachou a maior parte delas por um vale oculto aos romanos e foi dispor as restantes num outeiro, como quem se dispunha ao combate. Logo, porém,

que julgou fora de perigo os que enviara à frente, correu para eles com tanto desprezo do inimigo e com tanta rapidez que os que o perseguiam não puderam ver para onde se precipitou. Cepião então, transportado o exército para os Vetões e Calaicos, devastou os seus campos.»

Cap. LXXI — Jam vero Viriathi exemplo Lusitaniam multae aliae latronum manus incursionibus vastabant. Contra quos missus Sext (vel D.) Junius Brutus, quum per amplissimam regionem (quantam scilicet Tagus, et Oblivionis fluvius, et Durius, et Baetis, amnes navigabiles, complectuntur) insequi eos haud consultum duxisset; quippe celeriter huc illuc latronum more, transvolantes comprehendere difficillimum, non comprehendere autem sibi turpe, at ex victis non admodum insignem sibi fore victoriam, ratus; in latronum patria oppida exercitum duxit, ut eadem opera et de illis poenas sumeret (ut quos confidebat ad sua quemque defendenda dilapsuros) et militem suum praeda locupletaret. Hoc consilio obvia quaeque diripere coepit. Ad cujus vim arcendam, una cum viris mulieres arma capientes, tanta constantia pugnabant, ut ne in media quidem caede vocem emitterent. Fuere tamen, qui, raptis quae poterant, in montes confugiebant. Quibus petentibus veniam dedit Brutus, parte bonorum mulctatis.

«Mas já muitos outros bandos de ladrões, seguindo o exemplo de Viriato, assolavam a Lusitânia. Sexto (ou Decio) Júnio Bruto, mandado contra eles, depois de os ter perseguido pela extensíssima região compreendida pelo Tejo, Lima, Douro, Guadalquivir, rios navegáveis, convencido de que era dificílimo prendê-los, porque corriam velozmente de um para outro lado, que não prendê-los era vergonha para si, e que de qualquer modo não havia de ser muito notável para si a vitória, conduziu o exército contra as próprias cidades dos ladrões, crente de que cada um correria e defender as suas coisas, e assim ao mesmo tempo que os castigava permitia que os militares se locupletassem com a presa. De acordo com esta resolução, começou o saque. Opondo-se ao seu ímpeto, as mulheres, tomando as armas juntamente com os homens, combatiam com tanta firmeza que nem mesmo no meio da matança diziam uma palavra de fraqueza. Algumas, porém, depois de roubar o que podiam, fugiam para os montes. Brutus concedeu-lhes o perdão que pediram, depois de confiscada parte de seus bens.»

Cap. LXXII — Deinde trajecto Durio flumine, multa loca bello longe lateque pervagatus, ab omnibus, qui in deditionem veniebant, magno numero obsidum accepto, ad Oblivionis, qui dicitur, fluvium perrexit Brutus, eumque Romanorum primus superavit. Inde ad Nimin (Nebin? an Minium?) aliud flumen progressus, quum commeatus, qui ei subvehebatur, esset a Bracaris direptus, adversus Bracaros

duxit. Et haec gens bellicosissima est, et hi quoque mulieres armatas secum in pugnam ducebant; et adeo fortiter pugnabant omnes, ut praesentem mortem potius occumberent, quam aut terga verteret quisquam, aut vocem ullam indignam emitteret. Quim etiam ex mulieribus, quae interceptae reducebantur, aliae sibi manus afferebant, aliae suomet ipsae liberos jugulabant, mortemque servitio potiorem censebant. Oppida tamen aliquot in Bruti potestatem deditione venerunt: quae quidem non multo post rursus desciscentia, ab eodem de integro sunt perdomita.

«Em seguida, atravessado o Douro, depois de levar a guerra a muitos lugares distantes e recebido a submissão de muitos, com grande número de refens, Brutus dirigiu-se ao chamado rio do Esquecimento e foi o primeiro dos romanos a atravessá-lo. Avançando dali para um outro rio, o Minho, porque os Brácaros lhe roubavam os mantimentos que lhe eram trazidos, contra eles levou as armas. Também os Brácaros, povo belicosíssimo, levavam consigo à luta as mulheres armadas e todas combatiam tão vigorosamente que preferiam deixar-se matar a voltar as costas ou soltar uma palavra desonrosa. Ao contrário, algumas das fugitivas que eram conduzidas presas, suicidavam-se, outras matavam os filhos, julgando a morte preferível à servidão.»

Cap. LXXIII — Inter alia Talabriga oppidum fuit, quae, saepius rebellarat. Eo veniens Brutus, supplicantes oppidanos, et sese ejus arbitrio permittentes, primum transfugas Romanorum et captivos armaque omnia, adhaec obsides, tradere jussit: deinde, ut cum uxoribus ac liberis urbe migrarent, imperavit. Quod et ipsum ubi facere sustinuerunt, circumfusis copiis eos includens, orationem habuit, qua quoties defecissent, quoties quanto conatu bellum renovassent, edisseruit. Ita metu illis injecto, atque opinione, quasi gravius in eos animadversurus esset, tamen intra objurgationes istas iram suam terminavit. Equis et commeatu et pecuniis publicis, cum reliquo publico apparatu, ademtis, oppidum illis praeter spem, habitandum reddidit. Post tantas res gestas Brutus Romam redit. Caeterum earum rerum historiam mihi visum est enarrationi Viriathici belli jungere, quoniam his eisdem temporibus motus isti, ad Viriathi exemplum, ab aliis latronum turmis cieri coepti sunt.

«Entre outras cidades que se rebelaram foi Talábrica a que mais vezes o fez. Brutus, voltando ali, os habitantes da cidade pediram-lhe clemência e confiaram-se ao seu arbítrio. Em primeiro lugar mandou que lhe entregassem os trânsfugas dos romanos, os prisioneiros e todas as armas, além dos refens; depois ordenou que saíssem da cidade com mulheres e filhos. Logo que acabaram de o fazer, cercou-os de tropas e arengou-os, dizendo-lhes que quantas vezes se rebelassem,

tantas mais violentamente a guerra lhes seria feita. Amedrontados e convencidos de que mais àsperamente se vingaria deles, Brutus acalmou-se contentando-se só com estas recriminações. Tomou-lhes os cavalos, mantimentos, dinheiro público e mais apetrechos bélicos, restituindo-lhes depois a cidade, o que eles já não esperavam. Depois de tantos feitos, Brutus voltou a Roma.»

Entendi que devia juntar a história destes factos à de Viriato, porque com o exemplo deste, naquele mesmo tempo, estes movimentos de guerrilha, começavam a ser feitos por outros turnos de ladrões.

Ora diz o Sr. P.e Miguel de Oliveira: «Bastava o texto de Apiano para concluirmos que a sua Talábriga era um ópido dos Brácaros. O cap. 73 é uma continuação do anterior, cuja acção decorre no Alto Minho. Se nessa região aparece a relíquia arqueológica de uma talabrigense, mais um motivo para não procurarmos em outra parte essa *Talábriga.* Não era, aliás, muito natural que nesses tempos se expatriasse para as margens do Lima uma família pertencente a um ópido do Vouga. Temos, pois em meu entender duas Talábrigas: a de Plínio e a do *Itinerário*, na região do Vouga; a de Apiano e da *Ara* na região do Lima».

E Rocha Madahil comenta: «De nada tem valido a justa advertência; há frases e ideias feitas, a que, fácil e vistoso bordão de apoio, a literatura regional, pretensamente erudita, se encosta constantemente e não larga mais; a apoteose do heroísmo dos talabrigenses do Vouga continua, *em tom maior*, embora ao Minho, em todos os tempos aguerrido, as páginas históricas de Apiano pareçam pertencer de verdade...»

Comprimido entre estes dois pilares — Rocha Madahil e P.e Miguel de Oliveira — sem literatura nem a pretensão dela, que pode a minha pobre razão? Apenas expor uma dúvida e os fundamentos dela. Que me perdoem a ousadia.

Os capítulos LXX—LXXI—LXXII—LXXIII, fazem parte da história das guerras de Viriato, que se estende até ao capítulo LXXIV. A razão por que Apiano incluiu os feitos de Décio Júnio Bruto entre os desta guerra dá-a ele ao final do capítulo LXXIII.

No capítulo LXIX, que não transcrevemos por desnecessário, conta o historiador como foi feito o tratado de paz de Viriato com Serviliano, depois confirmado pelo senado romano. No capítulo LXX conta como Cepião, irmão de Serviliano e seu sucessor, rompeu, autorizado pelo senado, o tratado de paz, primeiro clandestinamente, depois em guerra aberta, atacando Arsa e forçando-a a declarar obediência, que

aceitou. Viriato estava ali, mas antes que Cepião chegasse, fugiu com as suas tropas. Cepião perseguiu-o, mas ele, mandando à frente, por caminhos ocultos, a maior parte das suas tropas, fingiu, com algumas poucas com que ficou, querer dar batalha a Cepião. Mas logo que viu que as forças que tinha enviado adiante estavam fora de perigo, foge para elas com tal rapidez e desprezo dos romanos que Cepião não pôde saber sequer para onde tinham ido. Desiste de Viriato e segue de Bética para o norte a assolar os campos dos Vetões e dos Galaicos. —

Apiano interrompe os sucessos de Cepião com Viriato para nos contar no capítulo LXXI que muitas outras forças de ladrões, estimuladas pelo exemplo de Viriato, devastavam a Lusitânia com suas incursões. *Multae aliae,* diz o autor, para significar que não foram só as de Viriato, mas outras. Contra estas é que foi mandado o General Décio J. Bruto. A região onde exerceu a sua actividade guerreira foi a compreendida entre o Tejo e o Lima, o Douro e o Guadalquivir. Quer dizer, entre o Tejo e o Lima, pela Beira-Mar, Douro e Guadalquivir pelo interior. Ao princípio, Bruto adoptou a táctica de os atacar nas incursões que faziam, mas reconhecendo que lhe não era possível prendê-los, porque se deslocavam com extrema rapidez de um para outro lado, resolveu atacá-los nas suas próprias cidades, convencido de que eles acorriam a defendê-las e assim lhe vinham às mãos. Nelas encontrou resistência das mulheres, que combatiam com tanto ardor, que morriam sem proferir um grito de cobardia.

Que cidades eram estas? Se o capítulo seguinte começa *«Deinde trajecto Durio flumine...»* é evidente que aquelas cidades haviam de ser a sul do Douro e também ao norte do Tejo. Não eram, pois, as cidades dos lusitanos na Bética, nem as do sul do Tejo, mas pòssivelmente as dos Túrdulos e outros povos de que fala Plínio, ao sul do Douro. Eram Talábrica e outras.

Aceita a submissão destas, e confiscada parte dos seus bens, Bruto passa o Douro. — O seu exército leva a guerra a muitos lugares distantes, que se lhe submetem dando grande número de refens. E ele segue vitorioso para o Lima, atravessa-o e já seguia em direcção ao Minho, quando os Brácaros lhe começam a roubar na retaguarda os abastecimentos que lhe eram levados das cidades submetidas. Contra eles conduziu as tropas e lá foi encontrar as mulheres aguerridas como as que tinha encontrado antes do Douro. *Et haec gens bellicosissima est, et hi quoque mulieres armatas secum in pugnam ducebant.* E também estas mulheres preferiam a sua morte e a dos filhos à escravidão. Algumas das suas cidades submeteram-se a Bruto, mas rebelando-se pouco depois, foram então por ele inteiramente subjugadas. Apiano

diz: *non multo post rursus desciscentia; rursus*, de novo, outra vez, porque estas mesmas cidades já lhe tinham prestado obediência, logo que atravessou o Douro. Rebelaram-se a primeira vez assim que atravessou o Lima, e a segunda depois de novamente as submeter quando voltou contra elas por lhe roubarem os abastecimentos. A esta segunda rebeldia respondeu Bruto submetendo-as então inteiramente — *ab eodem de integro sunt perdomita* — E aqui se termina o episódio dos Brácaros. As suas cidades, aquelas que se haviam rebelado pela segunda vez, foram inteiramente submetidas.

O capítulo LXXIII conta o episódio de Talábriga e começa *«Inter alia Talabriga oppidum fuit, quae, saepius rebellarat»*. Mas que outros são estes ópidos? Serão aqueles de que trata no capítulo anterior, como quer FELIX PEREIRA? Não me parece, porque o que o autor tinha a dizer destes, disse-o no capítulo anterior, rematando o assunto com a afirmação de que Bruto os tinha submetido integralmente; porque a palavra *alia* nos está a mostrar que aqueles ópidos, dentre os quais aponta Talábrica como o que mais vezes se revoltou, eram *outros, diferentes* dos que tratou no capítulo anterior. Se APIANO quisesse referir-se a estes, não teria certamente empregado a palavra *alia* mas *ea*, e assim teríamos a construção: Inter ea Talabriga fuit, quae, saepius rebelarat. E a tradução é bem diferente.

Em conclusão: *para mim, a Talábrica de* APIANO *é a Talábrica do Vouga.*

E que prova a Ara de Estorãos?

Camala Arqui f. Talabrigensis.
Genio Tiavrauceaico v. s. l. m.

É, dizem, do século II ou III. Mas nestes séculos já a civilização romana se tinha derramado por toda esta região e os povos que a habitavam tinham abandonado o relativo isolamento em que antes viveram. As exigências das leis administrativas, fiscais, processuais, punham estes povos em contacto permanente por estradas militares e outras vias de comunicação fáceis e cómodas; os costumes e hábitos romanos já se tinham generalizado com a própria língua latina, criando um intercâmbio grande de ideias e valores. Os próprios serviços públicos tinham fatalmente de deslocar pessoas e famílias dumas cidades para outras. Até os deuses e deusas, os Lares e os Génios, tinham alargado o âmbito geográfico do seu poder. Já não eram só os habitantes duma cidade que faziam e pagavam votos ao seu Génio, eram também os de outras, por vezes muito distantes.

Eu ouso afirmar que nada me prova melhor do que a Ara de Estorãos, que não era ali junto ao Lima a Talábrica de Apiano. Que necessidade tinha Camala de identificar seu pai, dizendo que era Talabrigense, se essa era uma qualidade comum a todos os habitantes da cidade? Disse que ele era Talabrigense, precisamente para o distinguir dos outros, pois é o mesmo que dissesse que seu pai era de fora, não era dali; nasceu noutra cidade que se chamava Talábrica.

Não há, pois, que estranhar que fosse um Talabrigense das margens do Vouga para as do Lima. Já no seu tempo iam espanhóis para Roma a governar o Império.

Uma só Talábrica, e esta onde a situa o Itinerário.

Vacca, fica para o próximo artigo.

Rio de Janeiro.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

ALCUNHAS DA MURTOSA

EM todas as regiões e em todas as povoações há *alcunhas* pelas quais são conhecidos e identificados vários indivíduos, mas, talvez não haja região onde tal facto tenha tão grande generalidade como nos povos da Beira-Ria.

Se procurarmos saber onde reside ou quem é determinada pessoa, encontramo-nos sèriamente embaraçados se perguntarmos pelo seu nome oficial, ainda mesmo que o façamos, por casualidade, a um vizinho seu, como já muitas vezes nos tem acontecido.

Se inquirirmos, por exemplo, quem é e onde reside José Maria Fernandes Ruela, aliás, pessoa de todos conhecida, por dúvida encontraremos quem nos dê informações concretas e precisas.

Mas se perguntarmos quem é o Zé da Sebolôa, poucas, ou talvez nenhumas pessoas deixarão de nos dar todas as informações desejadas.

Este facto deve atribuir-se, principalmente, a existirem muitas pessoas, de identidade diferente, que possuem os mesmos nomes oficiais ou *do rol da igreja,* como dizem.

Nesta colectânea encontra-se mais de uma dúzia de Manuéis Marias da Silva e todos da Murtosa. Só as alcunhas os identificam.

Todas estas alcunhas têm uma origem, uma causa, um motivo e muito interessante seria poder desvendá-lo, mas, na maior parte, não nos foi possível, pois que até os próprios desconhecem donde e como lhes advieram.

Algumas há cuja origem se conhece, doutras fàcilmente se infere a proveniência pela clareza do seu significado e outras foram adoptadas pelos descendentes dos alcunhados.

Porrão foi, remotamente, a alcunha dum arrais dos primitivos tempos de pesca na Torreira, onde não havia, como hoje, população fixa.

Nesses recuados tempos, arrais e pescadores iam daqui de madrugada e levavam, ou mandavam lá levar, farnel para comerem durante o dia.

Para o arrais ia um portador, ao meio dia, com o jantar, conduzindo à cabeça um porrão (pequeno alguidar estreito e fundo) com essa refeição.

Os pescadores, ao vê-lo, diziam — «Já lá vem o porrão do nosso arrais».

Porrão do arrais... arrais do porrão...... Arrais Porrão.

Actualmente já é apelido, porque alguns dos seus descendentes o adoptaram, muito honrosamente, na sua assinatura oficial.

Algumas, por serem um tanto obscenas não as mencionamos.

Empregamos, sempre que é possível, a forma masculina, mas tomam a forma feminina quando aplicadas às mulheres.

Geralmente a alcunha é precedida do nome próprio da pessoa para identificar com precisão o indivíduo a que se quer referir, porque os membros duma família são todos conhecidos por essa alcunha.

Há algumas excepções, mas são raras.

Como se verificará, os apelidos duns, por vezes, são alcunhas doutros.

Inscrevê-las-emos pela sua ordem alfabética, seguidas dos nomes oficiais e das origens quando delas tivermos conhecimento.

Embora seja bastante extensa a colectânea das alcunhas que mencionamos, estamos certos de que algumas nos passaram despercebidas, sobretudo as que dizem respeito às mulheres.

A

Abilhão — João Maria da Silva.
Acabô — António Maria da Silva. — Por um seu antepassado empregar, a propósito de tudo, o estribilho *«acabou»*.
Adão — Manuel Rodrigues dos Santos. — Por ser descendente dum Adão.
Adrião — Manuel José da Silva. — Descendente dum Adrião.
Do Agro — João Agostinho de Oliveira. — Por ser desse lugar.
Agua-à-lua — António Maria Vieira.
Agua Lusa — António Maria Pereira.
Agulhas — Manuel Maria Gonçalves da Fonseca.
Albina — António José Tavares.
Da Albina — Francisco Augusto da Silva Nunes.
Alcatraz — António Maria da Cunha.
Aldieiro — António Augusto da Silva.
Alfaiata — Ana Maria da Silva. — Por ser descendente de alfaiate.
Alfaiate — António Maria da Silva.
Alferes — João Maria Vaz.

Do Alferes — João Maria Henriques. — Parece que tiveram nos seus antepassados um ascendente com esse posto militar.
Alhandreiro — António Joaquim Pereira.
Alho — Joaquim Maria da Silva.
Alípio — Manuel Maria Pereira.
Almeida — Domingos José Cascais.
Alminha — Manuel José da Costa.
Alves — João Maria Pereira de Sousa.
Alpista — António Maria Vaz.
Amador — Manuel Augusto Caravela.
Amaro — Manuel Fernandes de Oliveira. — Por ser descendente de Amaro.
Américo Guerra — Manuel José Vieira.
Do Amigo — Vitorino Carlos da Silva Amador.
Amor — Francisco Maria da Silva.
Anão — João Carlos Tavares Fidalgo. — Por o ser.
Ancinheiro — António Maria de Pinho. — Na pesca do birbigão puxa ao ancinho.
O do André — Manuel Joaquim Barbosa.
Andreza — António Maria Nunes da Silva. — Por ser descendente duma Andreza.
Anastácio — Manuel Agostinho de Matos.
Do Anastácio — Mariana da Silva.
Andias — José Maria Gonçalves.
Aneco — António Joaquim Valente de Almeida.
Anjinho — António Fernandes Ruela.
Antão — Francisco Maria Gravato.
D'Antónia — José Maria Pereira de Sousa.
António Veiros — António Marques Couto.
Apolinário — António Joaquim da Silva.
Areias — Luís Dias Pereira. — Por ser um tanto maníaco.
Arenga — Augusto Carlos de Almeida. — Por ser inconstante.
Aresta — António Maria Tavares da Cunha.
Argentino — Manuel Vaz de Oliveira. — Por ter estado na Argentina.
Arieiro — António Joaquim da Silva Agro.
Arinho — António Joaquim da Silva.
Das Arraias — Manuel João Esteves Ruela. — Por ser apreciador de arraias.
Arrais — José da Silva.
Do Arrais — Joaquim Maria Tavares.
Arrojado — Lázaro José Fernandes Ruela.
Aternado — Manuel Maria da Silva Matos.
Augusto da Brízida — Domingos João de Matos.
D'Avanca — Maravilhosa Gomes de Pinho. — Por ser oriunda de Avanca.
Aveiro — João Pedro da Conceição.

D'Avó — Manuel Joaquim Rodrigues Pardal.
Azeiteiro — Manuel António Tavares da Silva.
Azôrra — José Maria de Miranda.

B

Bacalhau — José Maria da Cunha.
Bacorêta — Catarina da Silva Garrido.
Bacorita — Manuel Valente Pereira. — Tratador que alegava sempre que tinha uma bacorita para tratar, quando eram solicitados os seus serviços.
Badalo — Manuel José Caravela.
Baêto — Domingos Augusto Barbosa.
Badé — Francisco José da Silva.
Bageiro — Agostinho Abel Neno.
Bagos ou *Vagos* — Valentim dos Anjos Silva.
Bailas — Júlio Marques Ferreira.
Baixo — João Dias Sardinha.
Bajunça — José Marques Felício.
Baldaia — Manuel Maria Tavares.
Baldio — António Augusto da Silva.
Balsa — João Rebelo dos Santos.
Bancanez — Manuel José Rodrigues Brandão.
Bandarra — José Maria Rendeiro.
Bandeira — João José Rodrigues.
Barato — António Marcelino. — Por ser filho de pai incógnito. — Pai barato.
Barbas — António Valente de Almeida e Silva.
Barbeiro — Jaime Augusto Rodrigues Leite. — Por ser descendente de barbeiro.
Barbinhas — António Maria Rebelo.
Barbosa — José Maria Henriques.
Barbuda — Maria Marques de Sousa. — Por ter uma respeitável barba.
Barco-Velho — Abílio da Silva.
Barqueira — Clementina Maria da Silva.
Barréga — José António Marques da Silva. — Por falar desabridamente.
Barreiro — João Rebelo dos Santos.
Barrote — Francisco José Tavares da Silva.
Bártolo — José Joaquim Lopes da Silva.
Do Bártolo — João Maria Pereira. — Por ser descendente dum Bártolo.
Basílio — Francisco Maria Cascais.
Batata — Agostinho António Branco.
Bateiras — Casimiro Tavares da Fonseca.
Batel — Gaspar José Marques.

Batela — Maria Joaquina de Oliveira.
Bebe-água — Augusto Soares da Silva.
Béco — Augusto José Fernandes Ruela. — Sua mãe era frigideira e indo à feira do Béco frigir peixe, já em estado de gravidez adiantado, lá o deu à luz.
Beiça — Gonçalo Maria Caneira.
Beirôto — José Lopes dos Santos.
Belchior — João Ferreira dos Santos. — Por ser descendente dum Belchior.
Belezas — Henrique Marques. — Por ter o cabelo aos caracóis e um pouco caído sobre a testa.
Benta — João Marques.
Bento — Francisco Maria de Oliveira.
Beras — Manuel Maria Marques da Cunha.
Berças — José Maria da Cruz.
Do Bernardo — Agostinho José da Cunha.
Da Bertolina — Manuel Caetano Rebelo.
Besugo — António José da Silva.
Bêta — António Augusto Pereira da Silva.
Bexiga — António Maria da Silva.
Da Bexiga — André António Pinto da Cunha.
Bico — António Maria Nunes.
Bicho — Manuel José Cascais.
Da Bicha — Manuel Augusto Pereira.
Do Bicho — Francisco Rodrigues Brandão.
Bijote — Domingos Maria Serrado.
Bilairinho ou *Vilairinho* — Mannel Caetano Lopes. — Por ser oriundo de Vilarinho.
Biscaia — José Maria Tavares Rebimbas.
Bispo — Manuel Maria da Silva.
Bluja — Manuel José da Silva. — Por dizer *bluja* em vez de *blusa*.
Boi Russo — José Augusto Costeira.
Bolote — Manuel José Fernandes de Matos.
Bolôto — António Maria Vieira.
Das Bombas — Manuel Mateus Marques Ruela. — Por ter esse mister.
Bombeiro — Domingos Manuel Marques.
Borrada — Ana Fernandes Ruela. — Por sofrer de incontinência de fezes.
Borralho — António Maria da Silva.
Bôrras — Manuel Maria da Silva.
Botafora — João Luís Fernandes da Fonseca. — Um seu antepassado era moliceiro e quando chegava ao cais para descarregar a maré de moliço, dizia para o camarada: «Anda depressa, bota fora... bota fora».
Branco — Manuel Pereira da Silva.

Da Branca — José da Costa Mortágua. — Por ser oriundo da Branca.
Brandôa — Ana Emília da Fonseca.
Braga — Manuel Marques.
Brasileiro — José Maria Nunes Calcado.
Braz — Manuel Joaquim Afonso Lopes.
Do Braz — Joaquim Gonçalves de Oliveira.
Brázia — *Da Brázia* — João Maria da Cunha.
Brázio — Joaquim José Eusébio de Pinho.
Brigo — José Maria da Silva Sousa.
Da Brízida — Domingos João de Matos.
Brites — António Augusto de Pinho.
Brògueira — António Alves Amador.
Buco — Joaquim Fernandes Ruela.
Bunheirão — José Maria Caetano Valente. — Por ser oriundo do Bunheiro.
Burrião — Domingos José Costeira.
Dos Burros — José Maria Fernandes Ruela (filho). — Por ser tratador e afeiçoado a esses animais.
Da Buxinha — Manuel Joaquim de Oliveira.
Buxinho — Francisco José de Miranda.
Buxo — José Maria Reis.

C

Cabaco — Manuel João da Silva
Cabaquinho — Manuel José Henriques de Miranda Júnior.
Cabarneira — Domingos Marques.
Cabeça — Manuel José Gonçalves da Fonseca. — Descendente do *cabeça*, responsável pelo recebimento dos foros do convento de Arouca.
Das Cabeças — Manuel Maria Rebelo. — Oriundo desse lugar.
Cabeça de morteiro — Manuel Maria da Silva.
Cabecinha — António Maria Gonçalves da Fonseca.
Cabernas — Manuel Maria Tavares de Sousa.
Cabica — José Maria da Silva.
Cabilhas — Joaquim Marques de Pinho.
Do Cabo — Ana de Jesus da Silva. — Por morar num extremo da freguesia.
Cabo do Mar — Agostinho José da Silva Branco. — Talvez por o ter sido um seu ascendente.
Cabo-Velho — José Maria Gonçalves.
Cabra-Manca — José Joaquim Figueiredo. — Por ser um pouco manco.
Das Cabras — Francisco das Neves de Oliveira. — Por ter andado com cabras, a pastar.
Cabreiro — José Tavares Sebolão. — Por andar a guardar cabras.

Caçalho ou *Cassalho* — António Maria Vieira.
Cachalra — Manuel Inácio dos Santos. — Por ter o maxilar inferior muito saliente.
Cachôpo — António Maria de Matos.
Caculo — Manuel Maria Tavares.
Côdea — José Luís dos Santos.
Cadeirinha — Manuel José Lopes.
Cadela — João Nunes da Fonseca. — Por possuir uma vaca ordinária à qual, habitualmente, chamava: «*cadela*».
Càdêncio — António Tavares Pereira.
Cadete — Silvério da Silva Oliveira.
Cadoro ou *Cadório* — Joaquim Maria da Silva.
Caduxo — José Maria da Costa.
Cafuz — José Araújo e Cunha.
Caga-Amanha — Manuel José Rúivo.
Cagador — Vitorino Carlos de Oliveira.
Caganeira — António Baltasar da Silva.
Cagarena — Alfredo Dias Costeira.
Cagareu — João Maria da Silva. — Por ser oriundo de Aveiro.
Cagarola — Manuel Maria Valente de Almeida.
Cagarra — José Manuel Tavares.
Caiado — António Joaquim Tavares.
Caico — João Maria Marques.
Da Caitana — Emília da Fonseca.
Caixeiro — Manuel Maria Fernandes Ruela.
Cajana — José Joaquim de Oliveira.
Da Cal — Francisco António de Pinho. — Descendente dum negociante de cal.
Calado — Abel de Jesus de Matos.
Calador — Bernardo Calisto da Cunha. — Por exercer esse mister.
Calcado — Manuel Maria da Cruz.
Calção — Manuel Maria de Oliveira.
Calças — Agostinho José Vaz de Oliveira.
Caldeirão — Possidónio José Pereira.
Caldeiro — José Maria de Pinho.
A dos Caldeiros — Ana Maria dos Santos. — Por ter posto caldeiros velhos à beira da estrada e junto da sua residência, quando da passagem dum cortejo de missa nova.
Caldinho — Manuel Maria da Silva.
Caleo — António Maria de Oliveira.
Calhau — António Joaquim da Silva.
Da Calheira — João Maria Afonso Marques.
Calheiro — António Maria Antão da Fonseca.
Calisto — Manuel José Vieira.
Da Calma — António Tomás Tavares de Matos. — Por ser filho duma Carma e por deturpação «calma».

Calmaria — António Maria da Cruz Valente.
Caloteira — Maria do Carmo Ferreira.
Camanita — Manuel Joaquim Vaz.
Camarão — Gonçalo Maria de Pinho.
Da Camarôa — Manuel José Fernandes da Cunha.
Camarinhas — Domingos da Silva.
Cambeiro — José Maria de Oliveira.
Camboia — Manuel Joaquim Pereira.
Camola — João Maria da Cunha.
Camôlo — Joaquim António Soares dos Santos.
Camondo — Joaquim Maria Marques Couto.—Por ser desse lugar.
O da Campeira — José Augusto Costeira.
Campeiro — Agostinho Henriques de Pinho.
Campião — Manuel Nédio Tavares Afonso Cirne.—Por tirar sempre o prémio nas patiadelas (ver a «Loquela dos Povos da Beira-Ria» in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vols. XII a XIV).
Campos — José Maria de Matos.
Campôto — Arcêncio José da Cunha.
Canão — Manuel António de Oliveira.
Canário — João Augusto dos Santos.
Canas — Agostinho Rodrigues de Almeida.
Canastro — José António Soares.
Candeio — Leandro José Amador.
Cândido ou *do Cândido* — Manuel Augusto da Silva.
Candonga — José Manuel Pereira.
Cané — Henrique António de Oliveira e Silva.
Do Canedo — José Maria Dias. — Por ser desse lugar.
Caneira — Júlio José Rebelo.
Canelão — Torcato Maria Marques.
Canela — Joaquim Maria Rebelo.
Caneleiro — Elias Domingos da Fonseca.
Canhestro — Domingos José de Oliveira.
Canhola — Manuel José da Silva Cascais.
Canhoto — António Joaquim Fernandes Ruela.
Canito — Manuel Maria da Silva.
Canta — Manuel Joaquim Fidalgo.
Cantador — Manuel Joaquim Vieira. — Por o ter sido.
Cantanhede — António Maria Gonçalves.
Capada — Júlia Nunes da Fonseca.
Capadeiro — António Joaquim da Silva.
Capador — Domingos Pereira da Silva.
Capela — João Maria Tavares.
Capenga — Joaquim Maria de Resende. — Por ser coxo.
Capitão — Joaquim Maria da Silva. — Por desempenhar o papel de capitão na dansa dos ditos (ver a «Loquela»).
Do Capitão — Manuel João Henriques.

Capôa — Maria João de Matos.
Caqueira — Manuel António da Silva.
Carago — José Maria Pereira.
Caramoira — António Augusto da Silva.
Carangueijo — Serafim da Silva Loureiro.
Carapêlo — Domingos António Padinha.
Carapêlho — Francisco Rodrigues Brandão.
Carapilo — José Maria Padinha.
Cara-Torta — António Joaquim Sabina.
Caravela — João Maria Fernandes Rendeiro.
Cardão — José Manuel de Matos Caravela.
Do Cardão — Cristina Maria da Silva.
Da Cardôa — Manuel Maria da Cunha.
Cardeal — António de Sousa Bispo.—Bispo, dignidade inferior à sua *categoria*. Epíteto irónico.
Cardita — José Maria da Silva.
Carinha — Manuel Maria Soares.
Carlos — Gonçalo António da Silva.
Carma — Maria do Céu Tavares.
Da Carma — Joaquim Tavares de Matos.
Carôco — Gonçalo António de Pinho.
Carôlo — João Maria de Oliveira.
Carôto — Francisco António da Silva.
Carrabau — António Vaz de Oliveira.
Carrada — João José Pereira.
Carradinha — Artur Rebelo da Silva.
Carramão — António Augusto Fernandes da Cunha.
Carramau — José Maria de Oliveira.
Carramilo — Joaquim Maria da Silva Pereira
Carramona — Joaquim Rodrigues Cirne.
Carrapato — Manuel Gonçalves Lamego.
Carrêlha — João Tavares Afonso.
Carriço — João José da Silva.
Carriça — Joaquim Manuel de Oliveira.
Carrôcho — José Maria Rendeiro.
Carumeira — João Agostinho da Silva.
Carvalho — Domingos Abel da Silva.
Carvão-Aceso — Manuel Apílio.
Casalinho — João Bernardo Marques Tavares da Cunha.
Caseiro — Manuel José de Oliveira.
Do Casimiro — Manuel Joaquim Marques da Silva.
Casqueiro — João Maria de Matos Caravela.
Caspinho — Manuel Fernandes Rendeiro.
Castilhano — Manuel da Silva.
Casturina — António Maria de Oliveira Matos.
Catafutres — Manuel Antão Pereira de Sousa.
Cataluna — João Agostinho Rodrigues.
Catão — Manuel José de Pinho.

Catarino — António Valente da Fonseca.
Catarito — Henrique de Matos Calado.
Caté — José Maria Soares de Pinho.
Cátes — Manuel Antão de Sousa.
Cativo — António Joaquim da Silva Valente.
Catôa — Manuel Maria Fernandes Tavares.
Catraio — Manuel José da Silva.
Catrininho — Manuel Joaquim da Silva.
Catrino — Manuel Luís Tavares de Sousa.
Cavadas — Agostinho José Soares de Oliveira.
Cavadeira — Maria José de Oliveira.
Cavilheiro — Mateus Lopes dos Santos.
Caxinha — Manuel Luís Tavares da Cunha.
Cázaro — Manuel Joaquim Valente.
Cebola — José Maria Barroqueiro.
Cego — António Maria Vieira. — Por o ser.
Da Cega — Gonçalo António Tavares de Sousa.
Cego da Ramas — João Maria Carinha.
Ceitil — António Augusto Ferreira.
Do Cêpo — Manuel José Fernandes da Fonseca.—Por morar nesse sítio.
Cerguei — Manuel Joaquim da Fonseca.—Por dizer «cerguei» em vez de: cismei.
Cerieiro — Manuel Maria da Silva. — Porque vendia velas de cera.
Cezar — Antão Valente de Almeida. — Descendente dum Cezar.

(Continua)

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA



DUARTE DE LEMOS

A BATALHA de Alfarrobeira foi em 20 de Maio de 1449. Ali se encontraram o donatário das terras da Trofa, Fernando Alves da Maia, por D. Pedro, e Martins Gomes, filho de Martins Gomes, o Velho, senhor de Góis, por D. Afonso v. Após a batalha, em que sucumbiu D. Pedro, logo D. Afonso tirou as terras da Trofa a Fernando Alves da Maia para as dar a Martins Gomes. A carta foi assinada em Lisboa a 13 de Novembro do mesmo ano de 1449. Mas deu-lhe mais:

Na corte do duque D. Pedro, em Coimbra, vivia, como donzela da duquesa D. Isabel, D. Maria de Azevedo, filha de Álvaro de Meira, com quem sua mãe casara em segundas núpcias. Também esta se chamava Maria de Azevedo e era filha de Lopo Dias de Azevedo, a quem D. João I fizera donatário de Jales. Esta não teve filhos do primeiro matrimónio com Gonçalo Anes da Nora, e por isso havia de pagar três mil dobras ao rei para poder ficar com o senhorio de Jales. Não as pagou e ficou com as terras. Do casamento com Álvaro de Meira vieram-lhe duas filhas. E como também ficou viúva deste e não tinha quem requeresse por si, entregou as terras de Jales a Martins Gomes, e pediu a D. Afonso v que confirmasse a doação neste Martins Gomes, pois tinha ajustado com ele o casamento da sua filha Maria, a donzela da duquesa Isabel. E D. Afonso v, esquecendo o prejuízo das três mil dobras, que não foram pagas, logo confirmou o senhorio de Jales a Martins Gomes, a 26 de Novembro de 1449. Esta doação foi feita *sub conditione* de se consumar o casamento. E este deve ter-se realizado ainda em 1449 ou princípios do ano seguinte.

A rapidez com que foram processadas estas doações, o casamento de Martins Gomes com aquela donzela da casa de D. Pedro que ele ajudara a matar em Alfarrobeira, fizeram nascer no meu espírito a suspeita de que talvez aquela donzelinha não fosse estranha aos serviços de informação e intriga contra o seu amo, duque de Coimbra. Deu-lhe Deus curta vida, pois logo a levou em 1453.

Seu filho João Gomes, que foi o segundo senhor da Trofa, deve, portanto, ter nascido entre 1450 e 1453, e, se morreu em 1515, viveu 62 a 65 anos. Este João Gomes não foi homem nem de mar nem de guerras. Na sua mocidade estava ainda distante a aventura da Índia. Ficou pelas suas terras da Trofa, cuidando de suas rendas e arroteando os terrenos que ainda hoje são a riqueza daquele lugar. Outro tanto não se deu com seus filhos que, segundo creio, todos se finaram pela Índia e pelo Brasil. Este João Gomes casou com D. Violante de Sequeira, irmã de Jorge de Aguiar. Foi este que levou consigo para a Índia, em 1508, o sobrinho Duarte de Lemos, filho mais velho da D. Violante e depois terceiro senhor da Trofa.

A doação de Afonso v a Martins Gomes foi confirmada a seu filho João Gomes em 1497. Confirmada ao filho deste, Duarte de Lemos, em 1514. Há um aparente anacronismo nesta confirmação, que o respectivo despacho esclarece: João Gomes morreu em 1515 e a confirmação é de 1514. Diz a confirmação: — «Pedindo-nos o dito Duarte de Lemos por mercê que, por que o dito seu pai quisera (?) *renunciar* em nossas mãos as cartas conteúdas em todas as ditas sete cartas para que viessem e fossem logo repassadas e confirmadas nele, assim como as haveria por seu falecimento por ser o filho mais velho e serem da coroa do reino; segundo queremos por carta dele dito seu pai. Nós... querendo-lhe fazer graça e mercê temos por bem de lhe confirmarmos, aprovarmos (?) e trespassarmos nele dito Duarte de Lemos as sobreditas cartas nas ditas cartas conteudas...

... Dada em cidade de Lisboa aos (?) de julho de 1514».
O pai, João Gomes de Lemos, morreu no ano seguinte. Como e porque renunciou às cartas de doação em favor de seu filho? Não é possível dizê-lo, mas é legítima a suspeita de que Duarte de Lemos, chegado da Índia em 1512, fizesse com o pai o que fizera na Índia com Afonso de Albuquerque. Este herói da Índia, que escreveu algumas das páginas mais gloriosas da História de Portugal, não encontrou em toda a sua vida quem mais afrontasse os seus brios e contrariasse sua acção do que este Duarte de Lemos, voluntarioso, assomadiço, arrogante e falso.

Entre a morte de Gomes Martins e a confirmação das cartas em seu filho João Gomes de Lemos mediaram sete anos. Foi um processo demorado, porque foi necessário processar sete cartas de doação para depois as incluir numa.

A confirmação do terceiro senhor da Trofa, Duarte de Lemos, levou no máximo dois anos, pois conseguiu a renúncia do pai certamente depois que chegou da Ásia em 1512.

O herdeiro deste primeiro Duarte de Lemos, o 2.° João Gomes de Lemos, não requereu a confirmação. Duarte de

Lemos veio para o Brasil quando vieram os primeiros donatários — Vasco Fernandes Coutinho para o Espírito Santo; Francisco Pereira Coutinho para a Baía; Duarte Coelho para Pernambuco; Martim Afonso de Sousa para São Vicente; Pedro do Campo Tourinho para Porto Seguro, isto é, entre 1534 e 1536.

Sabe-se que as circunstâncias a que se atendeu na escolha destes capitães foi a de serviços prestados, riqueza pessoal, e experiência das viagens da África, Índia e mesmo do Brasil.

Duarte Coelho era homem de larga carreira de serviços e, além disso, de grande riqueza; serviu na Índia de 1509 a 1527, onde também serviram Francisco Pereira e Vasco Fernandes Coutinho. Estes dois últimos, porém, não tinham a fortuna de Duarte Coelho e por isso tiveram de vender todos os seus bens e contrair dívidas para as despesas da expedição e primeiros trabalhos de exploração.

Estes homens não vieram sós para o Brasil. Além dos criados e algumas famílias, vieram consigo amigos fidalgos com quem eles prometeram partilhar as terras da Capitania ou de algum modo interessá-los na exploração dela. Estes fidalgos, por sua vez, vinham acompanhados da sua criadagem e aparelhados com ferramentas e mais necessários para a empresa. Com Vasco Fernandes Coutinho vieram D. Jorge de Meneses e Simão de Castelo Branco.

Não há documento que mostre ter Duarte de Lemos acompanhado Francisco Pereira Coutinho, mas depreende-se isso do Alvará que Vasco Fernandes deu àquele pelo qual lhe doou a Ilha de Santo António, como já disse em artigo anterior. Diz o referido Alvará de 15 de Julho de 1537: — «Eu Vasco Fernandes Coutinho digo que eu dou ao senhor Duarte de Lemos a Ilha Grande que está da barra para dentro, que se chama de Santo Antonio, a qual lha dou forra e isenta para si e todos os seus herdeiros e descendentes enfatiota para sempre e isto por virtude da minha doação que tenho para o poder dar e fazer na qual Ilha poderá poer todos os oficiais e oficios della e lhe pagarão a pensão a elle somente as apelações que virão a Mim todo o mais lhe dou poder que elle possa fazer e mandar fazer e assim tambem em sua vida lhe dou minha redizima que nella me poderá vir e assim tambem terá as aguas e moendas para elle e sua casa forros e isentos e sendo caso que Nosso Senhor de Mim faça o que for seu serviço mando que esta valha até que meus herdeiros ou herdeiro lhe fação della doação da dita Ilha que ora lhe tenho dado por muito *que lhe devo* e por me vir *ajudar* a suster a terra que *sem sua ajuda o não fizera* . . .»

E diz a escritura de confirmação deste Alvará, feita em Lisboa em 1540, entre doador e donatário: «. . . e havendo respeito ao dito Duarte de Lemos se vir da Capitania de

Todos os Santos onde estava na companhia de Francisco Pereira para a sua Capitania e trouxe seus criados e outras pessoas que por seu respeito vieram com elle e o ajudou sempre a suster e fazer guerra contra os infieis e gente da terra o que sem sua ajuda não podera fazer e por desejar que elle em algũa maneira seja agalardoado de seu serviço, perigos e riscos de sua pessoa em que se muitas vezes com elle Vasco Fernandes Coutinho viu e ao gasto que *tem feito de sua fazenda* lhe fizera o Alvará da dita doação...»

Do Alvará e escritura de confirmação deduz-se que em 1537 Duarte de Lemos estava com Vasco Fernandes Coutinho; que antes estivera na Baía com Francisco Pereira. Se este veio para ali em 1536 é de crer que o Duarte de Lemos viesse com ele. Deduz-se mais que Duarte de Lemos se não entendera com Francisco Pereira e por isso o deixara e fora servir Vasco Fernandes Coutinho, *com a sua criadagem com a sua fazenda e levando eonsigo outros por seu respeito*, isto é, outros acompanhantes de Francisco Pereira que com ele se desavieram, certamente chefiados por Duarte de Lemos; que Duarte de Lemos trouxera assim consigo *criadagem e fazenda*, viera aparelhado para os trabalhos de cultura e colonização. Duarte de Lemos, viúvo pela morte da mulher em 1529, teria concluído o seu panteão em 1534. Só, com os filhos criados, talvez gasta a riqueza que trouxera da Índia, e chamado pelos velhos companheiros das lutas da Ásia, lançou-se na aventura do Brasil. E terá feito o que fizeram os outros, vendendo o que tinha e contraído empréstimos. Vasco Fernandes trocou até com D. João III a tenção, a que tinha direito, por uma caravela. Não terá o Duarte de Lemos feito o mesmo? Não poderá ter vendido os seus direitos de donatário das terras da Trofa, ou garantido com elas dívidas contraídas, para poder levar ao Brasil os criados e fazendas, de que fala Fernandes Coutinho? Eu o creio. E assim se explica que, por sua morte, o filho João Gomes de Lemos, escudeiro fidalgo do rei, que deverá ter vivido na corte, pois recebia dela 2160 de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia, não tivesse requerido a confirmação como filho mais velho de seu pai e viesse a requerê-la e consegui-la em 1575 o neto, o Duarte de Lemos que foi o 5.° senhor da Trofa. Não é natural que à data do falecimento do primeiro Duarte de Lemos em 1558, já o filho fosse falecido, pois assim teríamos a terra sem donatário durante 17 anos, situação que não consentiriam os interesses do rei. Mas bem podia suceder que ele, o João Gomes, filho de Duarte de Lemos, senhor de facto das terras e com o encargo das dívidas, já velho, não quisesse pagar os direitos de confirmação, deixando que o seu filho, o segundo Duarte de Lemos, o fizesse, por sua morte. Diz o despacho de confir-

mação deste: — «Pedindo-me o dito Duarte de Lemos que porquanto ele era filho mais velho que ficava por falecimento de João Gomes seu pai a quem directamente pertenciam as cartas conteúdas nesta carta houvesse por bem de lha confirmar e visto seu requerimento e por ser filho mais velho de João Gomes seu pai tenho por bem de lha confirmar e hei por confirmada e assim e da maneira que se nela contem com a declaração que o ouvidor que viver nestas terras sendo letrado será examinado pelos meus desembargadores do Paço e não o sendo o examinará o corregedor da Comarca e sem o tal exame não poderá servir e elle Duarte de Lemos pagará em minha chancelaria o que for obrigado das cartas de confirmação *de seu pai e avô que não tiveram além do* que elle houver de pagar deste. Ant.° Carvalho a fez em Lisboa no 4.° de Dezembro de 1576».

Por morte do 5.° senhor da Trofa, Duarte de Lemos, foi confirmado a seu filho segundo, Diogo Gomes de Lemos, em 1617, porque o primogénito, João, morrera sem descendência o que significa que o filho ou se finara antes do pai ou pouco depois, sem tempo para requerer a confirmação. Ora sendo a confirmação do filho segundo de 1617, é de presumir que o pai, o segundo Duarte de Lemos, tivesse morrido depois de 1610 e não em 1588, como referi no artigo anterior.

Ao ilustre escritor e professor Dr. PEDRO CALMON, glória da oratória brasileira, pareceu, porém, que talvez este Duarte de Lemos, do Brasil, não fosse o da India, por que vivia em Janeiro de 1558 e, ainda que tivesse morrido neste ano, era já em tal idade que lhe não permitia andar pelo Brasil.

Com o maior respeito pelo sábio professor, penso que ele não tem razão: dando a Duarte de Lemos, em 1508, vinte e cinco anos, vai o seu nascimento para 1483 e a sua idade em 1558 para 75 anos, idade que condiz com a dos seus companheiros da Ásia, que viveram e morreram no Brasil. Francisco Pereira Coutinho veio em 1536, já a entrar na velhice e foi morto pelos índios em 1546; Vasco Fernandes Coutinho morreu velho de muita idade em 1561; Duarte Coelho morreu em 1554.

Não há, portanto, que estranhar que Duarte de Lemos por aqui andasse naquela idade.

Não podemos, como ainda lembra o Dr. PEDRO CALMON, identificar o Duarte de Lemos do Brasil com o 5.° senhor da Trofa. Teríamos de atribuir-lhe mais de cem anos à data do seu falecimento.

Todos os donatários, com excepção de Duarte Coelho, em Pernambuco, faliram em suas empresas: Francisco Pereira morre tristemente às mãos dos índios, expulso por eles da sua donataria; Pedro do Campo Tourinho foi levado preso

para Lisboa, donde não mais voltou; Vasco Fernandes Coutinho morreu quase na miséria amparado por amigos; Pedro de Gois chegou aos mesmos extremos.

Duarte de Lemos não foi um donatário directo, pois recebeu as suas terras, Ilha de Santo António, da mão de Vasco Fernandes Coutinho. Esta doacão com quase todos os direitos de Vasco Fernandes foi-lhe confirmada pelo rei. Qual foi a sorte deste donatário? Os elementos colhidos da rara documentação que resta, ou de que tenho conhecimento, habilitam-me a concluir que a sorte deste foi igual à dos outros.

Já vimos como ele deixou Francisco Pereira na Baía e se passou para Vasco Fernandes Coutinho com criadagem, armas, alfaias e mais fazenda; e como ele a 15 de Julho de 1537 recebeu deste a Ilha de Santo António em troca dos muitos serviços prestados na luta com o gentio e parte da sua fazenda. Quer isto dizer que ele devia ter ido para o Espírito Santo ou ainda em fins de 1536 ou princípios de 1537. De 1537 a 1538, as culturas fizeram-se com algum sucesso; em 1539, Vasco Coutinho parte com Duarte de Lemos para Lisboa, onde vieram «a aviar-se para ir pelo sertão a conquistar minas de ouro e prata, de que *tinha nova» (Hist. da Col. Port.*, vol. III, pág. 243).

Foi ali que se fez a escritura de confirmação de Alvará de doação em Agosto de 1540.

Vasco Fernandes Coutinho deixara a Capitania confiada a D. Jorge de Meneses quando partiu para Lisboa. Este D. Jorge não soube tratar com os índios, que se revoltaram, mataram-no e destruiram as plantações. Simão de Castelo Branco que lhe sucedeu, teve a mesma sorte. Parece que os dois amigos Vasco Fernandes e Duarte de Lemos se demoraram algum tempo em Lisboa. Quando voltaram ao Brasil, nada encontraram da sua exploracão agrícola. E o facto de se não lançarem logo em novas explorações significa que não encontraram na metrópole os recursos que tinham ido procurar, ou que os índios revoltados não consentiram novas tentativas. Na verdade, Vasco Fernandes Coutinho refugiou-se na Ilha de Santo António, que havia dado a Duarte de Lemos e este deixou-o ali e foi tentar a sorte junto de Campos Tourinho, em Porto Seguro. Duarte de Lemos, porém, não se demorou em Porto Seguro, pois em fins de 1548 já estava em Lisboa, onde foi requerer a D. João III que lhe confirmasse a doação da Ilha de Santo António feita por Vasco Fernandes Coutinho, por seu Alvará de 1537, ractificado pela escritura de 20 de Agosto de 1540. E D. João confirmou esta doação por sua carta de 8 de Janeiro de 1549. Logo em 1 de Fevereiro do mesmo ano de 1549 parte Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil, e leva

consigo Duarte de Lemos capitaneando a Nau *Ajuda*, e Pero de Góis, que é donatário da Paraíba do Sul e vai agora como capitão mór da Costa do Brasil — (P.e SERAFIM LEITE — *Hist. da Comp.a de Jesus no Brasil*, vol. 1, pág. 18).

Tomé de Sousa chega à Baía a 29 de Agosto de 1549 e logo depois deu a Duarte de Lemos o governo da Capitania de Porto Seguro, vago pela ausência em Lisboa do seu proprietário Pedro do Campo Tourinho. É de lá que Duarte de Lemos escreve a carta anteriormente referida, na qual previne o rei de que o Vasco Fernandes Coutinho ali chegára e se dispunha a seguir para Lisboa e depois para França a tratar com os franceses a povoação da sua Capitania.

Em 1551 o P.e Braz Afonso, no Espírito Santo, deu início à casa, que logo se chamou Colégio de S. Tiago. Na ano seguinte o P.e Manuel de Paiva foi mandado da Baía ao Espírito Santo «com a incumbência de assegurar a situação económica do Colégio». Ali se encontraram os dois homens, o P.e jesuíta Manuel de Paiva, de Aguada, e o Duarte de Lemos, fidalgo, senhor da Trofa. Foi generoso o Duarte de Lemos, porque deu ao Colégio, na sua Ilha, terras suficientes para o seu sustento. Esta doação precisava, porém, de ser confirmada pelo capitão Vasco Fernandes Coutinho, mas este, como vimos, não estava ali nesta altura. Foi feita a confirmação pelo loco-tenente Bernardo Sanches Pimenta, que por sua vez também fez doação dalgumas terras. (P.e SERAFIM LEITE — *Hist. da Comp.a de Jesus*, loc. cit. . . .).

Do período que vai de 1552 a 1558, não encontrámos notícias de Duarte de Lemos mas é de presumir que se tivesse conservado como capitão de Porto Seguro, durante todo o governo de Tomé de Sousa e ainda no de Duarte da Costa, até que o duque de Aveiro tomou conta daquela Capitania que lhe venderam os filhos do Campo Tourinho, venda confirmada pelo rei em 1556.

Como disse, o Vasco Fernandes Coutinho deve ter partido para Lisboa, onde devia estar ainda em 1553, porque Tomé de Sousa, na carta de 1 de Julho deste ano diz ao rei: — «O Espírito Santo é a melhor Capitania e mais abastada que há nesta costa mas está tão perdida como ó capitaõ dela que é Vasco Fernandes Coutinho eu a provi o melhor que pude mas V. A. deve mandar capitaõ ou Vasco Fernandes Coutinho *que se venha para ela e isto com brevidade*». Mas ele só deve ter vindo em fins de 1554 ou princípios de 1555 como resulta da carta, ao rei, de D. Duarte da Costa, sucessor de Tomé de Sousa, em 20 de Maio de 1555: — «Vasco Fernandes Coutinho chegou aqui velho, pobre e cansado, bem injuriado do bispo, porque em Pernambuco lhe tolheu cadeira de espaldar na igreja e apregoou-o de excomungado de mistura com homens baixos por *beber fumo*, segundo mo elle

disse eu o agasalhei em minha casa e com minha fazenda lhe socorri a sua pobreza para se poder ir para o Espírito Santo».

Em 1558 Duarte de Lemos encontra-se novamente no Espírito Santo, onde estava Vasco Fernandes Coutinho. Diz a carta do P.e Francisco Pires da Comp.a de Jesus: —«Aos 20 de Janeiro baptizei o filho do Gato e casei-o com a sua Negra; foram seus padrinhos Duarte de Lemos, Bernardo Pimenta e André Simão. Foi feito esse ofício com pouca solenidade, porquanto o Índio estava doente e mal pôde vir à igreja. Mas se foi pouco falado o seu novo nascimento, foi muito falada a sua morte, como em seu lugar direi». Foram, este assento de 1558, e o facto de 1549 o Duarte de Lemos ter capitaneado uma Nau da Armada de Tomé de Sousa, que levaram o Dr. Pedro Calmon a pensar que este Duarte de Lemos não era o da Ásia. Se, como atrás disse, ele em 1558 poderia ter 75 anos, em 1549 teria 66, idade já um pouco avançada para comando de naus. E na verdade o seria se Duarte de Lemos começasse então a sua carreira. Não era a um homem de tal idade que se ia cometer empresa nova nem cooperação fora de suas forças. Mas Duarte de Lemos voltava ao Brasil, onde tinha já vivido longos anos, e voltava ao posto que deixara, isto é, ao governo precário da capitania de Pedro do Campo Tourinho, a braços com a Inquisição em Lisboa. Em iguais circunstâncias voltava Pedro de Góis. Também este deixara a sua Capitania da Paraíba do Sul, para vir a Lisboa cuidar dos seus negócios e falar com o rei sobre as necessidades do Brasil. E ele lá volta também com Tomé de Sousa, capitão de uma caravela, para ir ser o capitão-mor dos mares do Brasil. Ainda que mais novo do que Duarte de Lemos, também o Pedro de Góis era já o homem feito e cansado nas lutas e desastres sucessivos da sua Capitania.

Este Duarte de Lemos do Brasil era sem dúvida o Duarte de Lemos da Índia.

Em 20 de Janeiro de 1558 estava, portanto, no Espírito Santo. Morreu aos 27 de Junho do mesmo ano. Onde? no Brasil, em Portugal? Como e quando foi para lá? Neste pequeno período que vai de 20 de Janeiro a 27 de Junho não encontrei nenhuma referência ao seu nome. Presumo, por vagas deduções, que morreu no Brasil, como quase todos os seus companheiros de luta.

A carta do P.e jesuíta Francisco Pires, atrás referida, conta o caso do baptizado do filho do Gato, de que foi padrinho o Duarte de Lemos. Diz que este acto foi pouco falado e feito com pouca solenidade. Mas sobre o enterro diz o mesmo padre:—«Aos 2 do mês de Abril morreu Sebastião de Lemos, o filho do Gato... fomos buscá-lo com grande pompa e solenidade; primeiramente o Padre Vigário levava um cru-

cifixo nas mãos coberto de luto, como ás sextas feiras na quaresma se costuma fazer, e a sua cruz adiante e a dos meninos e o Governador» (Vasco Fernandes Coutinho) «na procissão com toda a demais gente da terra, e assim nós cantando e elles pranteando, o trouxemos à nossa Igreja... dias depois do seu enterramento, lhe fizemos um ofício cantado, ao qual esteve presente o pai» (pai do Gato) «e alguns dos seus e o Governador o assentou entre si e o seu filho Vasco Fernandes (filho natural)... «para lhe dizer» que para de todo ser nosso irmão... já não lhe faltava senão ser baptizado e casado com sua mulher, dizendo-lhe assim o lingua, respondeu que muito queria a sua mulher que estava presente; o mesmo disse o senhor Governador que, porquanto a amava muito lhe queria fazer uma grande festa no dia do seu baptismo e por este amor queria que tomasse o seu nome e sua mulher o de sua mãe e seus filhos os nomes dos seus, e assim os pôs cada um e assim assentámos em baptizá-lo para a festa do Espírito Santo».

E continua:

«Umas das coisas que nesta villa me alegrou foi o senhor Governador fazer um *grande milagre*. Estavam os moradores desta villa muito desgostosos e com elle mui differentes por coisas que lhes elle fazia: quis Nosso Senhor movê-lo e mandou chamar a todos aqueles que lhe parecia estarem escandalizados e com boas palavras e mostra de sentimento lhes pediu a todos perdão com protestação que, *se alguem havia danificado,* o satisfazia e dali por diante queria estar bem com todos; *Etiam,* uma Negra de quem havia alguma suspeita pôs fora e quer casá-la.»

Temos assim três factos:

1.° — Baptismo do filho do Gato de 20 Janeiro de 1558 — Padrinho Duarte de Lemos — sem solenidade — o Governador não assiste.

2.° — Morte, a 2 de Abril, do baptizado Sebastião de Lemos e seu enterro com toda a solenidade, assistência do Governador e sua família, e todo o povo. Não há referência a Duarte de Lemos.

3.° — Baptismo em Maio, pela festa do Espírito Santo, do Gato, mulher e filhos, recebendo o pai o nome de Vasco Fernandes, a mulher o da mãe do Governador e os filhos os dos filhos do mesmo Governador. O Padre FRANCISCO PIRES não nos descreve este acto.

A morte do filho do Gato foi um acontecimento de grande repercussão, informa o padre FRANCISCO PIRES. Tendo o Duarte de Lemos feito o baptismo dele e sendo pessoa de importância, fidalgo do rei, é natural que fosse mencionada a sua presença neste acto. Já teria saído do Espírito Santo? Penso que não. O padre Francisco Pires conta com tanta

satisfação e espanto as pazes que Vasco Fernandes fez com os moradores da vila «mui desgostosos e com elle mui diferentes por coisas que lhes elle fazia» que não teve outra explicação para a atitude de humildade de Vasco Fernandes senão atribuí-la a um grande milagre deste. Para o padre assim se exprimir era preciso que a indisposição dos moradores fosse realmente grande. E que de facto assim era mostra-o a carta de Vasco Fernandes Coutinho, escrita de Ilheus, logo a 23 de Maio seguinte, ao Governador Geral na Baia:

«Senhor: — É a minha obrigação tanta em que lhe são pela mercê que me fez e no socorro que me mandou e dado o caso que sua pessoa e quem elle é e para o que era obrigado a fazer o que fez e fora eu assim doente e aleijado como estava me embarquei a vir visitar e beijar as mãos e com o mao tempo e má vida do barco, já quando aqui foi dita chegar vivo da maneira que vim pela qual razão e minha doença não vou...

«Peço a Vossa Senhoria que pois já que ganhou aquela terra e consigo usou tanta fidalguia e tanta virtude que em tudo o faça como eu delle desespero em o favorecer nas coisas que for necessário para paz e socego da gente porque esta é a que mais pode fazer entre uns e os outros porque dos índios já fica segura louvores a Deos e a terra despovoada delles, peço a Vossa Senhoria que me proteja com justiça dalgumas desordens que lá ha entre nós e que os moradores tem contra mim por onde se tem causado muitos ódios e muitos desmandos entre elles e o começo de se os índios alevantarem foi esta que lhe direi huma postura que lá está em que houvesse um *compadre*, tomaram-se tanto em gozo que teimam os que querem e isto causou se alevantarem os negros com os resgates que levaram...»

Ora esta carta é de 22 de Maio, isto é, de antes da festa do Espírito Santo, pois, salvo erro, a Páscoa foi a 6 de Abril. E era nesta festa que havia de fazer-se, e parece que se fez, o baptismo do Gato e da família. Os desmandos e ódios a que se refere Vasco Fernandes Coutinho devem ter-se desenvolvido sobretudo depois do baptismo do filho do Gato, a 20 de Janeiro, e antes do baptismo do pai. Vasco Fernandes foi o padrinho deste, tinha-lhe dado o seu nome, mas não podia ter assistido ao baptismo, por que se foi a caminho da Baía, a pedir providências ao Governador. Não podendo, por doença, chegar até lá, escreveu-lhe de Ilheus. Ora pergunto, não estará naquela «postura em que houvesse um *compadre*» a chave de toda esta questão? Não será este compadre o Duarte de Lemos, que na verdade o era do Gato, por lhe ter baptizado o filho? Assim o penso. Mas Duarte de Lemos morre em Junho e certamente, depois da sua morte é que Vasco Fernandes resolve reconciliar-se com todos

fazendo o *tal grande milagre* a que se refere o padre Francisco Pires. Conjecturo assim que Duarte de Lemos morreu no Brasil. Mas, se assim foi, quem recolheu os seus restos ao túmulo, que na Capela da Trofa lhe estava reservado, e mandou gravar a inscrição tumular? Quem mandou fazer e colocar a estátua orante? Será esta do 3.° senhor ou do 5.° que porventura terá os seus ossos também depositados no mesmo túmulo? Não terá o povo razão quando atribui aquela estátua àquele que se deitou abaixo da Ponte de Coimbra e que pegou na rabiça do arado para apontar o caminho aos que iam prendê-lo?

Temas a desafiar os curiosos.

A eles voltarei.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

ALCUNHAS DA MURTOSA

(Continuado de pág 240)

Chamusco — Manuel Maria da Silva.
Chança — António José Afonso da Silva. — Por ser muito presumido.
Chancoina — Manuel José Caseiro.
Chanuco — Manuel Maria Bártolo.
Chapa — Joaquim Maria da Silva.
Chapeirão — Albino Lopes Amador.
Charrela — Marcelino Nunes Pereira.
Cheira-caçoilas — Filipe A. Valente. — Por procurar observar bem e de perto as coisas, devido a miopia.
Chibante — Agostinho Maria da Cunha.
Chinelo — Manuel Joaquim Fernandes.
Chipêlo — Gonçalo António da Silva.
Chòpinha — António José Valente.
Chorão — Manuel Luís Tavares Cirne. — Por trazer sempre os olhos lacrimosos.
Chôta — Manuel Maria Rodrigues.
Chôto — Joaquim Maria Esteves.
Chouzeira — Manuel Maria Vagueiro.
Chuchas — António Augusto de Matos.
Chuço — Joaquim Soares Carinha.
Chula — Manuel Maria da Silva Barbosa.
Chupêta — José António Marques Vilar.
Ciclana — José Maria Fernandes Rendeiro.
Cigano — António Maria Afonso Lopes.
Cinquenta — Maria dos Anjos Afonso. — Por ter nascido depois que a mãe já tinha feito cinquenta anos!
Cio — Alfredo da Silva Pinto.
Cita — Miguel António da Cunha.
Clara — Manuel José Tavares Rebimbas.
Côdea — José da Silva Valente.
Codorniz — Beatriz dos Santos.—Por ser de pequenina estatura e diminuta corpulência.

Coelho — António Maria Pereira.—Por ser descendente duma Coelha.
Coelho Bravo — José da Silva Esteves.
Coimbra — Domingos Jorge de Oliveira.
Coipeiro — António Maria Tavares.
Coiras — António Joaquim de Pinho.
Coisa — Manuel Rodrigues Cirne. — Por nas suas conversas dizer, frequentemente, «coisa».
Coita — João Agostinho da Silva.
Coito — António Marques Pires.
Colegas — Francisco dos Santos.
Colher — Manuel Maria Soares.
Come e dorme — João Maria da Silva.
Conceição — António Maria da Silva.
Condeço — António Joaquim de Oliveira.
Condoita — Gonçalo José Vaz.
Coné — João Alberto Fernandes.
Cònezia — Augusto Ferreira Nunes.
Consequelhas — António José Marques Traqueia. — Por se arvorar em conselheiro.
Constantino — Angelo de Oliveira Matos.
Còquinha — José da Silva Garrido.
Coradinha — Maria José dos Santos.—Por ser muito rosada.
Corcavado — José Marques Casalinho. — Por andar bastante corcovado.
Cordoeiro — Francisco Pereira de Magalhães.—Por se empregar nesse mister.
Da Corga — António Joaquim Tavares de Sousa.
Corneta — Manuel Maria Acabou.
Coroa — Manuel Augusto Tavares.
Corriola — João Alberto Barroqueiro.
Corta-a-água — Francisco da Silva Paiva.
Cosme — António Maria Rodrigues.
Costa — Joaquim Manuel de Oliveira.
Da Costa — Manuel Vaz da Silva. — Por morar junto da ria.
Côta — Domingos Maria da Silva.
Da Côta — Francisco António de Pinho.
Coté — Alípio Soares de Pinho.
Côto — António Maria da Silva.
Coupeiro — António Maria da Silva.
Covas — Agostinho José da Silva.
Covilhã — Manuel Maria Martins.—Por um seu antepassado ser da Covilhã.
Cravo — José Rodrigues Pereira.
Crestêlo — José Maria da Cunha.
Cria — José Maria de Matos.
Crisóstomo — Manuel José da Silva Valente.
Crispim — Joaquim Ferreira Valente.

Da Cristina — Gonçalo Fernandes Rendeiro.
Cristino — António Joaquim da Silva.
Cristóvão — Manuel José de Oliveira Santos.
Cu-Furado — António da Silva Capadeiro. — Por ter tido um desastre em que sofreu a perfuração do anus.
Cunha — António Júlio de Matos.
Da Curta — Pedro José Pereira dos Santos.
Curto — Joaquim Manuel da Silva Gravato.
Cutinho — Antão Tavares de Sousa.
Cutrêna — Manuel Agostinho Ferreira da Siiva.

D

Davim — Domingos José Marques.
Devéras — José Maria da Cunha.
Dezanove — Manuel Maria da Cunha.
Dezoito — Francisco Maria Vieira. — Por ter nascido na feira dos dezoito, na Piedade, onde a mãe foi frigir peixe. Era irmão do — Béco.
Diogo — Agostinho José Tavares de Sousa.
Direitinho — Manuel Joaquim Valente Crisóstomo.
Do Domingos — Manuel José Marques.
Doutor — António Joaquim Lopes da Cunha.

E

Embirra — Francisco Maria Figueiredo.
Encarnação — Albino José Fernandes Rendeiro.
Da Encarnação Milheira — Silvério José de Matos.
Do Engaço — Francisco Vaz de Oliveira.
Engeitado — Domigos da Silva.
Da Ermelinda — José Maria de Pinho.
Ermitão — Manuel Tavares de Matos. — Por ter sido sacristão e guarda da capela do S. Paio, da Torreira.
Escabicha — António Maria Pereira Amador.
Escacha — Manuel Luís Agulhas.
Escangalha — Francisco António da Silva. — Por ter sido um inábil consertador de bicicletas.
Escardanicha — Manuel Luís Tavares.
Escarinheira — Francisco Gonçalves Rebelo.
Escrivão — José Augusto Pereira.
Espada — João Soares de Oliveira.
Esparrela — Manuel João Fernandes Rendeiro.
Especial — João Gonçalves. — Por ser «Especial» tudo o que vende no seu estabelecimento.
Espírito Santo — João Caetano Lopes.
Estanqueiro — Joaquim Maria Vieira.
Estarrajeiro — Manuel Maria da Silva.

Estôpa — João Maria Paiva.
Estrela — José de Oliveira Leiras.
Estriga — José Manuel Soares dos Santos.
Eucaristo — José Maria Tavares de Sousa.
Eusébio — Tomaz José Valente.
Do Eusébio — Francisco Maria de Pinho.

F

Fabião — José Maria Tavares.
Facão — Domingos António Nunes.
Fadégas — Augusto Rebelo dos Santos.
Fadista — Manuel Matias Soares Carinha.
Da Faia — Domingos Augusto de Pinho.
Faísca — Francisco Vaz da Silva.
Fala — Francisco Maria da Silva.
Fala Só — António Joaquim Fidalgo.
Faneca — António José Barbosa.
Fantum — José António Rebelo dos Santos.
Farinhas — Manuel José Valente. — Por padecer de eczema escamoso.
Farinheiro — António Maria Ruela.
Faustino — José Maria da Silva Henriques.
Favas — José Maria da Silva Garganta.
Fazenda — Manuel Soares dos Santos.
Faz-me rir — Maria José Caqueira. — Por andar sempre a rir e a pretender fazer rir os outros.
Fêbras — Carlos Filipe Belo.
Fedeira — Margarida Soares da Silva.
Dos Feijões — Manuel José Soares. — Por ser negociante desse cereal.
Da Feiteira — Domingos Pereira dos Santos. — Por habitar nesse lugar.
Da Feliciana — António Maria da Silva.
Felício — António Augusto Marques.
Felipe — José Manuel de Oliveira.
Félix — Manuel Joaquim da Cunha.
Felizarda — Francisco Maria Henriques.
Da Felizarda — Alípio Jorge Henriques Tavares de Sousa.
Felrinho — João António da Cunha. — Tinha filhos de aparência débil, mas, como ele dizia, rijos como «felrinho» (ferro).
Fere-Lume — António Maria Tavares. — Nunca trazia fósforos para acender o cigarro e dizia para os companheiros — «Fere lume».
Fernandes — Basílio Antão Pereira.
Ferra — Manuel Maria Soares.

Ferrador — Tomaz Maria da Silva. — Por um seu antepassado o ter sido.
Do Ferrador — Ermelinda Augusta da Silva.
Ferramenta — Manuel Maria de Oliveira.
Ferreiro — Domingos Luís Valente de Almeida. — Por o ter sido.
Da Ferreira — Antonio Maria Tavares.
Ferreirinho — António Maria Neno. — Devido à sua pequenez e a ter sido ferreiro.
Ferrôlho — Rodrigo da Silva Vagueiro.
Fiadeiro — Domingos José dos Santos.
Fidalgo — Manuel António da Cunha.
Figueiredo — José Joaquim Rodrigues Valente.
Filipes — Manuel José Lopes.
Do Filipe — João Augusto Tavares.
Filoca — António da Silva Garrido.
Firmino — Francisco António da Silva.
Fisgueiro — Francisco Maria Rodrigues.
Florinda — António Maria da Silva.
Da Florinda — José Maria de Pinho.
Fogueteiro — Augusto Maria Tavares. — Sem o ser.
Fome — Maria Augusta da Cruz.
Fona Joana — Joana Maria de Sousa Cirne. — Pelas suas pretensões a senhora.
Fonseca — António Maria Barbosa.
Fontinha — João Maria Fernandes Ruela. — Por ter nascido na Fontinha onde a mãe se encontrava a frigir peixe na feira. Era irmão do Béco e do dezoito.
Formigo — Joaquim Maria de Miranda.
Forte — José Maria da Silva. — Por ser bastante robusto.
Frade — António Maria Rebelo.
Franga — Maria Joana da Silva.
Do Franque — Maria Albina Rodrigues dos Santos.
Frazão — António Maria de Oliveira.
Frege-moscas — António Maria de Castro.
Freguez — Joaquim Maria Afonso Lopes.
Da Freira — Angelo Lopes dos Santos.
Fresca — José Maria da Cunha.
Frio — João Maria Rodrigues de Abreu Freire.
Frutuoso — João Maria Nunes de Bastos.
Fumante — José Maria da Cunha.
Furão — Agostinho António Amador.
Fuzeiro — Manuel Joaquim da Silva.

G

Gabino — João Carlos Vieira.
Da Gabina — Gonçalo António Vieira.

Gabriel — Francisco José Lopes de Almeida
Gadelhas — Ventura José de Matos.
Gafanhoa — Maria da Conceição dos Santos. — Por ser oriunda da Gafanha.
Gaga ou *da Gaga* — Manuel Maria de Pinho.
Gago do Paiva — António Joaquim Catraio.
Do Gago — Iria Augusta dos Santos.
Gaio — Manuel Joaquim Fernandes. — Por ter nariz semelhante ao bico do gaio.
Gaiulo — António Joaquim Crisóstomo.
Galante — José Carlos Valente.
Galdéria — Manuel Augusto de Oliveira.
Galego — Raimundo Tavares Pereira.
Da Galega — António Joaquim Tavares Ruela.
Galeirão — Domingos José da Conceição.
Galinha — Braz António Afonso Lopes.
Galinheiro — Manuel José Marques. — Por ter sido negociante de galinhas.
Galinheira — José Maria de Matos.
Galvão — António Augusto da Silva.
Gamelas — António Joaquim Brandão.
Ganau — Miguel José da Silva.
Ganha-Pão — Manuel Maria Tavares Rebimbas.
Gandunhas — Domingos José de Oliveira.
Garanhão — Gonçalo António de Matos.
Gardunho — Manuel Maria da Silva Vida.
Garete — Manuel Joaquim Rodrigues da Silva.
Garganta — Manuel Agostinho Pereira de Sousa.
Garoto — Domingos Luís da Costa.
Garrafa — Angelo da Silva Santos.
Garrafinha — Alfredo José da Silva.
Garranas — Salviano Pinto.
Garrante — Gonçalo António de Oliveira.
Garrão — Manuel Luís Lopes.
Garrento — Manuel Maria da Silva Pinto.
Garrido — Manuel Pedroso da Silva.
Garroa — Augusto Soares Belo.
Gaspar — António Maria de Matos.
Gato — João Pedro Tavares Amaro.
Da Gata — José Pedro dos Santos.
Gaudêncio — João Maria de Miranda.
Gaviso — Lázaro José Tavares.
Geada — José Nunes da Silva. — Devido à sua magreza e palidez.
Dos Gêmeos — Polónia Maria da Silva.
Gerim — Joaquim Maria da Silva.
Gil — Francisco José Esteves.
Gineta — Manuel Soares de Resende.

Gordo — Alfredo José Ruela. — Sem o ser.
Gòrim — Polónia de Oliveira.
Governo — Joaquim Marques de Oliveira e Silva.
Gradim — Mário Augusto da Silva.
Graixas — Pedro José Nunes da Silva.
Gralho — Joaquim Augusto Pereira.
Gramázio — Domingos da Silva Amador.
Granadeiro — Manuel Maria da Silva.
Grande — Gonçalo António da Cruz.
Gravato — Joaquim Maria Tavares Rebimbas.
Gregória — Maria Teresa da Silva.
Grêlo — Mateus António Tavares.
Grilo — Manuel António da Silva Garganta.
Grosso — Jorge Joaquim Fernandes Rendeiro. — Sem o ser.
Grulha — João António Fernandes.
Guarda da Longa — António Joaquim Soares Vigário — Por ter sido guarda desta ilha.
Da Guarda — Manuel Augusto da Silva Rangel.
Guedes — Francisco Marques Couto.
Guerra — Alfredo Vieira Belo.
Guilherme — António de Oliveira.
Guimarães — António Maria Barbosa.
Guimarôa — Gracinda Fernandes Ruela.
Guiomar — António Augusto Lopes.
Gurgo — Manuel Joaquim de Sousa Cirne.

H

Herdeiro — Francisco Maria Barbosa.
História — Aniceto Bernardo Vaz.
Horta — António Joaquim Lopes Soares.

I

Ia — Joaquim da Silva. — Mendigo que a rezar em vez de dizer: Maria, dizia: *Ia*.
Igreja — José Joaquim Neno.
Da Ildebrandina — António José de Campos.
Do Ildefonso — António Maria Henriques de Oliveira.
Do Inácio — Manuel Maria Tavares de Sousa.
Inês — José Agostinho Martins.
Da Inês — António Marques da Silva.
Do Inglês — Henrique da Silva.
Ingrato — Joaquim Braz. — Quando contrariava a vocação religiosa duma sua irmã, esta increpava-o em altos gritos: «Ingrato».
Ingrez — António Maria de Campos.
Inocêncio — Francisco Joaquim da Silva Valente.

Irol — Manuel Marques.
Isabelão — Manuel Maria da Silva.
Isabêlo — Manuel de Bastos Troxo.

J

Jacaré — António José da Cruz.
Jagodes — João José de Oliveira.
Jagúia — Manuel José Ferreira.
Jaleco — Manuel José Carinha.
Jaques — José António Valente de Almeida.
Jarino — António de Jesus da Silva.
Jarro — António Lopes Ramos.
Jerónimo — Francisco Joaquim da Silva.
Do Jerónimo — Manuel José Marques.
Jinó — José dos Santos Silva.
Da Joana — José Maria Henriques da Silva.
Joaninha — José Maria Henriques.
Joana-Velha — António Maria Cascais.
João Gravato — Domingos José da Cunha.
Jorge — Manuel José de Oliveira Moisés.
Do José Caetano — Rosa Joana da Silva.
José Coelho — José Maria Pereira
José d'Ilhavo — José de Oliveira Frade.
Do José Pedro — Manuel do Carmo Rodrigues.
José das Vielas — José Maria Neno.
Juiz — Domingos Nunes da Fonseca.
Juiz do Ranho — Joaquim Maria da Silva.
Juliana — António Maria da Silva.
Jurrêta — Tomás d'Aquino Pereira de Sousa.
Justiça — João Maria de Pinho.
Justino — Domingos José Lopes.

L

Labita — Agostinho de Sousa Cirne. — Por usar um casaco bastante comprido e mal feito.
Labareda — Francisco Maria Caneira.
Lagoa — João Maria de Oliveira.
Os da Lagoa — Os Ruelas Cirnes. — Por morarem no sítio da «Lagoa».
Lagoeiro — Ildefonso Henriques.
Lagoncha — José Augusto da Silva Freire.
Lamarão — José Maria de Oliveira.
Lamego — Manuel António Tavares de Sousa.
Lancho — Bento José de Oliveira.

Lanzudo — Francisco Maria Rebelo.
Lapas — Manuel Maria da Silva.
Laranjeira — José Maria Nunes de Oliveira.
Laré-Pré — João Maria Carinha.
Lavaristo — João Bernardo Evaristo.
Lavrador — Manuel Joaquim dos Santos.
Lázaro — José Agostinho Valente.
Do Lázaro — Margarida Augusta Nunes.
Lé — António Marques Florindo. — Quando cantava ao desafio começava sempre pelo estribilho: «Ó Lé».
Leandro — Salvador José de Oliveira.
Leandro-Velho — José Manuel de Oliveira.
Lêdo — Pedro Afonso.
Leigo — Agostinho Maria Afonso.
Leite — José Agostinho Marques.
Leiteiro — Manuel Maria Vaz da Silva.
Lèlinho — Manuel João de Pinho.
Léria — Júlio Francisco Amador.
Levada — Manuel Lourenço Afonso Marques.
Lé-Velha — Pedro José Nunes da Silva.
Liberdade — António Maria Rebelo.
Libes — José Henriques Marques.
Libras — Francisco Maria de Oliveira.
Ligeiro — Joaquim Manuel da Silva.
Limas — António Augusto de Oliveira.
Lindinho — José da Silva Oiã.
Linhaças — José Maria Tavares.
Lino — António Joaquim da Silva.
Lirão — Pantaleão José de Oliveira.
Do Lirão — Pedro Joaquim Caseiro.
Lisboa — Francisco Maria da Silva.
Litrôna — António Maria Rebelo Cebolão.
Loja — Manuel José Valente de Almeida.
Lopes — Ana Emília da Silva.
Lòteiro — António Joaquim Vieira.
Louceiro — José Augusto da Silva. — Sem o ser.
Loureiro — João Maria da Silva.
Da Loureira — Manuel Joaquim Fernandes de Oliveira. — Por ser casado com uma «Loureira».
Lourença — João Carlos Marques da Silva.
Da Lourença — Tomás Maria Rebelo Cebolão.
Louvado — Manuel Joaquim de Sousa.
Lucas — Gonçalo António de Miranda.
Lula — José Maria Sardo.
Do Luís — João Maria da Silva Valente.
Luizinho — José Maria Pereira.
Luxo — José Maria da Silva.
Luzio — Domingos José de Oliveira.

M

Má-Caras — Alfredo José Fernandes Chipelo.
Maçãzinha — Manuel José Fernandes.
Machão — Manuel Fernandes de Oliveira.
Macho — Manuel Joaquim Afonso de Azevedo.
Do Macho — João Maria Antão da Silva.
Da Macha — João Agostinho Barbosa.
Macinha — João Bernardo da Silva Cascais.
Maçola — Alípio de Pinho.
Macolina — Manuel José da Silva.
Madalena — Emílio Marques Pires.
Madaleno ou *Madanelo* — António Joaquim da Silva.
Magina — José André Amador Júnior.
Maiato — Amâncio Fernandes.
Mala — António Joaquim da Silva Rebelo.
O da Mala — Manuel José Rilho.
O mal casado — Manuel Maria Resende.
Malhado — Francisco Vaz Pereira.
Maloio — António Augusto da Silva.
Malpica — Manuel Joaquim Marques da Silva.
Malta — Angelo António da Costa Mendes.
Maluco — José Maria Fernandes Ruela.
Da Mana — Manuel José Tavares Ruela.
Manco — Agostinho Fernandes de Oliveira.
Da Manca — Manuel Maria Cascais.
O da Manca do Caxinha — João Bernardo da Cunha.
Manco do Mira — Manuel Joaquim Garganta.
Manduca — Manuel Joaquim da Cruz Vaz.
Manafaia — Manuel Maria da Silva.
Manaia — Lázaro Valente da Silva.
Manelzinho — Manuel José Vieira. — Por ser pequenino.
Manèquim — Manuel Maria Fernandes Chipelo.
Maneta — Albertino da Silva Afonso. — Por ser filho dum maneta.
Mangante — Gonçalo Maria da Cunha.
Mangualde — Manuel José Lopes Coimbra.
Mano — João Maria da Silva.
Manso — Domingos Martinho Peneiras.
O da Mansa — António José Valente.
Manta — Agostinho da Silva Ruivo.
Manteiro — Joaquim Maria da Silva.
Do Mar — Manuel Loureiro da Silva.
Marçal — José Maria da Cunha.
Marcelino — Manuel José Tavares.
Maréco — Carlos Augusto de Matos.
Da Maréca — Joaquim Fernandes Rendeiro.

Maré-Vai-Boa — David Augusto Rebelo dos Santos.
Marêta — Manuel José da Silva.
Margarido — Manuel Pedro Alves Valente.
Margau — António Maria Soares.
Mariano — Alfredo de Jesus.
Marinha — Gaudêncio Jorge Fernandes Ruela.
Marinheiro — Manuel Maria Nunes.
Marôlo — António Pereira da Silva.
Marquês — António Joaquim Marques.
Marrão — António José de Sousa Cirne.
Marreco — Agostinho Maria de Matos.
Marrêta — Maria José Vieira.
Marrinhas — Henrique Tavares da Cunha.
Marta — Domingos José de Oliveira.
Martela — António da Silva Vieira.
Da Martinha — Manuel Joaquim Tavares de Sousa.
Martinho — Manuel José Tavares Cirne.
Da Mata — Filipe Augusto Peres.
Do Mateus — Filipe Tavares da Silva.
Matias — António Augusto Rodrigues.
Matolote — José Maria Barroqueiro.
Matrôco — Júlio José Nunes.
Mau — António Joaquim da Silva. — Não o sendo.
Maurício — Elísio Augusto Pereira.
Mécho — Albano Pereira dos Santos.
Méla — Manuel Agostinho da Silva.
Melgada — João Carlos Lopes.
Melião — Domingos José de Matos.
Melindro — Francisco José de Oliveira.
Mergulhão — Gonçalo António Lopes
Mesquita — Domingas Joaquina Pereira.
Metemedo — Gonçalo António de Pinho.
Mia — João Maria Barroqueiro.
Micaela — Agostinho José da Silva.
Migala — Catarina Nunes da Silva.
Migalhas — António Augusto da Silva.
Migueis — Manuel Maria Naia.
Miguel — João Maria Rodrigues Leite.
Mil Homens — António Maria Barroqueiro.
Da Milhã — António Joaquim Nunes de Bastos.
Milheiro — João Carlos Esteves de Miranda.
Da Mineira — Diogo Maria Afonso da Silva.
Mineiro — Jacinto Henriques Leite.
Ministro — Agostinho António Barbosa.
Mira — Domingos José Lopes Bártolo.
Miranda — João Tavares da Silva.
Mirco — José Maria Tavares.
Mística — Rosa da Silva Loureiro.

Môço — Manuel Vaz da Silva.
Mocreia — Manuel Joaquim Saldida.
Do Molar — José Maria Marques da Silva.
Mole — Artur José da Silva Campos.
Moledo — António Joaquim Marques.
Moleiro — José Soares Valente. — Não o sendo.
Moliceiro — Manuel Henriques da Cunha.
Monge — José Bernardino Pereira. — Não o sendo.
Do Monte — José Maria dos Santos.
Mora — José Luís de Oliveira e Silva.
Morcego — Manuel Augusto da Silva.
Morena — António Maria Ferreira.
Morgado — José Maria de Quadros Corte-Real.
Morganha — João Venâncio Rodrigues.
Mornas — José Maria Pereira da Silva.
Morraceira — José Maria Henriques.
Mortágua — Manuel Maria Pereira.
Moutela — João António da Silva.
Mouca — Manuel José Cascais.
Da Mouca — António Augusto Nunes de Oliveira.
Mouco — Manuel Maria da Silva.
Moisés — José Maria da Cruz.
Mudas — Filhas de André Pinto da Cunha.
Mudo — António da Fonseca.
Dos Mudos — António Maria Valente de Matos.
Mudo do Porretas — José Manuel Amador.
Mulherico — Manuel Maria Tavares.
Murtosa — António Maria da Silva.

(Continua)

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

TRÊS QUADROS DE NOSSA TERRA

(do livro a publicar *Nossa Terra, Nossa Gente)*

ALMINHAS DAS ENCRUZILHADAS

SEMPRE para mim tiveram um encanto especial essas «alminhas» das encruzilhadas dos nossos caminhos rurais.

Retábulos ingénuos de humildes pintores anónimos, simples curiosos de aldeia sem mestres e sem escola, esses retábulos ora se erguem ao alto de cruzes de madeira ora para ali estão quase esquecidos a dormir o sono dos séculos em nichos de pedra rústica ou em capelinhas com pequenas grades de ferro que a crença popular das gentes de outrora ergueu e construíu com devoto enternecimento.

Ainda hoje, quando adrego de passar por algumas, avizinho-me logo e quase sempre encontro figuras bíblicas diferentes ou interpretadas de modo diverso ao redor da figura principal do quadrinho místico, modesto símbolo de religiosidade:

Nesta, que agora vejo, ao lado de santos e santas da corte do céu, com carões medonhos e muito cómicos, voam almas errantes e anjinhos de azas brancas num firmamento azul--cinza com uma estrela prateada.

Naquela, que vi há pouco, em rudes alegorias, com S. José e a Virgem Maria, aparecem também labaredas do fogo do Purgatório a castigar, para exemplo, grandes pecadores.

E naquela outra, muito mais completa, de mistura com santos, com almas errantes e com o fogo do Purgatório, estão uma vaquinha, um burrinho, ovelhas e cordeirinhos brancos ao lado de bons pastores de bordão ao alto e chapéus nas mãos, respeitosos — bíblicos pegureiros de olhar parado e manso que parecem dormir de olhos abertos na grande noite dos tempos.

E Herodes? E Pôncio Pilatos? E Caifaz? E os outros que colaboraram na tragédia ou que, por qualquer razão, nela foram envolvidos, como, por exemplo, os dois ladrões? —Também às vezes lá estão pintados, com barbas ou como calha.

Todas essas «alminhas», bem observadas, têm, para certas pessoas, qualquer coisa de tragi-cómico. O «pintor-artista» não teve, para as figuras, o sentido das proporções, o equilíbrio das linhas e das formas e, via de regra, as feições dessas figuras bíblicas são medonhas, com os olhos fora do lugar, a boca de esguelha, por vezes os pés virados ao contrário! E há cordeirinhos tão mal pintados que até parecem cães... ou outros bichos!

Contudo esses símbolos rudes de modestos pintores anónimos ao serviço da crença popular emprestam ao cenário rural o encanto que toca a nossa sensibilidade.

Ao redor, o silêncio tem qualquer coisa de místico e de lendário a envolver a paisagem aliciante. E, dentro, nos nichos das «alminhas», o pó dos séculos, só o pó dos séculos, de mistura com o silêncio inspirador das grandes lendas a recordarem grandes tragédias na história da humanidade... povos que lutam e sofrem, poderosos que mandam, prepotentes, almas errantes, fogo do Purgatório, anjinhos de azas brancas, santos e santas da corte do céu, uma vaquinha, um burrinho, ovelhas e cordeirinhos, pegureiros bíblicos de olhos mansos, cândidos pescadores das margens do lago de Tiberíade, S. José e a Virgem Maria... e Jesus de Nazaret pregado numa cruz—naquele trágico monte Gólgota—a cabeça pendida sobre o magro peito e entre dois ladrões, a sofrer, a sofrer... quase há dois mil anos!...

ERMIDAS

Mas nem só as «alminhas» tocam a nossa sensibilidade e são motivo do nosso enternecimento. Também as velhas ermidas—capelinhas aninhadas nos povoados da província ou encaixilhadas no pitoresco da paisagem—, velhinhas de séculos... umas de construção simples, outras de linhas artísticas, algumas branquinhas de cal, a luzir, e outras de paredes sem caliça e as pedras à mostra, musgosas... heras a trepar até o telhado, lá em riba a sineta de bronze e, aos lados da secular e modesta porta de castanho ou carvalho—que já foi nova e pintada—dois buracos com um grotesco ferro em cruz por onde a nossa curiosidade costuma espreitar lá para dentro a mirar o altar—o céu dos humildes—, os santinhos e o púlpito... que, via de regra, assenta sobre um grande pedregulho de granito no chão da capelinha.

Tudo muito simples. Muito simpático. Muito enternecedor.

Ermidas!... Poesia do céu plantada na terra. Pingos de fé a luzir na paisagem. Luz mística a embalar os corações, a erguer-se nos espíritos dos crentes genuflexados, a aureolar de santidade as almas boas, a orvalhar de doçura os lares dos humildes.

Ermidas!... Capelinhas de S. Caetano, de Santa Luzia, da Senhora do Rosário, de S. Braz, da Senhora das Dores, da Senhora de Almieira, de S. Sebastião, da Senhora da Saúde, de S. Gonçalinho, da Senhora do Amparo, do Senhor Bom Jesus, das Almas d'Ariosa, da Senhora dos Remédios, do Senhor da Pedra, da Senhora do Monte... e muitas mais com seus padroeiros — ídolos, todos, das multidões sofredoras e crentes desta linda terra portuguesa.

CRUZEIROS

E então os cruzeiros?! Colunas ao alto com braços de granito abertos em meio dos adros... São os cruzeiros da nossa terra. Cruzeiros das nossas aldeias e das nossas vilas. Cruzeiros das nossas vidas...

Sombras esguias a projectarem-se, adro além, sobre o arrelvado ou o pó dos caminhos, ao cair suave e nostálgico das tardes de Outono, à hora melancólica das avé-marias... Sons metálicos a cantar no espaço. Cabeças descobertas. Corações a rezar.

E do poente multicor e sanguíneo vem as derradeiras fímbrias de sol — luz a alumiar a vida —, reticências cósmicas do dia a findar...

Então, sim, as místicas silhuetas dos cruzeiros rurais — cruzeiros das nossas aldeias — cruzeiros de pedra de braços abertos, feitos de sonho, de fé, de tragédia e de lenda... são bem o símbolo do sofrimento e da resignação. Sublime resignação!

Braços abertos a implorar perdão aos céus! Aquele bom e digno perdão nazarénico do grande Sacrificado de uma causa santa, a bem da Humanidade, de que nos fala a Bíblia...

Aveiro, Novembro de 1948.

LAUDELINO DE MIRANDA MELO

UMA VIAGEM PELO DISTRITO DE AVEIRO NO SÉCULO XIX

VEIO *parar às minhas mãos, não sei já como, um caderno manuscrito de 198 páginas de papel antigo, pautado á água, com as dimensões de* 145^{mm} *ao alto, e* 95^{mm} *de largura, com os dizeres seguintes na 1.ª página, a servir-lhe de rosto:* — 1.º Caderno | Apontamentos de Viagem | 13 d'Abril de 1860 | Gerardo Pery | Beira alta e Beira baixa |. *Apenas estão utilizadas 116 páginas, com cursivo miúdo, bem rasgado e corrente.*

A viagem abrange o percurso de Lisboa, pelas Beiras, até Proença-a-Nova. Ao cimo de cada página ficou apontado o nome do principal acidente populacional ou corográfico, de que nela se fala. Por esse índice peregrinante se observa a passagem do Autor: (3 e 4) Serra do Dianteiro, *(5 e 6)* Oliveira do Bairro, *(7 e 8)* Palhaça, *(9 a 15)* Vagos, *(16 a 20)* Aveiro, *(21)* Albergaria [*Velha*], *(22 e 23)* Oliveira de Azemeis, *(24)* Sever, *(25)* Serra da Freita, *(26)* Serra de Cambra, *(27)* Serra da Gralheira, *(28)* Pecegueiro, *(29)* Albergaria Velha, *(30)* Marnel, *(31)* Agueda, *(32)* Serra das Talhadas, *(33)* Vouzella, *(34)* Banho [*S. Pedro do Sul*], *(35 a 39)* Viseu, *(40 a 46)* Mangualde, *(47)* Penalva do Castello, *(48)* Chãos, *(49)* Fornos d'Algodres, *(50 a 52)* Gouvêa, *(53 e 54)* Serra da Estrella = alto da Santinha, *(55)* Folgosinho, *(56)* Caverna de Viriato, *(57)* Linhares, *(58 e 59)* Rio Mondego, *(60 a 62)* Guarda, *(63)* Jarmello, *(64 e 65)* Belmonte, *(66 a 72)* Manteigas, *(73 a 88)* Serra da Estrella, *(89)* Cêa, *(90)* Sabugueiro, *(91)* Carregal, *(92)* Tondella, *(93)* Valle de Bésteiros, *(94 e 95)* Serra do Caramullo, *(96)* Sta Combadão, *(97)* Arganil, *(98 e 99)* Góes, *(100 e 101)* Pampilhosa, *(102)* Fajão, *(103 a 105)* Fundão, *(105 a 111)* Castello Branco, *(112)* Villa Velha de Ródão, *(113 a 115)* Pórtas de Rodão, *(116)* Proença a Nova. *Por estas indicações se vê quantas diversões e reviravoltas o autor dos apontamentos fez, o*

que não devemos estranhar, se notarmos a sua qualidade técnica de topógrafo.

Interessa apenas a transcrição da parte que abrange as terras da região de Aveiro até às entradas na Beira Alta em direcção a Viseu, por Vouzela e S. Pedro do Sul (págs. 2 a 23), zona comparada às «encostas da serra de Cintra».

Oficial do Exército, GERARDO PERY, com A. J. Pery e C. da Costa, levantou de 1860 a 1865 a Carta Geographica de Portugal, publicada por ordem de Sua Magestade, *sob a Direcção do Conselheiro Filippe Folque, «General de Brigada graduado e Director do Instituto Geographico». Foi, assim, no começo deste período de elaboração da Carta que GERARDO PERY fez a sua viagem de estudo e tomou as notas destes «Apontamentos». Reconhecem-se nelas as observações do geógrafo (acidentes geográficos, geológicos, mineralógicos, etc.), no meio de referências, por vezes poéticas («véo branco de uma casta donzella», ao avistar a Serra da Estrela com neve; «lençol branco extendido na serra [da Freita]», ante a cascata do Caima), à paisagem e às culturas agrícolas; apreciava os «valles amenos e deliciosos», a envoltura do arvoredo no panorama, como a de Montemor-o-Velho, com as árvores debruçadas no caminho do Mondego, a verem passar o belo rio; fez reparos de arte na arquitectura dos monumentos, nos quadros das igrejas, nas riquezas artísticas destas, e não desprezou curiosas e pitorescas coisas de etnografia e tradições locais.*

Não agradarão, por certo, algumas das observações à importância da vida e condições de povoações visitadas, sobretudo as críticas a Aveiro, Ilhavo, Ovar; é bom lembrar que estas visitas foram feitas em 1860, isto é, há 89 anos, e, se compararmos o que Gerardo Pery afirmou, em realidades de então, com o que essas terras hoje são, nas realidades actuais, concluir-se-á, sem dúvida, pela verdade do seu aproveitamento e do progresso resultante.

*

Parti de Lisboa p.ª Coimbra a 13 d'Abril, na malla-posta; nesta tão cantada terra, estive até ao fim deste mez. Descreverei Coimbra e as suas bellesas, noutra occasiaõ; agora começarei a apontar unicam.te o q̃ vi depois q̃ sahi d'alli.

D'alli foi trabalhar á serra do Dianteiro, que fica duas legoas p.ª Nordeste de Coimbra; esta serra pertence ao m.º levantamento do Bussaco, assim como todas as outras serras

q̃ se estendem até Poiares. Duas legoas p^a^ o poente, fica Penacova, j^to^ ao Mondego, tendo ao N. os grandes penedos d'Albarqueira; Lorvão está escondido n'um profundo valle, com o seu famoso mosteiro; a antiga villa esconde a sua decadencia, por isso q̃ só se vê q^do^ se está ao pé. Na baixa desta serra p^a^ o poente, n'um extenso valle se achão alg^as^ pequenas povoações, entre ellas a freg^ia^ da Fig^ra^.

É atravessada esta serra p^la^ antiga estrada de Coimbra a Viseu, q̃ é o caminho mais curto, mas pessimo, porque até Mortagoa passa por serras asperas, e terreno m^to^ cortado. Na encosta O. da serra está assente a povoação do Dianteiro, Roxo, &c, todas ellas pobres e insignificantes. Esta m^a^ encosta é quasi toda coberta de pinhaes.

Do alto desta serra gosa-se uma vista excellente, descobrindo-se em dias claros, toda a costa até *Ovar*, e p^a^ baixo da *Figueira*. P^a^ o nascente estende-se a vista até á serra d'Estrella, que vi coberta de neve na parte mais elevada, scintillando aos raios do sol como o véo branco de uma casta donzella. Mais proximo, observa-se um terreno m^to^ accidentado, formado de cabeços arredondados, o q̃ denota formações schistosas, e q̃. se assemelha a um mar encapellado. P^a^ S.E vê-se o alto Pico de Trevim na serra da Lousãa, que é a m^s^ elevada das serras proximas da costa. Ao poente, gosa-se a vista de passaro, o valle do Mondego até Montemór-Velho, bordado por duas fileiras de povoações, como que formando alas p^a^ verem passar esse bello rio. Ao N. o Bussaco e mais longe o Caramullo limitam o horisonte. Do Dianteiro até Coimbra, a estrada passa por terrenos m^to^ ferteis e aprasiveis, por valles amenos e deliciosos, onde se vêem escondidas, no meio do arvoredo numerosas habitações. = Sahi de Coimbra p^a^ *Vagos* em 1 de Maio. Fiquei essa noite em *Oliveira de Bairro*, em casa do secretario da Administração. A estrada até á Mealhada atravessa um terreno cheio de pinhaes, areento, e só proprio p^a^ tal cultura. Da Mealhada até á Ponte da Pedra, segue o Valle do Certima, Rio que tem a sua origem na serra do Bussaco. Um pouco abaixo da Ponte da Pedra, aparta-se a estrada p^a^ *Aveiro*. Oliveira de Bairro, está situada n'uma pequena elevação, a $^1/_2$ legoa do Certima. Toda esta porção de terreno, desde Oliv^a^, até Murtedo, é denominada a *Bairrada*, e produz principalmente um vinho de excellente qualidade, e que é muito procurado. Nestes ultimos annos tem havido grande falta, pois que o oidium não tem poupado aquelles sitios. Tem duas ou trez casas abastadas, a villa d'Oliv^a^. D'Oliveira até á costa, só se vêem pinhaes extenços, seguindo p^a^ o Sul atéá Figueira.

Fui aqui perfeitamente tratado, pelo menos, de boa vontade. No dia seguinte fui ficar à *Palhaça*. É um lugar que

fica na antiga estrada de Coimbra a Aveiro; fui ficar a uma estalagem soffrivel; mas no dia seguinte pela manhã, foi procurar-me um sugeito, que me obrigou a ir almoçar com elle. Era o Morgado de Montemór-Velho, Raposo. Soube depois que era doido. Foi-me mostrar as suas fasendas, e lá me contou uma cousa que a ser verdadeira, é bastante notavel. Disse-me elle, que tinha observado nos annos anteriores n'um valle, que corria p^a^ o Poente, e onde se cultivava arros até certa altura; que [n]umas vinhas que estavam na encosta do Sul, se desenvolvia a molestia com m^ta^ mais força, na parte da vinha q̄ ficava proxima aos arrosaes; em q^to^ na outra porção, o mal era m^to^ menor, a p[on]^to^ de escaparem m^tas^ cêpas. A linha N.S que passasse pela extremidade superior dos arrosaes, era a linha divisoria, entre a vinha atacada e a sãa. D'aqui se pode concluir que o vento predominante, N, impellindo as emanações putridas dos arrosaes, sobre as vinhas, auxiliava ou augmentava a causa do mal. Talvez desta simples observação, se colhessem g^des^ resultados, se fosse repetida em grande escala. — Os arredores da Palhaça são m^to^ ferteis, e abundam em agoa. É um terreno areento e m^to^ solto, m^to^ proprio p^a^ certas culturas, especialmente p^a^ hortas. — No dia seguinte marchei p^a^ *Vagos,* onde estive até ao fim do mez de Maio. Fomos alli m^to^ obsequiados, pelo Duarte Vidal, e p^lo^ Ant^o^ Maximo. Vagos está situada, sobre uma pequena elevação do terreno que borda a ria de Vagos. A ria é navegavel até meia legua a cima da Villa, onde chamão o Lugar do Bóco. Na parte opposta e fronteira a Vagos está a Villa de Sousa. Na m^m^ margem direita da ria, e 400^m^ abaixo de Vagos está a fabrica da Vista-Alegre. Esta fabrica pertence aos Ferreira Pintos, e os seus productos são porcelanas e vidros. É já bastante antiga, mas agora está em decadencia. Tem uma bella Igreja, onde se acha a notar a capella-mór, toda de marmore, e de elegante architectura.

O terreno em torno de Vagos é m^to^ abundante de pyrite de ferro, que decompondo-se e transformando-se em carbonato, se muda de novo em oxydo de ferro, que apparece nas areas onde a agua se acha depositada p^r^ algum tempo. Perto de *Mira* se achou um veio de pyrite e alguma lignite, mas de nenhuma importancia. — Todo este terreno é de areia que á força de m^to^ trabalho se tem podido converter em terra cultivavel. Todos os annos vão conquistando um pedaço d'arêa ás dunas que s'extendem até ao mar na largura de 1 a 1 ½ légoa. A principal producção é centeio milho e batata. Todo este terreno até Mira, é povoadissimo; e p^a^ se sustentar esta gente, é neccessario tirarem á força de trabalho, um parco producto, d'uma terra ingrata. Um bello exemplo, do que pode o trabalho, é a *Gafanha.* É uma povoação, composta de casas espalhadas desde a barra d'*Aveiro,* até á foz da ria de Vagos.

Ha 70 annos, apenas havia n'aquelle sitio uma ou duas casas de pescadores, ou mais propriamente, palheiros ou casas de madeira, aonde se recolhem na epoca das pescarias. Semeou-se primeiro pinhal, n'aquelles sitios que nem uma unica planta produziaõ. O pinhal segurou as arêas; os primitivos habitadores, foram cultivando alguma porção de terreno, que estrumavão copiosamente com as plantas maritimas de q̃ abunda a ria e a que chamão *moliços;* e isso mostrou a possibilidade de se cultivar aquella immensa extencão d'areal. Àlém da má qualidade de terreno q̃. esta pobre gente tem de cultivar, accresce uma difficuldade que se poderia remediar com alguma despesa: e é q̃. os ventos impellem as arêas pª as terras cultivadas, neutralisando deste modo o trabalho empregado. Semeando penisco e matto, por conta das Camaras, seria um beneficio geral que se faria. — A navegação da ria de Vagos, é só feita por barcos pequenos de quilha chata; mas antigamente dava mais fundo. Ha memoria do sitio onde se construiam embarcaçoẽs grandes. Meia legoa pª N.O de Vagos, ha uma Capella dedicada a N. Snrª. Ao poente da Capella, vêem-se em pé umas paredes antigas, q̃. a tradição diz ser a casa d'um Eremita, ou Capella onde antigamente estava a Snrª. Diz a tradicção, q̃. deu á costa jto áquelle ponto, um navio estrangeiro; e q̃. o Capitão d'elle se salvára abraçado áquella imagem. Fez depois voto de levantar alli uma Capella á Snrª q̃. tam milagrosamente o salvou, e viver como Eremita, na mª Capella. É porem de notar q̃. a Imagem *é de pedra;* o q̃. augmenta o *milagre,* porq̃. parece q̃. em vez de o salvar, o devia perder: depois o Eremita morreu; e passados tempos um fidalgo, não sei em q̃. apuros prometteo faser uma capella nova pª a Senhora. Veio pª esse fim com um criado, caminhando sempre a direito, e qdo chegou á ria, passou como se tal não existisse, e o criado teve de ir rodear 2 legoas pª a poder passar. Álem deste milagre, ha outro; que depois de feita a capella, mudaram pª lá a Senhora; mas todas as manhãas a iam achar na antiga capella; repetido isto tantas vezes, lembraram-se de passar tambem o corpo do Eremita pª a nova Capella; desde entaõ a Senhora deixou-se hospedar na casa nova.

Pelo Espirito Santo, é a Senhora de Vagos, objecto d'uma grande romagem, a que concorre immensa gente. Vem o prior de *Cantanhede* com o Santissimo, mas é forçoso vir pelas arêas: no dia do Espirito Santo, sahe a procissão da Igreja da Villa pª a Capella; depois segue-se a distribuição do bodo, que consiste em carne pão e vinho, resultado d'algumas promessas. É curioso ver 6 carros carregados do comer pª distribuir aos pobres. No outro dia, o prior de Cantanhede vai dizer missa á Igreja de Vagos, e senta-se na Cadeira, lê banhos, como se fosse prior da freg.ia Concorre a esta

romaria gente de todos os povos ao Sul de Vagos até ainda álem de Cantanhede; porem d'*Ilhavo* a *Aveiro*, vai m[to] pouca gente.

A uma legoa de Vagos, no caminho d'Aveiro, encontra-se Ilhavo. É uma Villa m[to] grande, e q̃. tem tantos fogos como Aveiro, porem pobre, como todas as terras de pescadores. È afamada pellas bonitas raparigas q̃. tem; mas eu q[do] por lá passei, não vi uma q̃. o fosse.

Aveiro onde estive alguns dias, é uma Cidade insignificante, que nem merecia as boas estradas q̃. já possue, e o dinheiro q̃. se tem gasto na barra. É atravessada p[la] ria, sobre a qual, ha duas pontes soffriveis. A ria d'Aveiro é navegavel até à Cidade, para embarcaçÕes grandes; cahiques, etc. Tem um commercio m[to] fraco, q̃. logo se avalia pela alfandega, q̃. possue a cidade; q̃. não é mais que um pequeno armazem. Q[to] a Edificios é pouco abundante; tem o novo Lyceo, bom edificio, elegante e bem construido, mas inutil p[a] Aveiro. A cousa mais notavel q̃. tem a Cidade é a Capella do Convento de S. Joanna, e o Tumullo da Infanta Santa. A Capella é pequena, mas bem adornada, e possue bellos quadros a oleo. Tem no altar-mor, 4 ou 6 quadros, historiando a vida da Santa. O tumullo é uma obra magnifica; é tudo de bello mosaico antigo, d'um preço inextimavel. Perde porem grande parte do seu brilho, pela casa em q̃. está collocado, que é excessivam[te] baixa, e cujo tecto parece estar esmagando o tumulo. É sustentado o tumulo por 4 anjos de primoroso trabalho. Os paramentos da capella são m[to] ricos, tanto pelo bello bordado, como pelo valor intrinseco, pois q̃. são de tela de seda e prata, bordados a oiro, alguns ornados com pedras preciosas.

Ha uma Igreja bastante antiga, de q̃ me não lembra o nome, mas q̃. é junto ao Convento, onde está na Capella mór, um jasigo, onde parecem repousar as cinzas da celebre Catharina d'Athaíde, por quem CamÕens tanto padeceo; a data da morte desta, coincide com a historia, pois que é de 1500 e tantos. N'um altar á esquerda, e o primeiro j[to] á porta principal, vê-se um quadro em madeira, q̃. parece ter sahido das mãos do Grão Vasco.

Parece que Aveiro no tempo dos Romanos, era onde hoje está o Lugar de *Cacia;* ha entre a *Mortosa* e *Villarinho,* um campo denominado da *Matança,* onde parece ter havido uma grande batalha, q̃ por terem ficado muitos mortos no campo, se ficou chamando — *da Matança.*

Parece depois ter mudado Aveiro a sua posição, p[a] *Esgueira,* q̃. ainda no fim do seculo passado era a maior povoação d'aquella comarca. Toda esta porção de terreno, é doentia, devido á grande quantidade de marinhas, e alguns arrosaes, que principalm[te] circundam Aveiro. Da Cidade

parte uma estrada q̃ está em construcção, q̃. contorna a ria, atravessa a ria de Vagos, por uma bella ponte de madeira, e segue até á *Costa-nova*, que é composta d'alg^{as} casas, edificadas j^{to} á torre da barra; e que talvez sejão o nucleo d'alguma povoação importante, visto o augmento de população q̃. tem havido na *Gafanha*, e as novas conquistas q̃. cada anno este povo faz ás areias. Perto da Costa-nova, estão os *Palheiros*, encostados á ria de Mira. Teêm-se construido alli ha pouco tempo boas casas de madeira, p^{a} o tempo dos banhos. É a Pedrouços d'Aveiro.

Sahi d'Aveiro p^{a} *Oliveira d'Azemeis* no dia 3 de Junho. Fui ficar a *Albergaria Velha*, p^{a} aproveitar a estrada nova até esta ultima Villa. A estrada passa p^{r} Esgueira, e *Cacia*, atravessa o Vouga, por meio d'uma miseravel ponte de madeira; que felizm^{te} vae ser substituida por uma de ferro; — passa p^{r} *Angeja*, e segue p^{a} Alberg^{a}. Foi no lugar do *Sobreiro*, junto a Alberg^{a}, q̃. pela primeira vez vi as videiras q̃ dão o vinho verde, trepando pelos castanheiros, carvalhos, etc. É a partir da margem direita do Vouga que começa a zona onde se produz o vinho verde. Tambem começam a apparecer com mais abundancia os castanheiros, q̃ até alli não tinha visto.

Ficámos essa noite em Albergaria, continuando no dia seguinte p^{a} Oliveira d'Azemeis. Offerece um contraste excellente com aquelle q̃ eu tinha percorrido, todo este terreno que se estende de Alberg^{a}-Nova até Oliv^{a}. Da *Branca* por diante a paisagem é bellissima. Terrenos m^{to} ferteis, abundantes d'agoa, e m^{to} arborisados; dando immenso realce á paizagem as videiras enlaçando-se com os castanheiros e carvalhos. O *Pinheiro da Bemposta*, sobretudo, é um sitio delicioso. Do Pinheiro até Oliveira d'Azemeis a estrada passa por um terreno m^{to} accidentado, p^{r} profundos valles, que descem d'uma pequena cumiada que corre no sentido N.S. Chegado a Oliveira d'Azemeis, fômos p^{a} uma estalagem, indecente p^{a} uma villa como aquella. Oliveira está situada n'uma collina, ou antes extremo d'um contraforte da cordilheira q̃. de *Romariz* se extende até *Ossella*. É uma villa moderna, e q̃. tem augmentado m^{to} depois que se fez a estrada nova. A unica cousa notavel que tem, é o Edificio da Camara Municipal, construido ha poucos annos. Os arredores da Villa são m^{to} pittorescos, e mui ferteis. A 2 legoas p^{a} o Nascente, está a Villa de *Macieira de Cambra*, encostada á serra da Freita. A 2 p^{a} o Poente fica *Ovar*, terra de pescadores, e p^{r} isso pobre. É uma villa grande a p^{to} de ter mais fogos que Aveiro. Perto acaba a ria que vai a Aveiro. D'Oliveira fui estacionar na quinta do Linheiro, proximo de *Sever*, q̃. pertence ao Administrador do Concelho. Está Sever, situada n'um valle, na encosta da Serra de Cambra, ou da Sn^{ra}. da

Saude, e a $^1/_2$ legoa do Rio Vouga. Toda esta encosta é um terreno m^{to} cortado p^{las} vertentes q̃. descem da serra, mas os valles são m^{to} paoductivos. A principal producção é milho, vinho, e castanha; tambem fabricam m^{ta} manteiga, e de boa qualidade. Toda a encosta offerece um bello aspecto, por juntar á bellesa d'um terreno m^{to} cortado, o ser m^{to} arborisado, de castanheiros e oliveiras. No alto da serra ha algumas povoações, pobrissimas. As casas são construidas de pedra solta, e cobertas de colmo. No inverno, fica a serra ás vezes mais de oito dias coberta de neve, mas raras vezes dura mais tempo. As encostas do N. desta serra são tambem m^{to} productivas; o valle de Cambra é riquissimo até Ossella; é formado pelo rio Caima, que tem a principal nascente na serra da Freita, a peq^{a} dist^{ia} d'*Alberg^{a} das Cabras;* forma a sahida da nascente, e ao descer do alto da serra, uma magnifica cascata de perto de 50 metros d'altura, e q̃ se vê ao longe, como um lençol branco extendido na serra.

Mais p^{a} o Sul desta, ha outra nascente notavel, no sitio denominado das *Fragas*, que cahindo de gr^{de} altura, dá tambem origem a uma cascata, formando o rio Teixeira, q̃ se vai metter no Vouga, defronte de *Arcosello*. O levantamento da serra de Cambra, composta de formações schistosas corre na direcção N.15.O. Ao N desta serra este levantamento é m^{to} pronunciado. Vê-se uma serie de grandes cabeços seguindo sempre a m^{ma} direcção até Romariz. Porem, nesta serra de Cambra, este levantam^{to} crusa-se com o da serra da Freita, e da Gralheira, une-se com elle, por um braço ao N. do *Povo da Junqueira*, que se prolonga p^{a} O, até p^{r} cima d'Ossella. Pela p^{te} m^{s} alta da serra da Freita, onde está o Povo de *Alberg^{a} das Cabras*, passa a estrada do Porto a Viseu, que, seguindo p^{a} esta ultima Cidade, atravessa a serra da Gralheira, passando por Manhouce. Esta ultima povoação está na encosta O. da Gralheira, no meio de fragas e penedias horriveis. Ha proximo deste outros povos, collocados no cimo dos penedos como ninhos d'aguia, e p^{a} onde se trepa com bastante difficuldade, por degráos feitos na rocha. N'estas povoações q^{do} morre alguem, ô unico meio q̃. teem p^{a} o descerem, é atarem o cadaver a uma escada de mão, um homem agarrar-lhe p^{r} baixo, outro p^{r} cima, e descerem-n'o com toda a percaução; já um morto matou dois vivos, p^{r} q̃ estando mal preso á escada, desatou-se, e cahio sobre o homem q̃. ia segurando a escada, fazendo-o precipitar do rochedo; e o m^{mo} aconteceu ao que vinha superior. É uma estrada perigosa e cheia de precipicios, sobre tudo á descida da Freita p^{a} *Chave* onde p^{r} m^{tas} veses se tem despedaçado alg^{as} cavalgaduras. A $^1/_2$ legoa ao Sul de Sever, está j^{to} ao Vouga a aldea de *Pecegueiro;* é neste ponto que acaba a navegação do Vouga, e onde ha uma ponte na estrada d'Albergaria-Velha p^{a} Vou-

zella. Do Pecegueiro p^{a} cima não é navegavel o rio pela m^{ta} rapidez da corrente, e por se tornar n'alguns pontos bastante caudaloso.

A N.O e a $^1/_2$ legua de Sever, no Valle formado pelo rio Máo, está em exploração a mina do Braçal. Os productos da mina, são chumbo, e alguma prata. Mais p^{a} Nordeste do outro lado da serra que separa este rio do Caima, ha outra mina denominada do Palhal, cujo minerio se compoẽ de cobre e prata.

Do Linheiro marchei a fazer quartel p^{r} alguns dias em Alberg^{a} Velha. — É uma Villa, cuja origem, como o nome o mostra, foi uma casa mandada faser na estrada de Coimbra ao Porto, pela Rainha D. Thereza, p^{a} servir d'Albergue, aos viandantes pobres e doentes; dava-se-lhe de comer, cama e luz. Em torno desta casa, — que ainda hoje existe, e serve de prisão, — edificárão-se outras, até que chegou a ponto de merecer o foral de Villa. É agora cabeça de Concelho. Ao Sul está junto ao Vouga o lugar de *Serem*, que por alguns manuscriptos antigos, se vê ter sido grande povoação do tempo dos Romanos, assim como o *Marnel*, que fica alem do Vouga, n'um valle formado por um ribeiro que desce da serra das Talhadas. Parece provavel que ao Marnel chegasse um braço do mar, ou que o m^{mo} Vouga, dé-se ali profundidade bastante p^{a} grandes navios, porque a bacia que se nota defronte do Marnel, indica bem ter sido produsida por uma força sup.^{or} á de que é capaz o rib^{o} que por elle passa. Álem disso, é permittido suppor que o mar chegava até este ponto, porque é sabido que as dunas d'areia, e a grande caldeira d'Aveiro teêm-se formado pouco a pouco, e que, o que agora é terreno cultivado e povoado, foi ha milhares d'annos, costa e dunas a seu turno. É mais provavel q̃. o Marnel seja ainda m^{to} anterior aos Romanos. De ser ali porto de mar n'outros tempos, a unica prova que existe, é a existencia de nomes de certos sitios, que como outros muitos o tempo tem conservado, e a tradicção trasido através de grande n^{o} de seculos.

D'Albergaria fomos p^{a} o *Sardão*, logar proximo d'*Agueda*, e na margem opposta do Rio Agueda. Este rio desce da serra do Caramulo, e d'inverno enche m^{to}. Toda a sua baixa e margens, é m^{to} productiva, de milho. Já aqui se não encontra a videira que dá o vinho verde. D'aqui seguimos p^{a} Vousella, e no outro dia fomos ficar a Viseu. A estrada p^{a} Vousella, a uma legoa d'Agueda, começa a subir á serra das Talhadas, que corre na direcção O.20.N. Neste ponto crusão-se os tres levantamentos, do Caramullo, da Gralheira, e da serra de Cambra. Abunda em nascentes d'agua (assim como as vertentes da serra de Cambra) q̃ vão formar o rio Alfosqueiro q̃ se junta com o Agueda abaixo do lugar da *Castanheira*.

No cimo deste Valle e nas faldas da serra do Caramullo, vê-se a povoação de Campia, n'um sitio m^{to} pittoresco. Na serra, está na encosta do S, o lugar das *Talhadas*, mais adiante na m^{ma} estrada, os lugares de Bemfeitos, Entreaguas, Ponte-fóra, etc. A $^1/_4$ de legoa de Vousella, passa-se por Villarigo, povoação m^{to} antiga; ainda se vê o antigo castello n'um alto j^{to} á povoação. Vousella está situada nas faldas do extremo N. da serra do Caramullo, passando-lhe junto o rio Zella.

LUÍS CHAVES

AS ANTIGAS PROCISSÕES DE ÁGUEDA

O EXAME de numerosa e variada documentação revela-nos que desde bem recuadas eras se efectuavam em Águeda diferentes Procissões e outros cortejos religiosos mais ou menos aparatosos e cuja prática o nosso povo foi mantendo carinhosamente através dos tempos, trazendo alguns até nossos dias, não raras vezes à custa de trabalhos de toda a ordem e mesmo de pesados sacrifícios. E se, de tudo isso, uma boa parte desapareceu na corrida dos séculos, nós poderemos contudo ainda, à vista do que ficou, aquilatar quanto de pitoresco e de beleza enriquecia essas tradicionais composições cuja apresentação em público foi, é, e será sempre, um dos espectáculos mais queridos, mais venerados e mais sentidos que pode oferecer-se aos olhos da nossa gente. Passam os séculos, mas a alma, o sentimento popular, esse, vai permanecendo o mesmo na sua essência, e só assim se explica que ainda hoje, tal como há muito o fizeram nossos avós de antanho, o bom povo da nossa terra aí apareça a promover, a dirigir, a tomar parte, ou, de qualquer forma, mais ou menos directa — a concorrer para este fim com a mesma fé, com o mesmo devoto interesse e com o mesmo amor com que eles outrora o fizeram.

Sem a preocupação de organizar uma resenha completa destas velhas manifestações de culto que aí se faziam com um cunho muito especial, revestindo mesmo certas particularidades que não conhecemos noutras regiões, embora se notem entre umas e outras alguns pormenores comuns ou semelhantes — apontarei entretanto tudo o que a tal respeito consegui reunir; e, se bem o creio, formarei assim um dos mais interessantes capítulos da história de Águeda.

Só quem ali não tenha presenciado algum dia essas tocantes, e ao mesmo tempo aparatosas procissões dos Passos e da

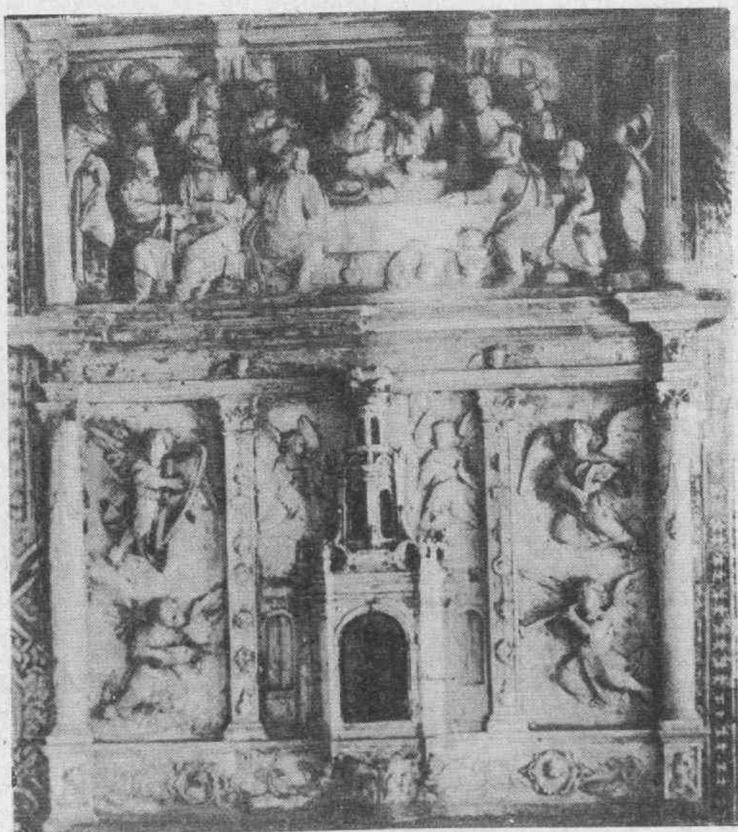
Semana Santa, poderá discordar do que afirmo; é que, na verdade, parece que um laço mais forte prende as almas nessas ocasiões, tocando-as dum sentimento de mais funda religiosidade e elevação, aquecendo-as na mesma labareda de fé, que atinge a sua expressão máxima nessa noite de emotiva beleza qual é a de sábado de Passos, e que tem sido em épocas várias — e algumas já bem distantes, continuando decerto a sê-lo,— um tema preferido por escritores da nossa terra que têm procurado pintar esse belo quadro com as mais formosas tintas da sua imaginação. E, efectivamente, quando a imagem do Senhor dos Passos sai da igreja de Águeda oculta no seu camarim de seda roxa, já sob o escuro da noite, a caminho da capela de Assequins, entre o tremeluzir de milhares de lumes, que são outros tantos corações aquecidos pela crença, e o ciciar das preces da multidão reverente que acompanha o Senhor ajoelhado sobre o andor florido; com os outeiros de ao redor e casais iluminados ao longe, como se as estrelas baixassem do firmamento e ali fossem postas a doirar aqueles lugares; e ainda o dobre triste dos sinos atirado lá da torre da igreja, a juntar-se ao trilo de centenares de ralos que nessa quadra do ano povoam o nosso campo e que, em caprichoso concerto, formam uma estranha orquestra — tudo isso assume proporções de beleza tais, que a pena as não pode traduzir fielmente: não nos alonguemos por isso neste ponto e entremos já no assunto enunciado, começando por falar das procissões e cortejos religiosos mais antigos de Águeda, que através dos tempos têm deixado mais vivo rasto.

PROCISSÃO DOS PASSOS

Não se sabe ao certo em que data começou a fazer-se esta procissão; ela vem contudo de tempos muito remotos, imemoriais, e filia-se, possìvelmente, na do Senhor dos Passos da Graça, que, com grande veneração se realizava na capital a partir do século XVI e que teve como origem o aparecimento de uma imagem de Cristo com a cruz às costas no Convento dos Gracianos em circunstâncias misteriosas, no mesmo logar onde pernoitara um mendigo a quem os frades daquele convento deram agasalho, o qual dali desapareceu sem se saber como. O facto foi atribuído a milagre e a devoção ao Senhor dos Passos foi aumentando dia a dia, conservando-se ainda hoje muito viva.

A Procissão dos Passos faz-se em muitas regiões do paiz e a sua composição é mais ou menos a mesma que se adoptou em Águeda; há terras onde esta função religiosa é feita

segundo regras estabelecidas em disposições antigas e por iniciativa das Misericórdias locais que correm inteiramente com todas as despesas necessárias, tendo até algumas os seus «compromissos» ou obrigações escritas para esse fim. Noutras terras há Confrarias ou Irmandades próprias que fazem



Retábulo da Capela do Santíssimo em pedra de Ançã.
Escola da Renascença

essas solenidades; e onde não há instituições desta natureza formam-se muitas vezes comissões particulares que promovem esses actos religiosos. Em Águeda temos a Irmandade do Senhor Jesus instituída no primeiro terço do século XVII, e é a seu cargo que está a realização da Procissão dos Passos, sendo possível no entanto quê já se fizesse anteriormente àquela época. Não encontrei referência a qualquer «compro-

misso» escrito que impuzesse a obrigação de realisar actos do culto relativos a este assunto, sendo escassas as notícias que nos chegaram a respeito da Procissão dos Passos nos tempos mais recuados. Trata-se entretanto da tradição religiosa mais antiga e mais arraigada na alma do nosso povo, pois já no último quartel do século XVII ela aí se fazia, e era de tal modo concorrida, que a autoridade eclesiástica, atendendo a essa circunstância, permitia, no ano de 1686, que fossem abertas as grades de ferro forjado que vedavam a capela do Santíssimo e que fosse livre a entrada de pessoas nesse recinto, em vista do grande concurso de povo que se verificava nessa ocasião e pela Semana Santa, em que igualmente era facultada a entrada nessa capela, — fora disso rigorosamente vedada ao público. No ano de 1687 foi determinado também que as mulheres não andassem de noite a «correr os Santos Passos», como era costume na época; e já anteriormente, no ano de 1681, na Visita Pastoral feita à igreja de Águeda a 27 de Julho desse ano, foi apresentada queixa contra algumas pessoas que «sem temor de Deus» levavam para sua casa as velas que alumiavam na procissão, pelo que foi ordenado que a Irmandade as distribuísse segundo um rol, para depois se cobrarem, também por meio dele; foi calculado o número de 60, das velas desaparecidas naquele ano, facto aliás pouco honroso para os penitentes desse tempo...

De tudo isto porém tem de concluir-se que a Procissão dos Passos em Águeda vem de eras longinquas, devendo considerar-se como a manifestação religiosa mais antiga e mais concorrida da nossa terra, sendo também a mais respeitada. Pelo que tenho visto e lido, não difere muito de terra para terra o aspecto geral do figurado e mais elementos de que se compõe este préstito religioso; além da Irmandade do Senhor Jesus, dos andores do Senhor dos Passos e da Virgem da Soledade, é costume encorporarem-se também «anjinhos» e outras figuras alegóricas como a de Maria Madalena e S. João, vistosamente trajadas, o que dá ao conjunto uma nota de pitoresco realce (1). Na capital, de onde, como já dissemos deve ter irradiado para a província esta tradição religiosa, figurava neste préstito o «farricôco» tocando uma buzina, simbolisando assim o toque dado

---

(1) É de justiça anotar que houve sempre em Águeda um gosto muito particular, um «jeito» próprio para ornar ou vestir estas figuras, salientando-se nisto a conhecida família Guerra. Toda Águeda se recorda da velha «Ti Zefa Guerra» que tantas gerações ataviou para esse fim: quem há aí, dos seus 30, 40, 50 e 60 anos que não tomasse parte nas procissões de Águeda «composto» por ela? Já em 1795 uma sua avó não pagava anual «por vestir a figura do Adão para a procissão da cinza, como vi num rol de irmãos da Irmandade de S. Francisco.

pelo clarim romano «quando as justiças do Império conduziam ao patíbulo algum condenado e como se fizera em Jerusalem quando Jesus Cristo foi levado do Pretório ao Calvário» ([1]). Em Águeda, e em cumprimento de promessas ainda actualmente toma parte, à frente da procissão, um ou mais homens que tocam uma trombeta, designada pelo nome de *sacabucha*. Este pormenor é observado também noutras terras do país ([2]). Apesar do muito que neste capítulo de tradições locais se tem perdido na esteira dos séculos, não esmoreceu ainda sequer, antes cada vez é mais vivo e intenso, o culto da nossa gente pelo Senhor dos Passos: renovam-se a miúdo no seu altar as mais mimosas flores e diante da sua imagem ardem constantemente lumes votivos, quais chamas de corações agradecidos por mercês dispensadas. É frequente oferecerem-lhe círios do peso da pessoa que faz a promessa, ou da sua altura *(do seu altôr*, na linguagem popular) e que ali se consomem diante do altar do Senhor dos Passos.



Imagem do
Senhor dos Passos

Não sei se outrora houve em Águeda capelas próprias para os chamados «Passos» edificadas nas ruas do percurso da procissão, como havia em Lisboa e se vêem ainda em algumas terras do país ([3]). Nunca encontrei referência a isso e, àparte o Passo do Calvário, embutido na fachada norte da igreja, só tenho conhecimento dos que costumam armar nas casas particulares por essa ocasião.

---

(1) Esboceto Histórico da Veneranda Imagem do Senhor Jesus dos Passos da Graça, 1874.

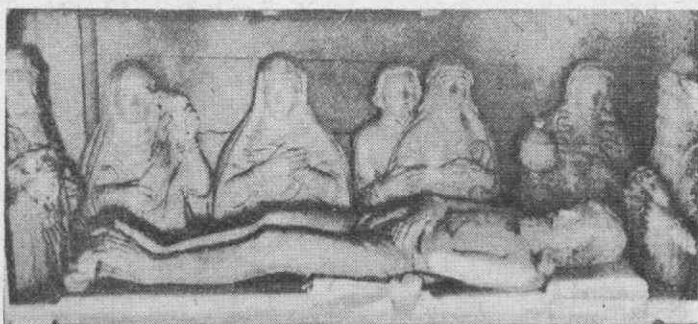
(2) Em Torres Novas assim se faz também — Vid. *Memórias de Torres Novas*, Artur Gonçalves, 1937.

(3) Na Guarda, em Ovar, etc. Em Celorico da Beira ainda se vêem em alguns pontos da vila, nichos grandes, de pedra, onde se colocavam as imagens; em Condeixa existem ainda hoje oratórios embutidos nas paredes de alguns prédios, com figuras da Paixão; em Taveiro, a Irmandade do Senhor possui também oratórios de madeira, móveis, onde são expostos quadros pintados com a Vida de Cristo, e que no dia próprio são ornados.

PROCISSÕES DA SEMANA SANTA

Com as procissões dos Passos relacionam-se as da Semana Santa, que em regra se faziam também anualmente.

Quanto às solenidades de culto interno, próprias desta quadra litúrgica, encontrei referências várias a partir do último quartel do século XVII, mas quanto às procissões pròpriamente ditas não vi qualquer data sobre que possa precisar-lhes o começo, tudo indicando porém que são igualmente bem antigas. Podem classificar-se de mais importantes as Procissões do Enterro e da Soledade ou das Lágrimas; qualquer destas bem aparatosa, a última porém mais simples, mas tocada igualmente de certa imponência.



Deposição no Túmulo — Grupo escultórico em pedra de Ançã, notável trabalho artistico

A Procissão do Enterro que por si é tocada duma nota emocionante, pelo seu próprio significado, é também aquela que prende o povo de mais interesse tendo em vista que é nela que figura o *Vos omnes*, o «Vozone» como vulgarmente é conhecida a figura alegórica que vai logo a seguir ao esquife em que é levada aos ombros de quatro clérigos revestidos de alva e com as estolas de côr negra cruzadas sobre o peito, a imagem de Cristo morto e que representa a Virgem lamentando a morte de Jesus. O «Vozone» canta em diversos pontos do itinerário da Procissão do Enterro, o que faz convergir a esses locais grande número de pessoas, principalmente quando aparece a desempenhar esse papel uma figura de boa apresentação e timbrada voz.

Sobre a composição destas procissões não encontrei nada estabelecido relacionado com épocas recuadas: o que delas resta, e que é na verdade ainda muito, deve ser o resultado

duma longa prática seguida através de muitas gerações. O povo foi compondo, ajeitando, melhorando estes cortejos religiosos com o seu carinho, com o seu gosto, com a sua fé devota, só assim se explicando que tenham resistido até nossos dias, sem grandes alterações.

A Procissão do Enterro abre pelo pendão da Irmandade do Senhor Jesus, abatido, segurando às extremidades quatro irmãos trajando de luto e envergando as suas opas pretas; segue-se-lhe o corpo da irmandade, que é numeroso, e a meio dela um sacerdote revestido de capa e batina, empunhando uma cruz grande, de madeira, da qual pende um alvo lençol de linho, e a ladeá-lo duas lanternas acesas; depois grupos de anjos transportando os martírios do Senhor e logo após as figuras das três Marias caprichosa e vistosamente engalanadas, com os seus vestidos e mantos de coloridos tons, e ainda S. João Evangelista ao lado da Madalena seguindo o esquife em que, sob o pálio de côr roxa, vai a imagem de Cristo morto, em tamanho natural, envolta na mortalha branca de linho bordado. Logo após, o andor da Virgem da Soledade, de forte e maguada expressão [1].



Nossa Senhora da Soledade

* * *

Dentro ainda da Semana Santa, em 5.ª Feira Maior, tem lugar a *Procissão* da *Soledade* ou das *Lágrimas*. Toma parte nela a mesma Irmandade, e apenas é constituída por ela, pelo andor da Virgem acima mencionada, que fecha o cortejo rodeado de lanternas acesas, pois esta procissão tem lugar, como a anterior, de noite. À frente, abre o préstito

(1) O povo de Águeda nutre particular devoção por esta imagem, que é muito antiga. Em tempos pensou-se em substituí-la por uma outra, chegando a ser adquirida uma imagem nova, o que ia provocando grande conflito; daí, ser esta designada por «Senhora Velha».

um grupo formado por um sacerdote trajando capa, batina e barrete, descendo aquela, solta, até aos pés, levando uma imagem grande, de Cristo Crucificado, indo ao lado dois irmãos do Senhor Jesus, conduzindo cada um uma lanterna acesa. Antigamente era aquela Imagem levada na procissão por um daqueles Irmãos, e essa prática vinha já de tempos remotos; mas em 1815 o então Prior de Águeda, José Manuel da Cunha Coelho Brandão, não se conformando com este costume, quis acabar com ele, alegando que o Cristo deveria figurar ali como cruz da freguesia e assim, junto dos clérigos, devendo ser levado pelo Juiz da igreja, sustentando que aos irmãos do Senhor Jesus só era permitido levar o seu pendão. Estabeleceu-se conflito e a Irmandade elaborou uma extensa representação (1) ao Prelado de Aveiro, pedindo para continuar a usufruir aquele direito, que era imemorial, sendo aquela imagem de Cristo a mesma que servia na Via-Sacra e nas procissões de Penitência. Não pude apurar qual a solução que foi dada a este caso, mas o Prelado aveirense deve ter atendido o pedido da Irmandade, pois o certo é que foi sempre um clérigo, e só na falta deste um membro daquela Irmandade que conduziu a dita imagem, que continua a ocupar na Procissão das Lágrimas o lugar que lhe foi dado antigamente, não atrás junto do clero, mas na parte dianteira deste préstito religioso.

PROCISSÃO DAS CINZAS

Forma, com as duas atrás referidas, o número das três mais importantes procissões que chegaram a nossos dias. Costuma também ser designada por *Procissão dos Terceiros* ou da *Penitência* e é mais ou menos semelhante às que se fazem noutras terras, diferindo apenas num ou noutro pormenor do seu arranjo, número de andores e imagens.

Em Águeda, eram bastante numerosas as imagens que a Ordem Terceira de S. Francisco possuía, desde tempos muito antigos, e assim o seu avultado número de andores dava a este cortejo religioso uma nota de aparato e grandiosidade que lhe conquistava um lugar de grande relevo entre os outros. Havia as imagens de Nossa Senhora da Conceição, cujo andor abria a procissão da Cinza, de Santo Ivo, dos Bons Casadinhos (S. Lúcio e Dona Bona), da Rainha Santa Isabel, de Santa Clara, de Santa Rosa de Viterbo, de

(1) Foi este memorial escrito por Bernardino José da Graça, da Borralha, Tabelião nas Notas do Juízo de Fora da Vila de Recardães. Falecido na Borralha a 26 de Setembro de 1831.

Santa Rosa Morta, de S. Luís rei de França, de S. Tomás mártir, de S. Francisco a receber as chagas, de S. Francisco abraçado ao Senhor, de S. Francisco ressuscitado, de S. Francisco e Senhor dos Passos com a cruz às costas, e mais recentemente de S. Roque (1).

À face de um velho livro do cartório da Irmandade, que examinei, e do qual tirei algumas notas, é fácil reconstituir este préstito religioso, a partir dos fins do século XVIII (1794), e com bastante pormenor, não sendo erro conjecturar que assim fosse já muito anteriormente. O seu princípio deve remontar ao século XVII, época em que a Irmandade de São Francisco tinha já na igreja de Águeda o seu altar privativo em capela própria, podendo talvez concluir-se que nessa época a Ordem estava entre nós florescente, pois o retábulo dessa capela, em talha doirada, ao gosto da Renascença, se bem que modesto, é dos melhores do templo.

A Procissão das Cinzas, pela aparatosa composição que a constituia, e pela singularidade de certos pormenores que nela se observavam, devia ser um espectáculo sensacional, bem rico de colorido e de acentuado e estranho pitoresco. Além do seu grande número de andores, — estes como as imagens que neles eram conduzidas, preparados com arte e bem ornados — viam-se grupos alegóricos e figuras várias, de mistura com orquestras de instrumentos diferentes, cujo conjunto deveria ser cheio de palpitante interesse; basta saber-se que nele se encorporava uma companhia de Auxiliares que era sempre requisitada à Comarca de Esgueira, e que tomava parte no cortejo com o seu tambor; um grupo numeroso de tocadores de pífaros, e um outro grupo de «fradinhos» que engrossava o acompanhamento dos irmãos terceiros, que na maior parte eram ocupados no transporte dos andores.

Tenho à mão as notas das despesas feitas com as Procissões das Cinzas em vários anos, em Águeda, e os números

---

(1) Parece que foi dádiva, à Ordem, do falecido Conde de Sucena, e nessa Casa se guarda.

Nos Açores, Vila Franca do Campo, onde assisti a esta Procissão, havia os andores de S. Francisco deitado sobre silvas e do Senhor preso à coluna, que não vejo existirem por aqui.

Estas imagens estão ao cuidado de várias famílias de Águeda e Borralha, que pertencem à Irmandade. Já em tempos antigos assim era. Em 1807 foram adquiridos os andores de S. Francisco e Senhor dos Passos com a cruz e ainda o de S. Francisco recebendo as chagas, sendo entregues nesse ano à guarda de D. Rita Cândida de Castelo Branco, da Venda Nova, o primeiro, e o segundo a Joaquim José Pereira Guimarães. Na Casa do Redolho foi depositado o andor de S. Francisco abraçado ao Senhor, sempre mimosamente preparado para a Procissão da Cinza; em casa de D. Ana Alves os de Santa Clara e S. Luís rei de França, etc., etc., sendo todos armados pelos irmãos que os guardam com o melhor carinho.

falam bem expressamente, por eles se podendo fàcilmente avaliar o que era esse cortejo religioso no tempo dos nossos avós. Senão vejamos: logo à frente, em passo grave, cadenciado, o Anjo querubim, coberto de sedas e pedrarias vistosas, expulsando Adão e Eva do Paraíso, figuras que o seguem vestindo humildes túnicas, em atitude submissa, em contraste com a do Anjo, que de espadim empunhado vai revestido de solene magestade; depois, as músicas, os andores, os irmãos, os anjos, distribuídos com regularidade em todo o comprimento da procissão.

Das contas das despesas feitas com estas funções religiosas, de 1813 em diante, vê-se: que neste ano, os cantores levaram 3.200 reis; com os anjos gastaram-se 600 e com o feitio de um hábito para S. Francisco, feito pelo alfaiate Charra, dispendeu-se a quantia de 360 reis; em 1814, por dois sermões pregados pelos frades de Serém, 3.200; 2 dobradiças para o andor de S. Francisco ressuscitado, 140, e ainda 120 reis que deram ao armador Crespo por ir a Serém levar uma carta ao Padre Comissário. Em 1815, também entre outras despesas, anotei a da importância de 480 reis que deram ao portador que foi a Esgueira buscar a licença da autoridade militar para os milicianos poderem ir na procissão e a de 1.440 que foi em quanto importaram os «pifres» que foram tocados durante o percurso da mesma. Por seu lado, com o pífaro e com o tambor dos Auxiliares também se gastaram 240 reis; o armador Crespo, por tocar as tréculas (matraca), e os rapazes que envergaram hábitos receberam o mesmo que se deu ao tambor, e foram estes os gastos mais modestos deste ano, pois a quantia mais avultada = 2.000 = foi ganha pelo José Pintor por armar os andores; este, ainda se abotoou com mais 480, que foi quanto pediu «por fazer as bichas» ([1]).

No ano de 1819, ao Senhor Padre Cabaço, por assistir à missa da Cinza, davam-se-lhe 200 reis sendo a maior quantia dispendida este ano, de 4.800, que os frades de Serém levaram por três sermões; menos de metade — 2.160, deram aos frades da casa conventual de Travassô, por tomarem parte, como cantores, na procissão.

Em 1821, vê-se que os gastos foram mais reduzidos; de tocar a matraca e o sino 330 reis, e poucas despesas mais se fizeram; mas em 1822 já assim não sucedeu: só o Anjo querubim, à sua conta, fez gastar à Ordem 3.000 reis, o que nos leva a concluir que neste ano deve ter dado nas vistas... Com muito menos teve de se contentar a Eva cujo vestido importou apenas em 665 reis, como vi anotado. Só houve

([1]) Eram feitas de serapilheira, simulando a serpente do mal e iam enroscadas na arvore do Paraiso terreal que o Adão conduzia.

neste ano um sermão a S. Francisco, e ao pregador foi dada a quantia de 1.200; em 1823, os cantores que tomaram parte na cerimónia das Cinzas e na procissão ganharam 2.490. Em 1826 também foram pequenos os gastos: um requerimento ao General do Porto por causa dos Auxiliares, 480, sino e matraca, 250; em 1828 já se foi mais além, pois neste ano os pífaros importaram em 1.440, e também se gastaram 240 reis com matraca e sino.

Não encontrei apontamentos sobre alguns anos, decerto porque a procissão se não fez anualmente, e não tomei nota de outras despesas, que se repetiam. Em 1841, a três mulheres que foram a Ílhavo buscar adornos para a Procissão e que os confrades de lá, com quem houve sempre boas relações de camaradagem, emprestavam, 640 reis; em 1843 foram comprados 2 resplendores, um para Santo Ivo, outro para São Francisco, por 600 reis. Mas as cifras vão aumentando, e em 1849 já temos a música da procissão a fazer uma conta de 6.200, e pelo arranjo de 7 anjos deram-se 3.500. Em 1853, maior despesa com a música: 7.000 reis; e aparece uma verba nova — de 90 reis — paga a quem foi ao alecrim (certamente para juncar a igreja). Ao celebrante da missa da Cinza, 400 reis; de compor a Santa Rosa 140, e do arranjo do Senhor 300 reis; os «fradinhos» neste ano só ganharam 80 reis. Em 1860, último ano de que tenho notas, vejo que pelo sermão da Cinza deu a Ordem 2.800; pelos 7 anjos para a procissão, 2.800; e um hábito novo para o S. Francisco que vai abraçado ao Senhor importou em 2.500. Havia, é claro, além destas, outras despesas anuais obrigatórias, e de muitas não tirei apontamento por se não revestirem de interesse especial.

Mencionadas, e descritas embora muito resumidamente estas três procissões que, como já deixei dito, se podem considerar as mais importantes de quantas aí se faziam, passarei a referir-me a outras que aí tiveram lugar, e das quais encontrei o rasto já longínquo através de documentos vários que me passaram pela mão; falarei em primeiro lugar da

PROCISSÃO DE CORPUS CHRISTI

Deveria revestir-se decerto de bastante pompa, à semelhança do que se observava em outras povoações, com a assistência das autoridades locais, etc., e subordinada ao regimento próprio que havia para esta função religiosa cuja solenidade foi sempre objecto de determinações várias da parte das entidades oficiais que tinham cuidado do seu luzimento. Não encontrei dados que me permitam ajuizar do modo como era feita, e da solenidade que revestia; que ela tinha lugar em Águeda já no primeiro quartel do século XVIII,

demonstra-o o registo de óbito do Prior Constantino da Silva Pinto, da Casa da Borralha, que faleceu em Águeda no dia 19 de Junho de 1710, precisamente no dia do Corpo de Deus e depois de ter presidido a esta procissão; no momento em que, estando ela já recolhida, cantava as orações do ritual, caiu morto junto do altar, com um acidente, ali à vista do povo que, como é natural, ficou tomado de alvoroçada consternação (1).

Porque é muito elucidativo sob o ponto que vimos tratando, copio aqui textualmente o registo do seu óbito:

«A 19 de Junho de 1710 faleceu o Prior Constantino da Silva Pinto, de um acidente dipois de ter dito missa e levando a Custodia com o S.S. na Procissão do Corpus Christi e chegando ao altar com ela e recolhido o povo a poz em cima delle e começando a cantar a oração do S. Sacramento, na conclusão d'ella e nas palavras qui vives et regnas cahiu e expirou d'um acidente; está sepultado nesta igreja» (2).

O SENHOR FORA

Falaremos a seguir deste préstito religioso pela grande aproximação que existe entre ele e a procissão precedente, e ainda porque dos préstitos que vou referir é sem dúvida o mais importante. Nota-se, através das Visitas Pastorais feitas à nossa freguesia, e delas se reflecte nìtidamente a vida religiosa da época, que houve sempre o maior cuidado em que o *Sagrado Viático* ou *Senhor-Fora*, como lhe chama o povo, fosse conduzido com todo o respeito e decência, dando ao cortejo, que para esse fim se organizava, o aspecto da maior solenidade. De resto, é bem profunda em Águeda a devoção com esta prática de piedade religiosa, assente numa já bem distante tradição; e assim é que, mal o sino da nossa terra despede as suas badaladas a chamar os fiéis para acompanhar o Senhor, de todas as casas correm pressurosas pessoas, formando um préstito numeroso e recolhido que o segue em respeitosa atitude, entoando o *Bendito* a caminho da casa dos enfermos.

Já em 1696 foi determinado que quando o Senhor «saísse em Viático fosse levado com toda a decência, com pálio» e isto por constar à autoridade eclesiástica que não era costume fazê-lo; estabelecia-se até a multa de 2.000 reis para

---

(1) O Prior Constantino da Silva Pinto paroquiou a freguesia de Águeda de 1680-1710. Era filho de Constantino da Silva de Carvalho e de D. Isabel Pinto de Paiva, da Quinta da Borralha.

(2) Arq. da Univ. de Coimbra — Registo Paroquial de Águeda, Óbitos, 1710.

punir a falta de cumprimento desta deliberação, responsabilizando-se até os mordomos do Senhor por isso ([1]).

Pelos anos fora, mais providências foram tomadas a este respeito, no sentido de que não faltasse a esta cerimónia o esplendor que lhe era devido. Em 1700 determinava-se que a qualquer hora que o Senhor saísse iriam acompanha-lo não sòmente os Mordomos dessa Confraria mas ainda todos os clérigos que morassem dentro de Águeda; e era tão grande o cuidado posto neste caso, que se prescreviam os mais leves pormenores para que nada faltasse para o melhor luzimento do acto. O Santíssimo seria conduzido sob o pálio; o sacerdote que o levasse deveria ir revestido de capa de asperges, não esquecendo o turíbulo, a naveta com incenso e duas lanternas erguidas junto da cruz, devendo esta ser de prata; em 1712 ainda se acrescentava a isto, que fosse sempre à frente do cortejo uma pessoa tocando uma campaínha. Por aqui se vê claramente o religioso interesse que sempre despertou na nossa terra esta comovedora solenidade do *Senhor-Fora* a que ainda hoje o bom povo de Águeda acorre pressuroso e reverente.

PROCISSÃO À VIRGEM

Data de era bem recuada esta prática devota, que julgo ser de simples culto interno. Tinha lugar no primeiro domingo de cada mês; na Visita Pastoral de 1689 era feita censura expressa ao facto de nessa procissão tomar parte sòmente um sacerdote cantando, o que era para estranhar numa terra onde havia tantos e assim, sob «pena de desobediência» foi ordenado que na mesma procissão se encorporassem todos os que estivessem na terra nessa ocasião.

PROCISSÃO DOS SANTOS ÓLEOS

Muito simples, fazia-se quando iam à sede do Bispado buscar os óleos bentos para os gastos litúrgicos do ano. Na visita de 1712, estabecia-se que fossem colocados numa capela da povoação e dalí conduzidos processionalmente até à igreja, acompanhados do Prior e outros sacerdotes.

---

(1) Visitas Pastorais, 1697-1712.

PROCISSÃO DO GUIÃO DE SANTO ANTÓNIO

Era já prática antiga em 1719, levar a bandeira de Santo António à sua capela do lugar da Gesteira no dia em que alí se festejava este Santo. Em Visita daquele ano foi censurado o facto de ter caído isso em desuso, e o Visitador ordenava que não deixasse de continuar esse costume, determinando que lá fosse nesse dia o páróco ou o seu cura acompanhar o Guião.

AS LADAINHAS

Posto que não possam considerar-se procissões pròpriamente ditas, o povo da nossa terra dá-lhes esse carácter, juncando até as testadas das suas moradias, à passagem deste cortejo religioso. Em algumas épocas, como sucedeu nos meados do século XVII, notou-se algum desinteresse por elas, o que levou a autoridade eclesiástica, no ano de 1666, a determinar que fosse ao menos uma pessoa de cada casa naqueles préstitos.

A VIA SACRA

Havia uma ermida da Via Sacra em Águeda e algumas cruzes no caminho dela, mas não consegui apurar onde ficavam; é possível que em qualquer rua das que iam ter ao Adro da Igreja, onde ainda existe o Cruzeiro e o Passo do Calvário.

Na Visita Pastoral do ano de 1719 apresentou-se queixa de que muitas mulheres costumavam «correr as Cruzes da Via Sacra» de noite e pela madrugada, e sendo isso considerado pouco próprio, logo foi proibido que tal se fizesse depois do sol posto; e já no ano de 1704 tinham sido proibidos os *jogos da bola,* da *laranginha* e da *cunca* «ao pé da ermida da Via Sacra».

Foram estas procissões e cortejos religiosos que encontrei mencionados, mas outros se deveriam realizar, embora dos mesmos não conseguisse apurar dados certos. Assim, havia desde datas muito antigas várias Confrarias erectas na nossa igreja, como a de Nossa Senhora do Rosário — Santa Luzia, do Senhor e de S. Sebastião, — e todas elas deviam festejar os seus Padroeiros, decerto não sòmente com actos de culto interno, mas também com procissões. Na tradição ficou ainda a da

SENHORA DA BOA-MORTE

Era a Padroeira dos barqueiros e das sardinheiras e tinha a sua capela no lugar do Barril. Ouvi dizer a pessoas idosas que era uma festa animada e ruidosa; a capela ficava anexa ao Hospital, e já existia com esta designação no ano de 1721, pois neste ano, estando o Visitador eclesiástico em Águeda, impôs a multa de 500 reis para o Hospital às pessoas que sacudissem esteiras, tapetes ou roupas para a frente da capela, como costumava fazê-lo a gente do Barril; refere-se também a esta capela o *Dicionário Geográfico* do P.e Luís Cardoso, e a memória paroquial de 1721 também a cita (1).



Nossa Senhora da Boa-Morte
Imagem que se venerava no velho Hospital de Águeda, e hoje exposta ao culto no actual

A imagem da Senhora da Boa-Morte que se venerava na capelinha do velho Hospital transitou para a igreja quando aquele foi demolido, indo para o novo quando este abriu e ali se conserva figurada na sua cadeirinha na atitude serena do seu passamento. Foi sempre muito venerada, principalmente pela gente do bairro ribeirinho, onde existia a antiga capela da sua invocação (2).

SOARES DA GRAÇA

---

(1) Vid. *Dicionário Geográfico*, ed. 1747; e Rocha Madahil, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol., v, pág. 147.

(2) Foi por iniciativa da Excelentíssima Senhora D. Maria Joana Soares de Cabedo da Casa da Ponte, quando esta Senhora num rasgo de altruismo se pôs à frente do Hospital Conde de Sucena que dirigiu alguns anos, que a imagem da Senhora da Boa Morte para ali foi. No ano de 1923 foi-lhe feita uma solene festa, com uma vistosa procissão.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DISTRITO DE AVEIRO

No decurso de trabalhos por nós efectuados para elaborar a história de Estarreja, surgiu-nos a ideia de investigar também nos arquivos da Inquisição, para sabermos se na área da comarca de Estarreja houve alguma vítima daquele tribunal; e lá fomos. Encontrámos apenas uma vítima, natural de Salreu, mas vivendo fora da sua terra havia muitos anos.

Durante a pesquisa, feriu a nossa atenção o grande número de pessoas de Aveiro que despertaram interesse à Inquisição, e também a rede apertada que o Santo Ofício tinha estabelecido nas terras do nosso distrito, para coagir o povo à fé católica e apostólica romana. Por esse motivo tomámos nota de todas as terras que nos pareceram do distrito de Aveiro, e dos nomes das pessoas que interessaram a Inquisição como funcionários ou como vítimas.

As notas respeitantes à comarca de Ovar entregámo-las ao ilustre sacerdote de Válega, Senhor P.e Miguel de Oliveira, apaixonado e distinto investigador da história local; as da comarca de Estarreja foram reservadas ao trabalho histórico a publicar por nós dentro de algum tempo; e as restantes ficaram esperando algum interessado investigador de história local, pois os processos da Inquisição fornecem muitos dados interessantes para os trabalhos deste género.

Reconhecendo que o verdadeiro lugar desses apontamentos é no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, onde se tornarão fàcilmente conhecidos das pessoas a quem podem interessar, resolvemos dar publicidade aos aludidos apontamentos, e assim vamos fazer deslizar da Torre do Tombo para o estimado e benemérito *Arquivo* o silencioso cortejo de personagens da Inquisição. Primeiramente desfilarão diante dos olhos dos leitores os familiares e outros funcionários do Santo Ofício, e as mulheres que com eles pretendiam casar; depois seguem os que de qualquer modo

interessaram a Inquisição. Talvez que muitos destes personagens ainda sejam reconhecidos por algum parente, ou por pessoas relacionadas com descendentes seus.

Quem eram, o que fizeram, como viveram e foram até ao Santo Ofício ou à Inquisição; a que famílias pertenciam, o prestígio que tinham e quem foram as pessoas chamadas a depor nos seus processos, etc., não o diremos, mas os leitores interessados em sabê-lo ficarão na posse dos meios necessários para encontrar os processos e tomar conhecimento de tudo isso e de muito mais, porque os processos encerram a biografia, a história de cada personagem.

Estas notas foram copiadas dos *índices;* por isso, quando o índice é lacónico a nota será concisa: apenas o ano em que foram iniciadas as diligências, o nome da terra, o nome da pessoa, o número do maço onde está o processo e o número deste; se o índice fornece outros dados, a nota será mais completa, mas de um ou de outro modo, estas indicações oferecem a possibilidade de encontrar os processos na Torre do Tombo, e de se poderem ler. É quanto basta.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

1677 — Águeda — Miguel Pinto de Macedo. Maço 3, n.° 52.

1704 — Águeda — Luís Pinto de Matos. M. 25, n.° 13.

1715 — Águeda — João Pinto de Macedo. M. 48, n.° 953.

1716 — Águeda — Manuel Ferraz da Silva. M. 80, n.° 1539.

1726 — Águeda — Bacharel Constantino de Freitas Soares. M. 35, n.° 30.

1727 — Albergaria-a-Velha — Bacharel e padre Manuel Alves Ferreira. M. 34, n.° 66.

1735 — Albergaria-a-Velha — José Tavares de Lemos. M. 38, n.° 613.

1754 — Alquerubim — Capitão Francisco Teixeira Veloso da Fonseca Machado. M. 35, n.° 92.

1738 — Angeja — Francisco Gomes Moutinho. M. 7, n.° 27.

1740 — Angeja — Francisco Gomes Moutinho. M. 34, n.° 151.

1741 — Angeja — Francisco Gomes Moutinho. M. 22, n.° 43.

1729 — Aroins (será de Cambra?) — João Ribeiro Marinho. M. 9, n.° 14. (Orago da freguesia — S. Romão).

1623 — Aveiro — Francisco Marques. M. 3, n.° 123.

1669 — Aveiro — José de Almeida Figueiredo. M. 2, n.° 37.

1669 — Aveiro — José de Almeida Figueiredo. M. 2, n.° 37.

1673 — Aveiro — Francisco Leitão da Costa. M. 29, n.° 9.

1679 — Aveiro — Tomé Ribeiro Leitão. M. 2, n.° 3.

1685 — Aveiro — Fernão Lopes. M. 11, n.° 9.

1687 — Aveiro — Manuel Domingues. M. 24, n.° 8.

1692 — Aveiro — Bartolomeu de Oliveira. M. 21, n.° 4.

1692 — Aveiro — Bacharel João Barbosa de Almeida. M. 35, n.° 3.

1693 — Aveiro — Manuel da Silva. Maços 2, 4 e 48, n.os 51, 118 e 1066.

1698 — Aveiro — Gonçalo Soares de Albergaria. M. 7, n.° 9.

1699 — Aveiro — João de Moura. M. 23, n.° 556.

1709 — Aveiro — António Ribeiro. M. 21, n.° 30.

1711 — Aveiro — Padre Manuel de Figueiredo. M. 81, n.° 1540.

1717 — Aveiro — António de Figueiredo Alfena. M. 21, n.° 38.

1717 — Aveiro — Manuel da Cruz. M. 28, n.° 18.

1718 — Aveiro — Manuel Pinto Teixeira. M. 28, n.° 19.

1718 — Aveiro — Paulo Pinheiro. M. 6, n.° 75.

1718 — Aveiro — Joana dos Santos. M. 28, n.° 19.

1718 — Aveiro — Manuel Teixeira Pinto. M. 28, n.° 19.

1723 — Aveiro — Manuel Rodrigues Pinheiro. M. 19, n.° 38.

1723 — Aveiro — João Rodrigues da Cruz. M. 55, n.° 1046.

1724 — Aveiro — José da Costa de Almeida. M. 27, n.° 440.

1735 — Aveiro — Francisco da Cunha, morador no Rio de Janeiro. M. 26, n.os 74 e 79.

1735 — Aveiro — Licenciado João Pereira da Silva. M. 68, n.° 1272.

1738 — Aveiro — José Barreto Ferraz. M. 44, n.° 701.

1739 — Aveiro — Jerónimo Gonçalo Vaz Pinto. M. 18, n.° 49.

1743 — Aveiro — Frei Miguel de Bulhões, clérigo. M. 23, n.° 64.

1745 — Aveiro — Frei Miguel de Bulhões, clèrigo. M. 34, n.° 168.

1748 — Aveiro — João Egas de Bulhões e Sousa. M. 17, n.° 51.

1751 — Aveiro — José António Pinto da Cunha. M. 18, n.° 65.

? — Aveiro — Miguel Martins. M. 11, n.° 103.

? — Aveiro — João Garcias, natural de Aiamonte, Juiz de Fora em Aveiro. M. 32, n.° 130.

1735 — Cacía — Matias André. M. 31, n.° 31.

1707 — Codal — António Alves da Silva. M. 2, n.° 27.

1702 — Covo (Quinta do) Oliveira de Azemeis — Manuel de Magalhães de Meneses. M. 15, n.° 8.

1685 — Eixo — António Soares da Silva, aí morador. M. 29, n.º 16.

1685 — Eixo — Manuel João Vieira. M. 11, n.º 11.

1718 — Eixo — Manuel da Silva Temido, natural de Quintãs de Salgueiro, freguesia de Eixo, morador em Coimbra. M. 28, n.º 21.

1685 — Esgueira — Sebastião Esteves Ferreira, natural de Esgueira e aí morador. M. 11, n.ºs 12 e 104.

1719 — Esgueira — Nicolau Fernandes da Maia. M. 35, n.º 15.

1684 — Fontão (Quinta do) na comarca de Esgueira — Luís Pais Corte Real. M. 7, n.º 1.

1728 — Ilhavo — Luísa Freire da Cunha. M. 32, n.º 46.

1740 — Ilhavo — Francisca Luísa da Fonseca. M. 32, n.º 59. (As mulheres não serviam para «familiares», mas nenhum «familiar» podia casar sem licença do Santo Ofício, que antes procedia a rigoroso inquérito para apurar da «limpesa» de sangue da pretendida, depois do que era concedida ou negada a referida autorização.

1699 — Mogofores — José Francisco, ourives do ouro, natural de Mogofores, bisp. de Coimbra, morador em Lisboa. M. 10, n.º 177.

1761 — Oliveira de Azemeis — José Caetano Soares de Vasconcelos, natural de Oliveira de Azemeis e morador em Lisboa. M. 16, n.º 91.

? — Oliveira de Azemeis — Manuel Vaz Pacheco. M. 37, n.º 812.

? — Oliveira de Azemeis — Domingos Pereira Moniz, natural de Oliveira dos «Ameis». M. 27, n.º 158.

1701 — Sangalhos — João Rodrigues. M. 33, n.º 761.

1760 — Sobreiro, Albergaria-a-Velha — Francisco Dias de Oliveira. M. 11, n.º 72.

1761 — Sobreiro, Albergaria-a-Velha — Francisco Dias de Oliveira. M. 13, n.º 69.

? — Troviscal — José da Silva. 147, n.º 2864.

1685 — Vagos — Sebastião Soares da Fonseca. M. 18, n.º 6.

1709 — Vagos — Tomé da Fonseca. M. 14, n.º 72.

1728 — Vagos — Joana Rosa da Fonseca, casada com Jerónimo da Silva Ribeiro. M. 8, n.º 57.

1727 — Verdemilho — António Ferreira. M. 35, n.º 33.

Terminou aqui a recolha no *Índice das Habilitações do Santo Ofício.*

Segue a colheita que fizemos no *Inventário das Habilitações do Santo Ofício*, ainda em organização; conservamos a ordem dos índices, dispostos alfabèticamente por nomes de baptismo:

1769 — Aveiro — Frei Agostinho de Nossa Senhora e Silva, religioso da Ordem de S. Domingos, leitor actual de teologia moral no convento dos Dominicos de Abrantes, natural de Aveiro. Filho de Manuel da Silva e de Teresa Francisca de Macedo, ambos da freguesia de Santo André de Esgueira. Neto paterno de José Dias e de Maria Dias; materno de Manuel Rodrigues e de Angela Macedo. Provisão de qualificador do Santo Ofício em 22 de Agosto de 1769. M. 4, n.ºs 67 a 73.

1766 — Boco-Soza — Agostinho Nunes da Rocha, lavrador, natural do lugar do Boco, freguesia de S. Miguel da Vila de Soza, Bispado de Coimbra, casado com Isabel da Silva. Filho de Manuel Nunes, natural do Boco, e de Isabel Manuel, natural de Soza. Neto paterno de Domingos Manuel e de Isabel Nunes; materno de Miguel Simões e de Isabel Manuel. Carta de familiar em 29-8-1766. M. 6, n.ºs 86 a 91.

1727 — Mealhada — Alexandre Ribeiro de Mesquita e Figueiredo, bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, nascido e morador no lugar da Mealhada, do Couto de Vacariça, Bispado de Coimbra, ajustado, já depois de familiar, para casar com Maria Jacinta de Abrantes. Filho de João Gomes de Mesquita, proprietário, e de Mariana do Céu, ambos naturais da freguesia de Vacariça. Neto paterno de Jacinto Gomes Botelho e de Susana Manuel da Costa; materno de Cristovam Fernandes Ribeiro e de Maria Abrantes. Carta de familiar em 9 de Set.º de 1727. M. 3, n.ºs 41 a 48.

1696 — Feira — Amaro Machado, natural de Santa Eulália de Oliveira, e morador em S. João da Madeira, comarca da Feira, Bispado do Porto, casado com Mariana de Araújo. Filho de Francisco Machado, da mesma freguesia, e de Maria de Afonseca, nascida em Vila Nova de Gaia. Neto paterno de Bento Machado e de Brites Antónia; materno de Leonardo de Afonseca e de Maria Fernandes.

Maria de Araújo era irmã do licenciado António de Araújo, abade em S. João da Madeira, e comissário do Santo Ofício. Carta de familiar em 30-1-1696. M. 2, n.os 19 a 26.

1694 — Aveiro — Amaro Tavares, nascido e morador em Aveiro, casado com Maria Teresa. Era filho de Simão Tavares, do lugar da Bispeira, freguesia de S. João da Serra, Bispado de Viseu, e de Isabel Francisca, natural de Aveiro. Neto paterno de Gonçalo Fernandes e de Cecília Fernandes; materno de Francisco Dias e de Ana Fernandes.

Maria Teresa era filha de Onofre de Lemos, natural de Pessegueiro, freguesia de S. Martinho, Bispado de Viseu, e de Catarina Pinheira, natural de Aveiro; neta paterna de Pedro Francisco e de Joana Henriques; materna de Manuel Jorge Chumbo e de Antónia Inigues. Carta de familiar em 30-4-1694. M. 2. n.os 19 a 26.

1645 — Aveiro — André de Almeida, morador em Aveiro, casado com Catarina de Sena. Filho de António André e de Maria Martins; neto paterno de António Esteves e de Maria André; materno de Domingos Gonçalves do Cabo e de Maria Pires.

Catarina de Sena era filha de Mateus Fernandes e de Antónia André; neta paterna de Fernão Lopes e de Catarina Mateus; materna de António Vaz Fangeiro e de Antónia André. Carta de familiar em 16-12-1645.

1649 — Aveiro — André de Figueiredo, sacerdote, nascido e morador em Aveiro, filho de Manuel Domingues, familiar do Santo Ofício, e de Maria Dias. Provisão de comissário do Santo Ofício em 17-6-1649. M. 2, n.os 35 a 46.

1683 — Arrancada — António de Almeida, natural do lugar de Arrancada, termo da Vila de Vouga, morador no lugar de Águeda, termo da Vila de Sequins, casado com Ana da Assunção. Era filho de António Gonçalves e Sabina de Almeida, moradores no dito lugar de Arrancada. Neto paterno de Silvestre Gonçalves, natural de Sequins, freguesia de Santa Eulália de Águeda, e de Ana André, natural do Carvalhal, freguesia de S. Cristovam de *Mastinata;* materno

de André Simões, do lugar de Talhadas, e Ana de Almeida, do lugar de Arrancada.

Ana de Assunção era filha de Gaspar Fernandes e de Ana da Assunção, nascidos e moradores no lugar de Águeda; neta paterna de Gaspar Fernandes, natural de Águeda, e de Maria Lopes, natural de Sequins; materna de Francisco Vidal e de Maria Martins, nascidos e moradores em Águeda, tudo no Bispado de Coimbra. Carta de familiar em 19-11-1683. M. 22, n.os 639 a 646.

1775 — Serém — Padre Mestre Frei António de Almeida, religioso da Terceira Ordem de S. Francisco, morador no seu convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa, natural da freguesia de Santa Justa de Coimbra, Doutor pela Universidade da mesma cidade, Examinador Sinodal do Patriarcado, e professor de teologia no dito convento. Era filho de João Rodrigues de Almeida, boticário do Santo Ofício de Coimbra, natural da Vila de Serém, freguesia de S. Cristovam de Macinhata do Vouga, e de Maria Luísa dos Santos Mártires, natural da freguesia de Santa Justa de Coimbra. Neto paterno de Lourenço João, da Vila de Aguieira, freguesia de S. Pedro de Valongo, e de Madalena Antónia, da Vila de Serém. Provisão de qualificador em 24-1-1775. M. 41, n.º 979.

1671 — Aveiro — João Adrião. M. 11, n.º 333.

1693 — Aveiro — João Adrião Ferreira, clérigo, M. 24, n.º 662.

1708 — Ilhavo. O. do Bairro — Cristovam Ferreira de Vasconcelos, clérigo, confessor, bacharel em cânones, prior da igreja de S. Salvador da Vila de Ilhavo, Bispado de Coimbra, natural da freguesia de S. Miguel de Oliveira do Bairro, no mesmo Bispado. Filho de Paulo Ferreira e de Antónia Ferreira, ambos da mesma freguesia de S. Miguel. Neto paterno de Cristovam Ferreira e de Domingas Francisca, naturais do lugar do Barro do Mogo, da mesma freguesia; materno de Domingos João Vilanova e de Luisa Ferreira, naturais da mesma freguesia. Inquisição de Coimbra. Provisão do comissário em 10-7-1708. M. 3, n.º 53.

1718 — Ois da Ribeira. Espinhel — Cristovam Pinto de Almeida e Macedo, de 26 anos, solteiro, proprietário, natural e morador na Quinta do Merengal, freguesia de N. Senhora da Assunção de Espinhel, termo de Ois da Ribeira. Filho de Francisco Pinto de Almeida, natural da mesma freguesia, e de D. Brites Pinto de Almeida, natural do lugar do Béquo.

Neto paterno de Francisco Pinto de Almeida, da mesma freguesia, e de D. Leonor Pereira, do lugar do Béquo; materno de Simão Pinto de Almeida e de Francisca da Fonseca, de Águeda. Inquisição de Coimbra. Provisão de familiar em 31-9-1718. M. 3, n.º 58.

Obs. — Tem apensas as diligências de sua futura mulher D. Serafina Artiaga Souto Maior, natural e moradora na Quinta de Marzevelos, freguesia da Sé, em Viseu, filha de Miguel de Almeida Souto Maior e de D. Maria, irmã inteira do familiar Francisco Coelho Souto Maior e de João de Almeida Souto Maior, clérigo. Decorreram estas diligências entre Agosto de 1729 e Fevereiro de 1730.

1756 — Mamarrosa — Custódio Martins, de perto de 40 anos, casado, tratador de cal, natural e morador no lugar de Mamarrosa, freguesia de S. Simão, no Bispado de Coimbra. Filho de Rafael Simões, natural do mesmo lugar, e de Maria Martins, natural de Camarneira, freguesia de Santo António de Covões, no mesmo Bispado. Neto paterno de Simão Domingues e de Maria Simões, ambos da Mamarrosa; materno de Manuel Martins, dos Penedos, e de Maria Manuel, ambos de Covões. Inquisição de Coimbra. Provisão de familiar em 5-11-1756. M. 4, n.º 42.

Obs. — As diligências foram extensivas a sua mulher Florência Dias, da Mamarrosa, filha de Manuel Dias, o Carramacho de alcunha, e de sua mulher Domingas Manuel. Tem apensas as diligências de sua segunda mulher Maria Simões, viúva do Capitão João Simões Pequeno, natural do lugar do Sobreiro da mesma freguesia de S. Simão, filha de José Francisco e de Josefa Simões. Decorreram estas diligências entre Julho e Dezembro de 1785.

1776 — Aveiro — Diogo de Barros Selório, solteiro, natural de Vouzela, morador em Aveiro. Filho de João de Barros Selório e de Mónica da Costa de Arvelos, naturais de Vouzela, comarca de Viseu, concelho de Lafões. Neto paterno do Diogo de Barros Tenreiro e de Maria Selório, também de Vouzela; materno de Francisco de Oliveira Gordo e de Antónia da Costa Arvelos, naturais da Vila de Esgueira. Inquisição de Coimbra. Foi aprovado para o ofício de familiar em Aveiro. O processo decorreu entre Janeiro de 1776 e Junho de 1785. M. 5, n.º 146.

Obs. — A fama que o inabilitou começou a correr quando foi ouvida a testemunha Teobaldo de Lemos de Campos, cujo pai, dado a genealogias, escrevera um livro sobre as famílias de Viseu. Nesse livro, a folhas 73 vº, vinha que Lopo de Barros tivera de uma cristã nova um filho natural, Diogo de Barros, que casou em Vouzela com Maria Silório. Dada

a concordância de muitas informações desse livro com documentos autênticos, inferiu o comissário a veracidade da notícia dando o habilitando com um quarto de cristão novo. Mas assim não pensou o inquisidor Manuel de Magalhães de Meneses que deu o suplicante como apto, o mesmo fazendo o seu colega Manuel Pimentel de Sousa, o qual, porém, mais rigoroso, pediu informações complementares (Junho de 1777). Soube-se que a mãe de Diogo de Barros era moça solteira, natural de Ranhados, de nome Catarina Fernandes. Feitas as diligências nesta localidade, apurou-se que a única mulher infectada naquela terra, era Maria Duarte, que não tinha relações algumas de parentesco com os Fernandes de Ranhados, e que a impureza de sangue lhe vinha por sua mãe, natural de Viseu. Simultâneamente foi levantada a dúvida sobre Catarina Fernandes ser de Ranhados, e dos Fernandes da localidade.

Uma testemunha depôs, porém, que um Barros de Silório de Vouzela lhe dissera ter em Viseu um parente cristão novo, de nome Manuel de Barros Figueiredo, e uma outra que Lopo de Barros tivera três filhos: Diogo de Barros, Manuel de Barros, e uma rapariga mãe de Manuel de Loureiro, tido universalmente por cristão novo.

Por outro lado, D. Margarida de Sousa, viúva de Tomé de Almeida de Eça, de Oliveira de Frades, moradora em Valadares, declarou que a 2.ª ou 3.ª avó de Mónica da Costa de Arvelos tinha sido queimada em Lisboa.

Aqueles que pretendiam desfazer o que diziam ser calúnia explicavam as coisas do modo seguinte: que Lopo de Barros tivera de Catarina Fernandes Diogo de Barros e que depois a deixara casando então com uma cristã nova; que a fama nascera do ódio do Sargento-Mór Julião de Figueiredo que queria impedir o casamento de Diogo de Barros com uma sua irmã, e de Francisco de Oliveira Gordo, preso em Viseu por se negar a casar, como prometera, com uma irmã do dito Diogo. Diziam mais que o livro de genealogias não era peça probatória pois não indicava claramente a mãe de Diogo de Barros Tenreiro.

Dada a discordância dos testemunhos os inquisidores Bento de Beja de Noronha e Jerónimo Soares, em Maio de 1785, resolveram não deferir a petição.

As pessoas de categoria ouvidas na inquirição foram Manuel de Castro, escrivão dos órfãos de Viseu; João Coutinho, clérigo, e músico da Sé de Viseu; Julião de Figueiredo de Leão, homem nobre de Verdemilho; D. Catarina de Leão, mulher de José Borges de Sousa, e sua irmã D. Juliana de Figueiredo, moradores no lugar de Alqueirão; Manuel de Seixas Correia, homem nobre de Verdemilho; Alvaro Egas

Bulhões, morgado de Mataduços; Manuel Gomes Faia e Paulo Pinto Bandeira, homens nobres de Esgueira.

Foram ouvidas testemunhas em Vouzela, Viseu, Esgueira, Aveiro, Ranhados, Valadares e Verdemilho. O suplicante requerera o ofício de familiar com a alegação seguinte: Em Aveiro havia três, mas João Monteiro, um deles, residia ordinàriamente no Porto, em serviço dos ingleses; Manuel Ribeiro Leitão estava muito doente; e Manuel Roiz, o último, era muito velho.

1736 — Aveiro — Diogo Henriques de Bulhões, de 28 anos, clérigo, freire conventual de Avis, licenciado em cânones, prior da igreja de Santa Maria da Cidade de Beja, natural de Aveiro. Era filho de Diogo da Silva Varela, familiar do Santo Ofício por carta de 20 de Novembro de 1699, e de D. Luísa Maria Henriques, ambos de Aveiro. Inquisição de Evora. Provisão do Comissário em 25-5-1736. M. 14, n.º 285.

Obs. — Foram ouvidas testemunhas: em Aveiro os familiares João da Fonseca Temudo, António na Cunha de Almeida, João Rodrigues da Cruz, escrivão da mesa grande da Alfândega, e outras pessoas; em Beja Manuel Fernandes *Camão*, clérigo, ecónomo da igreja de Santa Maria; Caetano dos Santos Freire, meirinho geral do eclesiástico; o Dr. Manuel Botelho Velho; o familiar Dr. Luís Nogueira de Abreu, e outros.

1640 — Doninhas — Diogo Jorge, livreiro, natural de Vilarinho, freguesia de S. Mamede de Doninhas, junto das Pedras Talhadas, Bispado de Coimbra e morador em Lisboa. Filho de Domingos Jorge e de Beatriz Gil. Neto paterno de Domingos Jorge Anes do Costes e de Maria Pires; e materno de Diogo Gil e de Ana Dias, todos moradores na sobredita freguesia. Inquisição de Lisboa. Carta de familiar em 1640. M. 2, n.º 73.

1802 — Oliveira de Azemeis — Diogo José de Oliveira, negociante, solteiro, natural e morador de Oliveira de Azemeis, comarca da Feira, Bispado do Porto. Era filho de Salvador José de Oliveira e de Maria de S. José, naturais da mesma freguesia; neto paterno de João de Oliveira e de Helena Pereira; materno de Gaspar Soares e de Teresa de Basto, todos de Oliveira de Azemeis. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 7-5-1802. M. 15, n.º 291.

1737 — Águeda — Diogo José Velez Castelbranco Barreto, natutal de Águeda. Era filho de António Velez de Castelbranco Barreto, mestre de Campo do terço auxiliar da comarca de Esgueira, natural de Águeda, e de D. Mariana

Francisca da Nápoles Lemos e Meneses, natural de Viseu. Neto paterno de António Velez Castelbranco, irmão inteiro de Lopo Velez Castelbranco, avô materno de António Luís de Melo, familiar do Santo Ofício, e de D. Isabel Pinto de Paiva, irmã inteira de Olaia da Silva, mulher de Miguel Pinto de Macedo, familiar do Santo Ofício, todos moradores em Águeda. Neto materno de Bernardo de Nápoles e de D. Mariana de Lemos e Nápoles, naturais de Viseu. Bisneto paterno de Diogo Velez de Castelbranco e de D. Antónia Pinto Ma...., natural de Águeda. Bisneto materno de Estevam de Nápoles, irmão legítimo de João de Nápoles e S. Paio, familiar do Santo Ofício, morador em Nandufe, e de D. Mariana de Lemos, irmã legítima de D. Francisco de Lemos, familiar do Santo Ofício, natural de Penacova. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 26-3-1737. M. 10, n.º 233.

Obs. — Tem junto as diligências de D. Francisca Mariana de Meneses e Lemos, natural de Águeda, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 26-9-1750. Era filha legítima de José de Sousa e Meneses, natural de Trofa, que teve seu irmão Xavier Francisco, familiar do Santo Ofício e de D. Angela M.ª Madalena da Cunha, natural de Setúbal; neta paterna de Bernardo de Carvalho e Lemos, natural de Trofa, e de D. Maria Madalena de Sousa e Meneses, natural de Figueiredo das Donas; neta materna de José da Costa Bravo e de Maria Roiz.

1721 — Oliveira de Azemeis — Diogo Leite, solteiro, natural e morador de Oliveira de Azemeis, comarca da Feira, bispado do Porto, filho legítimo de Braz Fernandes e de Francisca Fernandes, naturais de Arrifana de Santa Maria; neto paterno de Pedro Fernandes e de Isabel Fernandes, e materno de Manuel Francisco e de Maria Francisca, todos da mesma naturalidade. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 27-2-1721. M. 9, n.º 206.

.... — Aveiro — D. Diogo Lobo, natural de Lisboa, familiar do Santo Ofício, era filho de D. Jerónimo Lobo e de D. Antónia Rozeima, naturais de Aveiro; neto paterno de D. Filipe Lobo e de D. Joana Coutinho, naturais de Lisboa; neto materno de Diogo Rozeima e de Isabel Dias de Izurar, naturais de Aveiro. Inquisição de Lisboa. M. 13, n.º 279.

Nota — Foi-lhe concedida carta de familiar, mas a nota do índice não diz quando.

1756 — Silva Escura — Diogo Martins da Silva, homem de negócio, solteiro, natural de Silva Escura e morador em Lisboa, filho de Domingos de Oliveira e de Mariana Martins

da Silva, naturais de S. Pedro de Castelões ele, e ela de Vila Fria, do bispado de Viseu; neto paterno de Francisco de Francisco de Almeida e de Maria de Oliveira, naturais de Burgo de Arouca ele, e ela de S. João da Madeira, neto materno de Manuel da Silva o Caminha, e de Mariana Martins, naturais, ele de Silva Escura, e ela de Sequeiros. Recebeu carta de familiar em 27-7-1755. Inquisição de Lisboa. M. 13, n.º 260.

1734 — Arouca — Padre Diogo de Pinho, natural e morador de Mouta, freguesia de Vila Meã do Burgo, Vale de Arouca, bispado de Lamego; filho de João de Pinho, natural de Mouta, e de Joana Francisca, natural da Vila do Burgo; neto paterno de João de Pinho e de Maria Fernandes, ambos de Mouta; neto materno de Francisco Ferreira e de Jerónima Aranha, ambos da freguesia de S. Salvador. Obteve provisão de notário do Santo Ofício em 30-8-1734. Inquisição de Coimbra. M. 10, n.º 231.

1699 — Aveiro — Diogo da Silva Varela, solteiro, morador em Aveiro, filho do licenciado João da Silva Varela e de Maria da Cruz Henriques; neto paterno de Diogo da Silva Henriques, natural de Mortágua, e de Maria de Oliveira Varela, também de Mortágua; neto materno de Tomaz Henriques e de Ana Dias, ambos de Aveiro. Recebeu carta de familiar em 9-11-1699. Inquisição de Coimbra. M. 7, n.º 176.

Obs. — Tem junto as diligências de Luísa Maria, natural de Avelãs de Caminho, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 14-4-1703.

Luísa Maria era filha de Manuel de Almeida Camelo, natural de Pala, concelho de Mortágua, e de Maria Reis, natural de Águeda; neta paterna de Manuel Henriques, natural de S. Miguel de Poiares, e de Mariana de Almeida, natural de Pala; neta materna de Sebastião Barreto, natural de Mourisca, e de Maria Lopes, natural de Barril de Águeda.

1635 — Esgueira e Angeja — Diogo Tomé, morador na vila de Esgueira, filho de Tomás Pires e de Maria Fernandes; neto paterno de Tomé Pires e de Maria Tomé; neto materno de André Fernandes e de Iria Fernandes, todos naturais de Angeja. Recebeu carta de familiar em 1635. Inq. de Coimbra. M. 1, n.º 2.

Obs. — Casado com Ana Mateus, filha de André Mateus e de Catarina Gabriel; neta paterna de Mateus Gonçalves e de Catarina Dias; neta materna de Gabriel Afonso e de Catarina Anes, todos naturais e moradores da vila de Angeja.

1733 — S. João de Ver. Feira — Dionísio Coelho, clérigo da Companhia de Jesus em Goa, natural da freguesia de S. João de Ver, junto da Vila da Feira, bispado do Porto, filho de Nicolau Fernandes, natural de S. João de Ver, e de Catarina Coelho, natural de Angueiro, freguesia de Santa Maria de Esmoriz; neto paterno de António Fernandes o Meno, natural de S. João de Ver e de sua mulher — a Sapeira — natural de S. Miguel do Souto, onde foi parteira; neto materno de Domingos Gonçalves o Marinho, do lugar de Angueiro, freguesia de Santa Maria de Esmoriz, e de Maria Coelho, do mesmo lugar. Todas estas freguesias do concelho da Feira. Inq. de Goa. Provisão de deputado da Inquisição de Goa em 28-3-1733. M. 2, n.º 28.

1773 — Palmaz — Dionísio Ferreira Portugal, casado, piloto das fragatas reais, natural do lugar de Alviães, freguesia de Santa Marinha de Palmaz, concelho da Bemposta. bispado de Coimbra; era filho natural de Pedro João de Carvalho, ferreiro, que foi juiz do povo, e de Maria Nunes, ele de Gestaço, e ela de Alviães; neto paterno de Diogo João e de sua mulher Catarina Gonçalves, ambos de Gestaço; neto materno de António Ferreira, serralheiro, e de sua mulher Inês Marques, ambos de Alviães. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 10 9-1773. M. 5, n.º 57.

Obs. — Declara o suplicante que sua mãe é irmã mais velha e inteira de Manuel Ferreira Portugal, este pai de.... Ferreira Portugal, familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. O suplicante declarou ser casado com Joaquina Peres de Jesus, natural do lugar de Aires, freguesia de S. Domingos de Rana; era filha de António dos Reis e de Inês Maria, ambos de Peres; neta paterna de Manuel dos Reis e de Maria da Conceição; neta materna de Francisco Alves e de Catarina dos Santos, ambos de Peres, S. Domingos de Rana.

1620 — Aveiro — Domingos Afonso, natural de Aveiro, filho de Sebastião Afonso e de Isabel Gaspar; neto paterno de André Afonso Casalinhos e de Isabel Gonçalves; neto materno de Gaspar Fernandes e de Catarina Pires, todos de Aveiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1620. M. 2, n.º 81.

1709 — Fermedo — Domingos Alves Martins, homem de negócio, casado, natural da freguesia de N. Senhora do Vale do lugar de Oliveira, concelho de Fermedo, morador no Rio de Janeiro; filho legítimo de Francisco João e de Joana Manuel, da mesma freguesia; neto paterno de João Pires e de Isabel Alves, do mesmo lugar e freguesia; neto materno

de Salvador Gonçalves e de Isabel Manuel, naturais do lugar de Regenga, bispado do Porto. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 6-5-1709. M. 19, n.º 388.

1720 — Ílhavo — Domingos António Domnado, casado, natural e morador do lugar de Alqueidão, freguesia de S. Salvador, concelho de Ílhavo; filho de Domingos António, de Alqueidão, e de Maria Antónia, de Arada, no bispado de Coimbra; neto paterno de Domingos António Domnado e de Isabel Manuel, naturais de Alqueidão; neto materno de Manuel António e de Catarina André, naturais da Vila de Arada. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-11-1720. M. 23, n.º 455.

Obs. — Casado com Isabel Nunes, de Alqueidão, filha de Manuel de Crasto e de Bárbara Nunes, do mesmo lugar; neta paterna de Manuel Francisco das Pereirinhas e de Ascença Francisca, do mesmo lugar; neta materna de João Saramago e de Isabel Nunes, todos do lugar de Alqueidão.

1739 — Ílhavo — Domingos António Rodrigues, casado, cirurgião aprovado, morador em Lisboa, natural de S. Salvador da Vila de Ílhavo; filho de Manuel Francisco, lavrador, e de Maria Manuel, ambos da mesma freguesia de S. Salvador e nela moradores; neto paterno de António Rodrigues, barbeiro, natural de S. Pedro de Aradas, no lugar de Verdemilho, e de Isabel Migueis, natural das Ribas da Picheleira, freguesia de Ílhavo; neto materno de António Manuel, natural de S. Miguel da Vila de Soza, e de Antónia João, natural do lugar da Coutada, freguesia de S. Salvador de Ílhavo. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 13-4-1739. M. 31, n.º 576.

1709 — Feira — Domingos Carneiro Faria, bacharel, solteiro, natural da freguesia de Lourosa, concelho de Vila da Feira, comarca de Esgueira, bispado do Porto; filho de Domingos António e de Mariana Carneiro, moradores em Durins; neto paterno de António Fernandes Cavaleiro e de Maria Fernandes; neto materno de Domingos Coelho, o Novo, e de Luísa Tomé. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 25-8-1709. M. 19, n.º 384.

1620 — Aveiro — Domingos de Carvalho, casado, natural do lugar de Figueira de Lorvão, morador em Aveiro; filho de João Marques e de Ana de Carvalho; neto paterno de Marcos Anes e de Joana Fernandes; neto materno de Simão de Carvalho e de Inês Vaz. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1620. M. 1, n.º 31.

Obs. — Casado com Ana de Figueiredo, irmã legítima do padre Manuel Dias Palma, secretário da Inquisição de Coimbra.

1724 — Feira — Domingos Dias Freitas, casado com Maria da Fonseca, mercador, natural de Vila Chã, freguesia de S. Roque, comarca da Feira, morador no Porto, filho de Francisco Dias e de Antónia Luís; neto paterno de Gonçalo Dias e de Maria Francisca; neto materno de Domingos Luís e de Maria Fernandes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-2-1724. M. 24, n.º 477.

Obs. — Era casado com Maria da Fonseca, filha de João da Fonseca, familiar do Santo Ofício, e de Maria Ana Cardoso.

1652 — Feira — Domingos Dias dos Reis, casado, morador no lugar de Carvoeiro, da freguesia de S. Pedro de Canedo, concelho da Feira; filho de Domingos António e de Domingas Dias; neto paterno de António Gonçalves e de Francisca Ana; neto materno de Gaspar Dias e de Francisca Domingas. Não diz se obteve carta. Decorreu a diligência em 1652. Inq. de Coimbra. M. 10, n.º 242.

1720 — Oliveira de Azemeis — Domingos Dias dos Reis e Vasconcelos, casado, sargento mor, natural de Oliveira de Azemeis, filho do capitão Domingos Dias dos Reis e de Inocência Gomes de Pinho; neto paterno de Salvador Dias dos Reis e de Margarida Jorge; neto materno de Domingos Gomes e de Isabel de Figueiredo. Inquisição de Coimbra. Obteve carta de familiar em 11-11-1720. M. 23, n.º 452.

Obs. — Casado com D. Joana Soares de Pinho, filha de António Soares Homem e de Inocência de Pinho; neta paterna de André Homem Soares e de Antónia Barbosa da Fonseca; neta materna de Francisco Dias de Pinho e de Maria de Resende.

1717 — Silva Escura — Domingos Dias dos Santos, negociante, natural do lugar do Paço, freguesia de S. João Baptista, de Silva Escura e morador em Lisboa; filho de João Domingues e de Isabel Manuel; neto paterno de João Domingues e de Isabel Domingues; neto materno de Manuel Dias e de Maria João. Inquisição de Lisboa. Carta de familiar em 12-4-1717. M. 21, n.º 418.

1801 — Ul — Domingos Fernandes Alves, negociante, natural e morador de S. Tiago de Riba de Ul, comarca da Feira, bispado do Porto; filho de Manuel Fernandes e de Ana Maria; neto paterno de António Fernandes e de Maria

Dias; neto Materno de António do Couto e de Maria «que por sobrenome não perca», todos da mesma freguesia. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 13-8-1801. M. 57, n.º 892.

1722 — Loureiro. Ul — Domingos Fernandes Correia, casado, natural de Adães, freguesia de S. João de Loureiro, meeira com a de S.ta Maria de Ul, concelho de Bemposta, comarca de Esgueira, bispado do Porto, morador em Estremoz; filho de Amaro Jorge e de Maria Fernandes; neto paterno de Amaro Jorge e de Catarina Correia; neto materno de Pedro Francisco e de Maria Fernandes. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 18-8-1722. M. 24, n.º 465.

Obs. — Casado com Luísa Antónia, natural de Arvioles (talvez Alviães, da freguesia de Palmaz), filha de Miguel Martins Pinto e de Isabel Rodrigues por alcunha a Malvista; neta paterna de Manuel Martins e de Ana Pinto; neta materna de Pedro Fernandes Rapalhão e de Maria Fernandes a Malvista por alcunha. Esta Luísa Antónia, mulher deste familiar, é irmã inteira do clérigo frei Manuel de Arraiolos, provincial da Província da Piedade e qualificador do Santo Ofício, e o suplicante é irmão inteiro de Marcos Fernandes Correia, familiar do Santo Ofício.

1732 — Feira — Domingos Fernandes de Sousa, casado, natural de Vela, concelho da Feira, morador no Recife de Pernambuco; filho de Manuel João e de Joana Fernandes; neto paterno de José João e de Mariana Gomes; neto materno de Pedro Fernandes e de Ana Fernandes. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 4-11-1732. M. 28, n.º 532.

Obs. — Casado com D. Maria Dinis Bandeira, filha do capitão Francisco Antunes de Araújo, familiar do Santo Ofício, e de D. Maria Dinis Bandeira, sua mulher.

1745 — Ossela — Domingos Ferreira Brandão, solteiro, negociante, natural da freguesia de S. Pedro de Ossela, concelho de Bemposta, bispado de Coimbra, morador nas minas de Rio dos Mortos, no Brasil; filho de Domingos Fernandes e de Maria Brandão; neto paterno de Pedro Jorge e de Águeda Fernandes; neto materno de João Fernandes e de Catarina Brandão. Inquisição de Coimbra. Carta de familiar em 20-5-1745. M. 34, n.º 619.

1701 — Sanguedo — Domingos Ferreira da Silva, solteiro, negociante, natural da freguesia de Sanguedo, concelho da Feira, bispado do Porto, morador na Baía, Brasil; filho de Francisco António e de Maria João; neto paterno de Francisco Jorge e de Francisca Antónia; neto materno de João

António e de Maria Gonçalves. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 23-2-1701. M. 13, n.° 306.

1770 — Ílhavo — Domingos Ferreira da Silva, solteiro, mercador, natural de S. Tomé de Caldelas, concelho de Guimarães, e morador em Aveiro; carta de familiar em 19-9-1770, pela Inq. de Coimbra. M. 51, n.° 825.

Obs. — Tem juntas as diligências de Maria Teresa de Jesus, natural de Ílhavo, para o efeito de casar com este familiar. Foram concluídas as diligências a 16-2-1771. Era filha de António de Oliveira e de Apolónia Nunes Vidal; neta materna de Manuel André e de Isabel de Oliveira; neta materna de Manuel André e de Feliciana Nunes.

1676 — Arrancada — Domingos Ferreira Soares, casado, capitão, morador na quinta da Serrascosa, concelho de Préstimo, natural de Arrancada, bispado de Coimbra; filho de Domingos Ferreira Soares e de Maria da Encarnação; neto paterno de Miguel Ferreira e de Maria Soares; neto materno de António Duarte e de Ana Fernandes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 5-11-1676. M. 6, n.° 177.

1709 — Fajões — Domingos Francisco de Pinho, solteiro, natural de S. Martinho de Fajões, concelho da Feira, bispado do Porto, morador em Sergipe do Conde, arcebispado da Baía, no Brasil; filho de Tomé de Pinho e de Maria Francisca; neto paterno de Francisco Fernandes e de Maria João; neto materno de Gonçalo Martins e de Maria Francisca. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 17-2-1709. M. 18, n.° 379.

1760 — Escaris — Domingos Francisco da Silva, solteiro, que vive de suas fazendas, natural e morador da freguesia de Santo André de Escaris, comarca da Feira; filho de Domingos Francisco da Silva e de Francisca Moreira da Rocha; neto paterno de Francisco da Silva e de Maria Fernandes; neto materno de Bartolomeu da Rocha e de Maria Moreira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 10-11-1760. M. 44, n.° 738.

1819 — São João da Madeira — Domingos Gomes Leite Cabral, solteiro, natural da freguesia de S. João da Madeira, que vive de suas fazendas; filho de João Gomes Leite e de Joana Maria; neto paterno de Domingos Gomes Leite e de Maria Leite; neto materno de Joaquim Dias e de Maria Alves. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 21-5-1819.

1677 — Arrancada — Domingos Henriques, casado, natural e morador no lugar da Arrancada, freguesia de Valongo,

bispado de Coimbra; filho de André Feciaes e de Maria de Almeida; neto paterno de Manuel de Bastos e de Filipa de Bastos; neto materno de José de Almeida e de Filipa Gabriel. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 25-7-1677. M. 6, n.º 182.

Obs. — Casado com Joana Ribeiro, da mesma naturalidade, filha do capitão João Luís e de Joana Ribeiro; neta paterna de Pedro Anes e de Isabel Luís; neta materna do capitão Matias Ribeiro e de Paula de Almeida.

1648 — Feira — Domingos Homem Soares, casado, morador na vila da Feira; filho de Lopo Soares Homem e de Dona Isabel Coelho; neto paterno de Domingos Homem e de Joana de Meireles; neto materno do Dr. Manuel de Arzila Monteiro e de Dona Maria de Vasconcelos. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 15-5-1648. M. 3, n.º 110.

Obs. — Casado com Maria de Andrade Freire, filha de Estêvão Leitão Coelho e de Inês Godinho, naturais e moradores da vila da Feira; neta paterna de António Sanches Coelho e de Beatris de Viveiros da Costa; neta materna de Pascoal de Andrade Freire e de Genebra de Pinho Godinho.

1608 — Águeda — Domingos João, casado, mercador, residente em Águeda, natural do concelho de Besteiros no bispado de Viseu; filho de Bartolomeu Afonso e de Isabel João; neto paterno de João Afonso e de Branca Pires; neto materno de Pero Afonso e de Violante Pires. Inq. de Coimbra. Não consta no Inventário se lhe foi concedida ou negada a carta de familiar. As diligências correram em 1608. M. 1, n.º 22.

1673 — Aveiro — Domingos João, casado, pasteleiro na cidade de Coimbra, natural de Aveiro; filho de António João e de Antónia André; neto paterno de João Fernandes e de Maria Jorge; neto materno de André António e de Ana Francisca. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 17-10-1673. M. 5, n.º 164.

Era casado com Domingas Gonçalves, filha de Domingos Gonçalves e de Isabel João; neta paterna de Rodrigo Gonçalves e de Maria Fernandes; neta materna de António Alves e de Isabel Pires.

1701 — Préstimo — Domingos João Alvâr, solteiro, natural da freguesia de S. Tiago do Préstimo, da comarca de Esgueira; filho de Domingos João e de Maria Duarte; neto paterno de Domingos Dias e de Isabel João; neto materno de João Fernandes e de Domingas Duarte. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 26-10-1701. M. 14, n.º 314.

1755 — Mamarrosa — Domingos Mateus, que vive de suas fazendas, natural da freguesia de Mamarrosa, bispado de

Coimbra, viúvo de Isabel João; filho de Domingos Mateus e de Domingas Jorge; neto paterno de Domingos Mateus e de Isabel Jorge; neto materno de António Jorge e de Maria de Oliveira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 18-3-1755. M. 41, n.° 709.

Obs. — Isabel João era filha de Francisco João e de Maria Simões; neta paterna de Francisco João e de Luísa Antónia; neta materna de Francisco João e de Domingos Simões.

1727 — Arouca — Domingos João dos Santos, capitão, casado, natural do lugar das Cales, freguesia de Santa Eulália do Vale de Arouca, bispado de Lamego, morador no Recife de Pernambuco, no Brasil; filho de Domingos Gonçalves e de Joana João; neto paterno de Francisco Duarte e de Marta Gonçalves; materno de Domingos Jorge e de Maria João. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 16-6-1727. M. 25, n.° 490.

Obs. — Era casado com Dona Ana Gomes da Silva, filha de Manuel Gomes Braga, homem de negócios e familiar do Santo Ofício.

1749 — Cepelos — Domingos José da Fonseca, solteiro, juiz dos órfãos da vila de Arouca, natural da freguesia de Cepelos, bispado de Coimbra; filho de Manuel de Araújo e de Domingas da Fonseca; neto paterno de João Dias e de Brites de Paiva; neto materno de Domingos Gomes, solteiro, e de Antónia Fernandes, solteira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 7-8-1749. M. 37, n.° 654.

1763 — Arrifana — Domingos José de Pinho e Sousa, doutor, e clérigo do hábito de S. Pedro, natural da freguesia de Arrifana de S.ta Maria, bispado do Porto, abade em S. João de Cedovim, do bispado de Lamego; filho do capitão Manuel Tomé de Pinho e de Maria Teresa de Sousa; neto paterno de Manuel Tomé e de Isabel de Pinho; neto materno de João de Sousa e de Luísa Gomes. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Ofício em 22-7-1763. M. 46, n.° 769.

1753 — Ul — Domingos de Oliveira, solteiro, boticário, natural da freguesia de S.ta Maria de Ul, comarca de Esgueira, bispado do Porto, assistente na botica da casa professa de S. Roque de Lisboa; filho de Anselmo dos Anjos e de Adriana de Oliveira; neto paterno de Pascoal dos Anjos e de Clemência do Couto; neto materno de Manuel de Oliveira e de Isabel de Andrade. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 22-6-1753. M. 39, n.° 685.

1702 — Oliveira de Azeméis — Domingos de Oliveira Rosa, escrivão que foi da Casa da Moeda do Rio de Janeiro,

natural de Oliveira de Azeméis, do concelho da Feira, bispado do Porto; filho de João Manuel e de Antónia de S. João; neto paterno de João Manuel e de Maria de Bastos; neto materno de Pedro Lopes e de Domingas João. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 27-7-1702. M. 14, n.º 320.

1811 — Bemposta — Domingos Pacheco Soares, clérigo, bacharel em cânones, natural da freguesia de Bemposta, prior colado da igreja do Pinheiro de Bemposta, no bispado de Aveiro; filho de Manuel Pacheco Soares e de Maria Marques de Jesus; neto paterno de Manuel Pacheco e de Isabel Soares; neto materno de Manuel Marques o Morgado e de Isabel Marques. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do S. O. em 19-6-1811. M. 10, n.º 265.

1748 — Arouca — Domingos de Paiva Arouca, solteiro, negociante, morador no Rio de Janeiro, natural de S.ta Marinha de Trepeço, concelho de Arouca, bispado de Lamego; filho de Nicolau Francisco e de Maria de Paiva; neto paterno de Manuel Francisco e de Maria João; neto materno de Manuel João e de Maria de Paiva. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 16-4-1748. M. 36, n.º 634.

1765 — S. João da Madeira — Domingos Pereira Leite, solteiro, negociante, morador em Soledade (freguesia de N. S.a da Conceição de Congonha do Campo, distrito de Vila Rica do Ouro Preto) Brasil, natural de S. João da Madeira, do concelho da Feira, bispado do Porto; filho de Manuel Pereira e de Antónia Leite; neto paterno de António Pereira e de Maria Fernandes; neto materno de Manuel Francisco e de Antónia Leite. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 15-1-1765. M. 47, n.º 783.

1682 — Oliveira de Azeméis — Domingos Pinheiro Marís, clérigo, reitor da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, comarca da Feira, bispado do Porto, natural da freguesia de S. Tiago de Riba Ul; filho de Manuel Pinheiro Marís e de Domingas André; neto paterno de Domingos Pinheiro e de Maria Fernandes; neto materno de Domingos André e de Isabel Antunes. Inq. de Coimbra. Provisão de notário em 9 de Julho de 1682. M. 7, n.º 198.

1717 — Cambra — Domingos de Pinho, solteiro, natural e morador do lugar de Moradal, freguesia de Vila Chã, concelho da Vila de Cambra, das terras da Feira, no bispado de Coimbra; filho de Manuel de Pinho e de Maria de Paiva; neto paterno de Gonçalo Pinheiro e de Antónia Gomes; neto materno de André de Paiva e de Brites Álvares. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 11-4-1717. M. 21, n.º 422.

Obs. — Tem juntas as diligências de Domingas Jorge da Costa Anes, filha do capitão Domingos Jorge da Costa e de Maria Jorge; neta paterna de Gonçalo Jorge e de Inácia da Costa; neta materna de João Jorge e de Maria Gonçalves, aprovadas em 26 de Outubro de 1720.

1754 — Oliveira de Azeméis — Domingos Pires de Oliveira, solteiro, negociante, natural da freguesia de S. Pedro da Sertã, priorado do Crato, morador na freguesia de Oliveira de Azeméis, bispado do Porto, concelho de Vila da Feira; filho de Francisco Dinis e de Isabel de Oliveira; neto paterno de Domingos Pires Bicho e de Maria Dinis; neto materno de Manuel Dias Fidalgo e de Maria Dias de Oliveira; sobrinho de frei Domingos Pires Bicho, clérigo e comissário do Santo Ofício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 28-2-1754. M. 40, n.º 696.

Obs. — Tem juntas as diligências de Rosa Maria, natural e moradora de Oliveira de Azeméis, para o efeito de casar com este familiar, as quais foram concluídas em 13 de Novembro de 1756.

1669 — Aveiro — Domingos Ribeiro, mercador, casado, natural de Aveiro e morador em Coimbra; filho de Manuel Ribeiro e de Maria Gaspar; neto paterno de Francisco Ribeiro e de Maria Bento; neto materno de Pero Gonçalves e de Sebastiana Francisca. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 15-2-1669. M. 4, n.º 146.

Obs. — Casado com Mariana Moreira, filha de António Moreira e de Maria Pais; neta paterna de Francisco Moreira e de Maria Fernandes; neta materna de Simão Fernandes e de Maria Pais.

1677 — Esgueira — Domingos Rodrigues da Silva, casado, morador na vila de Esgueira; filho de Domingos Mateus e de Maria André; neto paterno de Miguel Rodrigues e de Maria Mateus; neto materno de André Domingues e de Maria Manuel. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 7-5-1677. M. 6, n.º 181.

Obs. — Casado com Sebastiana Marques, filha de António Marques e de Maria André; neta paterna de Manuel Jorge e de Maria André; neta materna de André Fernandes Careto e de Antónia Fernandes.

1745 — Ul — Domingos da Rosa Varela, solteiro, negociante, natural de Carcavelos, friguesia de S. Tiago de Riba Ul, morador em Vila Real de N. S.ª da Conceição de Sabara das Minas de Ouro, bispado de Rio de Janeiro; filho de Pascoal Manuel e de Isabel Jorge; neto paterno de Gonçalo

Manuel e de Domingas Antónia; neto materno de Domingos Jorge e de Domingas Fernandes. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 31-5-1745. M. 34, n.º 620.

Obs. — Tem juntas as diligências de Quitéria Rosa Felizarde, natural do Porto, para o efeito de casar com este familiar, concluídas em 9-8-1749.

1749 — Angeja — Domingos dos Santos Lisboa, «chamado na sua meninice Domingos Dias Pires», solteiro, morador em Vila Rica do Ouro Preto, mineiro, natural da vila de Angeja, comarca de Esgueira, bispado de Coimbra; filho de João Pires e de Natália Dias; neto paterno de João Pires e de Maria Fernandes; neto materno de José Fernandes e de Maria Dias. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em Julho de 1749. M. 37, n.º 674.

1704 — Cambra — Domingos da Silva Vila Fria, clérigo, reitor da igreja de S. Pedro de Castelões de Cambra, bispado de Coimbra, natural de Vila Fria, no bispado de Viseu; filho de Simão Fernandes e de Isabel André da Silva; neto paterno de Fernando Anes e de Joana Simões; neto materno de João André e de Maria Dias. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Ofício em 2-9-1704. M. 16, n.º 342.

1736 — Oliveira de Azeméis — Duarte Francisco Lopes de Oliveira, solteiro, natural de Oliveira de Azeméis, bispado do Porto, morador em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel; filho de Amaro Lopes e de Maria de Azevedo; neto paterno de João Manuel e de Antónia de S. João; neto materno de António Marques e de Isabel Fernandes. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 15-12-1736. M. 2, n.º 25.

Obs. — Declarou o habilitando que um filho de seus avós paternos João Manuel e Antónia de S. João, chamado Francisco Lopes de Oliveira, morador na mesma ilha, também fora familiar do Santo Ofício.

1721 — Arrifana — Estevam Gomes, casado, natural de Arrifana de S.ta Maria, morador na freguesia de Santo André de Purzelhe; filho de João Gomes e de Maria Correia; neto paterno de André António e de Maria Fernandes; neto materno de João Rodrigues e de Apolónia Correia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 10-3-1721. M. 4, n.º 50.

1727 — Aveiro — Faustino de Bastos Monteiro, bacharel pela Universidade de Coimbra e aprovado pelo Desembargo do Paço (Leitura de Bacharéis) para o Real Serviço, casado, morador em Aveiro; filho do licenciado António de Bastos e de Teresa Monteiro; neto paterno de Domingos de Bastos

e de Maria Madalena; neto materno de Cláudio Monteiro Franco, familiar do Santo Ofício, e de Maria Gaspar, dos quais nasceu João Monteiro, natural e morador de Aveiro, e que também foi familiar do Santo Ofício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 28-11-1727. M. 1, n.° 3.

Obs. — Casado com D. Joana Travassos de Vasconcelos, filha de João Travassos da Costa, natural de Pereira, e de D. Emerenciana da Costa; neta paterna de Manuel Travassos e de Serafina Monís; neta materna do licenciado Manuel Mendes Barbudo de Vasconcelos e de Maria Gomes.

1733 — Arrancada — Feliciano de Almeida Vidal, casado, bacharel em cânones, natural do lugar de Arrancada, freguesia de Valongo, no bispado de Coimbra; filho do capitão António de Almeida Vidal e de Ana Maria de Macedo; neto paterno de João Luís de Almeida e de Maria Pacheco; neto materno de Miguel de Macedo e de Catarina da Rocha. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-5-1733. M. 1, n.° 11.

Obs. — Casado com D. Antónia Ribeiro Henriques, filha do Dr. João Quaresma de Almeida, familiar do Santo Ofício.

1762 — Arrancada — Feliciano de Almeida Vidal, ourives do ouro, solteiro, natural do lugar de Arrancada, bispado de Coimbra, morador no Porto; filho de Manuel Rodrigues Pinheiro e de Luísa de Almeida; neto paterno de João Francisco e de Mariana Pinheiro; neto materno de Domingos Francisco e de sua 2.ª mulher Maria de Almeida. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-3-1762. M. 2, n.° 23.

1739 — Silva Escura — Felix de Sousa Porto, solteiro, negociante, natural de Silva Escura, comarca de Esgueira e morador em Lisboa; filho de Domingos Fernandes Pontes e de Isabel Mendes; neto paterno de Domingos Fernandes Pontes e de Ana Martins; neto materno do clérigo Manuel de Carvalho e de Ana Manuel. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 18-4-1739. M. 2, n.° 31.

1773 — Aveiro — Fernando Camelo de Miranda Pinto Pereira da Silva, cusado, moço fidalgo da Casa Real, natural da freguesia da Várzea do Douro, bispado do Porto e morador em Aveiro; filho de Francisco António Camelo Falcão Pinto Pereira da Silva, moço fidalgo e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e de D. Luísa Caetana Camelo; neto paterno de Fernando Camelo de Miranda, familiar do Santo Ofício, e de D. Maria do Carmo; neto materno de João Ferreira da Cruz, professo na Ordem de Santiago, e de D. Francisca Luísa Teresa; ele, João Ferreira da Cruz, fidalgo da Casa Real

e filho legítimo de Manuel Ferreira de Lemos, familiar do Santo Ofício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 20-4-1773. M. 3, n.º 125.

Obs. — Casado com D. Teresa Eufrásia Soares de Albergaria Pereira, natural de Oliveira do Conde, irmã inteira de Francisco Soares de Albergaria, mestre de campo da Guarda e familiar do Santo Ofício, morador na vila de Midões.

1766 — Feira — Fernando José de Oliveira, solteiro, negociante, natural do lugar de Velha, freguesia de S. Nicolau da vila da Feira, morador em Lisboa; filho de Manuel de Oliveira e de Maria Fernandes; neto paterno de Manuel de Oliveira e de Maria Gomes; neto materno de Matias Fernandes e de Maria Fernandes. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 2-9-1766. M. 2, n.º 116.

1717 — Feira — Fernando de Matos Mascarenhas, casado, morador em Arrifana de S.[ta] Maria, concelho da Feira, bispado do Porto; filho de Ambrósio de Matos Mascarenhas e de D. Mariana de Matos Mascarenhas; neto paterno de Paulo de Almeida e de Madalena Soares; neto materno de Salvador de Matos e de Brites de Almeida. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 7-2-1717. M. 4, n.º 71.

Obs. — Tem juntas as diligências de D. Rita Tomásia Eugénia de Melo, natural da vila de Cantanhede, para casar com este familiar, aprovadas em 8-4-1748.

(Continua)

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Arquivos de Angola, n.ºs 13 a 18, 2.ª série. Luanda.

Arquivo de Beja, vol. v, n.ºs 1-2. Beja, 1948.

Biblos, vol. XXIII, tomo II, e vol. XXIV, tomo I. Coimbra.

Britain To-Day, n.ºs 143 a 149. Londres.

Douro-Litoral, série III, n.º 3. Porto.

Estremadura, n.ºs 17 e 18. Lisboa.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 22 a 29. Lisboa.

O Tripeiro, n.ºs 11 e 12, III ano e 1 a 7, IV ano. Porto.

Portucale, n.ºs 13 a 15, 2.ª série. Porto.

Prometeu, n.ºs 3 a 5, vol. II. Porto.

Revista de Guimarães, vol. LVII, n.ºs 3-4 e vol. LVIII, n.ºs 1-2. Guimarães.

Saitabi — Revista da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Literária de Valência. N.ºs 27 e 28. Valência, 1948.

G. Soares de Carvalho — *Depósitos detríticos pliocénicos dos arredores de Coimbra.*

—— *Subsídios para o estudo dos depósitos da orla meso-cenozoica ocidental de Portugal.*

Separatas da Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1948.

A. Sílvio de Macedo — *Dois anos na direcção da Sociedade de Martins Sarmento.* Guimarães, 1948.

PROCOPIO DE OLIVEIRA — *Portugal «Jardim da Europa»* (Poema). Livraria Central. Lisboa, 1948.

Biblioteca Nacional—*Exposição Olisiponense—Catálogo.* Lisboa, MCMXLVIII.

Anuario de la Biblioteca Central y de las Populares y Especiales correspondiente a 1946. Barcelona, 1947.

MANUEL ARTURO PEÑA BATLE — *História de la cuestion fronteriza dominico-haitiana,* tomo I. Ciudad Trujillo, Rep. Dominicana, 1946.

J. A. OSÓRIO LIZARAZO — *La isla iluminada.* Santiago, Rep. Dominicana, 1947.

Universidad de Santo Domingo — *Anales,* n.os 39-40. Ciudad Trujillo, 1946.

Boletim del Archivo General de la Nacion — Centenário de la Republica Dominicana, n.os 32 a 39, 42 a 47, 50-51. Ciudad Trujillo.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

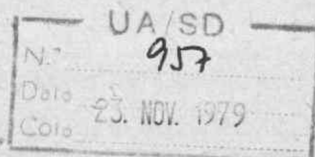
Continua a fazer-se, na forma costumada, a publicação deste notável dicionário geral, documento expressivo da cultura portuguesa contemporânea, cuja consulta se torna sempre indispensável a qualquer estudo científico.

Aos leitores do *Arquivo* o recomendamos vivamente.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

FIM DO VOLUME XIV



ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.º 55

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1948

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 30$00
NÚMERO AVULSO . . . . 10$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA